

Anarquistas e servis

Uma análise dos projetos políticos de Rio de Janeiro de 1824 a 1826

Arthur
Reis

publicações
BMM

Anarquistas e servis

1820 1821 1822 1823 1824 1825 1826 1827 1828 1829 1830 1831 1832 1833 1834
1835 1836 1837 1838 1839 1840 1841 1842 1843 1844 1845 1846 1847
1848 1849 1850 1851 1852 1853 1854 1855 1856 1857 1858 1859 1860 1861
1862 1863 1864 1865 1866 1867 1868 1869 1870 1871 1872 1873 1874
1875 1876 1877 1878 1879 1880 1881 1882 1883 1884 1885 1886 1887 1888
1889 1890 1891 1892 1893 1894 1895 1896 1897 1898 1899 1900 1901
1902 1903 1904 1905 1906 1907 1908 1909 1910 1911 1912 1913 1914 1915
1916 1917 1918 1919 1920 1921 1922 1923 1924 1925 1926 1927 1928
1929 1930 1931 1932 1933 1934 1935 1936 1937 1938 1939 1940 1941 1942
1943 1944 1945 1946 1947 1948 1949 1950 1951 1952 1953 1954 1955
1956 1957 1958 1959 1960 1961 1962 1963 1964 1965 1966 1967 1968 1969
1970 1971 1972 1973 1974 1975 1976 1977 1978 1979 1980 1981 1982
1983 1984 1985 1986 1987 1988 1989 1990 1991 1992 1993 1994 1995 1996
1997 1998 1999 2000 2001 2002 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009
2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020 2021 2022



Reitor
Carlos Gilberto Carlotti Junior

Vice-Reitora
Maria Arminda do Nascimento Arruda



Pró-Reitora de Cultura e Extensão Universitária
Marli Quadros Leite

Pró-Reitor Adjunto de Cultura e Extensão Universitária
Hussam El Dine Zaher



Diretor
Alexandre Macchione Saes



Editor
Plinio Martins Filho

Editoras Assistentes
Amanda Fujii e Mirela de Andrade Cavalcante



Coordenador
Alexandre Macchione Saes

Anarquistas e servis

Uma análise dos
projetos políticos
do Rio de Janeiro
(1824-1826)

Arthur

Ferreira Reis

publicações
BBM

Copyright © 2022 by Arthur Ferreira Reis

Direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19.02.1998.

É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização, por escrito, da editora.

Ficha catalográfica elaborada pelo
Serviço de Biblioteca e Documentação (SBD) da
Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM-USP)

A532

Reis, Arthur Ferreira

*Anarquistas e Servis: Uma análise dos projetos políticos do Rio de Janeiro
(1824-1826)*. – São Paulo: Publicações BBM, 2022. .

304 p. ; 14 x 21 cm.

ISBN: 978-65-87936-10-9

1. Jornalismo. 2. Opinião Pública. 3. Liberalismo. 4. Jornais. 5. História
do Brasil. 6. Primeiro Reinado (1822-1831). I. Organizador. II. Título.

CDD: 981.04

Bibliotecário: Rodrigo M. Garcia, CRB8ª: SP-007584/O

Direitos reservados à

Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin

Rua da Biblioteca, 21 – CEP 05508-065
Cidade Universitária, São Paulo, SP, Brasil
Telefone: (11) 2648-0320
E-mail: bbm@usp.br

Printed in Brazil 2022

Foi feito o depósito legal

*Se não cabe a glória de ir sobre o campo atacar o inimigo, quero
procurá-la ao menos na satisfação de prestar-me útil à defesa
da Nação, por todos os meios que estejam ao meu alcance.
A geral e constante experiência tem mostrado e decidido
que no tempo de guerra é tão interessante o rasgo da pena,
como o golpe da espada.*

PLANCHER, *Spectador Brasileiro.*

Aos meus heróis, Sandra e José Antônio.

Aos meus amores, Manuela e Joyce.

Sumário

COLEÇÃO 3 VEZES 22 11

Agradecimentos 15

Introdução 19

Capítulo 1 A primeira onda da imprensa no Brasil (1821-1824) 43

1. A nova cultura política brasileira 51
2. A imprensa áulica de 1824 62
3. A confederação do Equador 78
4. O federalismo, a imprensa e a Confederação do Equador 93
5. O fim de 1824 e o início de 1825: o fim de uma onda 97
6. Notas de conclusão 103

Capítulo 2 Plancher e os áulicos 105

1. O *Spectador* e o ano de 1825 108
2. Os áulicos 112
3. A rede de relacionamento de Plancher 117
4. “Viva s.m.i.!”: a imagem de D. Pedro no periódico de Plancher 131

5. A dieta plancheriana 146
6. Minas Gerais 176
7. Notas de conclusão 182

**Capítulo 3 O assalto liberal ao castelo Áulico:
o conflito impresso de 1826 185**

1. As forças políticas de 1826 190
2. As guerras e os comandantes da Cisplatina 195
3. A escravidão e a imprensa de 1826 201
4. A economia como política 208
5. Entre a América e a Inglaterra 214
6. Os modelos do príncipe 220
7. Liberdades e linguagens políticas 224
8. O ataque liberal ao castelo áulico 234
9. Apelidos pejorativos e políticos 245
10. O radicalismo em questão:
algumas conclusões 252
11. A repressão como regra 255
12. Epílogo 261

Conclusão 265

Anexos 271

Lista de gráficos e quadros 275

Referências bibliográficas 277

COLEÇÃO 3 VEZES 22

A Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin – BBM-USP tem a satisfação de apresentar a obra *Anarquistas e Servis: Uma Análise dos Projetos Políticos do Rio de Janeiro (1824-1826)*, de Arthur Ferreira Reis, como parte da COLEÇÃO 3 VEZES 22, que reúne os trabalhos vencedores do Prêmio Teses e Dissertações Sobre o Bicentenário da Independência do Brasil.

O Projeto 3 VEZES 22, constituído a partir do Conselho Deliberativo da BBM/USP em 2017, tem como objetivo precípua a produção e disseminação de conhecimento em torno dos temas do bicentenário da Independência, do centenário da Semana de Arte Moderna e dos desafios de nosso tempo. Isto é,

por meio do cruzamento dos “três” 22 – 1822, 1922 e 2022 –, o projeto estimula a reflexão de conceitos norteadores de nossa formação nacional, tais como os de soberania e modernidade, para tentar responder as provocativas questões lançadas sobre nossa sociedade no contexto das celebrações do bicentenário de 1822 e do centenário de 1922: o que comemorar?; por que comemorar?; e, como comemorar?

Os trabalhos premiados para compor a COLEÇÃO 3 VEZES 22 refletem o vigor de nossa produção acadêmica contemporânea. Ao explorar novas temáticas, dimensões de análise e fontes de pesquisa, como também iluminar novos personagens, eventos e narrativas, as obras da presente coleção problematizam as versões canônicas de nossa história, desafiam interpretações tradicionais sobre a constituição da sociedade brasileira e abrem novos horizontes para pensarmos o futuro do país.

A Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin agradece o inestimável trabalho da comissão avaliadora das teses e dissertações sobre a temática da Independência, de trabalhos defendidos entre 2014 e 2018, composta pelos professores João Paulo Pimenta, Cecília Helena de Salles Oliveira, Iris Kantor e Alexandre Macchione Saes.

Ao reiterar uma de suas principais finalidades – a de promover e disseminar estudos de assuntos brasileiros –, a Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin espera que a COLEÇÃO 3 VEZES 22 possa estimular a permanente reflexão sobre

nosso passado, respondendo aos temas e problemas que nos provocam no presente, nos auxiliando na construção de uma nova sociedade brasileira mais justa, democrática e inclusiva.

A concretização da COLEÇÃO 3 VEZES 22 dependeu do intenso trabalho realizado pelo setor de publicações da BBM/USP, conduzido pelo editor Plínio Martins Filho e pela editora assistente Millena Santana, a quem agradecemos. Em nome da Direção da BBM/USP e da coordenação do Projeto 3 VEZES 22, reconhecemos e agradecemos a entusiasmada iniciativa e o decisivo comprometimento de Jacques Marcovitch com todas as atividades desenvolvidas pelo projeto.

Boa leitura.

ALEXANDRE MACCHIONE SAES

Coordenador do Projeto 3 VEZES 22

Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin

Agradecimentos

Em todos os trabalhos que li para fazer esse livro, nunca pulei a parte dos agradecimentos. Por mais irrelevante que essa seção do trabalho possa ser para fins acadêmicos, ela nos ajuda a entender um pouco da vida do autor da obra que leremos, e, assim, nos ajuda a vê-lo como humano, com sentimentos e problemas. Se você parou para ler meus agradecimentos, fique sabendo que eu tive e tenho muitos sentimentos, e todos eles estão relacionados às pessoas aqui citadas.

Todo esse trabalho não poderia ter sido feito sem a permissão de Deus, pois foi graças a ele que tive a capacidade e as condições necessárias para finalizá-lo. Mas não apenas isso, graças a ele, tive a possibilidade de estar vivo, de conhecer pessoas

maravilhosas que me ajudaram e, principalmente, conhecer a verdadeira história: de um homem que morreu no nosso lugar e que nos oferece o amor eterno, a salvação gratuita. Nenhum agradecimento, dedicatória ou lembrança poderia superar esse sacrifício. Mas, humildemente, espero poder contribuir para a propagação desse milagre divino através desse singelo parágrafo. Deus te ama, querido leitor.

Esse trabalho também recebeu imensa contribuição, mesmo que indireta, de quatro pessoas essenciais na minha vida. Meus pais, José Antônio e Sandra, minha irmã, Joyce, e minha noiva, Manuela. Vocês foram os faróis desses dois anos, e, por mais que este barco estivesse sempre ancorado longe do porto seguro que vocês são, nunca perdi a direção graças a vocês. Vocês são a parte mais importante da minha vida, e a que eu mais amo.

Dando um suporte não só acadêmico, como também sentimental, estiveram meus colegas da UFES. Infelizmente as exigências de nossas pesquisas nos impediram de estar mais próximos, mas cada momento que passamos juntos foi um enorme prazer. Entrar no meio acadêmico e encontrar pessoas tão divertidas e receptivas como vocês foi maravilhoso! Agradeço principalmente ao pessoal do Laboratório de História, Poder e Linguagens. Citar os nomes de todas as “meninas” e dos companheiros (que chegaram no decorrer desses dois anos) seria muito exaustivo, pois formamos uma família imensa. Mas não poderia me esquecer de quatro, especialmente: as professoras Adriana e Fernanda, minhas orientadoras, por me ajudarem a amadurecer e terem

uma paciência incansável com meus erros de redação e minha prolixidade cansativa; a Karulliny por ter me ajudado a entrar no mestrado; e ao Jorge, por ter sido meu orientador e tutor na época da graduação e grande amigo no mestrado. Enfim, espero que todos vocês consigam e queiram me aturar por mais quatro anos!

Ainda no meio acadêmico, não poderia me esquecer da banca. Professor Josemar Machado e professora Letícia Pedruzzi contribuíram grandemente para a conclusão dessa pesquisa, e, por meio de suas dicas e correções na qualificação, puderam me fazer perceber que detalhes fazem a diferença. Também agradeço de antemão ao professor Marcello Basile por ter aceitado o convite para participar da banca, e, além disso, por ter contribuído com suas pesquisas de maneira infundável na confecção dessa pesquisa. Por fim, um agradecimento especial ao professor Plínio Martins Filho e à comissão avaliadora do Prêmio 3x22, os professores João Paulo Pimenta, Cecília Helena de Salles Oliveira, Iris Kantor e Alexandre Macchione Saes e à Millena Machado, funcionária da Biblioteca Brasileira que deu suporte administrativo em todo o processo de publicação desse trabalho.

Não poderia esquecer, claro, dos meus amigos. Com certeza eu não teria terminado o mestrado com um estado de saúde mental aceitável se não fosse vocês. Nesses dois anos muitos apareceram e sumiram, mas, mesmo que passageiramente, tiveram sua importância nesse trajeto. Aos que ficaram, sempre vou me lembrar dos amigos de minha antiga escola pelas noites divertidas e sóbrias em um bar qualquer que venda refrigerante

– para mim –, aos amigos do Muay Thai pelas “desstressantes” noites do dia de semana, aos amigos da igreja pela companhia e pela experiência compartilhada, aos amigos da Saberes por nossos encontros semestrais regados às lembranças e bons momentos e também aos novos amigos da Saberes, especialmente os do grupo de pesquisa Ilpaio, pelas enriquecedoras discussões, além dos meus antigos amigos de bairro, que fazem parte da minha história. Agradeço especialmente a Luan e Matheus pela companhia tanto real quanto virtual, Valério e Yago, pela presença inconstante, mas divertida e à minha família adotiva Piffer Marinato, pelo apoio que vocês me deram nesses dois anos.

Não posso deixar de agradecer às instituições que tornaram possível essa pesquisa. À Capes coube o financiamento nos quase dois anos de trabalho, à UFES o suporte administrativo e pedagógico para aprendizados e conquistas, à Biblioteca Nacional a possibilidade de consultar os impressos, à Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin e à USP a oportunidade de publicar a dissertação.

Como pode ver, querido leitor, sou humano como você, cercado de relacionamentos. Te desejo sorte nessa leitura e prometo que, ao final dessa dissertação, você vai ter certeza de pelo menos uma coisa: ninguém vive sozinho, nem o pesquisador, nem os pesquisados.

Introdução

Após a vinda da Corte para o Rio de Janeiro em 1808, deu-se início ao processo de gestação dos espaços públicos modernos no Brasil, e, principalmente, no Rio de Janeiro. Catalisado pela Regeneração do Porto em 1820 e com a implementação da monarquia constitucional em todo o Império Luso-Brasileiro, os espaços públicos encheram-se de jornais e panfletos que discutiam os rumos que a nação deveria tomar. No Brasil, o cerne da discussão se deu no Rio de Janeiro.

Contando com regras e linguagem próprias, a elite letrada buscou conquistar o príncipe e a população para seus projetos¹ através dos panfletos e dos jornais. Portadores de uma

1 Isabel Lustosa, *Insultos Impressos: A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, pp. 26-27.

missão tanto política quanto pedagógica, formou-se uma opinião pública que “reinava, mas não governava”².

No confronto entre as diferentes matrizes políticas, dois grupos se destacaram. O primeiro, conhecido como liberal, era liderado por Gonçalves Ledo e buscava uma nação firmada sobre a soberania popular. O segundo era liderado por José Bonifácio, e foi alcunhada por Silvestre Pinheiro como “Partido Brasileiro”³. O protagonismo do grupo de Bonifácio não tardou, e municiado de maior influência no governo, conseguiu suprimir o grupo político rival, exilando e prendendo grande parte de seus líderes.

Desse movimento de repressão resultou um momento de silenciamento da imprensa. Seguida da dissolução da constituinte e da dura repressão sobre a Confederação do Equador, a imprensa fluminense tornou-se local quase exclusivo de homens defensores e ligados ao governo. Dentre eles, o francês Plancher se destacou como porta-voz do governo para as outras províncias e das outras províncias para o Rio de Janeiro através do periódico *O Spectador Brasileiro*. Esse grupo de homens que pode ser chamado de “áulico”, foi o responsável por defender o governo de D. Pedro I na política fluminense,

2 Marco Morel, *As Transformações dos Espaços Públicos: Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*, São Paulo, Hucitec, 2005, pp. 167 *et seq.*

3 Cecília H. L. de Salles Oliveira, *A Astúcia Liberal: Relações de Mercado e Projetos Políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*, São Paulo, Edusf e Ícone, 1999.

objetivando, com isso, além da defesa de seus preceitos políticos e morais, aumentar seu poderio econômico e seu prestígio social. Como exemplo, Plancher conseguiu, ao longo de 1824 e 1825, expandir seu periódico para outras províncias, diversificar seus negócios e se tornar um grande e influente empresário do Rio de Janeiro.

Dessa maneira, Plancher serve como estudo de caso de um grupo maior. Durante o Primeiro Reinado, os áulicos, destacando-se entre eles José da Silva Lisboa (Visconde de Cairu), José Joaquim Carneiro de Campos (Marquês de Caravelas), Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta (Marquês de Barbacena) e Plancher, alcançaram relevo na sociedade fluminense graças à proximidade com o Imperador e sua influência nos assuntos palacianos. Políticos ou não, sua presença constante no palácio e sua relação íntima com o imperante deu a eles a oportunidade de galgarem altas posições na sociedade fluminense. Dessa maneira, durante o Primeiro Reinado, os áulicos contribuíram para a consolidação da autoridade de D. Pedro I, vinculando a ele e ao governo centralizado a imagem da ordem e da segurança. Neste trabalho, abordamos o grupo áulico por meio de suas estratégias políticas, suas formas de atuação nos espaços públicos e pelos objetivos pretendidos. E, desse ponto de vista, o caso de Plancher é apenas um estudo de caso, mas pode servir para elucidar estudos de maior monta.

Se no ano de 1825 os áulicos conseguiram garantir a tranquilidade política no Rio de Janeiro, em 1826 as coisas mu-

daram. Naquele ano outro francês, “Mr. Chapuis”, chegou ao Brasil e publicou um panfleto⁴ além de seu jornal *O Verdadeiro Liberal*. O periódico conseguiu incomodar tanto as autoridades, que se deu a ordem de despejo quando estava apenas no décimo sexto número. Crítico do governo e defensor de uma política “liberal”, Chapuis iniciou uma série de denúncias sobre os insucessos da Guerra da Cisplatina e demais assuntos correntes na política imperial, e assim entrou em conflito, nos trópicos, com seu compatriota Plancher.

O confronto entre ambos se expandiu, e além de Plancher e Chapuis, Frei Sampaio, José da Silva Lisboa e João Maria da Costa também se armaram de penas para debater política. Através de livros, panfletos e jornais, esses homens se digladiaram na arena política e pública, contribuindo para a consolidação dos espaços públicos brasileiros e o desenvolvimento de novo vocabulário político no nascente império. Posteriormente se dividiram em dois grupos⁵ distintos: os “liberais”⁶, como se reconheciam João Maria da Costa e Chapuis; e os

4 Pedro de Chapuis, *Reflexões Sobre a Carta de Ley de Sua Magestade Fidelíssima o Senhor Rei D. João VI de 15 de Novembro de 1825, e Sobre os Seus Decretos de 15, e 19 do Mesmo Mez e Anno*, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1826.

5 Quando dizemos “grupos” não nos referimos a partidos. Referimo-nos a grupos por esses jornalistas se reconhecerem e afirmarem fazer parte de lados distintos na política.

6 *O Verdadeiro Liberal*, n. 5, 11 de março de 1826.

“servis”, denominação aceita por Plancher⁷. Liderados pelos franceses Plancher e Chapuis, ambos os grupos trocaram acusações e discutiram questões políticas, econômicas e sociais.

Neste livro, investigamos os projetos políticos veiculados por áulicos e liberais, tendo como destaque os periódicos *O Spectador Brasileiro* e *O Verdadeiro Liberal*, publicados pelos dois jornalistas franceses, Plancher e Chapuis. Publicados entre os anos de 1824 e 1826, exploramos como hipótese principal o perfilhamento desses homens em duas *forças* políticas nesse período: a áulica e a radical.

Sob nossa perspectiva, a historiografia carece de estudos sobre os anos de 1825 e 1826. Tudo indica que a falta de conflitos políticos ou militares de grande monta e a pouca quantidade de jornais do período fizeram com que os anos de 1825 e 1826 (antes da reabertura da Câmara dos Deputados) fossem considerados uma continuidade do processo de independência. Possivelmente, essa constatação acabou por atrair pouca atenção sobre esses dois anos pelos historiadores. Entretanto, as fontes analisadas sugerem a importância do biênio para a consolidação de linguagens políticas distintas produzidas durante a independência na política fluminense.

Em vista disso, grande parte da bibliografia por nós utilizada neste trabalho refere-se ao período da independência ou ao pós-1826. Pode-se apresentar essa tradição historiográfica

7 *O Spectador Nacional*, n. 257, 10 de abril de 1826.

iniciando com John Armitage, que foi um dos primeiros a escrever a história do Brasil. Ligado aos liberais moderados e membro da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional⁸, ele sofreu, provavelmente, a influência da visão política desse grupo. Sobre o processo de independência, Armitage reconheceu o conflito entre o grupo do Ledo e de Bonifácio, ambos acusados de “arbitrários e intolerantes”⁹. Armitage caracterizou o intervalo entre 1824 e 1826 como período de maior repressão à imprensa. Ele também fez uma rápida análise de um panfleto publicado por Chapuis sobre o tratado de independência, caracterizando-o como dono de uma “linguagem audaciosa”¹⁰. Já no período posterior à abertura da Assembleia, em 1826, Armitage acusou D. Pedro I de se ligar aos portugueses em oposição aos brasileiros, sendo os portugueses absolutistas, e os brasileiros liberais¹¹. Segundo Fernanda Pandolfi, essa interpretação decorre, sobretudo, da incorporação, por parte de Armitage, das explicações que o jornal liberal moderado *Aurora Fluminense* erigiu sobre a Ab-

8 Flávia Florentino Varella, “Repensando a História do Brasil: Apontamentos sobre John Armitage e Sua Obra”, *Almanack Braziliense*, n. 8, p. 121, 2009.

9 João Armitage, *História do Brasil: Desde a Chegada da Real Família de Bragança em 1808, até a Abdicação do Imperador D. Pedro I, em 1831*, Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1837, p. 63.

10 *Idem*, 152.

11 *Idem*, p. 229.

dicação¹². Assim, a reiteração dos argumentos dos próprios atores da época não explica como a rivalidade entre portugueses e brasileiros tornou-se uma questão nacional¹³.

Diferentemente de Armitage, Francisco Adolfo de Varnhagen destacou-se por sua inserção no projeto de construção da nação pelo IHGB. Ele pensou na História do Brasil não como oposição à antiga metrópole, mas como continuidade da tarefa civilizadora portuguesa¹⁴. Essa era a visão dominante no IHGB, segundo Manoel Salgado, que não considerava os portugueses e o absolutismo os inimigos do Brasil, mas sim os vizinhos americanos e o republicanismo¹⁵. Sobre nossos jornalistas, encontra-se pouca coisa em Varnhagen, apenas uma acusação a Chapuis como “demagogo”¹⁶.

12 Fernanda Cláudia Pandolfi, *A Abdicação de D. Pedro I: Espaço Público da Política e Opinião Pública no Final do Primeiro Reinado*, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, 2007, pp. 14-16 (Tese de Doutorado em História).

13 Para uma análise da transformação dessa rivalidade em questão nacional ver Fernanda Cláudia Pandolfi, “Rumores e Política no Rio de Janeiro e em Minas Gerais no final do Primeiro Reinado”, *História*, vol. 33, n. 2, 2014, pp. 309-315.

14 Francisco Adolfo de Varnhagen, *História da Independência do Brasil*, Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, 1917, p. 32.

15 Manoel Luís Salgado Guimarães, “Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”, *Estudos Históricos*, n. 1, p. 7, 1988.

16 Francisco Adolfo de Varnhagen, *História da Independência do Brasil*, p. 388, nota 14.

No início do século XX, novas interpretações sobre o Brasil surgiram sob a pena de estudiosos que tenderam a desvalorizar as ações dos grupos mais “radicais”. Nessa corrente podemos destacar Oliveira Lima, diplomata de carreira, que defendia a independência do Brasil como resultado da conciliação entre o “elemento nacional”, desejoso de um regime republicano, e o elemento reacionário português, que preferia a manutenção da ligação com Portugal. Com isso, a transação entre essas duas inclinações resultou na permanência do herdeiro dos Bragança no Brasil, mas a frente de “um império constitucional e democrático”¹⁷. De certa forma, Oliveira Lima deu continuidade à tipologia de Armitage, onde portugueses e brasileiros eram vistos como portadores de projetos absolutistas e liberais, respectivamente.

Tobias Monteiro manteve tal linha interpretativa em seu estudo ao reconhecer a existência de um “Partido Brasileiro”, que seria Liberal, e um “Partido Português”, ligado ao absolutismo¹⁸. Já Raymundo Faoro afirmou que o conflito político começou a ganhar forma na oposição entre o Partido Liberal, liderado por Gonçalves Ledo, defensor da soberania popular,

17 João Manuel de Oliveira Lima, *O Movimento de Independência, 1821-1822*, Rio de Janeiro, Top Books, 1997.

18 Tobias do Rêgo Monteiro, *História do Império*, Rio de Janeiro, F. Briguet & Cia., 1927, pp. 29.

e a corrente que sustentava a proeminência do Imperador diante da Assembleia, liderada por Bonifácio¹⁹.

Com Faoro, podemos perceber o abandono progressivo da antiga oposição criada por Armitage entre portugueses e brasileiros como portadores de projetos políticos opostos, e o início da ênfase aos projetos políticos criados pelas elites brasileiras. Tal abandono foi ainda mais enfatizado por Nelson Werneck Sodré. Amplamente influenciado pelo pensamento marxista, Sodré ilustrou sua tese com o conflito político entre um grupo de “esquerda” e um grupo de “direita”, em que a “esquerda” foi representada por homens como Gonçalves Ledo e Chapuis, partidários do sistema republicano, e a “direita”, composta por homens como José Bonifácio e Plancher, defensores da soberania do Imperador²⁰.

O movimento analítico centrado nas ideias políticas e não nos locais de nascimento ganhou continuidade e maior desenvolvimento nos trabalhos de Cecília Helena Lorenzoni Salles de Oliveira. Embora reconhecesse a divisão na elite dirigente, Salles trouxe para primeiro plano o conflito de ideias, concentrando sua análise na oposição entre o grupo liberal e o “Partido Brasileiro” durante o processo de independência. Seu trabalho confere ênfase ao grupo liberal liderado por

19 Raymundo Faoro, *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*, São Paulo, Globo, 2012, p. 303 *et seq.*

20 Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro, Mauad, 1999, pp. 60 *et seq.*

Gonçalves Ledo, respaldados por atacadistas fluminenses e portugueses que almejavam uma monarquia baseada na soberania popular e com maior grau de autonomia para as províncias. Seus opositores, o “Partido Brasileiro”, contavam com homens como Silva Lisboa e José Bonifácio, que defendiam um governo centralizado na pessoa do Imperador²¹.

Tratando do mesmo período, Lúcia Bastos das Neves adotou outra estratégia analítica. A historiadora dedicou-se a fazer extensa caracterização do vocabulário político cunhado durante o processo de independência do Brasil pelas elites coimbrã e brasiliense. Segundo Neves, a elite coimbrã era formada majoritariamente em Coimbra e, por isso, identificava-se com o ideal de Império Luso-Brasileiro pautado na soberania da nação. Por outro lado, a elite brasiliense, formada quase exclusivamente por homens nascidos no Brasil e que não haviam feito curso universitário em Coimbra, era mais aberta às novas ideias, e, por isso, defendiam reformas de cunho mais radical²².

Os trabalhos de Salles e Neves podem ser considerados seminais. Especialmente no que se refere à elaboração de uma análise mais pormenorizada das composições socioeconô-

21 Cecília Helena Lorenzini de Salles Oliveira, *A Astúcia Liberal: Relações de Mercado e Projetos Políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*, pp. 107 et seq.

22 Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, *Corcundas e Constitucionais: A Cultura Política da Independência (1820-1822)*, Rio de Janeiro, Revan/Faperj, 2003, p. 51.

micas dos grupos e do vocabulário político da época, ambas as historiadoras puderam demonstrar que a oposição não se dava em torno de portugueses e brasileiros, ou simplesmente entre republicanos e monarquistas, mas que se tratava de uma cena política mais complexa. Com isso, ficou claro que qualquer pesquisa sobre os conflitos no Primeiro Reinado deve levar em conta os influxos do contexto sobre o pensamento político da época.

Entretanto, Renato Lopes Leite em seu livro *Republicanos e Libertários* voltou a definir em termos totalmente opostos a diferença entre os grupos políticos, separando-os entre republicanos e absolutistas. Utilizando como base teórica o filósofo irlandês Philip Pettit, Leite transportou as concepções republicanas europeias e as aplicou ao Brasil. Segundo o autor, a instituição da monarquia constitucional foi apenas uma maneira de “acalmar” os ânimos republicanos²³, e o grupo liderado por Bonifácio era, na verdade, absolutista, enquanto o grupo liderado por Ledo era republicano²⁴.

Se Leite tendeu a extremar os grupos, Gladys Sabino Ribeiro não reconheceu o radicalismo de determinados projetos políticos presentes no Rio de Janeiro na década de 1820. Em artigo de 2009, Ribeiro contestou a ação da imprensa radical na Corte e afirmou que os grupos mais radicais, denomina-

23 Renato Lopes Leite, *Republicanos e Libertários: Pensadores Radicais no Rio de Janeiro (1822)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p. 37.

24 *Idem*, p. 164.

dos pela historiografia²⁵ de liberais exaltados, apenas se apropriavam dos discursos populares para firmar suas posições na opinião pública²⁶. Tratando mais especificamente do período regencial, afirmou que os grupos não tinham projetos políticos bem definidos, questionando até mesmo a existência de um projeto político exaltado²⁷.

A atuação dos liberais exaltados na política no fim do Primeiro Reinado também foi analisada por Fernanda Pandolfi²⁸. A autora mostrou que apesar de, retoricamente, empregarem uma linguagem inflamada na crítica ao governo de D. Pedro I como despótico e tirânico, os liberais exaltados não possuíam uma posição antimonárquica definida. Ao contrário de pretenderem incitar uma insurreição contra o rei e a monarquia,

25 Em destaque estão as obras de Marcello Basile (Marcello Otávio N. de C. Basile, *O Império em Construção: Projetos de Brasil e Ação Política na Corte Regencial*, IFCS/UFRJ, 2004, Tese de Doutorado em História Social; Marcello Basile, “O Radicalismo Exaltado: Definições e Controvérsias”, em Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves e Tânia Bessone da C. Ferreira (orgs.), *Dimensões Políticas do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Contra Capa, 2012).

26 Gladys Sabina Ribeiro, “A Radicalidade dos Exaltados em Questão: Jornais e Panfletos no Período de 1831 A 1834”, *XXV Simpósio Nacional de História, História e Ética*, Fortaleza, 2009, vol. 1, p. 4.

27 *Idem*, p. 7.

28 Fernanda Cláudia Pandolfi, “Política, Imprensa e a Participação dos Militares na Abdicação de D. Pedro I”, *História Unisinos*, vol. 16, pp. 283-293, 2012; Fernanda Cláudia Pandolfi, “O Papel da Imprensa na Política no Final do Primeiro Reinado: Uma Análise do Jornal *Tribuna do Povo*”, *História e Cultura*, vol. 3, pp. 325-343, 2014.

a autora observou que as propostas dos exaltados procuravam criar algo novo sem descartar totalmente as antigas estruturas, o que, no entanto, não os tornava menos radicais para a sociedade da época, pois se destacaram ao dar voz aos desejos mais próximos dos setores populares da época.

Em outra vertente interpretativa, focada no estudo das linguagens políticas, Marcello Basile identificou a existência de um grupo radical em fins do Primeiro Reinado e princípio período regencial, afirmando que moderados, exaltados e caramurus tinham projetos bastante distintos, e que o radicalismo era a marca dos exaltados²⁹. A definição de radicalismo apropriada por Basile baseia-se, principalmente, em Arturo Colombo, para quem o radicalismo é uma proposta na qual qualquer ideia moderada e dentro da ordem era abandonada. No caso do grupo exaltado, algumas questões que diferem da ordem vigente como a defesa do regime republicano, o federalismo e o anticlericalismo eram centrais, e foram defendidas por este grupo³⁰.

A partir do quadro historiográfico apresentado, podemos perceber que existe uma carência de estudos sobre os “projetos radicais” no período abordado por este trabalho. Des-

29 Marcello Basile, “O Radicalismo Exaltado: Definições e Controvérsias”, em Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves e Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira (orgs.), *Dimensões Políticas do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Contra Capa, 2012, p. 22.

30 *Idem*, pp. 29-31.

tacamos, entretanto, que o termo “radical” não aparece nas fontes pesquisadas. Para Arturo Colombo, “radical” não indica uma corrente ideológica ou um partido organizado, mas sim um conjunto heterogêneo de ideias que surgiu no fim do século XVIII na Inglaterra. Tais radicais ingleses lutaram contra o suposto autoritarismo da coroa, e, posteriormente, pela exigência de maior participação no governo. No Brasil, entretanto, ainda não existia uma corrente ou um conjunto de ideias reconhecidas como “radicais”. O que existia aqui eram os “anárquicos” e “demagógicos”. Com isso, devemos estar cientes que, nessa pesquisa, o termo “radical” é um conceito histórico, e não uma definição da época³¹.

Como analisamos nos parágrafos acima, apesar de importantes contribuições da historiografia sobre os “projetos radicais”, os estudos estão localizados nos períodos anteriores a 1824, como o processo de independência e a Confederação do Equador, e posterior a 1826, principalmente com a proliferação de periódicos e indivíduos que se colocavam como partidários da exaltação. Dessa maneira, a existência e a especificidade entre esses dois períodos de um pensamento “radical” não tem sido suficientemente enfatizado pela historiografia.

31 Cf. Arturo Colombo, “Radicalismo”, em Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino (orgs.), *Dicionário de Política*, Brasília, Editora UnB, 1998; Christopher Hill, *O Mundo de Ponta-Cabeça: Ideias Radicais Durante a Revolução Inglesa de 1640*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

Outra hipótese por nós atestada é a existência de uma linguagem política pedrina, que cunhada durante o processo de independência, encontrou continuidade por todo o Primeiro Reinado. Baseada na defesa do Imperador como elemento central da nação brasileira, essa linguagem típica dos áulicos, foi essencial para garantir a governabilidade do Imperador no início do Império, mas acabou declinando durante a Regência.

Entre os projetos políticos de áulicos e liberais, existia uma diferença fundamental: as concepções de liberdade. Enquanto os áulicos apostavam na liberdade qualitativa, os liberais defendiam a liberdade quantitativa³². Para defender seus projetos, construíram vocabulários políticos que reverberaram durante o Primeiro Reinado

Ademais, devemos destacar que a defesa da liberdade tinha seus limites. Por mais diferentes que fossem os projetos políticos, todos estavam incluídos na cultura política. Entendemos por cultura política o conjunto de atitudes, normas e crenças compartilhadas por membros de uma sociedade³³. Sendo assim, seu entendimento nos revela quais os “limites políticos” da comunidade a que pertence, delimitando até que ponto os indivíduos ou grupos podem fazer suas reivindicações através de discursos e práticas³⁴. Porém, não podemos

32 As definições de liberdade serão melhor abordadas no terceiro capítulo.

33 Giacomo Sani, “Cultura Política”, em Norberto Bobbio, *Dicionário de Política*, Brasília, UnB, 1995, p. 306.

34 Keith Michael Baker, *The French Revolution and the Creation of Modern*

entender a cultura política como algo homogêneo, pois, segundo Sani, temos que “pensar que a Cultura Política de uma dada sociedade é normalmente constituída por um conjunto de atitudes, normas e valores diversos, amiúde em contraste entre si”³⁵, pois ela é uma criação histórica, e, sendo assim, discursos heterogêneos podem se sobrepor e mudar as práticas políticas de determinada sociedade³⁶.

Como as fontes desta obra são periódicos que circulavam pelo Rio de Janeiro, não podemos deixar de considerar o conceito de opinião pública e “esfera pública” na sociedade estudada³⁷. Habermas definiu a esfera pública como um espaço conceitual em que cidadãos privados discutem assuntos de interesse comum. Com a substituição da representatividade pública das cortes pelas instituições de uma esfera pública burguesa como, por exemplo, os cafés, a esfera pública aparece como espaço público da crítica. Nesse sentido, a esfera

Political Culture, Oxford, Pergamon Press, 1987, p. 12.

35 Giacomo Sani, “Cultura Política”, p. 307.

36 Keith Michael Baker, *The French Revolution...*, p. 12.

37 Sobre a opinião pública no Brasil e seu desenvolvimento, ver: Marco Morel, “La Génesis de la Opinión Pública Moderna y el Proceso de Independencia (Rio De Janeiro, 1820-1840)”, em François-Xavier Guerra, Annick Lempérière *et al*, *Los Espacios Públicos en Iberoamérica: Ambigüedades y problemas. Siglos XVII-XIX*, México, Fondo de Cultura Económica/Centro Francés de Estudios Mexicanos y Centroamericanos, 1998; Marco Morel, *As Transformações dos Espaços Públicos: Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*, São Paulo, Hucitec, 2005.

pública tem como sujeito “o público enquanto portador da opinião pública”³⁸. Na perspectiva interpretativa de Habermas, com a ampliação da esfera pública burguesa frente ao poder estatal, desenvolveu-se uma consciência política contra o absolutismo, onde são exigidas leis genéricas e o reconhecimento da razão como única legitimadora das leis.

Outro conceito utilizado nesse trabalho será o de nação. Entendemos que foram nos dez primeiros anos do Império do Brasil que as bases do Estado Imperial foram construídas; sendo assim, é de fundamental importância percebemos como era entendida a nação para esses homens. Para compreendermos a percepção da nação luso-brasileira, e, posteriormente, a nação exclusivamente brasileira, é importante a concepção de Benedict Anderson. Para tal autor, a nação é “uma comunidade imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana”. Para a difusão dessa nação, foram de total importância os periódicos e romances impressos³⁹.

Para testarmos nossas hipóteses, utilizamos os jornais *O Spectador Brasileiro* e *O Verdadeiro Liberal* como fontes primárias principais. Também utilizamos edições de outros

38 Jürgen Habermas, *Mudança Estrutural da Esfera Pública: Investigações Quanto a Uma Categoria da Sociedade Burguesa*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2003, pp. 14 et seq.

39 Benedict Anderson, *Comunidades Imaginadas*, São Paulo, Companhia das Letras, 2008, pp. 12-32.

periódicos como *A Estrela Brasileira*, *O Universal*, *Abelha de Itaculumy*, *Atalaia da Liberdade* e *O Triumpho da Legitimidade* que interagiram com os dois jornais supracitados, além de um livro de José da Silva Lisboa, um panfleto e algumas cartas de Frei Sampaio publicadas no *Diário Fluminense*, por serem interlocutores diretos de Plancher e Chapuis.

Os dois principais atores históricos por nós estudados – Plancher e Chapuis – foram bonapartistas e franceses. Em sua estadia no Brasil protagonizaram uma curiosa batalha francesa nos impressos brasileiros. Enquanto Plancher redigiu o periódico *O Spectador Brasileiro* que durou de 1 de julho de 1824 até 28 de abril de 1826, contabilizando duzentas e sessenta e seis edições, Chapuis criou *O Verdadeiro Liberal*, que circulou de 2 de março até 6 de abril de 1826, contando com dezesseis números. Além deles, outros homens como Jean-Baptiste Aimé de Loy⁴⁰, Bernardo Pereira de Vasconcelos⁴¹, José Joa-

40 De Loy foi um dos muitos aventureiros do século XIX. Viajou pelo Brasil até 1820, e foi um dos redatores da *Gazeta do Rio de Janeiro* e do *Diário do Governo*. Seus principais adversários políticos foram os redatores dos jornais *Sylpho*, *Correio do Rio de Janeiro* e os Andrada. No contexto do temor da recolonização do Brasil por Portugal com o apoio da Santa Aliança, De Loy chegou a ser acusado, por João Soares Lisboa em seu jornal *Correio do Rio de Janeiro*, de ser um emissário da Santa Aliança. Após encerrar a publicação de seu jornal em 1824, ele continuou no Brasil até a abdicação, quando partiu com D. Pedro I para lutar na Guerra de Sucessão em Portugal (Isabel Lustosa, *Insultos Impressos: A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000).

41 A autoria do *Universal* ainda é tema de polêmica na historiografia. En-

quim Viegas de Meneses⁴², João Maria da Costa⁴³, Frei Sampaio⁴⁴ e José da Silva Lisboa⁴⁵ também fizeram parte de nossa pesquisa por serem interlocutores.

Cabe destacar que os periódicos e os panfletos de Chapuis e Sampaio estão disponíveis na Biblioteca Nacional e o livro de Lisboa foi disponibilizado pela Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin Digital.

Para trabalhar com as fontes, utilizamos o enfoque collingwoodiano e alguns apontamentos sobre retórica. O enfoque collingwoodiano foi, inicialmente, formulado por histo-

tretanto, o personagem de Bernardo aparece como o principal articulador dos temas no jornal. Bernardo nasceu em Ouro Preto, se formou em Coimbra e foi um dos políticos mais importantes do período imperial.

- 42 Nascido em Villa-Rica, padre Veigas foi o dono da primeira tipografia e do segundo jornal de Minas Gerais, o *Abelha de Itaculuny*.
- 43 João Maria da Costa foi um português nascido na Ilha da Madeira, que havia sido um negociante de grosso trato em Montevideo e, quando iniciou os conflitos na Cisplatina, mudou-se para o Rio de Janeiro. Sua trajetória é peculiar, pois sua posição crítica ao ministério de D. Pedro I no período por nós pesquisado, sofreu uma guinada radical em 1827, quando ele passou a publicar o periódico *Gazeta do Brazil* em que fazia plena defesa do governo. Contudo, no período pesquisado, atuou como um “liberal” opositorista.
- 44 Famoso por suas liturgias, frei Sampaio também se destacou no círculo literário fluminense com a publicação de jornais como *O Regulador* e o *Diário do Rio de Janeiro*.
- 45 Provavelmente o maior intelectual do Primeiro Reinado, publicou livros, panfletos e jornais, todos em defesa do governo de D. Pedro I. Tamaña fidelidade foi recompensada em 1825 com o título de Barão, e em 1826 com o título de Visconde de Cairu.

riadores como John Dunn, Quentin Skinner e John Pocock. Dentre as inúmeras contribuições de Skinner destacamos o “resgate das intenções do autor”. Segundo o britânico, podemos entender o que o autor estava fazendo na hora em que ele estava escrevendo, e o que pretendia ao escrever tal texto⁴⁶. Já Pocock propôs algumas alterações no enfoque collingwoodiano. Criticou Quentin Skinner em relação ao objetivo do “resgate das intenções” do autor e questionou sobre “a possibilidade de uma lacuna entre a intenção e efeito, ou entre a consciência do efeito e o efeito propriamente dito”. Dessa forma, Pocock ressaltou que, talvez, as palavras possam não ser do próprio autor e a linguagem utilizada deva “ser tomada dele e utilizada por terceiros em vista de outros efeitos”. Além disso, Pocock também valorizou grandemente a articulação entre texto e contexto, em que “existe uma história que se forma nas interações entre *parole* e *langue*”⁴⁷.

Em termos gerais, segundo a escola apontada, o primeiro passo da metodologia consiste em compreender as diferentes linguagens presentes no contexto estudado. Conhecendo tais linguagens, poderemos identificá-las dentro dos textos e determinarmos os limites que cada uma impõe. Em seguida,

46 John G. Pocock, *Linguagens do Ideário Político*, São Paulo, Edusp, 2003, pp. 27-29.

47 *Idem*, pp. 29 *et seq.*

devemos fazer uma explicação exaustiva dos lances⁴⁸ do autor e das mensagens que transmitiu⁴⁹. Após conhecermos as linguagens presentes no contexto estudado, compreender e perceber os lances dados pelo nosso autor e perceber se ele tinha uma intenção coerente de dar esses lances em uma única *parole*, devemos entender as diferentes leituras e respostas que o texto teve. Dessa forma, a etapa seguinte será observar como os atos de enunciação do autor foram recebidos por outros autores, como foi respondido e como foi modificado, resultando em alterações ou não na *langue*, mesmo que não necessariamente as alterações pretendidas pelos autores.

Em outra vertente também voltada para o estudo da linguagem, José Murilo de Carvalho ofereceu importantes orientações sobre o uso da retórica como chave de leitura dos escritos⁵⁰, principalmente ao destacar o trabalho de Chaïm Perelman. Carvalho ressalva, especialmente, a noção de auditório de Perelman, em que a persuasão dos leitores é considerada o objetivo principal na produção dos textos⁵¹ e, por

48 Algumas expressões aqui usadas, como *lances*, *langue* e *parole*, são típicas do contextualismo linguístico. Resumidamente, a *langue* seria o contexto linguístico de determinado local ou momento, a *parole* os atos individuais ou de um grupo específico que se relacionam diretamente com a *langue*, e os *lances* as tentativas de modificação da *langue*.

49 *Idem*, pp. 33 *et seq.*

50 José Murilo de Carvalho, “História Intelectual no Brasil: A Retórica Como Chave de Leitura”, *Topoi*, vol. 1, n. 1, pp. 123-152, dez. 2000.

51 Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, *Tratado Da Argumentação: A Nova Retórica*, São Paulo, Martins Fontes, 2005, p. 6.

isso, os recursos estilísticos e os argumentos eram definidos dependendo do público visado⁵². Além disso, Perelman ressaltou que os autores estavam inseridos em certos debates em que cada um tinha sua posição política e buscava persuadir o público de que ele era o porta voz da verdade⁵³. Nesse sentido, buscamos estar atentos às estratégias, alusões, analogias e metáforas utilizadas pelos redatores dos periódicos estudados.

Para finalizar, cabe esclarecer que este trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo abordou o momento de consolidação dos periódicos na esfera pública brasileira. A partir dos primeiros jornais brasileiros criados ainda no período joanino, analisamos a transformação da imprensa que, marcada inicialmente pelo oficialismo, se transformou em uma imprensa de combate do Primeiro Reinado. O escopo do capítulo consiste na análise do complicado processo de consolidação dos jornais que se colocavam como porta vozes da opinião pública e a aparição de Plancher na imprensa brasileira, simbolizando a luta dos áulicos contra a Confederação do Equador.

No segundo capítulo a trajetória de Plancher foi analisada mais detalhadamente. Estudamos, nessa parte, suas estratégias políticas e sua rede de relações, tendo em mente o contexto político em que o autor se situava. Foram analisados, mais especificamente, o ano de 1825 e o projeto de consolida-

52 *Idem*, p. 7.

53 *Idem*, p. 42.

ção da autoridade de D. Pedro I através do periódico *O Spectador Brasileiro*. O foco do capítulo afigurou-se no estudo da obra e vida de Plancher como estudo de caso para conhecimento do grupo áulico, tendo em conta suas posições políticas e sua ampla rede de relacionamento.

No terceiro capítulo nos atemos ao ano de 1826. Tentou-se avaliar a chegada de Chapuis e a inserção de João Maria da Costa no círculo intelectual do Rio de Janeiro como elementos de transformação da cena pública fluminense. Com a criação de seus jornais, *O Verdadeiro Liberal* e *a Atalaia da Liberdade*, os áulicos precisaram se mobilizar para defender o governo de D. Pedro I dos ataques que vinha sofrendo. Chapuis e João Maria, ao trazerem assuntos até então ausentes nos periódicos fluminenses, incomodaram os áulicos e acabaram tachados de “anarquistas” e “demagogos” por seus adversários. Concentramo-nos, nessa parte da dissertação, nas diferenças entre os projetos políticos “radical” e áulico e nas consequências desse debate na imprensa para a política do Primeiro Reinado.

Capítulo 1

A primeira onda da imprensa no Brasil (1821-1824)

Esta furiosa guerra de pena, não é menos efetiva que a guerra de espada, e ainda é mais incendiária e devastadora, como se tem visto em todas as Revoluções.

LISBOA, *Triumpho da Legitimidade.*

As palavras de Silva Lisboa em 1825 de que a guerra de penas pode ser devastadora, encontrou sua confirmação no Brasil do Primeiro Reinado. O surgimento dos periódicos e o início dos confrontos impressos não se deram de forma pacífica, e assim como numa guerra, vidas foram perdidas, pessoas agredidas e outras exiladas.

O primeiro periódico impresso no Brasil foi a *Gazeta do Rio de Janeiro* em setembro de 1808. Posteriormente, surgiram

outros periódicos como *Idade D'ouro*, *O Patriota* e *As Variedades ou Ensaios Periódicos da Litteratura*, todos baseados em notícias, proclamações do governo, anúncios e resenhas de obras literárias. Impressos “Com licença” do governo¹ foram os primeiros a circular legalmente no Brasil. Cabe ressaltar, entretanto, que a *Gazeta* foi o primeiro periódico impresso no Brasil, mas não foi o primeiro a circular. O primeiro jornal a circular no Brasil, mesmo que clandestinamente, foi o *Correio Braziliense*, que, escrito por Hipólito da Costa em Londres, chegou ao Brasil dois meses antes do início da *Gazeta*. O *Correio*, mesmo impresso em Londres, se destacou por trazer notícias da Europa e iniciar a introdução de conceitos liberais na esfera pública brasileira².

Esses periódicos circulavam pela Corte e o acesso a eles era relativamente fácil, pois o preço dos jornais, normalmente, variava entre 40 e 80 réis, o que, em comparação com o

- 1 “Com licença” significava impresso com a permissão do governo (Ana Carolina Galante Delmas, “Elogios Impressos: Dedicatórias no Brasil de D. João VI”, em Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (org.), *Livros e Impressos: Retratos do Setecentos e do Oitocentos*, Rio de Janeiro, Editora Uerj, 2009).
- 2 Para maiores informações sobre a atuação do *Correio*, cf. Isabel Lustosa, “*Correio Braziliense* (1808-1822): A Imprensa Brasileira Nasceu Inglesa e Liberal”, em Eliana de Freitas Dutra, Jean-Yves Mollier (orgs.), *Política, Nação e Edição: O Lugar dos Impressos na Construção da Vida Política no Brasil, Europa e Américas nos Séculos XVIII-XX*, São Paulo, Annablume, 2006; Marco Morel, “Os Primeiros Passos da Palavra Impressa”, em Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca (orgs.), *História da Imprensa no Brasil*, 2. ed., São Paulo, Contexto, 2013.

preço de uma “empada de recheio de ave” (100 réis) e uma garrafa de aguardente de cana (80 réis), podem ser considerados acessíveis³. Dessa forma, os preços baixos proporcionavam um espaço de circulação de notícias e ideias, mesmo que dependentes da autorização do governo. Através dos jornais, as notícias da guerra contra a França, os sucessos da restauração portuguesa, os tratados de paz e inúmeros outros assuntos chegaram à população. Cabe ressaltar que mesmo antes de 1808, panfletos e manuscritos já circulavam no Rio de Janeiro.

A literatura tem mostrado que a modernidade política chegou de maneira gradual e, assim como a independência, foi adentrando o Brasil através das discussões em torno da Regeneração do Porto⁴. Como já exposto por Marco Morel,

[...] parece ser sugestivo compreender que a primeira geração da imprensa periódica no Brasil não surge do vazio, nem veio apenas “de fora”, numa espécie de gestação espontânea ou extemporânea, mas baseou-se em experiências perceptíveis. Além da já citada cena pública complexa, na qual ela se inseria, havia uma tradição de atividades im-

3 Cf. Marcos Morel, *As Transformações dos Espaços Públicos: Imprensa, Atores, Políticos e Sociabilidade na Cidade Imperial (1820-1840)*, São Paulo, Hucitec, 2005; Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, “Cidadania e Participação Política na Época da Independência do Brasil”, *Caderno Cedes*, vol. 22, n.58, pp. 47-64, 2002.

4 Marco Morel e Mariana Monteiro de Barros, *Palavra, Imagem e Poder: O Surgimento da Imprensa no Brasil do Século XIX*, Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p. 17.

pressas da nação portuguesa, à qual o Brasil pertencia, e a possibilidade de os primeiros redatores propriamente brasileiros terem aprendido e convivido, ainda que informalmente, com a imprensa de outros países⁵.

A transferência da Corte foi um divisor de águas na circulação de impressos periódicos, pois trouxe consigo todo o aparato administrativo português⁶, que tornou imperativa a criação de tipografias e a importação de livros. Nas palavras de João Cruz Costa, “criava-se tudo quanto até então nos havia recusado”, principalmente “os instrumentos capazes de engendrar progressos no domínio da cultura intelectual”⁷. Sendo assim, a estadia da Corte trouxe consigo uma série de investimentos culturais graças à interiorização dos interesses da Corte no Rio de Janeiro⁸. Segundo Hallewell, em 1808, já era possível perceber a existência de duas livrarias no Rio de Janeiro, que, em 1809, se tornaram cinco⁹.

5 Marco Morel, “Da Gazeta Tradicional aos Impressos de Opinião: Metamorfoses da Imprensa Periódica no Brasil”, em Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (org.), *Livros e Impressos: Retratos do Setecentos e do Oitocentos*, Rio de Janeiro, Eduerj, 2009, p. 164.

6 Jurandir Malerba, *A Corte no Exílio: Civilização e Poder no Brasil às Vésperas da Independência (1808 a 1821)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 200.

7 Sérgio Buarque de Holanda (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo, Difel, 1970, p. 206.

8 Maria Odila Leite da Silva Dias, “A Interiorização de Metrópole”, em *A Interiorização da Metrópole e Outros Estudos*, São Paulo, Alameda, 2005, p. 21.

9 Laurence Hallewell, *O Livro no Brasil: Sua História*, 2. ed., São Paulo, Edusp, 2005, p. 108.

Como mencionamos anteriormente, esses periódicos se resumiam a notícias, anúncios e resenhas. Segundo Neves, se formou no Rio de Janeiro uma esfera literária que tornou necessária a “figura ideal de um crítico” capaz de comentar notícias e livros, iniciando uma esfera literária mais ampla que pudesse, de certa maneira, representar a opinião do público leitor. A opinião desse crítico era, por vezes, rebatida pelos leitores, abrindo a possibilidade de debate entre os homens de letras e expandindo o espaço de atuação da esfera literária¹⁰.

Mas, mesmo nessa esfera literária, algumas questões políticas acabavam aparecendo nos periódicos. Segundo Raquel Stoiani, a *Gazeta do Rio de Janeiro* foi um instrumento do governo joanino para fazer propaganda contra o governo napoleônico¹¹. Através da descrição de batalhas, das especulações militares e econômicas e da rotina dos reinos, a *Gazeta* buscava quebrar as distâncias entre a América e a Europa, reconectando os portugueses transladados ao contexto europeu e não ficando de fora da guerra¹². Em outras palavras, foi por meio

10 Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, “Dos ‘Avisos’ de Jornais às Resenhas como Espaços de Consagração (1808-1836)”, em Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (org.), *Livros e Impressos: Retratos do Setecentos e do Oitocentos*, Rio de Janeiro, Editora Uerj, 2009, p. 59.

11 Raquel Stoiani, “Uma Guerra Sem Soldados e Sem Canhões: A Função Bélica e Ideológica da *Gazeta do Rio de Janeiro* durante as Guerras Napoleônicas”, *Revista USP*, n. 79, p. 72, set.-nov. 2008.

12 *Idem*, p. 73.

da *Gazeta* que se começou a discutir abertamente as questões sobre o poder¹³.

Em vista disso, uma questão discutida pela literatura consiste em como e quando se deu a consolidação dos espaços públicos modernos no Brasil. Como destacado anteriormente, a transformação dos espaços públicos, utilizando a expressão de Marco Morel¹⁴, ocorreu gradativamente, e não por meio de uma explosão repentina causada por um único fato. Pode-se afirmar, com efeito, que já existia um movimento, desde 1808, de transição do espaço privado para o público, mas a Regeneração do Porto acabou por acelerar tal transição.

A Regeneração do Porto foi desencadeada pelo descontentamento de grande parte da elite que permaneceu em Lisboa em razão da ameaça napoleônica. Além disso, o desenvolvimento político e econômico do Brasil decorrente de sua elevação a Reino Unido e a abertura dos portos alargaram o desagrado dos reinóis. Se, de um lado, a abertura dos portos impediu o desenvolvimento da incipiente indústria portuguesa¹⁵, de outro, a situação política causava descontentamento entre os portugueses que se sentiam

13 João Paulo Garrido Pimenta, *Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos do Prata (1808-18280)*, São Paulo, Hucitec, 2006, p. 78.

14 Marco Morel, *As Transformações dos Espaços Públicos: Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*, São Paulo, Hucitec, 2005.

15 Maria Odila Leite da Silva Dias, “A Interiorização de Metrópole”, em *A Interiorização da Metrópole e Outros Estudos*, São Paulo, Alameda, 2005, p. 13.

esquecidos pelo rei¹⁶. Descontentes com essa situação, os lusitanos declararam ser urgente a restauração das antigas instituições políticas e o retorno da Corte, pretendendo, com isso, recuperar o antigo lugar de Portugal no Reino.

Uma das primeiras atitudes do movimento foi instaurar a liberdade de imprensa. Com isso, a Regeneração do Porto pode ser entendida como um ponto de ruptura. A partir da declaração da liberdade de imprensa uma série de jornais surgiu em ambos os lados do Atlântico.

Quadro 1. *Jornais Criados em 1821 no Brasil.*

| | Jornal | Data de Início | Local |
|----|--|------------------|--------------------|
| 1 | <i>Semanário Cívico</i> | Março de 1821 | Bahia (1) |
| 2 | <i>Amigo do Rei e da Nação</i> | Março de 1821 | Rio de Janeiro (1) |
| 3 | <i>O Bem da Ordem</i> | Março de 1821 | Rio de Janeiro (2) |
| 4 | <i>O Conciliador do Reino Unido</i> | Março de 1821 | Rio de Janeiro (3) |
| 5 | <i>Aurora Pernambucana</i> | Março de 1821 | Pernambuco (1) |
| 6 | <i>O Conciliador do Maranhão</i> | Abril de 1821 | Maranhão (1) |
| 7 | <i>Jornal de Anúncios</i> | Maio de 1821 | Rio de Janeiro (4) |
| 8 | <i>Diário do Rio de Janeiro</i> | Junho de 1821 | Rio de Janeiro (5) |
| 9 | <i>Diário Constitucional</i> | Agosto de 1821 | Bahia (5) |
| 10 | <i>Reverbero Constitucional Fluminense</i> | Setembro de 1821 | Rio de Janeiro (6) |

16 Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, *Corcundas e Constitucionais: A Cultura Política da Independência (1820-1822)*, Rio de Janeiro, Revan/Faperj, 2003, p. 233.

Anarquistas e servis

| | | | |
|----|---|------------------|---------------------|
| 11 | <i>O Espelho</i> | Outubro de 1821 | Rio de Janeiro (7) |
| 12 | <i>O Alfaiate Constitucional*</i> | Outubro de 1821 | Rio de Janeiro (8) |
| 13 | <i>A Malagueta</i> | Dezembro de 1821 | Rio de Janeiro (9) |
| 14 | <i>O Relator Verdadeiro*</i> | Dezembro de 1821 | Pernambuco (2) |
| 15 | <i>Sabatina Familiar</i> | Dezembro de 1821 | Rio de Janeiro (10) |
| 16 | <i>O Despertador dos Verdadeiros Constitucionais*</i> | Dezembro de 1821 | Bahia (6) |
| 17 | <i>Segarrega*</i> | Dezembro de 1821 | Pernambuco (3) |

Fonte: Com exceção dos periódicos sinalizados por um asterisco (*), todos se encontram disponíveis no site da Biblioteca Nacional Digital. Os sinalizados pelo asterisco foram encontrados apenas referências em Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro, Mauad, 1999. Foram citados apenas os jornais que tiveram mais de um número.

Como observado no Quadro 1, apenas no ano de 1821 foram criados dezessete jornais no Brasil. Esse número mostra a importância da Regeneração do Porto para o desenvolvimento da imprensa no Brasil. Grande parte desses periódicos se concentrava em discussões políticas, o que acabou por favorecer a propagação das ideias constitucionalistas. Percebe-se, com isso, uma importante transformação na imprensa brasileira. A opinião pública começava a ganhar peso para influir nos negócios públicos, ultrapassando, dessa maneira, os limites do julgamento privado. Os construtores dessa opinião pública portavam-se como propagadores das luzes e expressavam suas opiniões políticas¹⁷.

17 Marco Morel, *As Transformações dos Espaços Públicos: Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*, pp. 201-210.

Não só os impressos ganharam importância, como os próprios espaços de sociabilidade tornaram-se locais de discussão e manifestação política. Além da existência de sociedades secretas desde antes de 1808¹⁸, as ruas também foram tomadas por manifestações populares¹⁹. As novas ideias adquiriram dimensão pública. É verdade que essas ideias já estavam em circulação através de livros contrabandeados que os censores não conseguiam ter controle completo²⁰, mas agora elas se tornavam públicas. Dessa maneira, a liberdade de imprensa, mesmo que limitada, permitiu e promoveu a circulação das novas ideias políticas.

1. A nova cultura política brasileira

No contexto da nova cultura liberal que circulava nos impressos pelo país, alguns conceitos tornaram-se fundamentais no desenvolvimento do novo vocabulário político. Dentre eles está despotismo, que trazia consigo uma gama de noções referentes ao Antigo Regime. Invocado como o oposto de liberdade, o vocábulo vinculava-se igualmente à noção de um poder ilimitado do soberano. Outro termo muito comum nos

18 Alexandre Mansur Barata, *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada & Independência do Brasil (1790-1822)*, Juiz de Fora, Ed. UFJF, 2006, p. 73.

19 Hendrik Kraay, “Definindo Nação e Estado: Rituais Cívicos na Bahia Pós-Independência (1823-1850)”, *Topoi*, n. 3, set. 2001, pp. 73-80.

20 Luiz Carlos Villalta, “Os Livreiros, os Livros Proibidos e as Livrarias em Portugal Sob o Olhar do Antigo Regime (1753-1807)”, em Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (org.), *Livros e Impressos: Retratos do Setecentos e do Oitocentos*, Rio de Janeiro, Editora Uerj, 2009, p. 229.

debates foi o de escravidão, relacionado à supressão da liberdade em seu sentido político. E, evidentemente, a expressão liberdade também adquiriu importância fundamental.

Segundo João Paulo Garrido Pimenta e István Jancsó, mesmo antes de 1820, novas identidades políticas desenvolveram-se gradativamente segundo três tipologias: a) a regional, como a mineira e a paulista; b) a americana, relativa ao continente; c) a portuguesa, revisada sob a oposição das duas anteriores. A denominação “Brasil” não passava, até aquele período, de abstração que só tinha utilidade em questões administrativas²¹. Os autores consideram que essas identidades ganharam corpo com a vinda da Família Real, com a subordinação das demais províncias do Reino do Brasil ao Rio de Janeiro e com a independência das colônias hispano-americanas²², que tornaram a identidade “americana” uma referência política mais plausível²³. A aceleração do processo se deu com a Regeneração do Porto, quando se exigiu o retorno do monarca a Portugal. Essa decisão trouxe imensa aceleração do ritmo da vida política na América portuguesa, o que foi catalisado

21 István Jancsó e João Paulo Pimenta, “Peças de um Mosaico (ou Apontamentos para o Estudo da Emergência da Identidade Nacional Brasileira)”, em Carlos Guilherme Mota (org.), *Viagem Incompleta: A Experiência Brasileira 1500-2000*, São Paulo, Senac, 2000, pp. 139-140.

22 João Paulo Pimenta, “Portugueses, Americanos, Brasileiros: Identidades Políticas na Crise do Antigo Regime Luso Americano”, *Almanack Braziliense*, vol. 3, p. 70, 2006.

23 *Idem*, p.154.

pela decretação da liberdade de imprensa, que proporcionou a maior circulação das ideias liberais e separatistas tornou possível a afirmação ainda maior dos “sentimentos nacionais”²⁴.

A respeito das publicações de jornais e romances, Benedict Anderson afirmou sua estreita ligação com a formação das novas identidades nacionais²⁵. O compartilhamento dos mesmos textos criava, segundo o estudioso, um vínculo entre pessoas que jamais se conheceriam, cuja imaginação de certa identidade nacional os aproximava²⁶. Pode se afirmar que a transcrição, no Brasil, dos debates das Cortes de Lisboa, tornou público o embate e a diferença de projetos entre os deputados de ambos os lados do Atlântico, distinguindo, paulatinamente, os portugueses de cada continente. Com isso, se antes o Brasil não possuía sentido de nação, com o decorrer dos debates e dos conflitos entre os deputados vindos da América e os da Europa, o “ser brasileiro” tomava conteúdo político cada vez maior, até se concretizar com a independência²⁷.

24 *Idem*, p.162.

25 Benedict Anderson, *Comunidades Imaginadas*, São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

26 “[...] Um americano nunca vai conhecer, e nem sequer saber o nome, da imensa maioria de seus 240 milhões de compatriotas. Ele não tem ideia do que estão fazendo a cada momento. Mas tem plena confiança na atividade constante, anônima e simultânea deles” (Benedict Anderson, *Comunidade Imaginadas*, pp. 56-57).

27 István Jancsó e João Paulo Pimenta, “Peças de um Mosaico (ou Apontamentos para o Estudo da Emergência da Identidade Nacional Brasileira)”, em Carlos Guilherme Mota (org.), *Viagem Incompleta: A Experiência Brasileira 1500-2000*, São Paulo, Senac, 2000, p. 167.

A identidade “brasileira” proporcionada pela leitura dos impressos da época talvez possa ser percebida com o desenvolvimento do ideal separatista. Veiculavam-se as novas nacionalidades em publicações periódicas como os jornais *Reverbero Constitucional Fluminense* e *O Correio do Rio de Janeiro*²⁸, que pertenciam aos liberais, e em *O Espelho*, folha do “Partido Brasileiro”.

Cumprido o ideal separatista com a independência do Brasil em relação a Portugal, os grupos liberais e o “Partido Brasileiro” entraram em conflito no momento de definição do caráter do novo Estado na América. Substancialmente, seus projetos políticos distinguiam-se em relação à centralização administrativa e política do país. O debate, mais uma vez, foi veiculado em publicações periódicas, cuja ampla distribuição acelerou a politização das ruas²⁹.

Em 1822 circulavam doze jornais no Rio de Janeiro, cinco criados em 1821 (*Gazeta do Brasil*, *Diário do Rio de Janeiro*, *Reverbero Constitucional Fluminense*, *O Espelho*, e *A Malagueta*) e sete surgidos no ano de 1822, conforme Quadro 2.

28 Importante destacar que ambos os periódicos continham algumas diferenças entre seus projetos políticos (Jorge Vinícius Monteiro Viana, *Imaginando a Nação: O Vocabulário Político da Imprensa Fluminense no Processo de Independência do Brasil (1821-1824)*, Dissertação de Mestrado em História, ICHS/UFRFF, 2011).

29 Marcello Basile, “Império Brasileiro: Panorama Político”, em Maria Yedda Linhares (org.), *História Geral do Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Campus, 2000, p. 207.

Quadro 2. *Jornais Criados em 1822 no Rio de Janeiro.*

| Jornal | Data de Início | Redatores |
|---|------------------|---|
| 1. <i>Compilador Constitucional, Político e Literário Brasiliense</i> | Janeiro de 1822 | José Joaquim Gaspar do Nascimento e João Baptista Queiroz |
| 2. <i>Correio do Rio de Janeiro</i> | Abril de 1822 | João Soares Lisboa |
| 3. <i>O Papagaio</i> | Maior de 1822 | Luiz Moutinho Lima Tavares da Silva |
| 4. <i>O Macaco Brasileiro</i> | Junho de 1822 | Pedro da Silva Porto e Manuel Ignácio Ramos Zuzarte |
| 5. <i>O Regulador Brasília-Luso</i> | Julho de 1822 | Antônio José Loureiro e frei Francisco Sampaio |
| 6. <i>O Constitucional</i> | Julho de 1822 | José Joaquim da Rocha e Belchior Pinheiro de Oliveira |
| 7. <i>O Volantim*</i> | Setembro de 1822 | - |

Fonte: Todos se encontram disponíveis no site da Biblioteca Nacional Digital. A relação das datas e dos autores foi retirada de: Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro, Mauad, 1999. Foram citados apenas os jornais que tiveram mais de um número e os sinalizados com asterisco * não foram encontradas informações sobre os redatores.

A respeito do público leitor desses periódicos, Isabel Lustosa afirma que esses homens escreviam uns para os outros, para público em geral e para D. Pedro I. Debatiam entre si as divergências programáticas, mas também buscavam preparar o povo para o regime liberal³⁰ e conquistar a adesão do Imperador. Nas palavras da historiadora, acreditavam ter “virtu-

30 Isabel Lustosa, *Insultos Impressos: A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, pp. 26-30.

des mágicas do saber e confiavam na educação como alavanca principal de transformação da sociedade”³¹.

Importante ressaltar que, mesmo de lados opostos no campo político, ambos os grupos – “Partido Brasileiro” e “liberais” – defendiam o sistema constitucional. A literatura tem mostrado que não existia no Rio de Janeiro um grupo absolutista, mas sim partidários da vertente mais conservadora do constitucionalismo. Nem mesmo os autores mais autoritários do grupo áulico³², como será mostrado adiante, eram absolutistas. Ambos os grupos defendiam um regime constitucional, residindo a diferença na indicação da instituição portadora da soberania. Enquanto os liberais advogavam que a Assembleia Constituinte³³ ou o povo em seu conjunto³⁴ deveria ser

31 Isabel Lustosa, “O Macaco Brasileiro: Um Jornal Popular na Independência”, *Revista USP*, n. 58, p. 94, jun.-ago. 2003.

32 Para compreensão inicial, basta sabermos que os áulicos representam uma facção política que, por sua proximidade com o monarca, usam tal influência e intimidade para ganhar benesses políticas e sociais (Júlio Cesar Bentivoglio, “Cultura Política e Consciência Histórica no Brasil: Uma Contribuição ao Debate Historiográfico Sobre a Formação dos Partidos Políticos no Império”, *Diálogos*, vol. 14, n. 3, 2010).

33 Cecília Helena Lorenzini de Salles Oliveira, *A Astúcia Liberal: Relações de Mercado e Projetos Políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*, São Paulo, Editora USF/Ícone, 1999, p. 203.

34 Dentro desse mesmo grupo, e, ao lado dos monarquistas, existiam os elementos mais radicais, sendo o principal deles João Soares Lisboa. Dessa maneira, não podemos compreender todo esse grupo como republicanos, como fez Renato Lopes Leite, mas observar suas distintas concepções políticas. Um bom exemplo disso é a já citada dissertação

o portador da soberania, o “Partido Brasileiro” propugnava a centralização de poder na pessoa do Imperador e apoiado pelos ministros³⁵.

De qualquer modo, a importância da Constituição para a concretização do novo pacto social se tornava fundamental. A constituição era a garantia dos direitos e deveres, ou seja, o vínculo primordial entre o cidadão e o rei. Nas palavras de Andréa Slemian, “a Constituição tratava-se de uma necessidade”, e não uma escolha³⁶. Imperador e constituição deveriam, para os dois grupos, andar de mãos dadas³⁷, e uma série de festas e cerimônias³⁸ foi organizada no país para fazer

de Jorge Vinicius Monteiro Vianna.

- 35 Cecília Helena Lorenzini de Salles Oliveira, *A Astúcia Liberal: Relações de Mercado e Projetos Políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*, p. 127.
- 36 Cf. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves e Guilherme Paulo Castagnoli Pereira das Neves, “Constituição”, em João Feres Júnior (org.), *Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil*, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014; Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, “Constituição: Usos Antigos e Novos de um Conceito no Império do Brasil (1821-1860)”, em José Murilo Carvalho e Lucia Maria Bastos Pereira das Neves (orgs.), *Repensando o Brasil do Oitocentos: Cidadania, Política e Liberdade*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009; Andréa Slemian, *Sob o Império das Leis: Constituição e Unidade Nacional na Formação do Brasil (1822-1834)*, Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2006, p. 17.
- 37 Andréa Slemian, *Sob o Império das Leis: Constituição e Unidade Nacional na Formação do Brasil (1822-1834)*, p.90.
- 38 Durante essas festas e cerimônias, é importante ressaltar a reafirmação da hierarquia social (Hendrik Kraay, “Definindo Nação e Estado: Rituais Cívicos na Bahia Pós-Independência (1823-1850)”, *Topoi*, n. 3, pp. 63-90, 2001).

circular os sentidos da realeza³⁹. Nessas cerimônias e festas, a adesão ao projeto constitucional formou no Brasil um corpo político, ainda que muito frágil.

A própria montagem da persona do imperador e a formação do corpo social foram discutidas pelos jornalistas fluminenses. Os membros do “Partido Brasileiro” acusavam os liberais de anárquicos, republicanos e demagogos, enquanto os liberais acusavam seus rivais de déspotas e inimigos da nação. Cecília Oliveira adverte que o discurso do “Partido Brasileiro” veiculava o príncipe a certa imagem paternalista, ao ataque às Cortes, aos portugueses e a recorrente alusão à sublevação escrava. Essas premissas alcançaram mais sucesso junto à elite brasileira do que o discurso liberal⁴⁰. Talvez a abrangência desse programa político explique o sucesso do “Partido Brasileiro” que desfrutou da preferência da elite e do próprio Imperador.

Inseridos em uma guerra política, os membros do “Partido Brasileiro” aproveitaram-se de sua maior proximidade com o Imperador e de seu prestígio político para atingir seus adversários. Vários ataques aos opositoristas liberais aconteceram durante o ano de 1822. Em dois de novembro, após uma série de intrigas palacianas, José Bonifácio, que retorna-

39 Andréa Slemian, *Sob o Império das Leis: Constituição e Unidade Nacional na Formação do Brasil (1822-1834)*.

40 Cecília Helena Lorenzini de Salles Oliveira, *A Astúcia Liberal: Relações de Mercado e Projetos Políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*, São Paulo, Editora USF/Ícone, 1999, pp.218-224.

ra ao posto de ministro, mandou “proceder a uma devassa a respeito dos atentados praticados nesta capital”. Acusados de “terríveis monstros desorganizadores da boa ordem”, os implicados se tornaram vítimas de “uma rigorosa devassa”. Em 11 de novembro, Bonifácio voltava à carga e requeria ao “Governo e Câmara das Províncias que devassem sobre os agentes e emissários do partido dos demagogos”⁴¹. Neste momento, começava a perseguição aos membros do grupo liberal.

Com a devassa instaurada por José Bonifácio e estendida para as outras províncias do Império, os líderes liberais tornaram-se objeto de perseguição política. Seus principais expoentes, Gonçalves Ledo, Januário da Cunha Barbosa, Clemente Pereira e João Soares Lisboa foram penalizados com o exílio. Esse movimento orquestrado no Palácio desferiu um duro golpe na imprensa vinculada aos liberais. Além do desaparecimento dos periódicos *Revérbero Constitucional Fluminense* e *Correio do Rio de Janeiro*, o clima de medo e desconfiança aumentou. Nas palavras de Nelson Werneck Sodré, com o “golpe da cúpula de Bonifácio”, os periódicos liberais praticamente desapareceram⁴². O efeito moral da repressão foi enorme. Como consequência, em 1823 podemos contabilizar a existência de apenas dez jornais políticos.

41 Governo do Império do Brasil, *Collecção das Decisões do Império do Brazil de 1822*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1887, pp. 92-94.

42 Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro, Mauad, 1999, p.75.

Anarquistas e servis

Quadro 3. Jornais Existentes no Ano de 1823 no Rio de Janeiro.

| JORNAL | ANO DE CRIAÇÃO | REDADORES |
|--|----------------|--|
| 1. <i>O Espelho</i> | 1821 | Manoel Ferreira de Araújo Guimarães |
| 2. <i>Correio do Rio de Janeiro</i> | 1822 | João Soares Lisboa |
| 3. <i>O Regulador Brasileiro</i> | 1822 | Frei Francisco de Sampaio e Antônio José da Silva Loureiro |
| 4. <i>A Sentinela da Liberdade da Praia Grande</i> | 1823 | Giuseppe Steffano Grandona |
| 5. <i>O Tamoyo</i> | 1823 | Andradas |
| 6. <i>A Atalaia</i> | 1823 | José da Silva Lisboa |
| 7. <i>A Estrela Brasileira</i> | 1823 | De Roy |
| 8. <i>O Sylpho: Periódico Fluminense</i> | 1823 | Antônio José Falcão |
| 9. <i>A Malagueta</i> | 1821 | Luis Augusto May |
| 10. <i>O Mosquito</i> | 1823 | Não identificado |

Fonte: Todos se encontram disponíveis no site da Biblioteca Nacional Digital. A relação das datas e dos autores foi retirada de: Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro, Mauad, 1999. Foram citados apenas os jornais que tiveram mais de um número e com objetivos propriamente políticos.

Dessa maneira, pela primeira vez desde 1820, observa-se uma retração no número de jornais. Se em 1822 circulavam no Rio de Janeiro treze jornais, agora havia apenas oito. Além disso, desses oito, quatro⁴³ tinham orientação visivelmente ligada ao governo de D. Pedro I. Para tornar a situa-

43 São eles: *O Espelho*, *A Atalaia*, *O Regulador Brasileiro* e *A Estrela Brasileira*.

ção da imprensa ainda mais caótica, em junho de 1823, Luiz Augusto May⁴⁴, redator do periódico *A Malagueta*, após uma discussão com D. Pedro I e José Bonifácio foi espancado em sua casa⁴⁵. No mesmo ano, ironicamente, os Andradas foram exilados por ordem expressa do Imperador, após a dissolução da Constituinte. Em virtude disso, houve o fim do periódico *O Tamoyo*. Neste contexto se verificou ainda a fuga de Stephano Grandona, redator de *A Sentinela da Liberdade da Praia Grande*, de quem só se sabe notícia em Buenos Aires no ano de 1824, que, com uma edição extraordinária de *A Sentinela*, desferiu críticas a Pedro I⁴⁶. O último sobrevivente dos oponentes ao Imperador, João Soares Lisboa, também foi exilado, mas ao longo do caminho preferiu desembarcar em Pernambuco para lutar na Confederação do Equador.

A diminuição de periódicos e a crescente repressão não implicaram na perda da importância adquirida pelos espaços públicos. Mesmo porque, como veremos adiante, o governo também utilizou periódicos para a defesa de seu projeto político diante das acusações de despotismo por parte das folhas pernambucanas publicadas durante a Confederação do Equador.

44 *A Malagueta* não foi inserida na contagem, pois não circulou com regularidade. Entretanto, o ataque sofrido pelo seu redator não pode ser deixado de fora da lista de agressões aos jornalistas.

45 Isabel Lustosa, *Insultos Impressos: A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 309.

46 Isabel Lustosa, *O Nascimento da Imprensa Brasileira*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003, p. 52.

dor. Portanto, durante o processo de independência e “a duras e pesadas penas”⁴⁷, os espaços públicos se afirmaram como local de legitimação política.

2. A imprensa áulica de 1824

A repressão aos jornais oposicionistas, curiosamente, não diminuiu a importância da imprensa governista. Diante da outorga da constituição e os problemas que dela advieram, tornou-se necessária a existência de jornais no Rio de Janeiro que defendessem D. Pedro I das críticas de movimentos e periódicos de outras províncias. Tais críticas focalizaram-se em dois assuntos principais: a dissolução da constituinte e a legitimidade da outorga da constituição. Dessa maneira, percebendo que essas críticas poderiam prejudicar seu governo, D. Pedro I não se acanhou e, através de jornalistas aliados, tratou de se defender. Com isso, fortaleceu-se uma elite intelectual áulica no Rio de Janeiro que, mesmo agindo em defesa do imperador, também teve diferenças entre si no que concerne ao pensamento político.

Atentos a isso, analisaremos neste tópico a importância de dois jornalistas integrantes dessa elite áulica, Pedro Plancher, redator do *O Spectador Brasileiro*, e Jean-Baptiste Aimé

47 Daniel Afonso da Silva, “A Duras e Pesadas Penas: Imprensa, Identidade e Nacionalidade no Brasil Imperial”, *Topoi*, vol. 10, n. 19, p. 57, jul.-dez. 2009.

de Loy, do *Estrela Brasileira*, que promoveram a defesa de D. Pedro I em dois momentos pontuais: a dissolução da Constituinte e a Confederação do Equador. Primeiramente, buscaremos destacar as diferentes vertentes políticas veiculadas nesses periódicos, quando advogaram a legalidade da dissolução da Constituinte. Em segundo, analisaremos como *O Spectador Brasileiro*, principal representante da imprensa áulica no momento, tratou a Confederação do Equador.

A Dissolução da Constituinte e a Atuação Áulica

A dissolução da Constituinte até hoje é lembrada como um dos ápices do autoritarismo de D. Pedro I e como um dos motivos de sua queda. Mesmo aos olhos dos homens daquela época isso não era diferente, pois o fim da Constituinte pode ser apontado como um dos principais motivos que levaram à eclosão da Confederação do Equador.

Constitui uma das hipóteses desse trabalho que a imprensa áulica de 1824, de certo modo, abafou ou tornou mais branda a crítica ao governo de D. Pedro, o que pode ter contribuído para a sua governabilidade nos anos seguintes. Para isso, analisaremos como os áulicos defenderam D. Pedro I e criticaram seus opositores, buscando alçá-lo ao nível de herói nacional.

A respeito do pensamento áulico, Nelson Sodré acabou por atribuir uma homogeneidade de ideias não só aos áulicos, como também a todos os grupos políticos. Por meio da tipologia “esquerda” e “direita”, Sodré posicionou os áulicos na “direita con-

servadora” e atribuiu a eles a característica de defensores da proeminência do Imperador⁴⁸ e até mesmo do absolutismo⁴⁹.

Outro pesquisador, Renato Lopes Leite, afirmou que durante o processo de independência existiam no Rio de Janeiro dois projetos políticos: um republicano e um absolutista. O grupo absolutista seria liderado por José Bonifácio e D. Pedro I e, apesar de toda a retórica constitucionalista, o *Manifesto do Príncipe Regente do Brasil aos Governos, e Nações Amigas*, escrito por Bonifácio, se constituiria em clara defesa do anticonstitucionalismo⁵⁰.

Na contramão dessas interpretações, José Murilo de Carvalho assevera que o grupo liderado por Bonifácio não era absolutista, mas sim ligado ao ideal de Império Luso-Brasileiro de governo centralizado⁵¹.

Nelson Ferreira Marques Júnior procurou aprofundar as afirmações de José Murilo de Carvalho. Analisando mais deta-

48 Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro, Mauad, 1999, p. 60.

49 *Idem*, p. 111.

50 Renato Lopes Leite, *Republicanos e Libertários: Pensamentos Radicais no Rio de Janeiro (1822)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, pp. 164-166.

51 O ideal desse grupo está intimamente ligado à elite política que José Murilo de Carvalho analisou em sua obra *A Construção da Ordem*. Segundo o autor, a formação em Coimbra e as relações políticas formaram um grupo que primava, acima de tudo, pela ordem monárquica e constitucional (José Murilo de Carvalho, “A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial”, *O Teatro das Sombras*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003).

lhadamente os áulicos, afirmou que eles não eram os mesmos *corcundas* do processo da independência. Para ele, o grupo era favorável a Pedro I e apoiava “um tipo de Monarquia Constitucional centralizada”. Os áulicos seriam os “homens letrados formados em Coimbra no final do século XVIII” e alguns homens públicos do governo de D. João VI. Ainda segundo o autor, por mais que não se reconhecessem como integrantes de qualquer agremiação, “tiveram suas ideias e práticas políticas em comum permitindo reconhecê-los como um grupo”⁵².

Tratando mais especificamente da imprensa áulica, Marques⁵³ destacou a atuação de José da Silva Lisboa, de Loy e Plancher, e os identificou como integrantes do mesmo contexto linguístico, com práticas e ideias similares. Dentre estes, sobressai a defesa do governo de D. Pedro I, da Constituição de 1824 e da Monarquia Constitucional centralizada. O estudioso ainda aponta a filiação ao liberalismo conservador de Burke⁵⁴ e a repulsa à democracia. Entretanto, o procedimento

52 Nelson Ferreira Marques Júnior, *Os Verdadeiros Constitucionais, Amigos do Rei e da Nação: Áulicos, Ideias e Soberania na Corte fluminense (1824-1826)*, Dissertação Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

53 *Idem*, p. 90.

54 Nelson Ferreira Marques Júnior, *Os Verdadeiros Constitucionais, Amigos do Rei e da Nação: Áulicos, Ideias e Soberania na Corte fluminense (1824-1826)*, pp. 103-113. Afirmação semelhante encontra-se em: Marcello Basile, “Governo, Nação e Soberania no Primeiro Reinado: A Imprensa Áulica do Rio de Janeiro”, em Miriam Halpern Pereira, José Murilo de Carvalho, Maria João Vaz e Gladys Sabina Ribeiro (orgs.), *Linguagens e Fronteiras do Poder*, Lisboa, Centro de Estudos de História Contempo-

analítico de Marques Júnior acaba por não expor a distinção política entre esses homens. Além disso, ao atribuir a esses autores um ideário comum e filiá-los ao pensamento conservador de Burke, acaba por, de certa maneira, homogeneizar seus projetos políticos.

Apesar de Burke ser um pilar para o pensamento político dos áulicos, não é o único e nem o principal para todos. Plancher, por exemplo, não compartilhava das opiniões de Edmund Burke. Ao contrário de seu compatriota De Loy, Plancher filiava-se a uma vertente moderada do liberalismo, e tinha Benjamin Constant como seu principal “mentor” político. Desta feita, achamos mais apropriado compreender esses homens em sua singularidade.

Edmund Burke publicou suas reflexões ainda em 1790, antes da derrocada da monarquia francesa. Temia que as novidades francesas atrapalhassem o rumo político de seu país, e sua obra foi uma resposta aos ingleses envolvidos e entusiasmados com as novidades francesas, principalmente contra o filósofo Richard Price. Já Benjamin Constant escreveu após o período revolucionário, quando as ideias mais progressistas já haviam sido testadas e culminaram no Terror⁵⁵. Assim, publicou seu livro com o objetivo de trazer alternativas e auxiliar na formação de uma nova constituição que pudesse, por

rânea, 2012, p. 174.

55 Período compreendido entre 1792 e 1794, onde os jacobinos, liderados por Robespierre, tomaram o poder na França revolucionária.

fim, trazer paz ao governo revolucionário. Para compreender o ideário político dos áulicos do Primeiro Reinado resumiremos as posições de Burke e Constant quanto à legitimidade da monarquia e a formulação da constituição.

Edmund Burke atribuía grande importância às tradições e defendia que as mudanças deveriam ser feitas com vistas ao passado e sob os precedentes destas⁵⁶. Admitia que “um Estado onde não se pode mudar nada, não tem meios de se conservar”. Entretanto, defendia as mudanças por meio de reformas graduais, por meio da conservação de antigas partes e adaptação das novas⁵⁷, pois considerava as tradições e as regras os guias da sociedade⁵⁸. O desprezo de Burke pela Revolução Francesa encontrava-se, dessa maneira, em total coerência com seu pensamento. O pensador inglês acusava os revolucionários franceses de nutrirem “um desprezo absoluto por todas as instituições antigas”. Acusava-os de destruírem as bases da religião e da moralidade civil, e edificarem uma Assembleia de caráter imoral e irreligioso. Em sua opinião, a causa dessa imoralidade foi a formação de uma Assembleia, composta majoritariamente por homens ignorantes e de profissões inferiores, que serviam apenas de extensão das sociedades secretas e dos partidos. Para resolver esse problema, dizia Burke, apenas

56 Edmund Burke, *Reflexões Sobre a Revolução em França*, Brasília, UnB, 1992, pp. 56-68.

57 *Idem*, p. 61.

58 *Idem*, p. 102.

uma Assembleia composta “por homens respeitáveis pela sua posição, propriedade, educação, e todos os hábitos de vida que possibilitam uma visão mais ampla e liberal”⁵⁹.

Benjamim Constant, por sua vez, pensava diferente de Burke. Não contestava explicitamente a soberania do povo, mas afirmava que ela deveria ser limitada. Em sua visão, o problema não era em quem repousava a soberania, mas o quanto os órgãos tinham de poder. Sua conclusão era de que a “soberania é limitada e que há vontades que nem o povo nem os seus delegados tem o direito de ter”. A chave de toda a organização política e do impedimento de abuso de poder, para Constant, era o poder real, mais conhecido como poder moderador. Em seu pensamento, os outros três poderes devem todos cooperar para que a engrenagem funcione, mas às vezes, eles travam, tornando necessário que uma força externa os destrave. Essa força não pode estar em nenhuma dessas engrenagens, porque ela serviria para destruir as outras, devendo, por isso, ser externa e neutra para que seja reparadora, mas nunca hostil. Tal força deveria ser representada pelo monarca ou chefe da nação, pois seu interesse não é a derrubada de um poder por outro, “mas que todos se apoiem, se entendam e ajam em colaboração”⁶⁰.

59 Edmund Burke, *Reflexões Sobre a Revolução em França*, Brasília, UnB, 1992, p. 63.

60 Benjamin Constant, *Escritos de Política*, São Paulo, Martins Fontes, 2005, pp. 7-19.

Além disso, para Constant, o *poder real* deveria ter o direito de dissolver as Assembleias representativas, pois, como bem admitia, as Assembleias representativas nada mais eram do que a representação dos interesses parciais. Quando essa representação se tornasse extremada e atrapalhasse o andamento dos trabalhos, o poder real deveria dissolvê-la⁶¹. Constant também admitia uma maior variedade de grupos sociais na Assembleia, ainda que preferisse os donos das propriedades fundiárias como representantes⁶², passando, em um segundo momento, a ter predileção pelos proprietários “industriais”⁶³. Com essas informações, podemos passar à análise das opiniões dos áulicos De Loy e Plancher.

Loy era um entusiasta da figura de D. Pedro I. Segundo ele, Pedro havia sido a “mão de mestre capaz de dirigir os seus negócios”, referindo-se à independência. Comparando com o processo de autonomia das ex-colônias da América hispânica, afirmava que o sucesso do “Jovem Monarca” se deveu à manutenção da integridade de território brasileiro, que como “primário penhor de segurança e estabilidade tudo se tornou sumamente fácil”⁶⁴.

61 *Idem*, pp. 32-46.

62 *Idem*, pp. 53-63.

63 *Idem*, p. 281.

64 Para facilitar a leitura, atualizamos a escrita das fontes, *Estrela Brasileira*, n. 106, 12 jul. 1824.

Interpretava a dissolução da Assembleia Constituinte sob três pontos de vista, “A Legalidade. /A Necessidade. /O Modo de Execução”. Dizia que o Imperador estava dentro da legalidade, pois ninguém duvidava do seu direito de dissolver a Assembleia, “a mais importante Prerrogativa do Trono Constitucional”. Esse direito do imperante era considerado por ele o freio necessário aos interesses privados. Admitia correr o risco de ser “taxado de servilismo”, mas se defendia argumentando que a Assembleia era “verdadeiramente hostil contra o Governo de S.M.I”. Afirmava que nos periódicos do período “pregava-se a anarquia e a guerra civil”. Em sua visão eles eram detentores de “uma licença de ideias espantosa, e uma torpeza de expressões que talvez não se visse em Nação alguma”, o que tornou necessária a intervenção do Imperador. Entretanto, De Loy criticava o “modo com que foi operada aquela dissolução” que “não nos agradou muito”, pelo emprego da tropa “contra homens indefesos”⁶⁵.

Em outro jornal, também defendeu, após o fechamento da Constituinte, que a carta magna deveria ser feita por uma elite intelectual e política escolhida por D. Pedro. Para ele,

A formação de uma segunda Assembleia Constituinte parece-nos uma coisa de todo impossível, por que é muito provável que a maior parte das Províncias do Império não vão [sic] querer enviar novos Deputados para o Rio de Janeiro. É

65 *Estrela Brasileira*, n. 13, 17 nov. 1823.

preciso pois que neste ponto tome S.M.I a iniciativa e dê Ele Mesmo como Defensor Perpetuo do Brasil, uma Constituição que deverá ser submetida *in totum*, a aprovação da Nação⁶⁶.

Mais tarde, acrescentaria a sua opinião de que “é de todo impossível, em qualquer Nação que seja, que uma Constituição sabia e justamente ponderada” pudesse “sair do Caos das deliberações de uma Assembleia Constituinte”, porque a “unidade de vista” não poderia “ser filha se não de um gênio potente, esclarecido pelo estudo do Gabinete e pela experiência dos negócios dos homens”. Sendo assim, a constituição, não poderia “ser obra de uma numerosa Assembleia”, que “investida de repente e sem freio algum da Soberania Nacional”, e agitada “pelas mais vivas paixões”, trabalharia “sempre debaixo da influência imediata das preocupações do momento” e não procuraria “nunca outra cousa, se não segurar e aumentar o triunfo dos interesses sociais preponderantes”⁶⁷.

Quanto às Assembleias, De Loy acreditava que elas deveriam servir apenas para “matérias de um interesse social positivo”, como “corolários dos grandes Princípios Legislativos”, e para “corrigir abusos administrativos, atalhar prepotências ministeriais” e “exprimir a opinião pública em matérias”. Entretanto, a formação “por meio de eleições populares” de um grupo que devesse discutir e resolver questões das “mais altas teorias do direito público” e “lançarem as bases do Edifício Social”, seria

66 *Estrela Brasileira*, n. 14, 19 nov. 1824.

67 *Estrela Brasileira*, n. 19, 1 dez. 1823.

impossível. Acreditava ele que, por meio de eleições populares, “a Maioria de qualquer Assembleia Constituinte, é composta de homens que não entendem das matérias ventiladas na sua presença”, e, por isso, “deixam facilmente seduzir pelas belas palavras dos facciosos ou dos intrigantes vendidos ao poder”⁶⁸.

Podemos, primeiramente, observar que, na opinião De Loy, a independência havia alcançado sucesso pela presença de D. Pedro I como “mão de mestre”⁶⁹. Esse pensamento fazia parte da *linguagem política pedrina* que diferenciava a tranquilidade do processo de independência brasileira por ter tido a participação de D. Pedro I, ao contrário das independências hispano-americanas, que, por não terem um rei à sua frente, culminaram em desordens e anarquia. Mas o que chama atenção nos discursos de De Loy é sua aversão pela Assembleia Constituinte. O francês, tal como Burke, era expressamente contra tal instituição, pois não a considerava capaz de levar a frente a edificação da constituição sem incorrer na anarquia e no partidarismo. Tal como Burke, De Loy pregava a unanimidade dentro das Assembleias, priorizava o bom nascimento e se postava contra as eleições públicas. Entretanto, ainda assim, era constitucionalista, pois defendia a elaboração da constituição por um gabinete, e não sua inexistência.

68 *Estrela Brasileira*, n. 19, 1 dez. 1823.

69 *Estrela Brasileira*, n. 106, 12 jul. 1824.

Pedro Plancher chegou ao Brasil no dia 27 de março de 1824⁷⁰, trazendo consigo uma ampla experiência de escritor e tipógrafo da França, onde publicava inúmeras obras e escrevia panfletos políticos de exaltação a Napoleão Bonaparte. No período em que permaneceu no Brasil, entre os anos de 1824 até 1834, fundou três jornais, *O Spectador Brasileiro*, *L'Indépendant – Feuille de Commerce, Politique et Littéraire* e *Jornal do Commercio*. Após a abdicação de D. Pedro e o início da Monarquia de Julho na França, Plancher retornou para sua terra natal por causa da guinada política do Brasil (ascensão dos moderados) e francesa (Monarquia de Julho).

A independência foi interpretada também por Plancher como obra de D. Pedro I. Em sua visão, a independência havia sido “proclamada pelo nosso Imortal Defensor”, cabendo aos brasileiros, “animados com a Augusta Presença de S.M. o Imperador” aplaudir “a declaração da Independência” que “nos remiu da intentada escravidão das Cortes”⁷¹. Nessa perspectiva interpretativa, a independência derivaria do poder do Imperador, pois seu “Governo paternal não cessa de cuidar nos interesses de todos os seus Súditos”⁷². Havia sido “Ele o Primeiro que derribou todos os obstáculos de sua [Brasil] glo-

70 Felix Pacheco, *Hum Francez-brasileiro Pedro Plancher*, Rio de Janeiro, Typ do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., 1917, p. 40.

71 *O Spectador Brasileiro*, n. 247, 13 mar. 1826.

72 *O Spectador Brasileiro*, n. 249, 17 mar. 1826.

ria, e que lhe deu o caráter de Nação Livre, e Independente”⁷³. Com isso, defendia a prerrogativa da monarquia sob o Brasil ao atribuir a realização da independência ao Imperador. Para tornar mais claras suas ideias, citava De Pradt ao afirmar que “transportar o princípio Republicano à ordem Real seria estabelecer a confusão”⁷⁴.

Também defendia o direito do Imperador de dissolver a Constituinte. Por meio do trecho retirado do periódico baiano *O Grito da Razão*, indagava

Qual foi a convenção entre os Povos do Brasil, e o Imperador, que este quebrantaste? Qual o artigo, ou estipulação entre o Brasil, e o seu Augusto Chefe, que ordenasse que o Imperador, não poderia dissolver a Assembleia Geral Constituinte do Brasil, caso visse que dela poderia provir grandes males a Nação?⁷⁵

Dizia que as necessidades tornaram imperiosa essa atitude, pois a Assembleia estava repleta de “exaltações, e indiscrições de alguns dos seus membros”, que “preparava para o Brasil desordem, e anarquia”. Lembrava que Benjamin Constant, considerado por ele “um dos maiores liberais, e um dos mais sábios políticos de toda a Europa”, ensinava “que o Chefe do

73 *O Spectador Brasileiro*, n. 31, 10 set. 1824.

74 *O Spectador Brasileiro*, n. 11, 22 jul. 1824.

75 *O Spectador Brasileiro*, n. 31, 10 set. 1824.

Poder Executivo deve ter a atribuição de dissolver as Assembleias Legislativas”.

Plancher também afirmava que, apesar de dissolvida a Assembleia, não havia motivos para balbúrdias. Indagava onde estava o problema, se D. Pedro havia agido de forma liberal e outorgado a Constituição após a aprovação “pela maioria das Províncias” em razão do “exame das Câmaras das mesmas”. Para o jornalista francês, o liberalismo de Pedro I se confirmava, pois, “foi depois que a maioria das Províncias a aprovou, que ele jurou, e mandou jurar pelo Brasil”⁷⁶.

Além disso, Plancher alertava que cabia ao Imperador a defesa das leis e da ordem social, já que era ele “o mais firme Garante de Sua liberdade”⁷⁷. Afirmava ainda que, no momento da dissolução da Constituinte, o Imperador havia salvado os brasileiros dos “furores da anarquia tribunícia”⁷⁸. A nova constituição, dizia Plancher, “nos assegura uma Legislação futura pela oposição das forças, que devem moderar os excessos Demagógicos tão ordinários nas Câmaras isoladas”⁷⁹.

Em outro momento, assegurava que, quando os republicanos “nos perguntarem, quais foram os nossos Mestres para o estabelecimento do nosso sistema”, deveriam responder que

76 *O Spectador Brasileiro*, n. 31, 10 set. 1824.

77 *O Spectador Brasileiro*, n. 254, 3 abr. 1826.

78 *O Spectador Brasileiro*, n. 21, 16 ago. 1824.

79 *O Spectador Brasileiro*, n. 6, 10 jul. 1824.

foram “Benjamin Constant, a Luz da Europa Constitucional, Lanjuinais, Massabrau, Blakstone e Bentham”⁸⁰. Curiosamente, ele excluía Edmund Burke desse seletto grupo de autores e causídicos da monarquia constitucional.

Como De Loy, Plancher também atribuía o sucesso da independência brasileira a D. Pedro I. Entretanto, diferentemente de De Loy, Plancher não criticava a formação da Assembleia e nem dizia que ela não era capaz de formular uma constituição. Citava Benjamin Constant e deixava claro que D. Pedro não havia incorrido em despotismo, uma vez que o fechamento da Constituinte consistia em uma das suas prerrogativas. Ademais, ele teria agido constitucionalmente ao remeter a aprovação do projeto às Câmaras locais.

Diante do exposto, podemos destacar que, mesmo fazendo parte de um mesmo grupo político, esses homens não tinham opiniões tão homogêneas. Estudando as elites, Giovanni Busino⁸¹ afirmou que não podemos cair no erro de atribuir a esses grupos uma homogeneidade de ideias, de interesses ou de perfil. Como podemos perceber, Plancher e De Loy chegaram à mesma conclusão, mas com ideias distintas. De Loy filiava-se à concepção conservadora de Edmund Burke e Plancher, ao liberalismo moderado de Benjamin Constant. Entretanto,

80 *O Spectador Brasileiro*, n. 6, 10 jul. 1824.

81 Giovanni Busino, “Les Théories des Élités Problèmes et Perspectives”, *Revue Européene des Sciences Sociales*, vol. 25, n. 76, p. 266, 1987.

como bem destacado por Marques Júnior e Marcello Basile⁸², ambos se guiavam por conceitos centrais como monarquia, constituição, ordem e autoridade.

Salientamos a carência de pesquisas a respeito da heterogeneidade de pensamentos dentro da imprensa áulica, pois, se existiam semelhanças, também havia diferenças. Dessa maneira, talvez seja mais enriquecedor olhar para os homens pertencentes ao grupo áulico não como sujeitos de ideias homogêneas, mas com uma filiação em comum ao projeto imperial de D. Pedro I de *construção da ordem*.

Portanto, Plancher e De Loy partilhavam do mesmo objetivo, defender D. Pedro I e a monarquia centralizadora, e, nesse sentido, as diferenças deram lugar à cooperação. Em seu último número, a *Estrela Brasileira* afirmava que “o próximo Número terá o nome de *Espectador Brasileiro*”. Não só o nome seria alterado, como também assinaturas seriam repassadas para o novo periódico que manteria sua circulação nos mesmos dias e com o mesmo preço. Mas, na verdade, não se tratava da criação de um novo periódico, já que ambos circularam simultaneamente, e sim da transposição dos leitores para um periódico com objetivos em comum. Não à

82 Marcello Basile, *Governo, Nação e Soberania no Primeiro Reinado: A Imprensa Áulica do Rio de Janeiro*, 2012, p. 174; Nelson Ferreira Marques Júnior, *Os Verdadeiros Constitucionais, Amigos do Rei e da Nação: Áulicos, Ideias e Soberania na Corte Fluminense (1824-1826)*, Dissertação Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

toa, continuava dizendo que “Os redatores reunidos hão de certamente fazer os últimos esforços para se tornarem, de mais a mais, dignos da Benevolência e Proteção dos honrados e esclarecidos Fluminenses”⁸³. Fica claro a linha de continuidade entre os dois periódicos, e, daí em diante o *Spectador Brasileiro* se tornou o principal representante dos áulicos na imprensa, e sua próxima batalha seria a Confederação do Equador.

3. A confederação do Equador

Pernambuco é reconhecidamente uma das províncias mais revoltosas e conturbadas do período colonial e imperial. Imbuídos de uma visão voluntarista de adesão ao pacto social, e considerando-se herdeiros das antigas glórias pernambucanas, como a expulsão dos holandeses, os pernambucanos achavam-se no direito de, quando se sentissem injustiçados, recobrem sua soberania e escolher seu destino⁸⁴.

83 *Estrela Brasileira*, n. 114, 30 jul. 1824.

84 Uma explicação mais detalhada do patriotismo pernambucano pode ser encontrado em: Evaldo Cabral Mello, *A Outra Independência: O Federalismo Pernambucano de 1817 e 1824*, São Paulo, Editora 34, 2004, p. 32; Luiz Geraldo Silva, “Um Projeto para a Nação: Tensões e Intensões Políticas nas ‘Províncias do Norte’ (1817-1824)”, *Revista de História*, n. 158, p. 200, set. 2008; Luiz Carlos Villalta, “Pernambuco, 1817, ‘Encruzilhada de Desencontros’ do Império Luso-brasileiro: Notas Sobre as Ideias de Pátria, País e Nação”, *Revista USP*, n. 58, p. 79, jun.-ago., 2003; Denis Antônio de Mendonça Bernardes, “Pacto Social e Constitucio-

A dissolução da Constituinte em 1823 encontrou em Pernambuco solo fértil para a crítica e a resistência. Logo que tomaram conhecimento da decisão do monarca, parte dos pernambucanos se levantou contra a dissolução e passou a exigir a convocação da uma nova constituinte⁸⁵.

O estopim da revolta se deu com o retorno dos deputados pernambucanos em fins de 1823. Através de panfletos, periódicos e sermões, a bandeira constitucionalista começou a ganhar ares radicais. Acuada, o governo provincial acabou se retirando para o Morgado do Cabo. Neste momento de tensão, os federalistas pernambucanos elegeram um novo governador provincial, o intendente de marinha Manoel de Carvalho Pais de Andrade.

Rapidamente o governo central ficou sabendo do ocorrido. Seja através do antigo governo provincial ou do novo, cartas e emissários foram enviados à Corte. Primeiramente, D. Pedro

nalismo em Frei Caneca”, *Estudos Avançados*, vol. 11, n. 29, p. 155, 1997.

85 Muito se debate na historiografia pernambucana sobre o caráter regionalista ou nacional da Confederação. Para Luiz Geraldo da Silva e Evaldo Cabral de Mello, o movimento tinha interesses apenas regionais, enquanto Denis Bernardes e Luiz Carlos Villalta o definem como nacional (Luiz Geraldo Silva, “‘Pernambucanos, Sois Portugueses!’ Natureza e Modelos Políticos das Revoluções de 1817 e 1824”, *Almanack Braziliense*, n. 1, maio 2006; Evaldo Cabral Mello, *A Outra Independência: O Federalismo Pernambucano de 1817 e 1824*, p. 44, nota 137; Luiz Carlos Villalta, “Pernambuco, 1817, ‘Encruzilhada de Desencantos’ do Império Luso-brasileiro: Notas Sobre as Ideias de Pátria, País e Nação”, *Revista USP*, p. 77, nota 137; Denis Antônio de Mendonça Bernardes, *O Patriotismo Constitucional: Pernambuco (1820-1822)*, São Paulo, Hucitec, 2006, p. 208).

I respondeu com a nomeação de José Carlos Mayrink da Silva Ferrão como presidente da província. Entretanto, este não conseguiu assumir. A próxima ordem do Rio foi reempossar o Morgado do Cabo e bloquear os portos de Recife, igualmente sem sucesso. Enfraquecido, o morgado do Cabo retirou-se para Alagoas, deixando toda a província pernambucana para o candidato dos federalistas, Manoel de Carvalho. Vendo que o confronto seria inevitável, Carvalho declarou a existência de um novo espaço político no Brasil, a Confederação do Equador, e conclamou as outras províncias a aderir ao movimento⁸⁶. Rapidamente as notícias da Confederação do Equador se espalharam pelas províncias do Norte, o que demandou uma atitude mais urgente do governo de D. Pedro I⁸⁷.

Quando Plancher iniciou a publicação do seu jornal, o conflito em Pernambuco estava em vias de se concretizar. Já existia um clima de descontentamento com o Rio de Janeiro desde a dissolução da Constituinte, o que se concretizou com a oposição do presidente da província de Pernambuco, Pais de Andrade, investido no cargo no início de 1824. Em seu

86 Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, “Cavalcantis e Cavalgados: A Formação das Alianças Políticas em Pernambuco, 1817-1824”, *Revista Brasileira de História*, vol. 18, n. 36, 1998.

87 Segundo Luiz Geraldo da Silva, a importância comercial de Pernambuco tornou possível a cooptação de outras províncias para o movimento (Luiz Geraldo Silva, “‘Pernambucanos, Sois Portugueses!’ Natureza e Modelos Políticos das Revoluções de 1817 e 1824”, *Almanack Braziliense*, n. 1, São Paulo, maio 2006).

segundo número, o *Spectador* já anunciava os problemas que estavam acontecendo em Pernambuco. Em um ataque ao republicanismo político, forma de governo portadora de instituições incompatíveis “com o grau de luzes, à que os povos têm chegado sobre o conhecimento dos seus direitos, e dos seus verdadeiros interesses”, afirmava que existia, mesmo assim, “uma pequena fração de povo no Brasil” que promovia “uma geral indisposição contra o Governo Monárquico”. Criticava os pernambucanos por se considerarem capazes de reviver as glórias republicanas de Atenas, e perguntava: “Serão por ventura eles mais ilustrados, mais humanos, mais despidos de interesses do que foram os antigos?”⁸⁸ E aqui começava sua cruzada contra a Confederação do Equador.

Julgando a república um governo anárquico e a monarquia constitucional um governo ordeiro, o *Spectador*⁸⁹ manteve-se atento aos acontecimentos de Pernambuco para destacar a anarquia e a falta de leis na província, além do “covardismo” dos confederados, em comparação com a ordem das províncias que continuavam sob o domínio de D. Pedro I. Com isso, o *Spectador* buscava deslegitimar a república aos olhos dos leitores, conferindo-lhe caráter jacobinista e anárquico. Como

88 *O Spectador Brasileiro*, n. 5, 8 jul. 1824.

89 Como veremos no terceiro capítulo, esse pensamento de Plancher advém de sua experiência na Revolução Francesa. Para muitos homens que viveram naquela época, a república se transformou em um governo sem organização e ordem. Por outro lado, a ascensão de Bonaparte como Imperador trouxe, novamente, a ordem e a paz à França.

notou Felipe Riccio Schlefler, a partir dos acontecimentos pernambucanos formou-se uma retórica por parte dos jornais monarquistas de associação da república, do federalismo e da democracia com o anarquismo⁹⁰.

Segundo o *Spectador*, os amantes do governo constitucional e da ordem de Pernambuco, “procuravam a ordem” e não se uniram aos revoltosos, que “não escutarão suas boas palavras”, e afirma que esse sim “São verdadeiros Republicanos”⁹¹. Em contrapartida aos subversivos da ordem, os brasileiros deviam “ser amigos, Irmãos, e bons Brasileiros Monárquicos Constitucionais”. Em sua visão, quando a anarquia pernambucana terminasse, a Europa reconheceria o Brasil como uma nação segura, e perceberia que aqui existiam homens “com juízo”⁹².

Além dos comentários, o jornal também noticiava os acontecimentos pernambucanos que chegavam por meio de cartas e marinheiros. Uma delas, recebida da Bahia, afirmava que naquela província existia uma imensa tranquilidade, o que não ocorria em Pernambuco. Nas palavras do *Spectador*, a “leitura destas cartas faz estremecer, e derramar lagrimas de sangue”, pois Pernambuco estava “entregue às hórridas convulsões da anarquia e da mais abominável demagogia”. Plan-

90 Felipe Riccio Schiefler, “Rotas da Política: a Circulação dos Impressos no Período da Independência (1823-1825)”, *Anais III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política*, Curitiba, 2013, p. 4.

91 *O Spectador Brasileiro*, n. 5, 8 jul. 1824.

92 *O Spectador Brasileiro*, n. 10, 20 jul. 1824.

cher continuava escrevendo sobre os conflitos, afirmando que ali “os assassinos espalharam-se impetuosamente pela Cidade, arrombarão as portas de várias casas” e tudo isso feito “com tais circunstâncias de barbaridade que faz arrepiar os cabelos”. Como consequência disso, a economia provincial ia de mal a pior, pois os “Negociantes Estrangeiros, respeitáveis pais de família esperando a toda hora serem massacrados, e cuidando em vender caras as suas vidas aos assassinos” fugiam da província o mais rápido que podiam ou se armavam. A desordem parecia não ter fim, e ninguém “que tenha alguma coisa que perder, põe o pé fora de casa se não por absoluta necessidade”⁹³.

Por meio de um extrato do periódico *Grito da Razão* da Bahia, continuava o prognóstico negativo de Pernambuco. Ali, a “guerra civil” continuava, e “cada vez mais se enfurece o exaltado Demagogo”. Continuava dizendo que Carvalho enviava emissários para outras províncias com o objetivo de “acender nelas o facho da discórdia, e da guerra civil”. Afir-mava que na Paraíba, por mais que o presidente Felipe Neri Ferreira tivesse imposto derrotas e feito “cento e tantos prisioneiros” ainda não havia conseguido “pacificar o interior do país perturbado pelos infames satélites do Carvalho”, e no Ceará, “o famigerado Filgueiras ignorando da primeira ordem, deixando-se seduzir”, acabou depondo o Presidente da Província. Já em Alagoas, o Governador das Armas havia

93 *O Spectador Brasileiro*, n. 13, 27 jul. 1824.

conseguido desfazer a desordem⁹⁴. Concluía afirmando que “Toda a Província de Pernambuco está perfeitamente Anárquica” e “cada uma das Villas, e Câmaras, faz o que quer; e o mesmo fazem os particulares, e só a força por lá domina”. Tal estado de calamidade era aproveitado pela “mais baixa canalha” que não tendo nada a perder “só deseja revoluções para nelas locupletar-se, executar bem os seus desejos”, perseguindo os ricos sem dar a eles chance de refúgio. Diagnosticava que esses “são os tristes efeitos de uma revolução” que tinha como objetivo principal satisfazer ambições individuais dos “exaltados demagogos”, que “iludindo uma mocidade ignorante e fogosa, com ideias quiméricas” conduz a sociedade “a desordem” para, aproveitando a confusão, “elevar-se ao Trono da Tirania”⁹⁵.

Em quatro de agosto, em uma pequena reflexão e ainda não sabendo das notícias mais recentes de Pernambuco que já informavam da renúncia do presidente de província José Carlos Marinkí, recém-enviado por D. Pedro I, o *Spectador* narrava que Carvalho estava enganando o imperador, “fingindo querer entregar a Presidência da Província a José Carlos Marinkí”, enquanto o ameaçava “pelos seus satélites, para que este não aceite a Presidência como claramente se colige do Ofício”⁹⁶.

94 *O Spectador Brasileiro*, n. 14, 30 jul. 1824.

95 *O Spectador Brasileiro*, n. 14, 30 jul. 1824.

96 *O Spectador Brasileiro*, n. 16, 4 ago. 1824.

A descrição que Plancher fazia de Carvalho era de um homem revolucionário e jacobinista, características que, para a cultura política brasileira, eram vistas de maneira negativa graças aos desdobramentos negativos da Revolução Francesa. O *Spectador* destacava essas duas características de maneira tão forte que, ao final da Confederação do Equador, Carvalho foi exposto como um homem que acabou enganando a si próprio sobre o improvável sucesso de uma revolta liderada por Pernambuco, transformando o líder da Confederação em protagonista de uma tragicomédia.

Essa era a visão que Plancher tentava passar através de seu jornal. Caracterizava Carvalho como um homem trapaceiro e desordeiro, buscando, com isso, retirar todo o apoio que ele poderia receber no Rio de Janeiro. Entretanto, essa era uma retórica do *Spectador*. Para muitos pernambucanos e federalistas, como afirma Manoel Nunes Cavalcanti Júnior, Carvalho era um verdadeiro herói⁹⁷.

Em treze de agosto chegavam as notícias mais recentes de Pernambuco, por meio das quais se conhecia a real amplitude do que ali se formava. O *Spectador* afirmava que “Carvalho e seus sequazes tirarão inteiramente a máscara e se mostrarão em fim com toda sua deformidade Jacobínica”, e, a par-

97 Manoel Nunes Cavalcanti Junior, “O Herói da Confederação do Equador Volta do Exílio: Manoel de Carvalho Paes de Andrade e as Lutas Políticas Regenciais (Pernambuco, 1831-1835)”, *Saeculum – Revista de História*, n. 33, jul.-dez. 2015.

tir de então, ali não se reconhecia mais o Imperador como autoridade suprema, e se “proclama abertamente o Governo Democrático Republicano”. Continuava anunciando que Carvalho, “o Grande Presidente”, tomava para si “as atribuições Soberanas”, mandando convocar “no Recife os Membros da Ex-Assembleia Constituinte e Legislativa do Brasil” que será composta por “grande número daqueles Senhores que não podem faltar de acudir à patriótica Voz de Sua Carvalhina Majestade”. Trazia notícias também dos emissários enviados por Carvalho à Bahia com o objetivo de sublevar aquela província, que foram rapidamente descobertos e reprimidos pelo Presidente da Província⁹⁸.

Em oposição à anarquia pernambucana, noticiava a ordem presente na província do Rio Grande do Sul, onde continuava “a reinar naquela interessante Província o melhor espírito e a mais sincera adesão ao sistema Imperial” e frisava que o resultado das eleições mostrava que “O Presidente do Governo Provincial saiu eleito Candidato Senador e Deputado com uma Grande maioria de votos”⁹⁹, certamente com o objetivo de mostrar que a escolha do Presidente de Província por parte do imperador havia sido ali legitimada por sua eleição também como senador e deputado. A mesma ordem encontrava-se na Bahia onde as “Autoridades Civis e militares rivalizam entre si de zelo para manter a boa ordem na Província e sua

98 *O Spectador Brasileiro*, n. 20, 13 ago. 1824.

99 *O Spectador Brasileiro*, n. 19, 11 ago. 1824.

união íntima com o Rio de Janeiro”. Ali a eleição também havia dado resultados que mostravam “claramente a força do Partido Monárquico em toda a Província”¹⁰⁰.

No Rio de Janeiro, segundo as notícias publicadas pelo *Spectador*, também reinava a ordem. Na verdade, “os facciosos do Recife prestaram um verdadeiro serviço à causa do Brasil” mostrando onde estavam os focos de jacobinismo e anarquismo, e dando o exemplo para o povo saber o “que pensar d’estes sabichões vendo que se tratava de estabelecer no Brasil um Governo inteiramente democrático”¹⁰¹.

No dia dez de setembro, através de uma carta particular, o periódico fez um “sumário” dos principais acontecimentos até então conhecidos de Pernambuco. No dia seis, afirmava que as esperanças dos demagogos começavam a diminuir, no dia quinze recebeu-se a notícia de uma grande derrota perante as tropas do Morgado do Cabo, e no dia dezoito iniciou-se o bloqueio do porto de Recife por parte de Lord Cochrane. Diante dessas notícias, afirmou que “Os assassínios de 22 de junho, aqueles valentões que nada tinha medo, sumiram-se milagrosamente logo que se tratou seriamente de pegar em armas”¹⁰².

No dia quinze de setembro, com a chegada de novas notícias, o *Spectador* mais uma vez trouxe informações sobre Carvalho. Afirmou que o líder da Confederação havia marcado,

100 O *Spectador Brasileiro*, n. 23, 20 ago. 1824.

101 O *Spectador Brasileiro*, n. 27, 30 ago. 1824.

102 O *Spectador Brasileiro*, n. 31, 10 set. 1824.

primeiramente, uma reunião com Lord Cochrane a bordo de um brigue de guerra francês. Entretanto, sentindo-se acuado e ameaçado, e “depois de refletir melhor”, julgou que não seria muito “conveniente meter-se a bordo de uma embarcação de Guerra da Santa Aliança”. Após isso, chegou também no porto recifense uma corveta inglesa, onde nova reunião foi marcada. Entretanto, mais uma vez, Carvalho faltou com sua palavra, e, em cima da hora, “lembrou-se o Presidente que fora Gervásio Pires entregue a seus inimigos por um Capitão Inglês e, portanto, julgou outra vez prudente faltar à suas palavras”. Diante disso, o periódico concluía que Carvalho era, na verdade, uma vítima dos exageros políticos que ele mesmo havia cultivado. Entretanto, mesmo arrependido, se encontrava “agora rodeado de um curto número de furiosos”, que percebendo seu arrependimento, “o estão guardando com o punhal na garganta”¹⁰³.

Finalmente, no dia quatro de outubro o periódico noticiou a queda de Pernambuco. Por meio de um título de tamanho expressivo, que muito se assemelha às manchetes dos dias atuais, estava escrito em letras maiúsculas e em destaque “QUEDA DE PERNAMBUCO”. Afirmava que as notícias não eram de oficiais, mas sim de cartas particulares de negociantes. Através delas foi feita uma longa descrição dos sucessos do exército imperial durante as batalhas. Noticiou também a covarde fuga de Carvalho “a bordo da Corveta de S.M.B.

103 O *Spectador Brasileiro*, n. 33, 15 set. 1824.

Tweed” que “deste nobre e sublime modo acabou o seu papel Trágico-Cômico o Imortal Carvalho, imortal, com efeito, em quanto pode isto dele depender”. Também observava a “disciplina observada pela Divisão libertadora depois de tomada a Cidade” em oposição “a conduta da infame canalha Carvalhina no intervalo do dia 12 até o dia 17” quando casas foram saqueadas, portugueses mortos e prédios incendiados¹⁰⁴.

Durante a queda da cidade, dizia que Carvalho a bordo da Tweed

[...] não se mostrou ansioso senão de se bem encher a barriga, comendo e bebendo alegremente todo o dia. Bem longe dele se mostrar comovido com o tristíssimo espetáculo que tinha debaixo dos olhos, achou um grande divertimento em poder enfim tourear de palanque e ver-se a salvo, os diversos ataques da Cidade; e no dia 17 em que se tomou o Recife foi certamente o Carvalho aquele que mais jocoso se mostrou à bordo da Tweed¹⁰⁵.

No dia oito de outubro começaram as notícias officiosas sobre Pernambuco. Além dos editais do governo, muitos oficiais enviavam suas correspondências rogando para si um pouco de prestígio. Além disso, esses mesmos oficiais aclamavam a postura do exército imperial, sempre ordeiro e disciplinado¹⁰⁶.

104 *O Spectador Brasileiro*, n. 41, 4 out. 1824.

105 *O Spectador Brasileiro*, n. 42, 6 out. 1824.

106 *O Spectador Brasileiro*, n. 43, 8 out. 1824.

A descrição das batalhas também serviu como argumento retórico no periódico. Através delas se tinha, principalmente, dois objetivos: diminuir as esperanças dos amantes da Confederação do Equador e tranquilizar a população sobre os rumos das batalhas. Para isso, o *Spectador* não só noticiava as vitórias como se fossem verdadeiros massacres, como também ilustrava os soldados confederados como covardes, iludidos e péssimos de pontaria.

Segundo o *Spectador*, nas batalhas iniciais o exército confederado havia sofrido “bastante prejuízo, entre mortos e feridos, além de alguns soldados, que se aproveitaram da ocasião para acolherem-se ao Exército Restaurador”. Posteriormente, noticiava a adesão de marinheiros confederados que, ao aderirem às tropas legalistas, gritaram “Viva o Imperador!”¹⁰⁷.

No dia quatro de outubro descreveu a batalha decisiva por Recife ocorrida no forte do Brum. Segundo o *Spectador*, a “nenhum dos Rebeldes encontrados dentro do Brum se deu a vida” e os que conseguiram fugir se foram pelo pântano e, mesmo tendo disparado muito, “Felizmente pouca era a habilidade dos Rebeldes na pontaria e pouco também foi o efeito que produziu tanto barulho”, de tal modo que enquanto a quantidade de mortos do exército confederado foi de 300 homens e mais de 500 prisioneiros, a “perda das Tropas Imperiais é comparativamente insignificante”¹⁰⁸.

107 *O Spectador Brasileiro*, n. 14, 30 jul. de 1824.

108 *O Spectador Brasileiro*, n. 14, 30 jul. 1824.

Ao fim dessa tempestade de notícias no periódico sobre a Confederação do Equador e a queda de Recife perante as tropas imperiais, as notícias mudaram de tom. Em oposição a uma cidade marcada pela anarquia e pela desordem, o *Spectador* começou a descrever a ordem e a tranquilidade da província. No dia dezoito de outubro, baseado em notícias trazidas pela Fragata Nacional Imperial *Nichteroy*, afirmou que Recife e Olinda “gozavam então do mais perfeito sossego”¹⁰⁹. Nove dias depois reafirmava a tranquilidade da província e noticiava o início dos trabalhos da comissão militar que havia sido ordenada para julgar os crimes¹¹⁰. No dia dezessete de outubro noticiava a chegada “de certo número de Navios Estrangeiros chegados em lastro, e com dinheiro para comprarem cargas de algodão”¹¹¹ e no dia vinte e quatro de novembro informou sobre a chegada de mais de 72 mil sacas de algodão para venda¹¹². As notícias sobre o caráter ordeiro da província vão continuar até o fim de 1824.

Da documentação acima analisada, sobressai preocupação do periódico em demonstrar a oposição entre a ordem e a desordem vividas por um governo monárquico constitucional e republicano. Segundo o periódico, ao eclodir a Confederação, a desordem tomou conta da cidade. Em contrapartida, logo

109 *O Spectador Brasileiro*, n. 47, 18 out. 1824.

110 *O Spectador Brasileiro*, n. 51, 27 out. 1824.

111 *O Spectador Brasileiro*, n. 59, 17 nov. 1824.

112 *O Spectador Brasileiro*, n. 62, 24 nov. 1824.

após a chegada do exército imperial, a ordem foi restaurada, o que contribuiu não só para a segurança individual, como também para o reestabelecimento do comércio.

Além disso, o caráter dos homens pertencentes a ambos os tipos de governo, segundo o *Spectador*, também é oposto. Enquanto os amantes da república são covardes, enganadores, demagogos e agitadores, os defensores da monarquia são retratados como homens ordeiros, leais e honestos. Para tornar concretas essas características, as batalhas foram utilizadas por Plancher como ilustrações¹¹³ do confronto entre os representantes de ambos os governos, demonstrando que, ao fim de tudo, da mesma maneira que os soldados confederados passavam para o exército imperial, os pernambucanos também retornariam ao seio da nação brasileira.

No dia sete de fevereiro uma nova “manchete” aparecia no periódico. Em destaque apareciam os “BRILHANTES DESTINOS DA NAÇÃO BRASILEIRA”, uma forma de destacar o futuro de paz e prosperidade que adviria do fim da Confederação. Dizia que “Venceu-se a grande batalha: reuniram-se as províncias divergentes” e a “opinião pública tão convulsiva, tão flexível às diversas inspirações dos partidos procurou o seu legítimo centro”. Com isso, dar-se-ia início aos “dias de glória, e a solenidade pela Independência política do Brasil

113 Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, *Tratado da Argumentação: A Nova Retórica*, São Paulo, Martins Fonte, 2005, p. 407.

será celebrada na Europa”. Como de praxe, o Brasil era descrito como o país do futuro, portador de “sobejas forças para se desenvolver” e senhor “das melhores riquezas dos 3 Reinos da Natureza”. Nessa história do futuro, a história de “de uma Potência nova”, a Confederação do Equador havia tido o seu papel. Através dela, os povos puderam conhecer “as consequências dos Governos populares, para depois melhor apreciarem o Governo Imperial segundo o Projeto de Constituição jurada”¹¹⁴. O redator dava um lugar ao futuro da nação não só à Confederação do Equador como um acontecimento necessário para o amadurecimento dos povos, como também traziam o mito da nação do futuro para tranquilizar os fluminenses.

4. O federalismo, a imprensa e a Confederação do Equador

Mesmo com a derrota sofrida pelos Confederados em 1824, o prestígio social de seus líderes e do federalismo não foi de todo abalado. Segundo Marcus Carvalho¹¹⁵, as eleições para a Câmara de Deputados de 1826 confirmou o prestígio desses homens na província. Dentre os eleitos, estavam rebeldes de 1817, como Ernesto Ferreira França, Gervásio Pires e Padre

114 *O Spectador Brasileiro*, n. 90, 7 fev. 1825.

115 Marcus J. M. de Carvalho, “A ‘República dos Afogados’: A Volta dos Liberais Após a Confederação do Equador”, *Anais do XX Simpósio Nacional de História*, Florianópolis/São Paulo, Humanitas, 1999, pp. 493-494.

Venâncio Henrique de Rezende. A vitória desses liberais mostra que, mesmo o Recife sendo assolado por batalhas, os eleitores continuavam simpatizantes de certo federalismo.

O federalismo é concebido como um dos principais motivos da Confederação a muito tempo pela historiografia. O próprio Tobias Monteiro já designava as aspirações de autonomia como um dos principais motivos da Confederação¹¹⁶. Claro que o entendimento sobre o federalismo ainda era obscuro na época¹¹⁷, mas em Pernambuco existia uma clara tendência de se exigir a liberdade provincial¹¹⁸. Tanto ali, quanto no Brasil em geral, em contato direto com as independências da América, esses homens acabaram por associar autonomia provincial, federalismo e, muitas vezes, república, caracterizando esses elementos como propriamente americanos em oposição ao despotismo europeu¹¹⁹. Com isso, quando se falava de federalismo, rapidamente se ligava ao republicanismo

116 Tobias do Rêgo Monteiro, *Histórias do Império*, Rio de Janeiro, F. Briguet & Cia., 1927, p. 50.

117 Uma boa síntese dessas diferentes concepções pode ser encontrada em: Javier Fernández Sebastián (dir.), *Diccionario Político y Social del Mundo Iberoamericano*, Madrid, Ministerio de Cultura, 2009.

118 Evandro Cabral Mello, *A Outra Independência: O Federalismo Pernambucano de 1817 e 1824*, São Paulo, Editora 34, 2004, p. 19.

119 Sílvia Carla Pereira Brito Fonseca, “A América Como um Conceito: Contribuição Para o Estudo da Imprensa Republicana Fluminense e Pernambucana entre 1829 e 1832”, *Cadernos do CHDD*, ano IV, número especial, Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão/Centro de História e Documentação Diplomática, 2005, pp. 65-66.

americano, e quando se falava de centralismo e monarquismo, remetia-se à Europa. Junto com essas características, atribuições positivas e negativas também eram cominadas a ambos os tipos de governo. Para os defensores do federalismo, ele era o governo da liberdade, enquanto a monarquia era o governo do despotismo. Para os defensores da monarquia, no início dos anos de 1820, o federalismo era associado à república e, logo, à anarquia, enquanto a monarquia era o lugar da ordem.

Percebendo isso, devemos compreender que, quando os confederados acusavam os membros do governo do Rio de Janeiro de portugueses e afirmavam a independência do Brasil de Portugal em pleno ano de 1824, tratava-se apenas de uma estratégia retórica dos confederados para convencer a população de que o governo da Corte era despótico¹²⁰. Outro ponto a se acrescentar sobre as consequências da Confederação do Equador é a importância que a imprensa ganhou em todo o movimento. Se em Pernambuco os espaços de sociabilidade e os impressos foram um dos meios mais importantes para os revolucionários

120 Tal erro foi anunciado por Janine Pereira de Sousa Alarcão em sua dissertação de mestrado. A autora não conseguiu perceber que esse dizer se tratava de uma estratégia retórica dos confederados, e afirmou que a Confederação do Equador buscou realizar a separação do Brasil de Portugal (Janine Pereira de Sousa Alarcão, *O Saber e o Fazer: República, Federalismo e Separatismo na Confederação do Equador*, Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 2006).

granjearem o apoio da população¹²¹, no Rio de Janeiro pode ser observado o mesmo movimento por parte dos áulicos.

Nesse sentido, o *Spectador* foi a ponta de lança dos áulicos em defesa do governo. Utilizando-se do expediente, como já citado, de deslegitimar a Confederação, o periódico contribuiu para conter o avanço das ideias republicanas. O próprio Plancher deixou clara a importância da imprensa nessa batalha. No dia 2 de agosto noticiou que “Para o Serviço da terceira Brigada em Expedição contra Pernambuco, embarcou-se um prelo portátil” para que se pudesse “estabelecer uma pequena Imprensa de Campanha”. O patrocinador de tal empresa foi o próprio “Pedro Plancher Impressor de S.M.I.”, que “incumbiu-se de a fornecer, e se deu todo o cuidado para que não faltasse coisa alguma; como, com efeito nada lhe falta”. Entretanto, ao buscar saber dos rumos que seus materiais teriam durante a guerra, soube “com bastante pesar, que são rapazes ou, para dizer melhor, crianças” que não sabiam manusear tal equipamento “e não tem capacidade alguma para desempenhar dignamente a tarefa com que vão encarregados”¹²². Conhecedor da dinâmica do mundo impresso, sabia que de nada adianta

121 Segundo Ariel Feldman, em 1824 Pernambuco contará com dez jornais em circulação (Ariel Feldman, *Espaço Público e Formação do Estado Nacional Brasileiro: A Atuação Política do Padre Carapuceiro*, Tese de Doutorado Universidade de São Paulo, 2012; Denis Antônio de Bernades, “Pacto Social e Constitucionalismo em Frei Caneca”, *Estudos Avançados*, vol. 11, n. 29, jan.-abr. 1997, p. 156).

122 *O Spectador Brasileiro*, n. 15, 2 ago. 1824.

dar boas armas para maus soldados. Não é à toa que a imprensa de campanha não vingou.

5. O fim de 1824 e o início de 1825:
o fim de uma onda

Tassia Toffoli Nunes recentemente se deteve nas questões referentes à liberdade de imprensa no Brasil e em Portugal. Em Portugal, segundo a autora, existiam discordâncias sobre os limites e as consequências de se liberar a imprensa. Basta observar que, mesmo com o decreto das bases da constituição vintista, a mesma Câmara que ordenava o fim da censura prévia instituía uma Comissão de Censura Prévia¹²³ e dava aos bispos a prerrogativa de vigiar os textos religiosos¹²⁴. Mesmo com tais decisões um tanto quanto contraditórias, a partir da Regeneração do Porto a imprensa, como já foi mostrado, sofreu um surto de crescimento.

Segundo Nunes, não existia na legislação brasileira do período disposições que limitassem a atividade da imprensa, e quando os jornalistas eram levados ao júri, em geral, eram absolvidos. Em vista disso, o governo se via obrigado, quan-

123 Tassia Toffoli Nunes, *Liberdade de Imprensa no Império Brasileiro: Os Debates Parlamentares (1820-1840)*, Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2010.

124 *Idem*, p. 25.

do queria reprimir a imprensa, a tomar medidas de exceção e clandestinas, o que era fonte de desgaste político¹²⁵.

Dentre essas medidas, está a já citada *Bonifácia*, que culminou no exílio de João Soares Lisboa, Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa e o consequente fim – provisório no caso de Lisboa – de seus jornais. O suposto ataque sofrido por José Joaquim Gaspar do Nascimento e João Baptista Queiroz redatores do *Compilador Constitucional, Político e Literário Brasiliense*, culminou no fechamento da tipografia e o fim do jornal¹²⁶. A agressão e quase morte de Luís Augusto May, redator do periódico *A Malagueta*¹²⁷ e o exílio dos irmãos Andradas e de Grandona, redatores dos jornais *O Tamoyo* e *Sentinela da Praia Grande*, respectivamente, completam os casos conhecidos.

Ainda segundo Nunes, a constituição outorgada em 1824 não tornava claros os limites da liberdade. Apenas explicitava que todos podiam se expressar por meio de palavras e escritos sem depender da censura, mas deveriam responder pelos abusos cometidos judicialmente. Em 1825, nova lei foi aplicada, e o ministério da Justiça determinou que impressores e administradores de tipografia deveriam enviar um exemplar de todos os periódicos ao desembargador João José da Ve-

125 Tassia Toffoli Nunes, *Liberdade de Imprensa no Império Brasileiro: Os Debates Parlamentares (1820-1840)*, Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2010.

126 *Correio do Rio de Janeiro*, n. 24, 7 maio 1822.

127 *Correio Extraordinário*, n. 02 de 1823.

ga e ao conselheiro Juiz Interino da Alfândega¹²⁸. Mas ainda não havia sido resolvida a questão dos limites da liberdade de imprensa. A regulamentação dos crimes só será parcialmente resolvida com o Código Criminal de 1830¹²⁹.

Como não existia uma regulamentação específica para os crimes de imprensa, o que pode ser percebido nas discussões e nos julgamentos é uma grande confusão. Cada qual, dependendo de sua opinião política e social, defendia maior ou menor liberdade de imprensa. Todos reconheciam que ela precisava ser livre, mas não chegavam a um acordo sobre qual seria seu limite.

Entretanto, o clima de repressão não existiu apenas no Rio de Janeiro. Segundo Feldman, durante a Confederação do Equador apenas a tipografia Cavalcante e Companhia funcionava em Pernambuco, e mesmo assim sob a direção do governo confederado¹³⁰. Não parece irreal afirmar que a repressão à imprensa fazia parte do Brasil como um todo durante a primeira metade do Primeiro Reinado.

Dessa maneira, fica claro que a cultura política brasileira ainda não havia se acostumado com discussões e oposições. O

128 Tássia Toffoli Nunes, *Liberdade de Imprensa no Império Brasileiro: Os Debates Parlamentares (1820-1840)*, p. 68.

129 Kátia de Carvalho, “Imprensa e Informação no Brasil, Século XIX”, *Ciência da Informação*, vol. 25, n. 3, p. 2, 1996.

130 Ariel Feldman, *Espaço Público e Formação do Estado Nacional Brasileiro: A Atuação Política do Padre Carapuceiro*, Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2012.

*longo parto da cultura política*¹³¹ ainda não havia sido completado, e qualquer um disposto a fazer oposição ao governo era impedido por meio de atos arbitrários.

Como consequência disso, o fim do ano de 1823 e o decorrer do ano de 1824 já anunciava uma situação caótica no Rio de Janeiro. Não só na imprensa como também nas ruas, o clima era de apreensão. A devassa aberta por Bonifácio, o espancamento de Luís Augusto May, o ataque físico a Davi Pamplona Corte Real, o fechamento da Constituinte e a dura repressão da Confederação do Equador pareciam anunciar que o governo não era tão liberal quanto prometia. A cena pública ressentia-se diante da forte presença de D. Pedro I, e os espaços públicos retraíram-se. Como exemplo dessa retração está a quantidade de jornais políticos em circulação no Rio de Janeiro no ano de 1824.

Quadro 4. *Jornais Existentes no Ano de 1824 no Rio de Janeiro.*

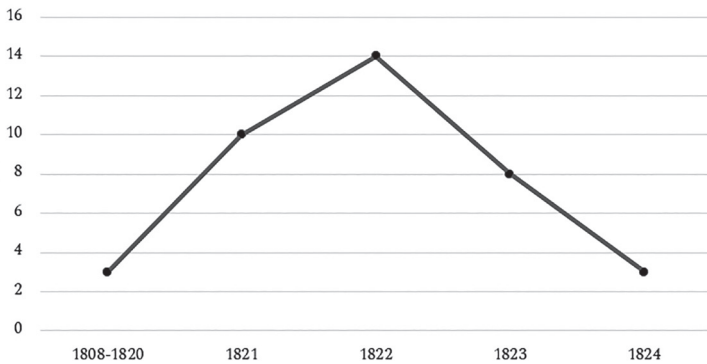
| JORNAL | ANO DE CRIAÇÃO | REDATOR |
|-------------------------------|----------------|----------|
| <i>O Spectador Brasileiro</i> | 1824 | Plancher |
| <i>A Estrela Brasileira</i> | 1823 | De Roy |
| <i>O Propugnador</i> | 1824 | - |

Fonte: Todos se encontram disponíveis no site da Biblioteca Nacional Digital. A relação das datas e dos autores foi retirada de: Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro, Mauad, 1999. Foram citados apenas os jornais que tiveram mais de um número e com objetivos propriamente políticos.

131 Peter Gay, *A Experiência Burguesa da Rainha Vitória a Freud*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

Como percebido no Quadro 4, apenas três jornais políticos sobreviveram no período. Para piorar a situação, todos os três estavam ligados a D. Pedro I. Parecia não haver jornalista disposto a fazer oposição ao governo e os áulicos haviam se assenhoreado da imprensa fluminense.

Gráfico 1. *Jornais no Rio de Janeiro de 1808-1824.*



Se desconsiderarmos os periódicos de anúncios após o ano de 1821, podemos observar, através do gráfico, o crescimento da imprensa política entre os anos de 1821 e 1822, seu ápice no ano de 1822 com quatorze jornais e seu declínio entre 1823 e 1824, quando alcançou o número de três jornais. Em menos de três anos o Rio de Janeiro conheceu o ápice da publicação de periódicos e sua escassez. Com a chegada do ano de 1825, desses três jornais, apenas *O Spectador Brasileiro* continuou existindo.

A permanência apenas do *Spectador* dessa onda de jornais nos mostra também que se iniciava uma nova dinâmica na imprensa fluminense. Enquanto entre 1821 a 1824 predominavam assuntos referentes à formação da nação, como a relação com Portugal, a formação do Brasil, a Constituição, a relação de forças entre o Legislativo e o Executivo, a Confederação do Equador e a justificação da Constituição outorgada, após 1825 os assuntos serão outros. Além de novos assuntos, também se renovou o rol de autores. De todos que estiveram presentes nessa primeira onda, que vai de 1821 até 1824, apenas Plancher, José da Silva Lisboa e Luís Augusto May participaram da segunda onda. Ou seja, os novos integrantes da imprensa política são jornalistas que, até então, não haviam se aventurado na imprensa fluminense. Ademais, a mudança dos assuntos discutidos para temas “nacionais” mostra que, ainda que prevalecessem várias identidades regionais, a imprensa já mostrava aos leitores como essas identidades reunidas formavam o todo. Isto pode ser observado no *O Spectador Brasileiro*, quando este publicou em 1824 que “Fluminenses, Paulistanos, Mineiros, Baianos, Alagoenses, Pernambucanos, Paraibanos, Cearenses, Maranhenses, paraenses todos pertencemos à mesma Família Brasileira: somos todos irmãos, todos amigos”¹³².

132 *O Spectador Brasileiro*, n. 63, 26 nov. 1824.

6. Notas de conclusão

Podemos sintetizar o que foi mostrado nessa primeira parte do trabalho. Buscamos destacar neste capítulo a característica monarquista e centralizadora que a imprensa fluminense adquiriu após 1824. Destacamos também que, com a Confederação do Equador, os áulicos buscaram relacionar federalismo e república com anarquismo, movimento já iniciado com o grupo liderado por Bonifácio, mas que foi intensificado em 1824. Além disso, é fundamental perceber que os áulicos também tinham suas diferenças internas, principalmente no que se refere às vertentes políticas. Tal fato, contudo, não inviabilizava a formação de um grupo relativamente coeso.

Para concluir, não podemos deixar de lado o caráter repressivo do governo quando se tratava da imprensa. Por meio de quadros e gráficos demonstramos como as coerções dos mais variados tipos por parte do governo atingiram os periódicos que circulavam. Nessa conjuntura, a imprensa áulica conseguiu se posicionar como soberana na Corte fluminense nos anos de 1824 e 1825. Todas essas informações iniciais nos ajudam a entender a dimensão dos debates e os problemas que os jornalistas enfrentaram nos anos posteriores. Cabe agora passarmos ao ano de 1825 através de uma análise mais profunda do *Spectador Brasileiro* e dos áulicos.

Capítulo 2

Plancher e os áulicos

Sim, a minha gratidão para os benefícios de S. M. o Imperador, e de muitos dos seus Ministros não tem limites; vítima de uma intriga, para que não tinha dado motivo algum, achei-me desterrado do Brasil, mesmo antes de minha chegada; porém S. M. mandando informar o meu negócio, Justiça me foi feita. Sem esta decisão, eu me acharia arruinado para sempre, trazendo comigo a maior parte do que possuía, e alguns obreiros Franceses. Se, nos olhos de certa gente, a gratidão é considerada como um crime, confesso que sou criminoso em toda a extensão da palavra.

PLANCHER, *O Spectador Brasileiro*.

O Rio de Janeiro do século XIX era a principal região comercial do Brasil. A cidade era visitada e habitada por comerciantes e marinheiros de muitos países. Os franceses não foram exceção. Segundo Guilherme Deveza, a intensa concentração de lojas francesas na Rua do Ouvidor deu a ela a alcunha de “rua Vivienne”¹.

Os imigrantes franceses, prejudicados pelos impostos superiores aos cobrados dos ingleses e em minoria em relação aos portugueses, só conseguiram lograr sucesso através da criação de uma ampla rede de contatos. Através do *Spectador* tomamos o conhecimento da existência, no Rio de Janeiro, de uma sociedade francesa² dinâmica e atuante.

Se faltam informações biográficas sobre esses homens, é por meio dos nomes dos anunciantes que sabemos que esses franceses se associavam e faziam até mesmo reuniões da “Sociedade Francesa”. Em meio aos anúncios, temos o Mr. Pradier, fabricante de navalhas³, M. Fontaine, dourador da Rua dos Ourives⁴ ou mesmo um “cozinheiro Francês que ultima-

1 Guilherme Deveza, *Um Precursor do Comércio Francês no Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976, p. 302.

2 Existem poucos estudos sobre a sociedade francesa no Brasil do início do Primeiro Reinado. Não sabemos se era institucionalizada ou apenas uma reunião informal, mas o que podemos perceber através do *Spectador*, é que existia, com certeza, uma intensa socialização entre os franceses do Rio de Janeiro.

3 *O Spectador Brasileiro*, n. 209, 7 dez. 1825.

4 *O Spectador Brasileiro*, n. 207, 2 dez. 1825.

mente saiu da Casa Imperial”, e “deseja-se arranjar ou para ficar aqui ou para embarcar” em busca de emprego⁵. Enfim, os mais diversos anúncios eram feitos no periódico por franceses, e grande parte deles tinha a tipografia de Plancher como local de contato.

Também ocorriam reuniões. No dia 25 de agosto de 1824, por exemplo, “os Franceses residentes n’esta Corte Imperial do Rio de Janeiro solenizarão com toda a pompa, no Convento dos Religiosos Franciscanos a festividade de S. Luiz”⁶. Em junho de 1825 noticiou-se o primeiro baile da sociedade francesa que “ofereceu aos sócios convidados a sua primeira noite de prazer”. Segundo noticia o jornal, toda a “luxuosidade” francesa foi exibida na festa, e a “sala do Baile apresentava o mais soberbo golpe de vista: as Senhoras tinham apurado os mais elegantes ornatos do Toucador com uma variedade, que realçava a elegância, e a riqueza dos enfeites”⁷.

Na sociedade francesa e na sociedade brasileira, tudo corria bem no ano de 1825, ao menos para os áulicos. A exclusão dos jornais de oposição e o crescimento da autoridade de D. Pedro I colaboraram para o crescimento desse grupo político e para o fortalecimento da *linguagem política pedrina*. Vejamos como isso se deu.

5 O *Spectador Brasileiro*, n. 204, 25 nov. 1825.

6 O *Spectador Brasileiro*, n. 26, 27 ago. 1824.

7 O *Spectador Brasileiro*, n. 139, 15 jun. 1825.

1. O *Spectador* e o ano de 1825

No início do ano de 1825, o *Spectador Brasileiro* era um dos poucos jornais que existiam no Rio de Janeiro. Mesmo mudando de periodicidade ao longo do ano, normalmente era vendido às segundas e sextas.

Quadro 5. Jornais existentes no ano de 1825 no Rio de Janeiro.

| Jornal | Ano de Criação | Redator |
|-------------------------------------|----------------|---------------|
| <i>Spectador Brasileiro</i> | 1824 | Plancher |
| <i>Triumpho da Legitimidade</i> | 1825 | José da Silva |
| <i>Contra Facção de Anarquistas</i> | | Lisboa |
| <i>O Grito da Razão</i> | 1825 | - |

Fonte: Todos se encontram disponíveis no site da Biblioteca Nacional Digital. Não conseguimos identificar o autor do jornal *O Grito da Razão*. A relação das datas e dos autores foi retirada de: Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro, Mauad, 1999. Foram citados apenas os jornais que tiveram mais de um número e com objetivos propriamente políticos.

Excetuando os jornais de anúncios, como o *Diário do Rio de Janeiro*, temos o conhecimento de apenas três periódicos regulares na Corte em 1825: *O Spectador Brasileiro*, *O Grito da Razão* e o *Triumpho da Legitimidade Contra Facção de Anarquistas*⁸. Sendo os dois últimos impressos por pouco tempo e com objetivos pontuais (além de também serem

8 Também foram publicados três edições do *Despertador Constitucional Extraordinário*. Como o impresso não teve periodicidade e não indicou continuidade ou lista de assinantes, optamos por não incluí-lo na lista.

áulicos), apenas o *Spectador* oferecia uma mistura de anúncios, notícias europeias e reflexões políticas. Esse momento de quase “exclusividade” deu a Plancher a possibilidade de se concentrar na expansão do seu periódico para outras províncias.

O sucesso das vendas de Plancher se refletiu na possibilidade aberta pelo redator de tornar a publicação diária. Levando em conta que o preço do jornal variava entre 40 e 80 réis, dependendo do tamanho, ele, como a maioria dos jornais cariocas, era bastante acessível.

Em julho em 1825 anunciou também que “Tendo-se vendido todos os *Spectadores* de 22 do corrente, previne-se o Respeitável Público que os há reimpressos na loja de Plancher”. O periódico se tornou tão conhecido no Rio de Janeiro, que vários personagens apareceram nos jornais através de suas cartas. Dentre os mais famosos e constantes, estão “O Amigo do Homem”, “Hum Servil” e “T. sempre F”. Infelizmente não conseguimos identificar quem são os homens por trás desses pseudônimos. Já em 26 de agosto de 1824, Plancher anunciou que seu periódico seria vendido também na província de São Pedro do Rio Grande do Sul por Guilherme Bouliech na Rua da Praia. No fim do ano, era vendido também na casa “dos Srs. Bompard”, na livraria de “Veiga e Comp.”, na livraria de João Baptista e na de Borges Praça. O jornal se expandia, tornando-se um dos mais procurados do Rio de Janeiro.

Além da expansão da atuação de seu periódico, Plancher também iniciou a diversificação dos seus negócios. Ainda em 29 de setembro de 1824 anunciou a procura de uma casa de comércio para alugar e em 29 de novembro de 1824 anunciou a abertura de uma fábrica de papéis – tendo inclusive levado amostras para a Imperatriz. Nesse período, também estabeleceu um depósito de charutos em parceria com Mr. Chabert em sua casa, alugou dois quartos em sua propriedade para dois estrangeiros, além das inúmeras loterias por ele realizadas e dos serviços prestados por sua livraria e tipografia, que incluía venda de livros, impressões, traduções e impressão de almanaques e folhinhas de algibeiras. Plancher havia se transformado em um grande empresário do Rio de Janeiro.

A possibilidade da expansão dos negócios encontrou facilidade graças à aparente tranquilidade política do ano de 1825. Após a Confederação do Equador, a promulgação da Constituição e a repressão dos periódicos oposicionistas na Corte, o ano de 1825 conheceu uma relativa tranquilidade política, abrindo espaço para que os áulicos e o governo imperial pudessem levar a frente um projeto de consolidação do poder de D. Pedro I.

Um paralelo pode ser feito da expansão de Plancher para outras províncias – no sentido editorial – e a tentativa de consolidação da autoridade do Imperador nas províncias mais distantes do Império. Fortalecido pela vitória sobre a Confederação do Equador e, posteriormente, pelo reconhecimento da independência, o governo de D. Pedro I ganhou impulso

político e conseguiu mostrar sua força também em províncias mais distantes, como o Maranhão e o Pará.

Com isso, e, para dar solidez a essa expansão do centro para as províncias, os periódicos tornaram-se essenciais. Seja por meio de notícias ou do elogio ao governo imperial, os redatores se tornaram peças centrais no tabuleiro político brasileiro. Nesse sentido, o *Spectador*, mais uma vez, teve um papel fundamental na opinião pública.

Nesse capítulo buscaremos analisar justamente a participação de Plancher e seu periódico no processo de consolidação da autoridade pedrina. Inicialmente, faremos uma rápida análise a respeito do termo “áulico”, pretendendo colaborar para essa discussão. Em seguida, vamos conhecer o círculo de relações de Plancher, pois, se os áulicos não formaram um partido político no Primeiro Reinado, constituíram um grupo que se relacionava e buscava objetivos comuns. Para concluir, analisaremos as páginas do *Spectador*, observando o que foi dito e noticiado no periódico, e qual a imagem que se buscava passar do Imperador. Com isso, conheceremos um pouco sobre a concetualização do termo áulico, o perfil social desse grupo – através da rede de relações de Plancher e de sua tipografia – e como, por meio do seu periódico, Plancher expunha e defendia o projeto de governo de D. Pedro I.

2. Os áulicos

Ao estudarmos o grupo áulico encontramos alguns problemas que podem prejudicar a investigação. A primeira dificuldade reside na pouca explicação dos dicionários da época sobre o significado do termo. Tanto o *Dicionário da Língua Portuguesa* de Bluetau⁹, quanto o *Dicionário da Língua Brasileira* de Luís Maria da Silva Pinto¹⁰, caracterizam o áulico como um cortesão ou palaciano, aparentemente sem implicações políticas.

Ao consultarmos os historiadores do século XIX o termo simplesmente não aparece nas obras. José da Silva Lisboa em sua *História do Brasil*¹¹, por exemplo, em nada se refere ao grupo áulico, no que foi seguido por Armitage e Varnhagen.

Um dos primeiros homens a empregar o termo foi Firmino Rodrigues da Silva em seu opúsculo *A Dissolução do Gabinete de 5 de Maio ou a Facção Áulica*¹², onde o termo áulico

9 Raphael Bluteau, *Diccionario da Língua Portuguesa, Composto pelo Padre D. Raphael Bluteau, Reformado e Acrescentado por Antônio de Moraes e Silva*, Lisboa, Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1789, p. 174.

10 Luiz Maria da Silva Pinto, *Diccionario da Língua Brasileira, Composto por Luiz Maria da Silva Pinto*, Ouro Preto, Tipografia de Silva, 1832, p. 128.

11 José da Silva Lisboa, *História dos Principaes Sucessos Politicos do Império do Brasil Dedicada ao Senhor D. Pedro I*, Rio de Janeiro, Typographia Imperial e Nacional, 1825.

12 Firmino Rodrigues da Silva, *A Dissolução do Gabinete de 5 de Maio ou a Facção Áulica*, Rio de Janeiro, Typ. Imp. de Francisco de Paula e Brito, 1847, p. 7.

foi empregado não apenas no sentido de cortesão, mas como grupo político organizado e influente. Em 1847, Silva apontou a dissolução do gabinete como fruto da ação dos áulicos, qualificada por ele como “poderosa e eficaz”. Silva os caracterizou como uma força oculta e extremamente influente, que “Ocultou-se nas sombras, socorreu-se ao seu expediente predileto - intrigou, e enredou”¹³ para alcançar seus objetivos.

Entretanto, ainda antes de Silva, Maria Graham em seus escritos pessoais já havia denunciado a influência que os “cortesãos” exerciam sobre D. Pedro I. Em seu *Escoço Biográfico de D. Pedro I*, Graham acusou os cortesãos de orquestrarem sua demissão do palácio e dissertou sobre inúmeras outras ocasiões em que, tanto ela, quanto D. Leopoldina, se viram embaraçadas pelas intrigas palacianas. Afirmou ainda que a Corte veio para o Brasil cercada de “um bando dos mais desprezíveis e degradantes agregados do Palácio de Lisboa”¹⁴, e que teria sido melhor para o Imperador se “ele não tivesse tido maus conselheiros nem aduladores profissionais que, valendo-se de suas paixões, esperavam governá-lo, senão ao próprio Estado”¹⁵.

Tendo em vista as obras de Graham e Silva, contemporâneos ao período estudado, podemos concluir que a influência dos áulicos se dava no espaço público e privado. Através das

13 *Idem*, p. 9.

14 Maria Callcott, *Escoço Biográfico de Dom Pedro I*, Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, 2010, p. 59.

15 *Idem*, p. 151.

intrigas, da adulação e da influência sob Imperador, buscavam dirigir os rumos do Estado por meios indiretos¹⁶.

A ligação entre cortesãos e monarca é um dos resquícios do Antigo Regime na política brasileira. Na nobreza espanhola, por exemplo, a ascendência dos áulicos ligados à burocracia se deu, segundo Martin Biersack, com a necessidade de nobres e reis de documentarem assuntos de governo na Corte. Tal necessidade tornou possível a entrada de um grande número de letrados no palácio, que, dependentes do rei, tornaram-se simpáticos às suas vontades. Gradualmente, esses letrados foram ganhando importância até rivalizarem com a nobreza de sangue¹⁷. Enobrecidos e fortalecidos pelas graças obtidas por seus trabalhos, várias famílias de letrados acabaram por se eternizar na nobreza e na alta burocracia, adquirindo as etiquetas culturais e sociais dos nobres de sangue e formando verdadeiras dinastias de secretários e altos burocratas¹⁸. Com a formação das academias e o aumento do número

16 Júlio Bentivoglio chamou a atenção para o mesmo fato durante o Segundo Reinado. Segundo o autor, “a presença na corte e a proximidade com os regentes e o imperador” com certeza, “constituíam-se em um elemento real e movediço de inserção e de projeção políticas” (Júlio Cesar Bentivoglio, “Cultura Política e Consciência Histórica no Brasil: Uma Contribuição ao Debate Historiográfico Sobre a Formação dos Partidos Políticos no Império”, *Diálogos*, vol. 14, n. 3, pp. 535-556, 2010).

17 Martin Biersack, “‘Ser y Parecer’: La Nobleza Española y el Saber Culto em el Siglo XVI”, *Congreso Internacional Imagem y Aparencia*, Murcia, 2009, p. 1.

18 Santiago Martinez Hernandez, “Memoria Aristocrática y Cultura Le-

de universidades, formaram redes de sociabilidade internas, constituindo entre si alianças, rituais e uma etiqueta própria da elite letrada, consolidando-se como nobres¹⁹.

Segundo Ricardo de Oliveira, a importância dos letrados e dos cortesãos foi tanta, que alguns deles chegaram a ter tanta ou mais influência do que um ministro ou conselheiro do rei. A criação da Corte e a centralização por parte do rei dos aparatos financeiros e militares tornou necessária a ida dos antigos nobres para o palácio, e juntos, nobreza de sangue e letrados passaram a rivalizar pelo favoritismo do rei²⁰.

Mesmo sendo característica do Antigo Regime, a importância dos cortesãos não diminuiu com o advento dos reinos modernos. No Brasil, por exemplo, a estratégia de D. João VI e depois de D. Pedro I de conceder títulos nobiliárquicos em troca de apoio político não pode ser ignorada²¹. Tal estratégia era, basicamente, uma troca: o monarca dava títulos nobiliárquicos em troca de apoio político. Não à toa, das 96 pessoas nobilitadas por D. Pedro I, grande parte desempenhou altas

trada: Usos de la Escritura Nobiliária en la Corte de los Austrias”, *Cultura Escrita & Sociedad*, n. 3, p. 71, 2006.

19 *Idem*, p. 75.

20 Ricardo Oliveira, “Entre Reis e Rainhas: Valimentos, Favoritismos e Disputas Políticas na Europa do Século XVII”, *Dimensões*, vol. 26, p. 219, 2011.

21 Marina Garcia de Oliveira, *Entre Nobres Lusitanos e Titulados Brasileiros: Práticas, Políticas e Significados dos Títulos Nobiliárquicos entre o Período Joanino e o Alvorecer do Segundo Reinado*, Dissertação de Mestrado em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011, p. 10.

funções na política imperial, seja como conselheiros, senadores ou ministros²².

A influência adquirida com os cargos políticos ou com os títulos nobiliárquicos deu a esses homens a oportunidade de criar uma rede de clientelismo que se estendeu pela Corte, o que fez com que se tornassem verdadeiros chefes de facções políticas dentro e fora do Palácio. Com isso, agindo direta ou indiretamente na política, buscaram, através da bajulação ou do clientelismo, favorecer a si ou ao seu grupo político por meio da influência obtida sob o monarca.

Entretanto, a relação política entre imperador e áulicos não os tornava meros fantoches um do outro. Cada um tinha seu espaço de atuação, e, por vezes, os áulicos contestavam o monarca, e o monarca discordava dos áulicos. A necessidade ou a estratégia de agradar o monarca, não tornou os áulicos meros fantoches. Ambos tinham suas opiniões e seu espaço de atuação, D. Pedro I era livre para agir de acordo com a própria vontade, e os áulicos podiam discordar do governo.

É nessa perspectiva que devemos analisar a participação de Plancher e dos áulicos na política brasileira, tendo sempre em vista suas possibilidades de ganho – econômico e social – com a aproximação com o Imperador ou com os grupos que o cercava. Dentro ou fora do palácio, eles se utilizavam de meios para bajular o Imperador. No caso de Plancher, seja por

22 *Idem*, pp. 144-145.

meio do seu periódico ou das relações montadas em torno de sua tipografia, o francês adquiriu acesso direto à família real e a grandes nomes da política brasileira, o que, certamente, contribuiu para o crescimento do seu negócio.

3. A rede de relacionamento de Plancher

A vida de um empresário no Rio de Janeiro do século XIX, ao menos a de Plancher, era bem intensa e agitada. Dono de empreendimentos na capital, redator de um jornal, livreiro, tradutor e tipógrafo, com certeza sua trajetória foi marcada por redes de contato com outros empresários e políticos no Rio de Janeiro. Sociedade ainda marcada pelo arcaísmo, e profundamente influenciada pelas relações pessoais nas trocas econômicas²³, a clientela de Plancher ilustra também o perfil dos aliados políticos que ele tinha e, conseqüentemente, um modelo do grupo áulico que atuaria no Rio de Janeiro durante o Primeiro Reinado.

Além da busca pelo perfil socioeconômico da clientela, não podemos ignorar a importância da tipografia como local de sociabilidade. Dessa maneira, não só o perfil desses homens deve ser estudado, como também o que era publicado

23 Lenira Menezes Martinho e Riva Gorenstein, *Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência*, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

por esses homens e qual a importância disso para a esfera pública fluminense.

Para abordar as obras impressas na tipografia de Plancher, utilizamos o catálogo do Arquivo Público do Rio de Janeiro e da Biblioteca Nacional de 1824 até 1831, por entendemos que esse ano inaugura uma nova dinâmica na política fluminense. Nesse período, podemos contabilizar o total de 86 obras publicadas na tipografia de Plancher, excluindo livros estrangeiros e traduções. Das 84 obras, 67 contém os autores ou requerentes da impressão, sendo as outras 18 as seguintes:

Quadro 6. Obras sem autoria publicadas na Tipografia de Plancher.

| Ano | Título |
|---------|---|
| 1. 1824 | <i>Constituição Política do Império do Brasil.</i> |
| 2. 1824 | <i>Reflexões Sobre o Manifesto do Carvalho Intrudo Presidente de Pernambuco</i> |
| 3. 1826 | <i>Oitavas à Memoria Saudozada mui Alta, e Muito Poderosa Senhora D. Maria Carlona Leopoldina Josepha, Primeira Imperatriz do Brazil, off. Ded. Const. J. J. V.</i> |
| 4. 1826 | <i>Parte da Correspondência que Teve Lugar Entre o Ministerio, e o ex-Presidente da Província do Rio Grande, Acerca do ex-Governador das Armas da Mesma Província, o Brigadeiro Francisco de Paula Massena Rosado em Humas Ocasões e em Outras Simplesmente Francisco de Paula Rosado</i> |
| 5. 1826 | <i>Relação dos Públicos Festejos que Tiveram Lugar do 1. De abril até 9. Pelo Feliz Regresso de ss.MM.II., e A.I. Voltando da Bahia à Corte Imperial do Rio de Janeiro...Feita por Ordem do Conselheiro Intendente Geral da Polícia</i> |
| 6. 1827 | <i>Codigo do Processo Civil ... com Notas Explicativas do Texto</i> |

| | |
|----------|---|
| 7. 1827 | <i>Codigo Penal Militar: Organizado [sic] pela Comissão creada por Decreto de 21 de Março de 1820 e Aprovado por sua Magestade o Senhor D. João VI em 1820</i> |
| 8. 1827 | <i>Collecção das Leis e Decretos do Imperio do Brasil Desde a Feliz Epoca da sua Independencia</i> |
| 9. 1827 | <i>Compendio Scientifico para a Mocidade Brasileira</i> |
| 10. 1827 | <i>Projecto do Plano para a Imperial Academia das Bellas-Artes do Rio de Janeiro: Que Por Ordem de S.E. o Ministro dos Negócios do Império foi Feito Pelos Professores da Mesma Academia, no Anno de 1824</i> |
| 11. 1827 | <i>Sustentação dos Votos dos Deputados Raimundo José da Cunha Mattos, e Luiz Augusto May sobre a Convenção para a Final Extinção do Commercio de Escravos</i> |
| 12. 1827 | <i>Codigo Penam Militar Organizado pela Comissão Creada por Decreto de 21 de março de 1802 e Aprovado por sua Majestade o Senhor D. João em 1820.</i> |
| 13. 1827 | <i>Codigo do Processo Civil ... com Notas Explicativas do Texto</i> |
| 14. 1828 | <i>Narração Historica do Procedimento do Governo de Lisboa, Desde o Regresso do Senhor Infante D. Miguel regente, até o dia 24 de Maio de 1828, e dos Motivos que Derão Causa ao Desenvolvimento da Força Armada na Cidade do Porto nos Dias 16,17 e 18 de Maio</i> |
| 15. 1828 | <i>Comunicado ao Público Sobre a Questão de uma Estrada em Villa de Valença</i> |
| 16. 1828 | <i>Ao Publico. Questão que os Moradores do Curato da Nossa Senhora das Dores, Termo a Vila de Valença, Tem Sobre uma Estrada...</i> |
| 17. 1828 | <i>Ao Publico. [Reflexoes dos Redactores do Jornal do Commercio do Rio de Janeiro no. 116 na sua folha de 20 de fevereiro</i> |
| 18. 1831 | <i>Abaixo Assinado dos Officiais e Cadetes do 1º. Corpo de Artilharia Montada</i> |

De tais obras, podemos perceber que a grande maioria é de carácter officioso ou laudatório. No caso das obras officiosas,

provavelmente elas buscavam instruir o público sobre determinadas questões ou defender o governo dos ataques oposicionistas, e foram, provavelmente, impressas por Plancher de maneira espontânea, seja buscando retorno financeiro, como o caso da Constituição, seja para angariar influência na opinião pública, como no caso das considerações sobre o manifesto de Carvalho. Já as obras de caráter laudatório seguem outra lógica. Obras com tal característica objetivavam louvar o Imperador ou a família real, mostrando sua grandeza e se demonstrando bom súdito. Infelizmente, nos fica a pergunta se as obras de caráter laudatório foram escritas por Plancher ou por terceiros.

Entretanto, essa é apenas uma pequena parte do que foi impresso por Plancher. A parte mais rica, com certeza, é a que identifica os autores. Para facilitar a compreensão, fizemos duas análises distintas: a primeira se concentrou no caráter das publicações, assuntos e posições políticas; a segunda consistiu na identificação de quem publicou na tipografia de Plancher por meio da biografia desses homens. Pretendemos, dessa maneira, perceber com quem Plancher se relacionava, quem frequentava sua tipografia e traçar o esboço de um perfil socioeconômico dos prováveis áulicos do Primeiro Reinado.

Como toda tipografia, a de Plancher imprimiu diversas obras que tratavam de avisos públicos, representando doze, ou seja, 17,9% do total. Entre elas estava a *Exposição Sobre o Posto dos Ministros nos Governos Constitucionais* do Marques de Barbacena, o anúncio de João Maria da Costa sobre o fim da *Gazeta*

do Brasil, e os *Estatutos da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, Promovida em 1824*. Outra parcela menor foi ocupada por publicações feitas por pedido do governo, representando quatro no total, 5,9%. Dentre elas figurou o *Orçamento de Despeza para o Anno de 1827* e a *Exposição dos Motivos da Junta do Banco do Brasil*.

Inúmeras obras de caráter educacional também saíam dos prelos da tipografia de Plancher. No total de treze obras (19,4%), foram impressas por Plancher, onde figuraram temas como a *Escola Brasileira; Ou Instrução Útil à Todas as Classes Extrahida da Sagrada Escritura para Uso da Mocidade* de José da Silva Lisboa, *Princípios do Desenho Linear, Compreendendo os de Geometria Pratica, pelo Methodo de Ensino Mutuo; Extrahidos do L.B. Francoeur: Dedicados aos Amigos da Instrucção Elementar no Brasil* do Visconde de Albuquerque, a *História da Grécia Antiga Abreviada para o uso da Mocidade* de Luiz Paulino da Costa Lobo e a *Memoria Sobre a Escravatura e Projecto de Colonização dos Europeos, e Pretos da África no Império do Brazil* de José Eloy Pessoa da Silva.

Outra categoria de obras por nós destacada são as de caráter militar. Tratando de proclamações, como a *Proclamação aos Soldados* de D. Pedro I, de respostas a acusações, como a *Resposta do Tenente Coronel Antônio Maria da Silva Torres ao Annuncio do Senhor José Antônio da Costa Guimaraens, Impresso no Diário Fluminense* de Antônio Maria da Silva Torres, ou das acusações, como a *Exploração Contra o Tenente Coronel Joam Carneiro da Silva* de Francisco Batista Pereira, os militares ocuparam um número pequeno – apenas cinco obras, perfa-

zendo um total de 7,4% do total – mas mostraram-se frequentadores assíduos do estabelecimento de Plancher.

Como não podia faltar, um total de dez – ou 14,9% – obras tiveram caráter laudatório, destacando-se a invejável capacidade intelectual de Januário da Cunha Barbosa e suas três obras: *Oração de Acção de Graças Recitada na Imperial Capella do Rio de Janeiro, no dia 1º de Dezembro de 1825*, *Oração de Acção de Graças e Louvores à SS.ma Virgem do Monte do Carmo, que pelo feliz Consórcio de S.M....* e *Oração de Acção de Graças pelo Feliz Restabelecimento da Saúde de S.M. o Imperador... e Oferecida aos Brasileiros na Província*. Além da novela de Lucas José Alvarenga dedicada à Imperatriz, intitulada *Satira e Zoroastres*, e ao *Memorial que Dirigio à Augusta Presença de sua Magestade o Imperador* de João de Betencourt Pereira Machado e Souza.

A categoria que mais se destacou, como não poderia ser diferente, foi a política. Foram impressas vinte e três obras referentes a discussões políticas do período, contabilizando um total de 34,5%. Nessa categoria, o sempre incansável José da Silva Lisboa publicou outras três obras, *Causa da Religião e Disciplina Ecclesiastica do Celibato Clerical, Defendida da Inconstitucional Tentativa do Padre Diogo Antônio Feijó*, *Cautela Patriótica e Inviolabilidade da Independência*, e *Gloria do Império do Brasil Sustentada a Pesar da Carta de Ley: Reflexoens Contra as Reflexoens de M. Chapuis por hum Brasileiro*. Também destacamos a *Accontecimento Memorável* ou, *Defesa do Illustre Senador Pedro*

José da Costa Barros de Tiago Carlos Rocha, a *Carta ao Redator da "Astrea" Expondo o Fato de ter Sido Chamado vil Caluniador de Luiz Xavier Pires*, o *Manifesto* de José Joaquim Nabuco de Araújo e os dois panfletos de Domingos Cadaville Velloso contra Miguel Bruce, momento difícil do Maranhão que Plancher noticiou.

Das sessenta e nove obras com autoria, excluindo as cinco de autoria do governo, a proclamação de D. Pedro e as oito de pseudônimos, podemos computar cinquenta e cinco obras escritas com autores identificados. Dessas, não conseguimos encontrar informações biográficas sobre oito autores²⁴, o que nos deixou com um universo de quarenta e sete autores identificados e com informações biográficas.

Quadro 7. *Biografia dos autores que publicaram na Tipografia de Plancher.*

| | |
|----------------------------------|--|
| 1. Antônio Maria da Silva Torres | Sargento-mor de Cavalaria, foi nomeado em 1821 Fidalgo Cavaleiro da Casa Real. Participou da guerra da independência sob o comando de Pedro Labatut como tenente-coronel. Em 1825 assumiu o cargo de 1º Comandante-Geral do Corpo da Polícia do Recife ²⁵ . |
|----------------------------------|--|

24 São eles: Antônio Pereira da Mota, Domingos de Souza França, Estephania Berthon, Francisco Batista Pereira, J. Constant, Manoel Francisco Costa Silveira, Manuel Joaquim Pereira da Rosa e Tiago Carlos da Rocha.

25 Augusto Sanches de Baena Farinha, *Dicionário Aristocrático*, Lisboa, Typ. do Panorama, 1967; Wellington Barbosa da Silva, *Entre a Liturgia e o Salário: A Formação dos Aparatos Policiais no Recife do Século XIX (1830-1850)*, São Paulo, Jundiá, 2014; Luís Henrique Dias Tavares, *Independência do Brasil na Bahia*, Salvador, Edufba, 2005.

Anarquistas e servis

| | |
|---|---|
| 2. Domingos Cadevilla Vellozo | Também conhecido como Padre Cascavel, português de nascença, se mudou para o Maranhão e apoiou a independência do Brasil. É conhecido por ter acusado Miguel Bruce de republicano. |
| 3. Eduardo José de Moira | Foi presbítero do hábito de São Pedro e cônego da capela imperial. |
| 4. Eugenio Maria d'Azevedo | Português de nascença, se mudou junto com a família real para o Rio de Janeiro onde desempenhou as funções de escrivão da câmara municipal. Compôs inúmeras obras laudatórias. |
| 5. Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta | Ao longo de sua vida acumulou inúmeros cargos públicos. Foi Marechal do Exército, Conselheiro de Estado, Senador, gentil-homem da imperial câmara, mordomo da Imperatriz, alcaide-mor da vila de Jaguaripe, cavalheiro da ordem de D. Pedro II, gran-cruz das ordens do Cruzeiro e das Rosas, comendador da ordem de Cristo e, finalmente, Marques de Barbacena. |
| 6. Filippe Alberto Patroni Martins Macial Parente | Formado em Coimbra, dedicou-se à advocacia, sendo eleito como deputado pelo Pará em 1842. |
| 7. Januário da Cunha Barbosa | Presbítero secular, foi um dos homens mais importantes do Primeiro Reinado. Foi Cavalheiro da Ordem de Cristo, pregador da Capela Real, catedrático de filosofia, cônego da capela imperial, deputado, diretor da imprensa nacional e da biblioteca nacional, oficial da Ordem do Cruzeiro, comendador da Ordem de Cristo, da Rosa, da portuguesa da Conceição de Villa Viçosa e da ordem napolitana de Francisco I. Foi um dos fundadores do IHGB e autor de diversas obras. |
| 8. João Francisco de Madureira Pará | Foi amanuense da contadoria da junta da fazenda do Pará e um dos principais militantes pela independência do Brasil |
| 9. João de Bitancourt Pereira Machado e Souza | Foi deputado e membro do governo provisório de Santa Catarina |

| | |
|-----------------------------------|--|
| 10. João Maria da Costa | Português de nascença, em 1826 escreveu o periódico Atalaia da Liberdade, onde polemizou com Plancher. Em 1827 escreveu o periódico áulico Gazeta do Brazil. |
| 11. João Nepomuceno d'Assis | Escrivão das Despesas da Relação ²⁶ |
| 12. João Pereira Borba | Negociante de grosso trato ²⁷ e um dos maiores doadores do Império ²⁸ |
| 13. José Joaquim Nabuco de Araújo | Procurador da Coroa, Soberania, Fazenda Nacional ²⁹ |
| 14. Joaquim de Sousa Martins | Era irmão do Visconde de Parnaíba e do conselheiro Antônio de Sousa Martins e pai de Francisco de Souza Martins. Foi Coronel. |
| 15. Joaquim Estanislao Barbosa | Primeiro tenente da marinha ³⁰ |
| 16. Joaquim José de Barros | Comissário assistente da Tesouraria Geral das Tropas ³¹ |
| 17. Jorge José Pinto Vedras | Pintor e litografo brasileiro, escreveu inúmeras odes. |
| 18. José Cardoso de Menezes | Médico. |
| 19. José Eloy Pessoa da Silva | Importante militar que participou das lutas da independência da Bahia. Posteriormente, foi escolhido como presidente da província de Sergipe. |

26 *Almanak do Rio de Janeiro para o ano de 1825*, Rio de Janeiro, Imprensa Imperial e Nacional, 1825, p. 107.

27 *Idem*, p. 155, nota 219.

28 *Relação dos Públicos Festejos pelo Feliz Regresso de SS.MM.II. e A.I.*, Rio de Janeiro, Imperial Typographia de Plancher, 1826, p. 125; *Diário do Governo*, n. 46, 23 jul. 1825.

29 *Almanak do Rio de Janeiro para o ano de 1825*, p. 81, nota 219.

30 *O Independente*, n. 21, 26 jan. 1822.

31 *Almanak do Rio de Janeiro para o ano de 1825*, p. 204, nota 219.

Anarquistas e servis

| | |
|--|--|
| 20. Jose Mamede Ferreira | Cirurgião da Câmara e Primeiro Tenente. |
| 21. José Paulo de Figueirôa Nabuco de Araujo | Promotor de Justiça, Juiz dos Falidos, Assessor do Cirurgião-mor, Desembargador, Definidor da Santa Casa da Misericórdia e fiscal do Arsenal do Exército. Foi agraciado com os títulos de fidalgo da casa imperial, comendador da ordem de Cristo, cavaleiro da Ordem da Rosa e do Cruzeiro, além de ser sócio do IHGB. Chegou a ser conselheiro do Imperador e ministro do Supremo Tribunal de Justiça. |
| 22. Joseph François Xavier Siugad | Foi médico da Imperial Câmara, membro do IHGB e Sócio da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional e da Tipografia de Plancher. |
| 23. Lucas José de Alvarenga | Foi tenente-coronel e Governador de Macau. Ao realizar-se a independência, voltou para o Brasil e se tornou um famoso poeta do Primeiro Reinado. |
| 24. Luiz (Paulino da Costa Lobo | Juiz de direito e Cavaleiro da Ordem de Cristo. |
| 25. Luiz Sebastiao Fabregas Suriqué | Major agregado do corpo de ordenanças da Corte ³² |
| 26. Luiz Xavier Pires | Sargento do Esquadrão Imperial da Guarda de Honra ³³ |
| 27. Manoel José Cardoso Junior | Foi advogado dos auditórios da Corte e nomeado Juiz de Fora de Fortaleza. |
| 28. Manoel José Pereira Graça | Negociante ³⁴ |
| 29. Mariano José do Amaral | Foi médico da Imperial Câmara e lente do Colégio Médico Cirúrgico. |

32 *Idem*, p. 334, nota 219.

33 *Ástrea*, n. 555, 15 abr. 1830.

34 *Almanak do Rio de Janeiro para o ano de 1825*, p. 163, nota 219.

| | |
|---|--|
| 30. P. Labatut | Brigadeiro do Estado Maior do Exército, recebeu a Ordem do Cruzeiro e foi condecorado com a medalha da Independência da Bahia. |
| 31. Pierre Gendre | Imigrante Suíço |
| 32. Samuel Clapp | Negociante estrangeiro ³⁵ |
| 33. Tomas José de Pinho Carvalho | Negociante ³⁶ |
| 34. Valetim José dos Santos | Depositário Público dos bens da corte ³⁷ |
| 35. Victor Laurent Suzanne Moise Angliviél de La Beaumelle | Viajante |
| 36. Antônio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti Albuquerque | Foi tenente-coronel e sargento-mor do batalhão do Príncipe. Lutou contra a Confederação do Equador, foi deputado por Pernambuco em diversas legislaturas e Senador em 1838. Foi ministro da fazenda em 1830 e 1831, ministro do Império em 1832, ministro da marinha em 1840, no de 1844 e no de 1846. Era Conselheiro de Estado, Gentil-homem da Imperial Câmara e continha diversas condecorações nacionais e estrangeiras. Finalmente, foi Visconde de Albuquerque. |

35 *Idem*, p. 168, nota 219.

36 *Jornal do Commercio*, n. 99, 30 jan. 1828.

37 Requerimento de Honório Joaquim de Bastos Teixeira, herdeiro de Anastácio Feliciano de Bastos Teixeira, Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, 1823. Disponível em: <<https://arquivohistorico.camara.leg.br/index.php/requerimento-de-honorio-joaquim-de-bastos-teixeira-herdeiro-de-anastacio-feliciano-de-bastos-teixeira>>.

| | |
|--------------------------|--|
| 37. José da Silva Lisboa | Homem de inúmeros cargos e títulos nobiliárquicos, podemos resumir sua carreira afirmando que foi Senador, e recebeu as condecorações de Fidalgo Cavalheiro da Casa Imperial, Grande do Império, Comendador da Ordem de Cristo e Oficial da Ordem do Cruzeiro, concluindo com o título de Visconde de Cayru. |
|--------------------------|--|

Fonte: Com exceção dos autores sinalizados, os demais tiveram suas informações biográficas retiradas do Augusto Vitcorino Alves Sacramento Blake, *Dicionário Blake, Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1895.

São esses os trinta e sete homens que publicaram livros ou panfletos na tipografia de Plancher entre os anos de 1824 e 1831. Desse total, dois são viajantes estrangeiros de passagem no Brasil, representando um total de 5,4%, quatro são profissionais liberais, como médicos e advogados (10,8%), quatro negociantes (10,8%), três padres (8,1%), oito políticos (21,6%), oito foram condecorados com algum tipo de título nobiliárquico (21,6%), treze fizeram parte do corpo militar (35%) e quinze (40,5%) eram funcionários públicos³⁸. Mas o que esses números significam?

Primeiro, podemos perceber quem era a clientela da tipografia de Plancher. Em grande parte, militares e funcionários públicos, as pessoas que frequentavam ou imprimiam seus escritos na tipografia eram pessoas ligadas ao Estado. Ligados ao Estado, muitos desses homens se posicionavam em defesa dele³⁹. Para confirmar isso, destacamos que 21% dos clientes

38 Cada um pode ter estado em mais de uma categoria simultaneamente.

39 José Murilo de Carvalho, *A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial / O Teatro das Sombras*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

de Plancher receberam algum tipo de título nobiliárquico, e se considerarmos apenas os funcionários públicos, seis receberam títulos nobiliárquicos, um total de 35% dos funcionários públicos que frequentavam a tipografia de Plancher.

Esses dados nos ajudam a compreender um pouco do universo áulico do Primeiro Reinado. Claro que nem todos os homens que publicavam na tipografia de Plancher eram áulicos, entretanto, podemos atestar por meio das obras publicadas que poucos – ou nenhum – faziam oposição ao governo.

Podemos começar a compreender também a rede de relações de Plancher. O alto número de funcionários públicos (45,9%) e militares (32,4%) mostra o seu público. Se seu periódico já havia mostrado sua popularidade no meio militar durante a Confederação do Equador, sua tipografia também deixa claro sua ligação com a burocracia, como os casos do *Manifesto* de José Joaquim Nabuco de Araújo, da *Memória Refutativa do Acontecimento Memorável ou, Defesa do Illustre Senador Pedro José da Costa Barros* de Tiago Carlos da Rocha ou a *Inviolabilidade da Independência, e Gloria do Império do Brasil Sustentada a Pesar da Carta de Ley: Reflexoens Contra as Reflexoens de M. Chapuis por Hum Brasileiro* de José da Silva Lisboa.

Outro ponto a se destacar é o pequeno número de profissionais liberais, apenas quatro, que, em sua maioria médicos e advogados, pareciam não estar muito familiarizados com o estabelecimento de Plancher. O mesmo acontece com o número reduzido de membros do clero, contabilizando apenas três,

mas dois destes – Domingos Cadaville e Januário da Cunha Barbosa – com atuação frequente, publicando duas e quatro obras, respectivamente.

Dos oito que trilharam carreiras políticas, os cargos mais altos alcançados por cada um foi: Felisberto Caldeira Brant, José Paulo de Figueirôa Nabuco de Araújo e Antônio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti Albuquerque como Conselheiros de Estado (37,5%); José da Silva Lisboa como Senador (12,5%); José Eloy Pessoa da Silva como Presidente de Província do Sergipe (12,5%); e Filippe Alberto Patroni, Januário da Cunha Barbosa e João de Bitancourt como deputados (37,5%). Como Conselheiros, Senadores e Presidentes de Província dependiam da escolha do Imperador, e, por isso, normalmente eram favoráveis ao seu governo, 61% desses homens estavam, de certa maneira, ligados ao governo central. Dos deputados, Januário da Cunha Barbosa teve uma carreira ligada ao Imperador após o retorno do seu exílio, João de Bitancourt foi deputado apenas na primeira legislatura, escrevendo, posteriormente, obras dedicadas ao Imperador, e Filippe Alberto Patroni, esse sim, se aliou aos moderados posteriormente. Contudo, é clara a prevalência de homens, se não áulicos, ao menos simpáticos ao governo.

A tipografia de Plancher pode ser considerada, dessa maneira, um *bunker* áulico. Ali não havia espaço para oposição ao governo de D. Pedro I. As obras, em sua maioria em defesa do Imperador, avisos ministeriais ou obras educativas, se alinhavam ao perfil político do proprietário. Os autores confirmam

essa afirmação. Dessa maneira, não seria ilusão afirmarmos, baseados no perfil dos clientes de Plancher, que grande parte dos áulicos era funcionários públicos ou militares que galgaram grandes cargos na política brasileira ou receberam títulos nobiliárquicos.

4. “Viva s.m.i.!”: a imagem de D. Pedro no periódico de Plancher

Além de sua tipografia e as relações nela encetadas, uma das estratégias utilizadas por Plancher para angariar o apreço do Imperador foi a bajulação através das publicações do *Spectador*. Por meio de notícias, poemas ou aclamações, construiu-se a imagem de um autêntico herói brasileiro, onipotente e onipresente. Guerreiro, paternal, bom administrador e excelente líder de uma nação, o Imperador foi louvado a cada evento realizado no Brasil ou pelo Brasil, mesmo que não tivesse feito parte dele diretamente.

O periódico de Plancher atuou na esfera pública contribuindo para o movimento de engrandecimento e construção da imagem de D. Pedro I. Iniciado durante o processo de independência, esse movimento necessitava ser reforçado constantemente para que as críticas não abalasses seu edifício. Como Iara Lis Schiavianatto Souza já destacou, a atribuição de caracteres positivos do Imperador na imagética da população tornou possível a governabilidade do imperante nos pri-

meiros anos de seu reinado⁴⁰, e sua associação à constituição fiz com que não só sua *persona*, mas também seu reino, fossem necessários para a continuação do desenvolvimento do Império brasileiro⁴¹. Nos jornais de Plancher essas características serão reforçadas e amplificadas.

Francês e admirador de Napoleão, Plancher parecia querer ver a luz do antigo Imperador francês reverberar em D. Pedro. A lenda imperial forjada no calor da batalha devia ser transferida para o jovem imperador brasileiro, ainda carente de reconhecimento e campanhas militares⁴². Para suprir tais carências, o jornal repetidamente mergulhou as ações diretas ou indiretas do Imperador em uma retórica triunfalista⁴³, como veremos adiante, na qual as ações eram exageradas, e

40 Iara Lis Franco Schiavianatto Carvalho Souza, *Pátria Coroada: O Brasil Como Corpo Político Autônomo (1780-1831)*, São Paulo, Unesp, 1999.

41 *Idem*, p. 17.

42 Grande parte dos brasileiros via Napoleão de maneira negativa. Entretanto, Plancher não deixou de emitir sua opinião positiva sobre Bonaparte, como veremos no próximo capítulo. Para compreender melhor a visão dos luso-brasileiros sobre Napoleão (Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, “Imagens de Napoleão Bonaparte na Óptica dos Impressos Luso-Brasileiros”, em Eliana de Freitas Dutra e Jean-Yves Mollier (org.), *Política, Nação e Edição: O Lugar dos Impressos na Construção da Vida Política no Brasil, Europa e Américas nos Séculos XVIII-XX*, São Paulo, Annablume, 2006; Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, *Napoleão Bonaparte: Imaginário e Política em Portugal (1808-1810)*, São Paulo, Alameda, 2008).

43 Peter Burke, *A Fabricação do Rei: A Construção da Imagem Pública de Luís XIV*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994, p. 35.

um simples passeio na cidade se transformava em uma glorificação popular do imperante.

Mesmo em pleno o século XIX, o *Spectador*, ao falar de D. Pedro I, utilizava-se de longos ritos linguísticos, que mais pareciam etiquetas escritas do que simples elogios. Como não “há gesto gratuito, do monarca ou dos cortesãos, todos são públicos, todos expressam algo, são signos, conscientes o quanto possível”⁴⁴, tais palavras, elogios e louvores serviam a um objetivo, a formação de um mito. E a formação do mito deveria passar por processos e etapas, todas elas em vista dos objetivos políticos.

Os poemas

Uma das principais formas de aumentar e glorificar a pessoa do imperante foi os inúmeros odes e sonetos⁴⁵ impressos em louvor aos atos ou à pessoa do Imperador. No decorrer dos anos de 1824 e 1825 identificamos quatorze sonetos ou odes que homenageavam o monarca. Em sua maioria publicados em momentos de conflitos políticos, como a Confederação do Equador em 1824 ou o início dos conflitos com a então província da Cisplatina, em fins de 1825. Certamente, a aparição

44 Renato Janine Ribeiro, *A Etiqueta no Antigo Regime: Do Sangue à Doce Vida*, São Paulo, Brasiliense, 1990, p. 8.

45 Ode se trata de um gênero lírico dividido em estrofes simétricas. Originalmente era um poema composto para ser cantado com acompanhamento musical. Já um soneto é uma composição poética composta de 14 versos que tem como objetivo surpreender ou encantar o leitor.

dessas homenagens no periódico não era desprovida de propósito. Concentravam-se nesses períodos conturbados, pois, por meio das homenagens e do louvor, contribuíram para a consolidação e legitimação das ações da monarquia brasileira.

Um dos primeiros poemas foi publicado no dia 15 de outubro e sem o nome do autor, provavelmente composto pelo próprio Plancher. Intitulado “Triunfos Glória Esplendor Firmou nossa Independência Imortal Imperador”, não foi tão bem escrito quanto outros publicados pelo periódico, mas serviu ao propósito de engrandecer a figura do imperante. Fazia alusão à declaração da independência como ação de D. Pedro, dizendo que:

No augusto Templo em que a fama
Coloca os grandes Varões,
A Pátria em demonstrações
De fiel amor mais se inflama
Cresce do entusiasmo a chama
Com celestial influência
E só de Pedro a prudência
Seguindo um sacro destino
Por modo quase divino
Firmou nossa Independência⁴⁶.

46 *O Spectador Brasileiro*, n. 46, 15 out. 1824.

Dois sonetos foram enviados pelo constante colaborador “T. sempre F”. Dedicados “Ao Muito Alto e Muito Poderoso Senhor D. Pedro Primeiro Imperador, e Perfeito Defensor do Brasil”, o primeiro chamava Pedro de “Um Semideus; que, como Jovem, Impera”. O segundo soneto fazia alusão às convulsões internas, principalmente à Confederação do Equador, e conclui, “Corre no Brasil a lava, e o engolfara, / No turbilhão, que a segue se abatia, / Ah! Grande DEUS! Se Pedro lhe faltara”⁴⁷.

O “Fluminense” enviou um soneto comemorando o nascimento do Imperador, dizendo “Brasil, oh Pátria! Surge, [ilegível] a frente, / E as palmas cinge de imortal vitória, / Independência, Liberdade e Gloria/ Doou-te grado Pedro Armipotente” e concluía, “Um Semideus, que, como Jovem, impera”⁴⁸.

O aniversário de D. Pedro I também foi louvado através de poemas. Em um deles, D. Pedro era visto como o mantenedor da ordem, onde “entre mil júbilos De um novo Trono a sombra os Povos se unem”, ele era alçado ao nível de grandes reis portugueses, e após sua morte “Ireis Esclarecido / Assentavos nas Lucidas Moradas / No Meio de Manoel, de Afonso o Grande”⁴⁹.

É interessante notar que os sonetos e odes em comemoração ao aniversário do Imperador não eram publicados apenas no

47 *O Spectador Brasileiro*, n. 55, 8 nov. 1824.

48 *O Spectador Brasileiro*, n. 57, 12 nov. 1824.

49 *O Spectador Brasileiro*, n. 190, 21 out. 1825.

dia do seu aniversário, mas no decorrer do ano. Por exemplo, a ode de José Paulo Dias Jorje foi publicada no dia 5 de dezembro de 1825.

Dessa maneira, as odes, sonetos, poemas, décimas dedicadas e outras formas de louvor a D. Pedro contribuíram para a promoção tanto dos autores quanto do próprio imperante. Através deles, o periódico inculcava nos leitores a mitificação do Imperador, seja em forma de “Semideus” ou através de sua elevação ao nível de heróis da outrora metrópole portuguesa. Assim, tanto D. Pedro era elevado, quanto os autores ganhavam o apreço do monarca.

As formas de tratamento

Outro aspecto a ser percebido no periódico era a extensa titulação referente ao Imperador toda vez que algo ia ser dito sobre ele. Não importava se um artigo completo de bajulação, notícias sobre sua vida pessoal, notícias sobre o governo ou mesmo uma curta passagem no meio de uma notícia maior, a cada vez que a figura do Imperador ia ser abordada no jornal, uma gama de títulos era conjurada.

As formas de tratamento, segundo Maria Tereza Camargo Biderman, correspondem ao passado aristocrático e tiveram um papel fundamental na etiqueta das cortes⁵⁰. Com a modernização da sociedade essa característica se manteve como

50 Maria Tereza Camargo Biderman, “Formas de Tratamento e Estruturas Sociais”, *Alfa*, n. 18/19, p. 341, 1972-1973.

necessidade de diferenciação entre pessoas importantes e pessoas comuns, característica que se mantém até os dias de hoje. No caso do *Spectador*, o Imperador era tão sublime que seu nome não se misturaria aos demais⁵¹. Sempre antecedido por títulos ou louvores – todos com a inicial maiúscula –, era como se se abrissem alas para a entrada do monarca.

Constantemente o periódico alcunhava o Imperador de “Gênio Defensor”, remontando, sem dúvida, ao título de “Defensor Perpetuo” obtido por D. Pedro I durante o processo da independência. O título normalmente era utilizado pelo periódico quando dizia respeito a revoltas ou passagens sobre a independência, como quando afirmou que “o Gênio Defensor dos seus Direitos rompeu os laços da união; ouviu-se além dos montes a voz da Independência”⁵².

Outra qualidade comumente utilizada era “Augusto Imperador”. Comum, era utilizada também por outros periódicos. Remontava ao título dos imperadores romanos, e denotava legitimidade e poder. Certa vez, conclamou os brasileiros a estreitarem “os vínculos de nossa união em roda do NOSSO AUGUSTO IMPERADOR, e descansemos sobre a futura sorte da Pátria”⁵³.

51 Esse destaque não se dava de forma gráfica, mas apenas na escrita. Afora algumas exceções, como citações feitas mais adiante (notas 245 e 249), raramente se utilizava caixa alta ou letras diferentes para se referir ao Imperador.

52 *O Spectador Brasileiro*, n. 02, 1 jul. 1824.

53 *Idem*.

O atributo de “imortal” também era requisitado como lugar de heroicidade. Toda vez que a notícia dizia respeito a alguma ação de D. Pedro contra os “anarquistas” ou “demagogos”, tal característica era conjurada. Por exemplo, comentando sobre a Confederação do Equador, o *Spectador* afirmava que “graças à firmeza de caráter, rara prudência e não fingido Liberalismo de seu imortal Defensor”, o Brasil “não somente escapou aos furores da anarquia tribunícia, mas até foi levado, como pela mão, na vereda da gloria e da felicidade Nacional”⁵⁴.

A pouca idade do monarca também era lembrada em meio aos títulos. Constantemente ele era chamado de “Jovem Príncipe” ou “Jovem Monarca”⁵⁵, principalmente em momentos em que era necessária uma atitude mais enérgica, como quando o periódico indagou quem “não viria de longe admirar um Jovem Príncipe, que cortou o nó Górdio, salvando os novos Frígios, e fundando o Império do Brasil”⁵⁶. A juventude de Pedro era sinônima de atividade e energia, características necessárias ao imperante dos trópicos.

O título mais comum e econômico de “S.M.I.” (Sua Majestade Imperial) foi utilizado constantemente, mas sem perder a reverência. Também foram atribuídos outros títulos mais pontualmente utilizados, como “Anjo Tutelar”, “Imortal Criador do Nosso Im-

54 O *Spectador Brasileiro*, n. 21, 16 ago. 1824.

55 O *Spectador Brasileiro*, n. 67, 10 dez. 1824.

56 O *Spectador Brasileiro*, n. 87, 7 fev. 1825.

pério”, “Grande Pedro I”⁵⁷, “Poderoso Protetor”⁵⁸, “Amigo do Povo”⁵⁹, “Gênio Celeste”⁶⁰, “Trono Salvador do Brasil”⁶¹.

Não se falava de D. Pedro I sem antes utilizar um título de louvor. Era como se D. Pedro I só pudesse passar pelo periódico quando fossem enfeitadas as palavras e aberto os espaços para a passagem de tão magnífica pessoa. Mas lembramos, a bajulação não era sem propósito, era bajulação política.

A tropa e o Imperador

A imagem do imperador guerreiro também foi amplamente divulgada no *Spectador*. A associação e a participação de D. Pedro I em movimentos militares e sua constante presença nos quartéis foi noticiada incessantemente. Tal característica também continha uma semelhança com a imagem napoleônica de um governante guerreiro.

A associação de D. Pedro I com um monarca guerreiro começou ainda com as pinturas de Debret, que, através de obras pinturas, simbolizava a força do monarca por meio de suas poses e, principalmente, pela presença das botas e da vestimenta militar⁶². Como não oferecia imagens, a maneira de

57 O *Spectador Brasileiro*, n. 27, 30 ago. 1824.

58 O *Spectador Brasileiro*, n. 30, 6 set. 1824.

59 O *Spectador Brasileiro*, n. 44, 11 out. 1824.

60 O *Spectador Brasileiro*, n. 140, 17 jun. 1825.

61 O *Spectador Brasileiro*, n. 169, 2 set. 1825.

62 Elaine Dias, “A Representação da Realeza no Brasil – Uma Análise dos Retratos de D. João VI e D. Pedro I, de Jean-Baptiste Debret”, *Anais do*

o *Spectador* representar o imperador guerreiro era através de suas notícias, e elas continham três aspectos gerais: revista de tropas, revista de estabelecimentos militares e a admiração do exército pelo imperador.

A primeira notícia diz respeito à revista de tropas feita por D. Pedro no dia 20 de junho de 1824. Dizia o periódico que queria “S.M.I. passar revista geral aos Corpos da guarnição desta Capital, e ver de por si se estavam prontos a marcharem à primeira voz, e mesmo para se exercerem”. Após a revista, determinou “que passassem todos além do rio, e tomassem quartéis na Villa Real da Praia Grande, onde o Mesmo Augusto Senhor se aquartelou nos dias 20 do passado”⁶³. Além da revista, D. Pedro I supostamente ficou alojado no mesmo local que a tropa.

Notícias desse tipo eram constantes. Nessas revistas, nas palavras do periódico, terminavam por aumentar “não só os heroicos sentimentos de valor, que caracterizam o Exército Brasileiro, como até fez passar ao povo, que ali se achou, o entusiasmo do Patriotismo”⁶⁴.

As notícias sobre as visitas do Imperador a locais militares também eram frequentes. Certa vez ele foi visitar “o Quartel do Regimento de Estrangeiros, em S. Bento, e dignou-se entrar nas menores individuações, relativamente ao arma-

Museu Paulista, vol. 14, n. 1, jan.-jun. 2006, p. 254.

63 *O Spectador Brasileiro*, n. 8, 15 jul. 1824.

64 *O Spectador Brasileiro*, n. 201, 18 nov. 1825.

mento do Soldado”⁶⁵. D. Pedro I, segundo o periódico, não só se preocupava com a situação dos quartéis, mas também com questões logísticas, como quando foi ao “Arsenal a ver Por si Mesmo, se estavam as disposições necessárias bem feitas para tornar o embarque pronto e fácil”⁶⁶. A energia do imperador e sua presença nesses locais tendiam a demonstrar um imperador enérgico, um “jovem Monarca”, que graças a sua energia, tornou possível que o Brasil tivesse

[...] um exército em estado de aparecer no campo da batalha; temos uma força que no momento em que começar a se desenvolver, se fará respeitar; e ninguém duvidara que o Brasil deve ao zelo de S.M. Imperial a criação desta força já muito bem, disciplinada⁶⁷.

Em meio a todo o zelo que D. Pedro I teria para com o exército brasileiro, o resultado seria, logicamente, uma extrema admiração da tropa pelo Imperador, ao menos segundo o *Spectador*. Segundo o jornal, certa vez o Corpo de Infantaria de segunda linha de Minas Gerais, mesmo sendo dispensado, “não admitirão, pospondo o sossego, os interesses, e o que a natureza tem de mais caro, à obediência à Nosso Augusto Monarca e à defesa da Pátria”⁶⁸.

65 O *Spectador Brasileiro*, n. 11, 22 jul. 1824.

66 O *Spectador Brasileiro*, n. 15, 2 ago. 1824.

67 O *Spectador Brasileiro*, n. 11, 22 jul. 1824.

68 O *Spectador Brasileiro*, n. 26, 27 ago. 1824.

Também era noticiado, em meio às suas visitas à tropa e estabelecimentos militares, a enorme alegria dos militares, que paravam suas ações para festejarem a presença do Imperador. Normalmente após festejos, D. Pedro era recebido “entre vivas mil vezes repetidos ao Imperador Constitucional do Brasil”⁶⁹.

As páginas do *Spectador* mostravam um jovem governante, enérgico e cuidadoso. Era heroico em todos os sentidos, principalmente no militar. Se não ia à guerra pessoalmente, ia no espírito de seus soldados. Através das revistas e das inspeções nos estabelecimentos, mostrava toda sua energia e seu zelo com o exército brasileiro. O *Spectador* alçava o Imperador a um nível capaz de inspirar homens, fiscalizar estabelecimentos e adquirir a afeição de todos os militares.

D. Pedro I, o centro de tudo

A imagem de D. Pedro era tão forte, que sua presença e suas ações ofuscavam a de qualquer outro homem. Uma ação benfazeja em qualquer lugar do Brasil era ligada ao zelo de D. Pedro I. Era como se o imperador fosse o verdadeiro e único salvador dos brasileiros, um herói mítico, onipotente e onipresente.

Segundo Raoul Girardet, um dos mitos mais comuns na política é a figura do salvador. Seja o salvador do passado, do presente ou do futuro, quando ele chega é o tempo em que

69 O *Spectador Brasileiro*, n. 15, 2 ago. 1824.

a história está prestes a se realizar e os problemas a serem sanados⁷⁰. Nas páginas do *Spectador*, era justamente isso que acontecia quando o manto regenerador do Imperador tocava nas províncias ou nas pessoas.

A primeira ação de D. Pedro havia sido a independência, momento em que o Imperador salvou o Brasil de muitos males e calamidades⁷¹. Se não fosse ele, o “Brasil ia desaparecer, ou entrar no balanço de revoluções, que o golpeariam lentamente até assassiná-lo”, mas “a Presença do Regente deste Vastíssimo Continente” desfez esses planos, e toda a “Europa aplaudiu a grande resposta do Príncipe – Fico para o bem do povo – e a futura glória do Brasil despontou além do Atlântico”⁷².

Uma ação para prevenir outros males foi a criação da Constituição, “na qual nos assegura tudo quanto há de melhor nas diferentes Constituições dos mais povos civilizados”, também dada por ele⁷³.

Assim, o Brasil graças à D. Pedro I e sua “rara prudência e não fingido Liberalismo”, escapou dos “furores da anarquia tribunícia” e “foi levado, como pela mão, na vereda da glória e da felicidade Nacional”. Por isso ele era o “Chefe Supremo da Nação e a Salvação da Pátria”⁷⁴.

70 Raoul Girardet, *Mitos e Mitologias Políticas*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 72.

71 *O Spectador Brasileiro*, n. 2, 01 jul. 1824.

72 *O Spectador Brasileiro*, n. 78, 10 jan. 1825.

73 *O Spectador Brasileiro*, n. 14, 30 jul. 1824.

74 *O Spectador Brasileiro*, n. 21, 16 ago. 1824.

Era por causa dele que a ordem era mantida, pois sua pessoa oferecia “na energia de suas providências uma barreira contra as reações revolucionárias”⁷⁵. Ele também consolidou em “toda parte os fundamentos da tranquilidade pública”, e se tornou “a imagem da Bondade Divina: Protetor dos Brasileiros, Defensor do Brasil”. Por toda a parte queria “estender os seus benefícios, animando, e mantendo a ordem, já tirando obstáculos, já reprimindo abusos, já calcando a cabeça da maldade audaciosa”, é o verdadeiro autor “de nossa fortuna, e de nossa grandeza”⁷⁶. Dizia que “devemos o nosso engrandecimento, e civilização ao Príncipe Incomparável, que nos rege com uma vigilância, que supera infinitamente as forças humanas”, e se a “França cantou a imortal Coroa de Napoleão”, o Brasil deve “eternizar a Coroa do Grande Pedro I”⁷⁷.

Com ele no governo, e a “Sombra do Trono erguido em nosso seio”, tudo “é em nosso favor, e não há de lado algum motivo de receio que nos possa assustar”⁷⁸. Ele era a garantia de todas as realizações desejadas pelos brasileiros. Nas palavras do *Spectador*, foi ele que “arrancou dos pulsos de nossa Pátria os ferros, que as escravizarão por trezentos anos” e “Ele

75 *O Spectador Brasileiro*, n. 19, 11 ago. 1824.

76 *O Spectador Brasileiro*, n. 95, 18 fev. 1825.

77 *O Spectador Brasileiro*, n. 126, 9 maio 1825.

78 *O Spectador Brasileiro*, n. 27, 30 ago. 1824.

mesmo é o Fiador de nossa segurança interna” e “o Conciliador de nosso respeito entre as Potências estrangeiras”⁷⁹.

Ele era também o pilar do reconhecimento do Brasil na Europa, na verdade, entre

[...] eles nenhum é mais digno de conservar ileso a fé das alianças do que o grande Pedro I. do Brasil. Firme, Sincero, Verdadeiro, Amigo do Povo, Defensor Perpétuo dos Seus Direitos, a Sua palavra é a expressão da honra, e o penhor mais subido das Suas promessas⁸⁰.

A independência haveria de ser “otimamente concluída por que S. M. I. está à frente do seu Conselho de Estado, e dos seus Ministros”⁸¹.

O Imperador “anima as Ciências; protege as Artes, recebe as Sociedades industriosas; convida os trabalhadores agrícolas, os mineralogistas”⁸². Também “acolhe o comércio Europeu, favorecendo a circulação de todos os seus diferentes ramos de importação; e igualmente os viajantes ilustres, e os homes de letras”⁸³.

Por tudo isso, Plancher admitia que havia entregado seu “coração” ao “guarda dos meus Penates, ao Imperador do Brasil”. Decla-

79 *O Spectador Brasileiro*, n. 27, 30 ago. 1824.

80 *O Spectador Brasileiro*, n. 44, 11 out. 1824.

81 *O Spectador Brasileiro*, n. 153, 22 jul. 1825.

82 *O Spectador Brasileiro*, n. 98, 16 mar. 1825.

83 *O Spectador Brasileiro*, n. 140, 17 jun. 1825.

rava também que era, e sempre seria um, “constante, e firme súbdito de um Príncipe, que remoçou, e enobreceu os Brasileiros”⁸⁴.

5. A dieta plancheriana

Mas não só de bajulação era feito o jornal. O *Spectador* imprimiu uma variada gama de notícias, sejam brasileiras ou estrangeiras. O periódico servia de ponte de conexão entre mineiros, fluminenses, gaúchos, baianos etc. Notícias dos mais longínquos estados, como o Maranhão, e os mais próximos, porém menos noticiados, como o Espírito Santo, fizeram com que o periódico formasse uma densa rede de simultaneidade entre os brasileiros. Brasileiros de todas as províncias tinham suas vidas comentadas no periódico, e podiam ler os problemas de seus conterrâneos, uma rede de solidariedade e camaradagem ia sendo formada, e a impressão de uma mesma terra para uma mesma nação e um mesmo povo era paulatinamente divulgada pelo periódico.

O modus operandi do periódico

Antes de começarmos a tocar nos assuntos expostos por Plancher no ano de 1825, e assim expor um pouco do que acontecia no Brasil, devemos explicar como funcionou o jornal nesse ano. Se no ano de 1824 o periódico discutiu questões políticas

84 O *Spectador Brasileiro*, n. 78, 10 jan. 1825.

e se posicionou contra a Confederação do Equador, o ano de 1825 foi diferente.

No início de 1825, o *Spectador* anunciou que iria inserir anúncios e avisos sem efetuar cobrança, com a intenção de fazer o jornal ser diário⁸⁵, anunciando dois dias depois que o redator havia se desencilgado da redação do periódico, recebendo, a partir daquele momento, artigos, anúncios e correspondências que estivessem de acordo com “os princípios de moderação, que convém para instruir, e moralizar o povo Brasileiro”⁸⁶. Uma semana depois, o jornal já mostrava uma mudança significativa em seu formato, ostentando as categorias de notícias estrangeiras, variedades, correspondências, avisos, vendas, perdas, roubos e escravos. Paulatinamente, Plancher tentava transformar o *Spectador* em um jornal de anúncios e notícias externas, o que ficou acentuado na falta de numeração sequenciada das páginas. Talvez por isso, durante o ano de 1825, as notícias europeias apareciam sempre na primeira página, seguida das notícias nacionais, reflexões filosóficas e, por último, os anúncios. Porém o movimento não foi retilíneo, e no decorrer do ano os assuntos políticos voltaram a ocupar espaço no jornal. Mesmo com essas mudanças nas seções, a estrutura do jornal não foi modificada. Sua epígrafe e sua formatação foram as mesmas até o fim.

85 O *Spectador Brasileiro*, n. 86, 4 fev. 1825.

86 O *Spectador Brasileiro*, n. 87, 7 fev. 1825.

Chama atenção também a considerável quantidade de notícias cotidianas que apareciam no jornal. Uma dessas notícias foi a corrida de cavalos. Em torno de seis artigos foram publicados pelo periódico, onde convidou a população a participar e pediu incentivo do governo, afirmando que, com essas corridas, as pessoas teriam mais interesse em cuidar dos seus cavalos⁸⁷. Um tal de M. Stanislas também agitou o *Spectador*, que realizando suas experiências físicas acabou, segundo o *Spectador*, lotando o teatro e “mais de duzentas pessoas não puderam ter bilhetes”⁸⁸. Um médico também foi figura presente em quase todos os periódicos de Plancher durante um mês. Mr. Le Roy e suas polêmicas obras médicas foram anunciados, defendidas e publicadas durante o mês de setembro, causando, aparentemente, uma agitação no círculo letrado médico em 1825⁸⁹. Outro fato curioso foi o aparecimento de um cometa que causou uma surpresa em Plancher ao ouvir “as extravagâncias, que correm agora pela aparição do – chamado Cometa”. Nesse artigo, ele escancarou o tradicionalismo da sociedade, afirmando que “As beatas dizem que o Cometa anuncia o fim do mundo”, e que “os partidistas dizem que o tratado da Independência não foi ratificado pelo Senhor D. João VI”, e concluía que “O Pobre Cometa, verdadeiro peregrino no sistema Astronômico, vai seguindo a sua marcha pre-

87 *O Spectador Brasileiro*, n. 139, 15 jun. 1825.

88 *O Spectador Brasileiro*, n. 141, 20 jun. 1825.

89 Números 175, 171 e 177 de 16, 17 e 21 de setembro respectivamente.

vista e regulada, sem saber que a Ignorância faz de sua aparição ideias tão absurdas”.

Plancher também fazia as vezes de boletim policial. Entre as várias notícias protestando contra o perigo da capital brasileira, chegou a denunciar “uma quadrilha de ladrões, que dizem estar organizada há alguns meses para cá”, e informou que “Negociantes da Rua Ouvidor, da Quitanda, e do Rosário, tem muitíssima razão de terem à sua disposição boas Espingardas, e Pistolas para receber os ladrões”⁹⁰. Morador da Rua do Ouvidor era mais um aviso do que uma simples notícia.

Assim seguiu o *Spectador* em 1825. Em meio a notícias estrangeiras e internas, quando não havia o suficiente para preencher o jornal, o cotidiano era uma maneira de ocupar as lacunas vazias.

A batalha do reconhecimento

Segundo Deolindo Amorim, as inúmeras negociações encetadas por Brasil, Inglaterra e Portugal com o objetivo de acertar os termos da Independência do Brasil, se trataram de uma verdadeira “batalha do reconhecimento”⁹¹, composta por idas e vindas, polêmicas e participação de inúmeros atores históricos, sejam diplomatas, ministros, soberanos ou jornalistas.

90 O *Spectador Brasileiro*, n. 38, 27 set. 1825.

91 Deolindo Amorim, “O Panamericanismo e o Reconhecimento da Independência do Brasil”, *Revista de História de América, México, Pan American Institute of Geography and History*, n. 57-58, p. 150, 1964.

Inicialmente o governo português tentou uma abordagem na qual buscava reconciliar as duas partes do Império, mas, com o retorno dos emissários enviados ao Rio de Janeiro que nem foram recebidos, as negociações mudaram de rumo. Dois planos sobressaíram-se: a intervenção militar iniciada pelas províncias do Norte ou pelo Rio de Janeiro, ou um tratado no qual Portugal reavia suas preferências comerciais com sua antiga colônia. Aliada histórica, a Inglaterra se colocou como a intermediadora entre Portugal e Brasil, resistindo aos assédios da Santa Aliança e sendo a pioneira no continente europeu no reconhecimento da independência da América⁹².

Com isso, seja em Portugal ou no Brasil, o tratado reuniu grande tensão política, econômica e social, fazendo com que o papel dos letrados fosse catalisado com a aproximação do tratado. Desta feita, um assunto de tal monta não passou despercebido pelo *Spectador*. Áulico, realizou o papel de fazer publicidade do andamento das negociações, publicar notícias otimistas sobre o andamento do reconhecimento da América do Sul, e fazer campanha, em meio a tudo isso, ao Imperador.

No *Spectador* as notícias sobre o reconhecimento da Independência iniciaram-se ainda no ano de 1824, através de

92 Uma abordagem mais aprofundada sobre o reconhecimento pode ser encontrada em Valentim Alexandre, “A Desagregação do Império: Portugal e o Reconhecimento do Estado Brasileiro (1824-1826)”, *Análise Social*, vol. XXVIII, n. 121, pp. 309-341, 1993; ou, com uma abordagem mais factual, Socorro Ferraz, “O Rastro da Independência”, *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*, n. 20, 2002.

inúmeras publicações que tratavam do assunto, seja do ponto de vista inglês, ou do ponto de vista francês. Além disso, o que prevalece em todas elas é a importância da figura do monarca como esteio de segurança e credibilidade ante as monarquias europeias, mostrando-o como elemento necessário para que o país fosse reconhecido como um país independente e civilizado.

Em dois de julho de 1824 o periódico anunciou a visão da Europa sobre Brasil, onde ela “vê entre nós um Trono em pé, um Imperador em harmonia com a Nação, uma Lei verdadeiramente Monárquica Constitucional”. Com tais características, o *Spectador* não acreditava “que ela se arme contra nós”⁹³. Dessa maneira, a real garantia da paz e do sucesso da independência estaria em D. Pedro, pois era ele quem “nos concilia o respeito das Potências da Europa”⁹⁴, sendo sua presença “respeitável na Europa”, onde todas as nações se unem “para coadjuvarem a grande causa de sua Independência e de sua Integridade assentando-as sobre as bases do novo Trono do Equador”⁹⁵, e que, além da garantia da Independência do Brasil, era também “meio único, e infalível para naturalizar a Monarquia no novo mundo”⁹⁶.

93 O *Spectador Brasileiro*, n. 3, 2 jul. 1824.

94 O *Spectador Brasileiro*, n. 98, 16 mar. 1825.

95 O *Spectador Brasileiro*, n. 169, 02 set. 1825.

96 O *Spectador Brasileiro*, n. 49, 22 out. 1825.

Ainda em 1824, Plancher anunciava o reconhecimento da Independência pelos Estados Unidos⁹⁷, e em 1825 uma série de notícias sobre as viagens do diplomata inglês Campbell para a Colômbia, o que trouxe esperanças para o reconhecimento inglês para o Brasil⁹⁸.

As notícias iam se acumulando, e se misturando a boatos e relatórios diplomáticos de outros países, fazendo com que o reconhecimento da Independência, nas páginas do *Spectador*, fosse se tornando cada vez mais real. No dia 23 de fevereiro o *Spectador* anunciava a viagem de Sir Charles Stuart a Lisboa para encaminhar o reconhecimento da independência do Brasil, e, com este já em Lisboa, anunciava a teia de intrigas formada pelos diplomatas da Santa Aliança para frustrar as ambições do diplomata inglês⁹⁹. Em 13 de julho publicava cartas que afirmavam o reconhecimento da independência por Portugal¹⁰⁰, e no dia 22 de julho anunciava os termos do reconhecimento¹⁰¹.

Finalmente, no dia 9 de setembro, publicou o Tratado de Reconhecimento¹⁰² e, no dia 23 de setembro, em uma edição quase exclusiva sobre a independência, publicou um artigo

97 O *Spectador Brasileiro*, n. 27, 30 ago. 1824.

98 O *Spectador Brasileiro*, n. 77, 07 jan. 1825.

99 O *Spectador Brasileiro*, n. 87, 14 mar. 1825.

100 O *Spectador Brasileiro*, n. 149, 13 jul. 1825.

101 O *Spectador Brasileiro*, n. 153, 22 jul. 1825.

102 O *Spectador Brasileiro*, n. 172, 09 set. 1825.

em que louvava a presença do Imperador e a existência da Corte, onde dizia:

A Corte Imperial do Rio de Janeiro sendo considerada como o centro de reunião de todos os votos dos honrados e ilustres Brasileiros. [...] Os Membros deste Corpo poderão dizer com razão, que quando proclamaram a S. M. I. Defensor Perpetuo do Brasil, previam, que o estudo Imperial cobriria o Brasil, e lhe daria aquela consideração, de que os facciosos o haviam privado. O entusiasmo com que o povo ouviu este título está presentemente bem pago; firmando o tratado da Independência S. M. I. cingiu de coroas de glória a Nação Brasileira; porque ainda não consta nos fastos de Nação alguma que se concluísse com tanto sossego, com menos disputas um negócio de tanto peso na balança política, e que sempre encontrou mil obstáculos nos Gabinetes Europeus. Os Brasileiros devem-se lembrar de mais que a sua Independência tinha grandes dificuldades na questão do Direito; que este tinha ligamento indissolúveis; e que apesar de tudo, ela foi concluída contra a expectação de grandes Estadistas na Europa¹⁰³.

Depois disso, notícias de tratados com outras nações foram constantes. Países Baixos, Prússia, Suécia e França foram os primeiros, segundo o *Spectador*, a iniciar relações com o Brasil e a América. Novamente, todas as ações referentes ao

103 O *Spectador Brasileiro*, n. 178, 23 set. 1825.

Brasil eram centralizadas na pessoa de D. Pedro I. Se não fosse ele, o sucesso brasileiro estaria comprometido. Abria-se, com sua presença, o caminho para o brilhante destino da nação brasileira sob seu paternal governo.

A Europa

Misturando trechos inteiros extraídos e resumos feitos por ele de jornais estrangeiros, como o *Jornal do Commercio* de Paris e do *Star*, tudo que, supostamente, ocorria na Europa, era informado no periódico.

Um dos eventos mais noticiados foi a guerra de independência grega. Desde setembro de 1824, quando, segundo o *Spectador*, iniciou-se a “quarta campanha entre os Gregos e os Turcos”¹⁰⁴ as notícias tendiam a favorecer o lado grego. Aqui o confronto não era apenas entre gregos e turcos, mas entre a civilização e a barbárie, entre o despotismo e a liberdade, entre cristãos e muçulmanos. Cada artigo tratava de dramatizar a causa grega como uma batalha pela liberdade e pela cristandade.

De um lado os turcos otomanos, cercados de intrigas, onde o “espírito da sedição fermenta”, e “os partidos aí movem os seus insignificantes interesses”¹⁰⁵. De outro, os gregos,

104 *O Spectador Brasileiro*, n. 36, 22 set. 1824.

105 *O Spectador Brasileiro*, n. 93, 14 fev. 1825.

povo que excita o orgulho dos “amigos da nossa santa religião e do verdadeiro liberalismo”¹⁰⁶.

As armadas otomanas eram destroçadas segundo as notícias do *Spectador*, outras vezes, o jornal anunciava o “mal estado, em que se acham os Egípcios da expedição contra os Gregos”, sem contar os problemas logísticos, como as “doenças epidêmicas, que se manifestarão a bordo dos navios de guerra, e dos transportes” que levavam marinheiros e soldados à deserção ou morte¹⁰⁷.

Do lado grego, tudo caminhava na mais vantajosa direção, e os contatos entre eles e a Europa aumentavam com o decorrer da guerra. Durante uma batalha, segundo noticiou o periódico, os “Gregos obrigarão bem depressa as canhoneiras e mais embarcações Turcas a darem consigo na costa, onde foram queimadas”, e no ato do desembarque, liderados pelo “indomado Kânaris levando em uma mão uma cruz e na outra o seu terrível alfanje”, fizeram os turcos fugirem “espavoridos; nenhum deles, porém, escapou á cruenta e bem merecida morte”¹⁰⁸. O confronto entre civilização e barbárie, no âmbito europeu, se dava, segundo o periódico, entre gregos e otomanos. Entretanto, existia outra luta ocorrendo na Europa, a luta entre liberdade e despotismo.

106 *O Spectador Brasileiro*, n. 69, 15 dez. 1824.

107 *O Spectador Brasileiro*, n. 88, 9 fev. 1825.

108 *O Spectador Brasileiro*, n. 69, 15 dez. 1824.

O anúncio desse confronto se deu em 1825, prenunciando a possível “primeira guerra Europeia” que “será uma grande luta, e provavelmente decisiva, entre o Despotismo e a Liberdade”¹⁰⁹. De um lado, a Santa Aliança, de outro, a Inglaterra. As notícias transpareciam que, mesmo não sendo iniciados os conflitos militares, o jogo de influência já havia iniciado, e os principais teatros de guerra, nesse sentido, eram a América e a Espanha.

Na América a Inglaterra trabalhava em prol do reconhecimento da independência dos países ibero-americanos, mas sempre se via prejudicada por “causas externas, cujos efeitos definitivos poderiam mudar inteiramente a situação”¹¹⁰. A principal dessas “causas externas” era a influência da Santa Aliança, que, através da Espanha, chegou a exigir que os Estados Unidos deixassem de apoiar as independências.

O país por excelência que demonstrava os ideais da Santa Aliança, segundo o *Spectador*, era a Espanha. Se levarmos em conta apenas as notícias publicadas pelo jornal, a situação espanhola era alarmante. Dividida em partidos, a “cada dia se torna mais triste a situação política da desgraçada Espanha”¹¹¹. A população, elemento visto pelo periódico como influenciável, era dominada pelos “fanáticos”, e, certa vez, “dirigiu-se furiosa a prisão principal, arreventou a porta exterior, tirou de força ao carcereiro as chaves do interior, e ali muito sem

109 O *Spectador Brasileiro*, n. 139, 15 jun. 1825.

110 O *Spectador Brasileiro*, n. 77, 7 jan. 1825.

111 O *Spectador Brasileiro*, n. 60, 19 nov. 1824.

piedade matou a 20 prisioneiros”¹¹². O fanatismo religioso era tanto, que se pensava “seriamente no restabelecimento do Santo Ofício”. Ali, os funcionários “em que se suspeita o menor sentimento de moderação, são imediatamente demitidos, presos e entulhados nas enxovias de uma masmorra”¹¹³ e várias pessoas importantes que trabalharam em prol do sistema constitucional “acabam de serem expulsas em virtude de uma ordem secreta do Nosso Superintendente da Polícia de Cádiz, Sevilha, Granada e outras Cidades grandes da Andaluzia”¹¹⁴. O despotismo era tão enraizado, e o clero tão absolutista, que segundo notícia publicada,

A Igreja de Santo Antônio ofereceu Domingo passado uma cena da maior desordem. Um missionário, chamado Morynes, tendo subido ao púlpito tomou no decurso do sermão a liberdade de anunciar, que se tinham passado os dias da heresia; que a Inglaterra essa potência protetora do vício, e destruidora da virtude, que havia séculos trilhava a estreita vereda da perdição, ainda que a sua carreira política tenha sido até o presente próspera, ia cair agora, o que era uma felicidade, do elevado grão a que tinha subido. Informou os seus ouvintes, que está decadência era em grande parte devida aos esforços da Santa-Aliança. Porém, acrescentou ele, se há alguém n’este ajuntamento que favoreça, ou oculte em seu coração senti-

112 *O Spectador Brasileiro*, n. 65, 3 dez. 1824.

113 *O Spectador Brasileiro*, n. 70, 17 dez. 1824.

114 *O Spectador Brasileiro*, n. 73, 24 dez. 1824.

mentos favoráveis a defunta e diabólica Constituição, nada, eu o declaro, o poderá salvar das penas eternas¹¹⁵.

A situação espanhola era grave e a própria soberania de D. Fernando era questionada. Até mesmo um empréstimo foi negado pelos negociantes ingleses, deixando “provado que a Espanha, quanto ao crédito, é a última de todas as Potencias”¹¹⁶. Ironicamente, dizia que o

Governo. S. M. pelo contrário tem inteiramente estabelecido um sistema particular e próprio, o qual ele dirige com vigor, e indústria – um sistema de terror o mais compreensivo, e eficaz, que se tem visto em tempo presente pois que põem de parte, e calca todas as leis, a justiça, e humanidade – execuções diárias de homens inocentes – pais de famílias levados ao patíbulo pelos crimes de seus filhos – esposas castigadas, como rés dos mais atrozes crimes, por ajudarem seus maridos a escapar à imérita morte – donzelas condenadas a degredo, e banidas do seio de suas famílias pelo crime de mandarem algum pequeno sustento a seus pais, parentes e amigos mortos a fome no centro das masmorras¹¹⁷.

A culpa de toda essa crise, entretanto, não era unicamente do rei, mas também do clero. Possuidores de “sede hidrópica de sangue humano”, egoístas, servis e desejosos “de se fazer

115 *O Spectador Brasileiro*, n. 94, 2 mar. 1825.

116 *O Spectador Brasileiro*, n. 180, 28 set. 1825.

117 *O Spectador Brasileiro*, n. 94, 2 mar. 1825.

retrogradar o generoso Povo Espanhol até a barbárie e às trevas do século XIV”¹¹⁸. Eram eles os principais membros do “partido fanático”, que “não querem ver a salvação da Pátria se não no restabelecimento do Santo Ofício e do despotismo de Felipe II”, sendo o mais forte do país, liderados pelo infante Dom Carlos, pelo Conselho de Castela e por um grande número de homens “consideráveis tanto no Exército como no clero e nobreza” contando com a ajuda dos “Frades e, portanto, o povo baixo por eles alucinado”¹¹⁹.

As notícias europeias, como podemos observar, tratavam de conceitos como “liberdade” e “despotismo”, muito caros à época em que Plancher escrevia. De certa maneira, a ênfase no continente europeu também ilustra a importância que Plancher dava à situação política europeia. Ambas as questões, os significados dos conceitos e a importância da Europa para o Brasil serão resgatados na discussão política com Chapuis em 1826, quando os conceitos serão mais detalhadamente definidos ou modificados e o continente europeu será abordado como algo civilizado em detrimento da América, local de agitação e barbárie.

A Revolta dos Periquitos

O Primeiro Reinado foi marcado por uma constante instabilidade política devido ao processo de redefinição dos poderes

118 *O Spectador Brasileiro*, n. 83, 21 jan. 1825.

119 *O Spectador Brasileiro*, n. 23, 20 ago. 1824.

públicos e das instituições monárquicas¹²⁰. Sendo o país ainda carente de definições mais concretas sobre os limites, deveres e direitos dos cidadãos e das autoridades, esse período foi marcado por conflitos entre os poderes centrais e provinciais de maneira latente. Em vista disso, mesmo que o ano de 1825 tenha sido relativamente calmo no Rio de Janeiro, o mesmo não ocorreu em outras províncias. Como jornal representante do grupo áulico no Rio de Janeiro, o *Spectador* teve o papel de noticiar esses conflitos e expor o ponto de vista áulico sobre os acontecimentos.

O primeiro conflito destacado pelo periódico em 1825 foi a revolta militar ocorrida em 1824 na Bahia. Através de extratos dos periódicos baianos *Grito da Razão* e *Independente Constitucional*, o *Spectador* fez ampla campanha em prol da ordem que necessitava ser recuperada após os tumultos ocorridos em Salvador. No total, cerca de doze cartas ou notícias foram extraídas dos jornais baianos sobre a revolta militar.

A Revolta dos Periquitos foi um movimento de um batalhão majoritariamente negro, formado ainda na guerra da independência contra o General Madeira. A formação desse batalhão se deu por ocasião da falta de soldados para as tropas pacificadoras enviadas pelo Rio de Janeiro, quando, para suprir essa falta, o comandante Pierre Labatut utilizou-se do expediente de alistar

120 Ana Cloquet da Silva, “De Comunidades a Nação. Regionalização do Poder, Localismos e Construções Identitárias em Minas Gerais (1821-1831)”, *Almanack Braziliense*, n. 2, p. 44, 2005.

escravos de senhores de engenho portugueses¹²¹. Após a expulsão de Madeira, a maioria desses escravos foi liberta, e na falta de ocupação, continuaram a fazer parte do Batalhão dos Periquitos. A permanência desses homens na capital baiana causou o descontentamento da elite local, que insistentemente exigiu seu deslocamento para outras localidades¹²². Somado aos problemas econômicos internos ampliados pós-independência¹²³, conflitos políticos e os constantes castigos físicos, os anúncios, em vinte e um de outubro de 1824, do transporte do batalhão para Pernambuco e o envio do popular comandante Major José Antônio da Silva Castro para o Rio de Janeiro, culminaram na sublevação do Batalhão¹²⁴.

Além disso, existiam também os fatores políticos. Segundo João José Reis e Hendrik Kraay, alguns líderes continham um discurso alinhado à Confederação do Equador¹²⁵, ou seja, contrários à dissolução da constituinte e, até mesmo, favorá-

121 Hendrik Kraay, “Em Outra Coisa não Falavam os Pardos, Cabras e Crioulos: O ‘Recrutamento’ de Escravos na Guerra da Independência na Bahia”, *Revista Brasileira de História*, vol. 22, n. 43, p. 110, 2002.

122 *Idem*, p. 111.

123 Elise de Moura Ribeiro, “Desconstruindo uma Trajetória para a Independência: Bahia (1808-1823)”, *Anais do 2º. Encontro de Novos Pesquisadores em História*, p. 153, 2010.

124 João José Reis e Hendrik Kraay, “‘The Tyrant Is Dead!’ The Revolt of the Periquitos in Bahia”, *Hispanic American Historical Review*, vol. 89, n. 3, p. 416, 2009.

125 *Idem*, p. 401.

veis à instalação da república¹²⁶. A chegada das notícias da dissolução e a forte repressão aos confederados pernambucanos tornou o batalhão hostil a qualquer autoridade enviada pelo Rio de Janeiro e catalisou a violência da revolta.

Em vinte e quatro de outubro de 1824 a revolta iniciou. Os soldados do batalhão causaram tumultos dentro e fora de Salvador¹²⁷, além de assassinares Felisberto Caldeira Brant, Governador das Armas, o que causou a fuga de parte da elite e, até mesmo, do Presidente da Província. Entretanto, o movimento não teve força para se manter, e, perdendo força, rapidamente se rendeu. Ao fim da revolta grande parte do batalhão foi transferido para Pernambuco e outros foram expulsos da corporação¹²⁸, enquanto os líderes foram julgados por uma comissão militar especial.

As primeiras notícias referentes à Revolta foram publicadas no *Spectador* em vinte e dois de setembro de 1824. A reação do periódico em relação às notícias foi de descrédito, pois acreditava que a província permanecia em ordem graças às ações dos governantes, como era “esperado” nos locais que aderiam ao governo imperial¹²⁹.

126 *Idem*, pp. 407-408.

127 João José Reis, “A Elite Baiana Face os Movimentos Sociais: Bahia (1824-1840)”, *Revista de História*, vol. 54, n. 108, p. 371, 1976.

128 Hendrik Kraay, “Em Outra Coisa não Falavam os Pardos, Cabras e Crioulos: O ‘Recrutamento’ de Escravos na Guerra da Independência na Bahia”, *Revista Brasileira de História*, p.120.

129 *O Spectador Brasileiro*, n. 37, 22 set. 1824.

O jornal realmente demonstrava fé na capacidade dos governantes da província de manter a ordem. Dois dias depois, um extrato retirado do *Independente Constitucional* e publicado no jornal afirmava que, “por mais danadas que fossem as tramaioas” armadas pelos “inimigos do bem da ordem e do Império”, confiava na “firmeza de caráter do Presidente” e na “incansável atividade do bravo General das Armas da Província”¹³⁰.

Após esses dias, não se teve mais notícias da Bahia. Agitado pela queda de Recife com o julgamento dos confederados, o periódico nada mais noticiou sobre os acontecimentos de Salvador.

Porém, em quatorze de novembro de 1824, chegou a notícia de um “Um crime horrendo, um crime que chama sobre seus autores a vingança de Deus e dos Homens”¹³¹, o assassinato de Brant. Nesse mesmo periódico foi impresso um extrato sobre a morte de Brant. Esse extrato foi formado por ofícios circulares das autoridades baianas, e o clima deles era de exasperação e desespero da população, onde, segundo o *Spectador*, em todas “as partes se está invocando não somente a autoridade do Imperador, mas até a do Presidente da Província”¹³².

As próximas notícias não seriam nada boas. A Bahia, segundo o periódico, estava “em um estado assaz penoso de crime e exasperação”. A indisciplina dos soldados do Batalhão

130 *Idem, ibidem.*

131 *O Spectador Brasileiro*, n. 58, 15 nov. 1824.

132 *O Spectador Brasileiro*, n. 58, 15 nov. 1824.

dos Periquitos e “outros soldados de sua laia era extrema, e havia sempre perigo em abrir as lojas”¹³³.

De acordo com o periódico, através de cartas anônimas, a ordem só retornou um mês depois. Em treze de dezembro chegava-se, por meio do “navio Nacional Tibério”, a notícia de que a paz havia sido restabelecida na Bahia, e que se poderia “contar agora com a Bahia sossegada por longo tempo”¹³⁴.

Em fins de 1824 o periódico anunciou medidas que poderiam ajudar a consolidar a ordem nas províncias brasileiras, medidas essas que passavam pela investidura de “autoridades competentes” com “todo aquele grau de energia, que se pode conciliar com a moderação, porém com a moderação bem entendida, a qual se não parece nada com a frouxidão”¹³⁵. Uma carta publicada por um baiano anônimo afirma que tal autoridade teria sido investida pelo Imperador na pessoa do novo Governador das Armas, que, com suas medidas, tornou possível “uma pessoa tratar de seus negócios, e ir de dia, e de noite sem receio de ser insultada ou espancada”¹³⁶. A paz havia sido conquistada graças à habilidade do Imperador em escolher um Presidente que o “Povo da Bahia ama em supremo grau”, que, ao mesmo tempo, “justifica a escolha de S.M. o Impera-

133 *O Spectador Brasileiro*, n. 62, 24 nov. 1824.

134 *O Spectador Brasileiro*, n. 68, 13 dez. 1824.

135 *O Spectador Brasileiro*, n. 72, 22 dez. 1824.

136 *O Spectador Brasileiro*, n. 79, 12 jan. 1825.

dor, e ao mesmo tempo mostra quanto S.M.I. se interessa pela prosperidade dos Brasileiros”¹³⁷.

Como na Confederação do Equador, o retorno da ordem só foi possível com o retorno da autoridade delegada pelo Imperador por meio da escolha do presidente de província. Se qualquer movimento no Brasil que causasse dissensão política acabava por ser associado à anarquia, o retorno da autoridade imperial era como um manto regenerador, e, graças à atitude dessa autoridade enviada pelo Imperador, a ordem retornava e a vida dos habitantes podia ser levada adiante sem perigo. Nesse sentido, a ordem dependia da adesão ou não ao governo pedrino.

O Maranhão

Se no Rio de Janeiro a política encontrou relativa tranquilidade no ano de 1825, o mesmo não pode ser dito do Maranhão. Ali, o ano de 1825 foi marcado por conflitos internos que chegaram a ter repercussão no Rio de Janeiro por meio das notícias publicadas pelo *Spectador*. No total, dez correspondências foram publicadas pelo *Spectador* entre fevereiro e novembro de 1825.

O Maranhão foi a última província a aderir ao Império do Brasil, e, ainda assim, por intermédio do bloqueio promovido por Lord Cochrane. Ali a aclamação do Imperador só ocor-

137 *O Spectador Brasileiro*, n. 180, 28 set. 1825.

reu em outubro de 1826¹³⁸, e a constituição, mesmo jurada, só foi efetivamente estabelecida gradualmente¹³⁹. Com isso, as elites locais ficaram por muito tempo em conflito sem a intermediação de uma autoridade externa.

Em meio às disputas políticas entre famílias tradicionais, a autoridade do presidente de província Miguel Inácio dos Santos Freire e Bruce foi contestada. Após um curto período de impasse com a armada liderada por Lord Cochrane¹⁴⁰, Bruce foi deposto e enviado para o Rio de Janeiro. Após sua deposição e o aposamento do presidente interino Manuel Telles da Silva Lobo, as investigações comprovaram desrespeitos à constituição por parte do antigo presidente, como inexistência da liberdade de imprensa, ingerência sobre poder judicial e crimes eleitorais¹⁴¹.

138 Marcelo Cheche Galves, “Pedro José da Costa Barros e a Aclamação de D. Pedro no Maranhão”, *VI Simpósio Nacional Estado e Poder*, vol. 1, p. 2, 2010.

139 Marcelo Cheche Galves, “O Maranhão e a Transição Constitucional no Mundo Luso-Brasileiro (1821-1825)”, em Gladys Sabina Ribeiro e Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira (org.), *Linguagens e Práticas da Cidadania no século XIX*, São Paulo, Alameda, p. 113, 2010.

140 Esse episódio marca a última participação de Lord Cochrane no Brasil. Após remeter Bruce para o Rio de Janeiro, Cochrane exigiu o pagamento das presas de guerra de suas campanhas anteriores. Após conseguí-las, retornou para a Inglaterra sem passar pelo Rio de Janeiro. Tal ação causou enorme crise econômica no Maranhão, além de deixar o futuro governo em situação ainda mais complicada diante da elite local (Vasco Mariz, “Lorde Cochrane, o Turbulento Marques do Maranhão”, *Revista Navigator*, vol. 8, n. 16, 2012).

141 Marcelo Cheche Galves, “O Maranhão e a Transição Constitucional no Mundo Luso-Brasileiro (1821-1825)”, em Gladys Sabina Ribeiro e

O conflito no Maranhão teve repercussão no *Spectador* através de correspondências enviadas diretamente ao periódico, ofícios, proclamações de Lord Cochrane e enxertos do periódico maranhense *O Amigo do Homem*. O debate efervesceu os ânimos, e o próprio redator admitiu estar recusando “a inserção de muitas cartas, que, há dois dias para cá, tem sido dirigidas à imprensa do *Spectador*, por causa dos indignos ataques, que elas continham”¹⁴².

As primeiras notícias chegaram em vinte e oito de fevereiro de 1825, e se tratava de uma série de ofícios entre Lord Cochrane e Bruce, no qual o primeiro exigia a renúncia de Bruce da Presidência. Dizia o Primeiro Almirante que se deixasse Bruce no exercício da presidência, este “tornará a valer-se da plebe, a qual na minha chegada achei em armas para sustentar a V. Ex.” contra os opositores maranhenses. Bruce respondia que havia sido empossado pelo Imperador, e “cometeria um enorme crime se dele me demitisse voluntariamente sem ordem positiva do Mesmo Augusto Senhor”. Não portando tais ordens, Cochrane afirmava que estaria ali para prevenir a “guerra civil, com acrescentada violência e animosidade”, e, em “Nome e da Parte de Sua Majestade Imperial” suspendia a autoridade de Bruce e empossava Manoel Telles da Silva Lobo¹⁴³.

Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira (org.), *Linguagens e Práticas da Cidadania no Século XIX*, p. 119.

142 *O Spectador Brasileiro*, n. 120, 25 abr. 1825.

143 *O Spectador Brasileiro*, n. 99, 28 fev. 1825.

Notícias sobre o Maranhão tornariam a aparecer um mês depois. Através de um artigo d'*O Amigo do Homem*, ilustrava o estado da província durante o governo de Bruce. Dizia que lá

[...] o irmão, esquecendo-se da identidade do sangue, e dos mútuos atrativos da infância, empunhava o ferro matador contra o irmão; e o amigo, e o parente ousava enterrar o punhal no peito do parente, e do amigo: e para que? Para sustentar na presidência um Cidadão, que considerado pelo seu mesquinho partido como o único para bem reger, administrar, e fazer florescente a Província, a que presidia, é pela maioria dos Cidadãos beneméritos, que formão o partido oposto, reputado pelo único, e só capaz de a aniquilar, e fazer desaparecer da carta geográfica do Brasil¹⁴⁴.

Continuava afirmando que os crimes não eram punidos, e para piorar, “na noite de 29 de Julho, com desprezo da Lei, e da Justiça”, Bruce ordenou abrir “as prisões, e saírem delas celerados marcados com o ferrete do crime”. Ali,

A guerra civil, que nela rebentara, não tinha por único fim ganhar uma preponderância decidida pelas armas do partido Presidência, para manter esta Autoridade no seu lugar; ela tinha muito particularmente por objeto e mortandade de seus habitantes, pois dela se seguia a devolução de seus bens¹⁴⁵.

144 *O Spectador Brasileiro*, n. 100, 23 mar. 1825.

145 *Idem, ibidem*.

O fim da anarquia aconteceria quando a “Providencia bem-faze já fez surgir nas aguas desta cidade consternada o Herói pacificador, aquele, que duas vezes já tem sido Salvador dela”, ou seja, Lord Cochrane¹⁴⁶.

Outro artigo do *Amigo do Homem* afirmou que durante a permanência de Bruce no governo,

[...] as entranhas da pátria, que lhe deu o ser, são dilaceradas por monstros, a cujo aspecto a humanidade estremece, e a sensibilidade se horroriza: ele se não ordena os espancamentos, as extorsões, os roubos, o estrago, e a morte, os vê em paz crescer de dia animados pela impunidade, e favorecidos em fim com prêmios, e recompensas, que a lei punha fora de seu alcance ainda para os beneméritos¹⁴⁷.

O *Spectador* também publicou uma correspondência favorável a Bruce, assinada por *O Inimigo da Impostura*. A correspondência trazia uma série de ofícios que buscavam provar que Bruce era o responsável pela ordem na província¹⁴⁸.

A resposta não tardaria, e no número posterior Antônio Telles da Silva Lobo, Tenente coronel, acusou Bruce de “tigre sedento de carnagem”. Afirmava que o autor da carta anterior era um dos serviçais de Bruce, que viviam através de roubo e

146 *Idem, ibidem.*

147 *O Spectador Brasileiro*, n. 101, 28 mar. 1825.

148 *Idem, ibidem.*

eram por ele protegidos. Segundo Lobo, o principal dos serviçais era Filipe dos Santos, que havia sido liberado por Bruce da prisão e teria se transformado em seu “Lustrador”¹⁴⁹.

Um tal “Inimigo das Protecções” também se pronunciou, afirmando que havia chegado “a esta corte o Amigo da paz”, tratando ironicamente de Bruce. Continuava, ironicamente, chamando Cochrane de “Republicano Mor do Império” e “Perturbador das Províncias do Norte, pacificadas pelos feis Carvalhos, Araripes e Bruces”. Clamava pelo “Pobre Maranhão” e indagava “Como sossegaras sem os incessantes Lustros, Roubos, Saques, e Assassínios” ordenados pelo “Seráfico ex-Excellentissimo Sr. Bruce”¹⁵⁰.

Diferentemente dos outros conflitos, onde ao final a autoridade instituída pelo Imperador carregava a ordem e trazia a paz, o mesmo não aconteceu com o Maranhão. Em setembro, novas notícias foram publicadas criticando o novo Presidente da Província Manoel Telles da Silva Lobo, chamando-o de “Propinante, Subornante, e Rapinante”¹⁵¹ e criticando os “Belfortes”, os “principais autores de semelhantes maquinações” que “só com a ambição de governarem”, desejavam “que o mundo inteiro acredite, que só eles são capazes de governar, e que só a eles é que se deve atender”¹⁵².

149 *O Spectador Brasileiro*, n. 115, 13 abr. 1825.

150 *O Spectador Brasileiro*, n. 117, 18 abr. 1825.

151 *O Spectador Brasileiro*, n. 169, 2 set. 1825.

152 *O Spectador Brasileiro*, n. 170, 5 set. 1825.

Esse intenso conflito político refletido pelo periódico é consequência da disputa constante entre as grandes famílias maranhenses pelo poder na província. Já no período colonial, através de casamentos com reinóis e o enriquecimento exacerbado causado pelas medidas pombalinas, grandes famílias como os Belfort, Gomes de Sousa e os Lamagnère disputavam o poder local. Com a independência, o espaço político para ser ocupado por essas famílias aumentou, deixando, entretanto, um espaço ainda maior para conflitos militares e políticos¹⁵³. Se na Bahia e em Pernambuco o fim do conflito resultou no retorno da ordem, ao menos na ótica das cartas publicadas pelo *Spectador*, o mesmo não ocorreu com o Maranhão, onde o conflito entre essas famílias continuou.

O Paraopebano

Outra província que ganhou muito espaço no periódico foi Minas Gerais. Em 1825 o assunto que mais teve publicidade sobre Minas Gerais foi o caso do monopólio da exploração do Rio Doce por uma companhia inglesa. Atento a isso, o *Spectador* também deu espaço ao assunto, publicando dezessete cartas e notícias dos periódicos mineiros *O Universal* e *Abelha de Itaculúmy*.

A polêmica envolvendo a exploração está relacionada à descoberta de reservas de pedras preciosas no Rio Doce. Ali, no início do século XIX, foram encontrados diamantes, o que

153 Cf. Antônia da Silva Mota, “Famílias de Elite no Maranhão Pombalino: Tecendo Redes de Solidariedade e Poder”, *Anais do XXV Simpósio Nacional de História - História e Ética*, Fortaleza, Anpuh, 2009.

gerou especulações sobre a quantidade da riqueza que o rio escondia. A decisão do governo foi conceder a exploração do rio a companhias inglesas por meio de monopólios. Insatisfeitos, os mineiros, através de cartas e do seu Conselho Provincial, se mostraram contrários à decisão, o que causou uma importante, porém pouco estudada, discussão na imprensa brasileira¹⁵⁴.

Nesse caso, a posição de Plancher foi contra o governo central, o que serve para nos mostrar como, mesmo sendo áulico, o periódico tinha um espaço de independência do governo. Discordando do monopólio, as correspondências publicadas pelo periódico deram tom a uma crítica respeitosa e indireta, mas que atingia diretamente uma ordem expedida pelo governo de D. Pedro I.

Em meio aos debates, uma carta de autoria do *Paraopeba* no apareceu no *Diário Fluminense*, na qual acusou o povo mineiro de “ignorante, temerato e falto de luzes”¹⁵⁵. Como não poderia ser diferente, a resposta veio em uma série de cartas e artigos publicados pelo periódico mineiro *O Universal*, no que foi seguido pelo *Spectador* através da republicação de enxertos em seu periódico durante os meses de setembro, outubro e novembro. Aqui o debate variava entre argumentos econômicos, políticos ou simples acusações *ad hominem*. Vale acentuar a falta de um estudo mais detalhado sobre tal debate, pois o mesmo

154 Maria Marta Araújo, “Uma Janela para o Mundo”, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. 46, n. 1, p. 55, jan.-jun. 2010.

155 *Diário Fluminense*, n. 31, 6 ago. 1825.

suscitou argumentos econômicos que podem nos ajudar a compreender melhor o pensamento econômico do período.

Como já foi dito, a posição áulica do periódico não o impediu de fazer oposição ao decreto imperial. Fiel ao liberalismo econômico de Smith (como veremos no terceiro capítulo), o *Spectador* utilizou as correspondências para criticar a prática do monopólio.

A primeira correspondência sobre o assunto foi publicada pelo jornal no dia trinta e um de agosto de 1825. Ainda não fazendo referência ao antagonista fluminense, a notícia dizia respeito à “História das Companhias com exclusivo”, que era a “a História das banca-rotas, dos vexames, e opressões das Nações, que tem tido a infelicidade de as admitir”¹⁵⁶.

Mas ainda não se falava do Paraopebano, provavelmente porque sua carta não tinha sido conhecida em Minas Gerais. Isso só irá ocorrer após a segunda carta do Paraopebano impressa no *Diário Fluminense*, em início de setembro, onde ele acusou Bernardo Pereira de Vasconcelos de ser o autor d’*O Universal*, e afirmou que rebateria todas as ideias publicadas pelo *Universal* “que me parecem perigosas, e contrárias à tranquilidade, crédito e felicidade da nossa província”¹⁵⁷.

Por meio das dezessete cartas exposta pelo *Spectador*, podemos perceber que o escrito do Paraopebano não foi bem digerido pelo *Universal*. A carta claramente acusava o periódico

156 *O Spectador Brasileiro*, n. 168, 31 ago. 1825.

157 *Diário Fluminense*, n. 56, 6 set. 1825.

co de subversivo, e, somada às agressões ao povo mineiro da correspondência anterior, foi muito mal vista pelos mineiros. Em consequência disso, uma enxurrada de correspondências foi publicada no *Universal*, sendo prontamente republicadas pelo *Spectador*.

A primeira delas acusava o Paraopebano de “um revolucionário dos mais perigosos”. Afirmava que o Conselho Provincial ou o periódico não haviam agredido o Imperador, pois sua “Pessoa do Imperador é Sagrada, e inviolável” e lembra o artigo 99 da constituição que “Ele não está sujeito a responsabilidade alguma”. Também afirmava que o Paraopebano ousava “confundir o Imperador com seus Ministros”, e, com isso, afirmava erroneamente que o Conselho Provincial de Minas Gerais queria “diminuir o amor dos Povos a S.M.I.”¹⁵⁸.

Outra carta, que utilizava informações técnicas, afirmava que não trataria “do antigo método de extração dos Diamantes, nem de sua descoberta, captações, e outras miudezas mais próprias da história”, mas sim das “principais Minas de Diamantes hoje conhecidas, e o método de sua extração”, concluindo, ao fim de sua carta, que a Companhia era prejudicial ao Império¹⁵⁹. Uma carta inserida no *Abelha do Itaculummy* acusava o Paraopebano de defender seus interesses, “e que para defesa destes, e não da Pátria, é, que tens escrito”¹⁶⁰.

158 *O Spectador Brasileiro*, n. 194, 31 out. 1825.

159 *O Spectador Brasileiro*, n. 195, 4 nov. 1825.

160 *O Spectador Brasileiro*, n. 196, 7 nov. 1825.

A polêmica se arrastou até o fim do ano, e dezenas de cartas publicadas nos periódicos mineiros foram republicadas pelo *Spectador*, todas enxovalhando o Paraopebano. Em meio aos debates, outros personagens como o *Amigo do Presente* e o *Amigo do Ausente*, foram criados, e, através de discussões econômicas – principalmente no que diz respeito ao monopólio –, técnicas – onde ressaltavam a necessidade do desenvolvimento da indústria de mineração – e políticas, os espaços públicos fluminenses e mineiros intercambiavam informações e consolidavam a ligação entre seu círculo letrado.

Nesse diálogo, o *Spectador*, por mais que criticasse a atuação do governo, guardava o respeito ao imperador e, mesmo defendendo sua pessoa, tendo em vista a neutralidade de suas decisões, não se esgueirava em discordar de sua decisão.

Ao olharmos para essas notícias que apareceram na cena pública fluminense no ano de 1825 e analisarmos a importância do *Spectador* no processo de consolidação dos espaços públicos, tais notícias mostram que o periódico serviu de porta-voz dos acontecimentos das outras províncias brasileiras e de ligação entre Brasil e Europa. Do âmbito externo, as notícias estrangeiras tinham como objetivo reconhecer o Brasil como membro de dois círculos: americano, como país em construção, e europeu, como país civilizado. Já no âmbito interno, o periódico servia de elo entre as demais províncias e o Rio de Janeiro. Por ser um dos poucos periódicos a trazer notícias de dentro e fora do país, montou uma enorme circularidade de correspon-

dências com periódicos de outras províncias e também com autoridades. Nele, o brasileiro se reconhecia como brasileiro, maranhenses, mineiros e fluminenses discutiam os mesmos assuntos através das correspondências, e o seu periódico contribuía para a formação de uma identidade nacional imaginada. Uma comunidade do anonimato¹⁶¹ marcada pela percepção de que, o que o maranhense está lendo, o fluminense também está¹⁶².

6. Minas Gerais

Além do papel informativo, o *Spectador* também contribuiu para legitimar no espaço público a governabilidade do Imperador. Através de suas correspondências e da troca de notícias com outros periódicos, o jornal fluminense contribuiu para a consolidação da autoridade do imperador no território brasileiro. Um dos principais exemplos desse movimento foi a comunicação entre o *Spectador* e o periódico mineiro *Abelha de Itaculumy*.

Reconhecidamente uma das províncias mais importantes do Brasil, seja por sua riqueza ou por sua densidade populacional, Minas Gerais se manteve como uma das mais ricas províncias graças à sua localização geográfica e sua importân-

161 Benedict Anderson, *Comunidades Imaginadas*, São Paulo, Companhia das Letras, 2008, p. 69.

162 *Idem*, p. 57

cia no abastecimento interno do Rio de Janeiro¹⁶³. Com isso, a crise da mineração impulsionou a atividade produtiva para o mercado interno, mantendo, dessa maneira, a importância da economia mineira no século XIX¹⁶⁴.

Entretanto, em desacordo com sua importância geográfica e econômica, Minas Gerais conheceu a imprensa mais tarde que Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Pará e Maranhão. Seu primeiro periódico, segundo Wlamir Silva, foi o *Compilador Mineiro*, periódico de circunstância que existiu durante o processo de independência¹⁶⁵.

O fim do *Compilador* não foi seguido de luto na imprensa, pois rapidamente surgiu o segundo periódico mineiro também impresso em Ouro Preto, a *Abelha de Itaculomy*¹⁶⁶. Segundo Silva, tal periódico se dedicou a exaltar os atos do Imperador, ligando-se ao aulicismo da Corte e fazendo as vezes de

163 Alcir Lenharo, *As Tropas da Moderação: O Abastecimento da Corte na Formação Política do Brasil (1808-1842)*, São Paulo, Símbolo, 1979, p. 19.

164 Douglas Cole Libby, *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista: Minas Gerais no Século XIX*, São Paulo, Brasiliense, 1988.

165 Wlamir Silva, “A Abelha Sinalagmática e Hiperbólica: O Periódico Mineiro *Abelha do Itaculomy* (1824-1825)”, *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*, 2013, p. 2.

166 Existe uma divergência sobre a continuidade ou não dos dois periódicos (Cf. *Idem*; Alexandre Mansur Barata, “Do Secreto ao Público: Espaços de Sociabilidade na Província de Minas Gerais (1822-1840)”, em José Murilo de Carvalho e Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, *Repensando o Brasil do Oitocentos: Cidadania, Política e Liberdade*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009).

diário oficial em Minas Gerais. O autor indica até mesmo um suposto financiamento pelo próprio imperador¹⁶⁷. Financiado ou não, o periódico foi um dos principais aliados do *Spectador* em Minas Gerais.

No total, conseguimos encontrar vinte e nove notícias publicadas pelo *Spectador* que foram republicadas pela *Abelha*. Uma das primeiras, ainda em 1824, informava sobre a situação dos confrontos em Pernambuco, acusando as tropas pernambucanas de “insignificantes”¹⁶⁸. Em vinte e dois de novembro de 1824, republicava também a notícia do *Spectador* sobre Montevidéu, chamando a atenção da nação para essa província cheia de riquezas naturais, “cuja fertilidade é bem conhecida”¹⁶⁹. Também eram transmitidas notícias do caráter ordeiro de outras províncias, como em nove de fevereiro de 1825, quando anunciou, por meio de uma notícia do *Spectador*, que Lord Cochrane havia chegado ao Pará e restituído a “boa ordem e sossego [...] e fazendo respeitar por toda a parte a autoridade de S. M. o Imperador”, concluindo que “Com esta bem lembrada execução de S. Ex.^a para o Norte, fica o gênio da anarquia exterminado deste Império desde o Prata até o Amazonas”¹⁷⁰.

167 Wlamir Silva, “A Abelha Sinalagmática e Hiperbólica: O Periódico Mineiro *Abelha do Itaculamy* (1824-1825)”, *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*, p. 9.

168 *Abelha do Itaculamy*, n. 113, 29 set. 1824.

169 *Abelha do Itaculamy*, n. 136, 22 nov. 1824.

170 *Abelha do Itaculamy*, n. 17, 9 fev. 1825.

Em vinte e três de março a *Abelha* publicava uma das reflexões políticas do *Spectador*, onde afirmava que “os Povos estão perfeitamente desenganados de que só os Governos Legítimos são capazes de boas direções”. Aclamava o “Homem que da Natureza recebeu o talento de Criador” que “nos tem elevado a está desmarcada altura” e que “o Projeto da nossa Constituição por Ele oferecida, e por nós jurada, é a mais rica pedra do seu Diadema Imperial”¹⁷¹. Da mesma maneira que o *Spectador*, a *Abelha* também se postava, na cena política, como defensora do Imperador.

As republicações se estendem por pelo menos outras vinte e oito notícias e comentários, que, em geral, são informativas, como a situação da guerra contra os confederados pernambucanos, anúncios de D. Pedro I às tropas legalistas e comentários a respeito do reconhecimento da independência. A *Abelha* continuará publicando notícias do *Spectador* até seu penúltimo número em onze de julho de 1825.

O outro jornal mineiro a utilizar as publicações de Plancher em suas páginas foi *O Universal*. Conseguimos encontrar um número parecido de enxertos, vinte e oito no total. Entretanto, diferente de seu conterrâneo, os enxertos eram compostos quase que exclusivamente de notícias, e toda opinião pessoal de Plancher era retirada.

171 *Abelha do Itaculumy*, n. 35, 23 mar. 1825.

Identificado com o liberalismo moderado de Minas Gerais¹⁷², o periódico entendia-se vinculado a um ideal de monarquia-constitucional e negação de republicanismo¹⁷³, e fazia parte de um projeto moderado da criação de uma rede que objetivava penetrar na opinião pública da província e tornar seus conceitos e preceitos um “senso comum” na região¹⁷⁴. Com isso, através de um discurso pedagógico e político, os moderados, liderados pelo *Universal*, darão, inicialmente, apoio ao governo constitucional de D. Pedro I, passando para a oposição quando se desiludirem com suas atitudes, principalmente a partir de 1826.

Já em seu quinto número o *Universal* publicou seu primeiro enxerto do *Spectador*, no qual tratava da visita do general Lafayette aos Estados Unidos¹⁷⁵. A exemplo dessa, outras notícias que chegavam por cartas vindas da Europa pelo *Spectador* eram inseridas no *Universal*, mas sem demonstrar o caráter de defesa ao Imperador como demonstrava a *Abelha*. Também

172 Wlamir Silva, “‘Princípios Substanciais, Circunstancias Acidentais’: Da Gênese do Liberalismo Moderado na Imprensa mineira do Primeiro Reinado (1825-1831)”, em Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca e Maria Letícia Corrêa (org.), *200 Anos de Imprensa no Brasil*, São Paulo, Contra Capa, 2010, p. 77.

173 Heiberle Hirsberg Horácio, “Apontamentos sobre a Imprensa Liberal Mineira no Primeiro Reinado”, *Teoria e Cultura*, vol. 5, n. 1, p. 63, 2010.

174 Wlamir Silva, *Liberais e Povo: A Construção da Hegemonia Liberal-Modorada na Província de Minas Gerais*, São Paulo, Martins Fontes, 2009, p. 132.

175 O *Universal*, n. 5, 27 jul. 1824.

foram publicadas a declaração de guerra às Províncias Unidas do Rio da Prata¹⁷⁶, o tratado de independência e comércio com a Inglaterra¹⁷⁷ além de inúmeras notícias sobre a situação da guerra de separação grega¹⁷⁸. Em todas, não se encontra reflexões políticas do *Spectador*, mas apenas notícias de conteúdo informativo.

Mais explicativo ainda se torna quando percebemos que, a partir do número cento e oitenta e cinco do dia vinte de setembro de 1826, o *Universal* iniciou uma ofensiva contra o *Spectador*, criticando-o por acusar Minas Gerais de conter focos republicanos, respondendo cartas publicadas pelo *Spectador* e criticando erros de escrita do periódico fluminense. Devemos lembrar que a primeira sessão da Câmara dos Deputados ocorreu em 29 de abril de 1826, o que pode ter causado o conflito entre o *Spectador* e o *Universal*, reconhecidamente periódicos de posturas políticas diferentes.

A publicação de notícias do *Spectador* nos jornais mineiros demonstra a amplitude que o periódico ganhou ao longo de 1825. Se era comum que os jornalistas trocassem correspondências, esse fato não deixa de mostrar o protagonismo que o *Spectador* alcançou em menos de um ano de existência, dialogando diretamente com dois periódicos mineiros. Além disso, a parceria com o *Abelha de Itaculomy* ilustra muito mais

176 O *Universal*, n. 26, 14 set. 1824.

177 O *Universal*, n. 59, 30 nov. 1824.

178 O *Universal*, n. 114, 07 abr. 1825.

do que a simples troca de informações. Entre ambos, a relação era também política, envolvida num círculo de legitimação dos atos de D. Pedro I em Minas Gerais através das folhas da *Abelha*. O *Spectador*, em 1825, consolidou-se como o jornal mais importante do Rio de Janeiro e ganhou espaço em outras províncias.

7. Notas de conclusão

Devido à sua importância nos espaços públicos da Corte e de outras províncias, o grupo áulico é essencial para a compreensão da dinâmica política do Primeiro Reinado. Podemos perceber também como o *Spectador*, representante na imprensa dos áulicos, buscou difundir e consolidar uma linguagem política “pedrina”, que atribuía todo sucesso – possível ou realizado – do Brasil ao Imperador. Tal linguagem – que será melhor explicada no terceiro capítulo – tratou D. Pedro I como o esteio da ordem, segurança e desenvolvimento do Brasil. Durante o ano de 1825, essa linguagem atingiu seu período de maior difusão, onde, através das páginas do *Spectador* e de jornais de outras províncias, como a *Abelha de Itaculumy* em Minas Gerais, propiciou maior governabilidade ao governo de D. Pedro I nos primeiros anos do Império. Desta feita, mesmo com a forte repressão por parte do governo aos jornais no ano de 1824 e a restrita circulação de periódicos em 1825, o espaço público não perdeu sua importância, e o próprio governo

tentou, através de áulicos como Plancher, assenhorar-se desse importante espaço de atuação política.

Enfim, devemos nos preocupar em perceber não só o que estava sendo dito, mas também quem dizia, e quais suas intenções. Não à toa, Plancher, dono do *Spectador*, conseguiu aumentar sua propriedade em 1825 e se relacionar com pessoas importantes da sociedade fluminense. Fruto ou causa de sua posição política, a questão é que ele esteve cercado de funcionários públicos e militares, todos defensores do governo. Os áulicos, se não formavam um partido, formavam, ao menos, um grupo que se beneficiava da influência do Imperador.

Se 1825 foi o ano de consolidação de Plancher e da autoridade do Imperador, o ano de 1826 representou uma guinada nesse sentido. A sociedade francesa conheceu um novo membro, Mr. Chapuis, um dos responsáveis pelo fim da tranquilidade política dos áulicos. Por meio dos impressos, ele ameaçou a autoridade do governo imperial e provocou a reação dos áulicos que, liderados Plancher, saíram em defesa do governo de D. Pedro I.

Capítulo 3

O assalto liberal ao castelo Áulico: o conflito impresso de 1826

Nenhuma folha pública, nenhum Escriitor público ousa romper este deplorável silêncio, o que em circunstâncias tão importantes é digno de todo o reparo, quando não o seja da mais severa repreensão [...] A tarefa, que me imponho, é verdadeiramente patriótica; eu enceto esta carreira, tendo na mão o livro da Constituição; ele mostra-me os meus direitos e os meus deveres; não abusarei dos primeiros, não excederei os segundos: e então nada tenho a recear. Se eu temesse algum ato arbitrário do Governo, de certo não romperia este silêncio, comprometendo a minha liberdade, e quando mesmo ultrapassasse os seus limites, deveria ser tranquilo, confiando nos auspícios de um Governo Constitucional.

CHAPUIS, *Reflexões sobre a Carta de Ley...*

No início de 1826 foi impresso, pela Typografia Nacional, o panfleto *Reflexões Sobre a Carta de Ley...* de Chapuis. Desejando romper o “silêncio” existente nos espaços públicos brasileiros, o francês prometeu fazer reflexões para o bem do Brasil sem se apartar da moderação. Seu panfleto marcou o reaparecimento de uma oposição nos espaços públicos, até então, amplamente dominado pelos áulicos. A partir da publicação desse panfleto, os limites da *esfera da autoridade* e da *esfera da liberdade* foram discutidos nos impressos, marcando a criação e modificação dos vocabulários políticos existentes no Rio de Janeiro.

Nossos dois franceses nasceram em períodos distintos. Enquanto Plancher nasceu em 1779, se mudando para Paris no início da Revolução Francesa órfão de pai, aos dez anos de idade, Chapuis nasceu em uma família parisiense abastada em 1795. Dessa maneira, apenas Plancher viveu o conturbado período do terror jacobino e, para piorar, tendo que se sustentar sozinho na agitada capital francesa. Na França, enquanto Plancher passava por todos os estágios de uma tipografia, Chapuis lutava por Napoleão nas campanhas da Rússia (1812), Saxônia (1813) e na defesa da França (1814), nas quais ganhou o título de Cavaleiro da Legião de Honra¹. Enquanto isso, Plancher adquiria a licença para ser livreiro na capital francesa.

1 O início conturbado da Revolução Francesa e, principalmente, o complicado período do Terror, contou com inúmeros golpes políticos que tornaram a França extremamente agitada. A chegada de Napoleão ao poder e a relativa tranquilidade política interna da França, fez com que

A queda de Napoleão modificou a carreira de ambos. Chaptal foi incorporado ao corpo de guarda-costas do rei Luís XVIII, mas o retorno de Napoleão o fez desertar e defender o antigo imperador francês. O fim do governo dos Cem Dias² fez com que ele desertasse do exército legalista definitivamente e iniciasse sua peregrinação pelo mundo.

Já Plancher aproveitou-se do conturbado período para enriquecer. Expandiu sua livraria, montou sua tipografia e imprimiu livros muito desejados na época, como as obras de Benjamin Constant. Todavia, mesmo com sua agitada vida empresarial, envolveu-se indiretamente na política, imprimindo

o imperador francês fosse aclamado como o salvador por alguns. Segundo Steve Englund, para muitos, Napoleão havia encarnado a figura do restaurador da ordem. Visto como um soberano avesso aos partidos e representante da nação francesa, a oposição política foi vista como algo negativo, o que, de certa maneira, justificou os ataques bonapartistas aos dissidentes. Com isso, Bonaparte alcançou um estado de graça e abstração que concentrava a nação francesa em si próprio se transformando em seu único representante. Personificou tanto o poder, quanto a nação, se transformando no representante da vontade geral para uns, e mantenedor da ordem para outros (Isser Woloch, *Napoleão e seus Colaboradores*, Rio de Janeiro, Record, 2008; Jean Tulard, *Napoleão: O Mito do Salvador*, Rio de Janeiro, Casa Jorge Editorial, 1996; Steven Englund, *Napoleão: Uma Biografia Política*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2005).

- 2 Governo dos Cem Dias marca o período do retorno de Napoleão após seu primeiro exílio, em Elba. Seu retorno foi marcado pelo apoio popular e militar, porém uma nova coalizão das monarquias europeias o retirou novamente do poder, exilando-o, definitivamente, para a ilha de Santa Helena.

obras que defendiam Napoleão e transformando seu empreendimento em “centro de agitação política e bonapartista”³.

Em 1824, enquanto Chapuis já havia passado por Itália, Espanha e Portugal participando ativamente das revoluções liberais, Plancher veio para o Brasil fugindo de conflitos judiciais em Paris⁴. Após uma pequena confusão com a alfândega, reuniu-se com D. Pedro I e obteve o título de “Impressor e Tipografo Imperial”. Chapuis chegou um ano depois, e causou alarde no Rio de Janeiro com a publicação do panfleto *Reflexões*

- 3 Segundo fontes analisadas por Patrick Puigmal, Plancher se destacou a partir de 1822, quando recuperou sua licença de livreiro que havia perdido em 1815, após imprimir obras sem a autorização dos autores. A defesa de Napoleão foi feita através de obras como: *Napoléon Considéré Comme Général, Premier Consul, Empereur, Prisonnier a l'île d'Elbe et Sainte-Helene ou vie Impériale de ce Grand Capitaine* e *Testament de Napoléon, ex Empereur des Francais, Contenant les Différents legs qu'il a Fait a ses Amis, a ses Anciens Officiers et Généralement a Toutes les Personnes qui Composaient sa Maison a Sainte-Helene*.
- 4 Plancher era um empresário agressivo e por isso colecionou adversários. A impressão de obras sem a autorização de autores influentes como Benjamin Constant, Casimir Perrier e La Fayette gerou desconforto político e judicial em Paris, o que influenciou sua vinda para o Brasil. Trouxe consigo, além do material para sua tipografia e de livros, sua amante Jeanne Seignot, seu filho Emilio Seignot e seu ajudante Juston Victor Cremiere.

sobre a *Carta de Ley*...⁵ onde criticou o tratado assinado com Portugal e depois com o periódico *O Verdadeiro Liberal*⁶.

Chapuis e Plancher fizeram parte de um movimento mais amplo durante o período da restauração francesa. Os antigos bonapartistas fugiram da perseguição do novo governo e vieram para a América (principalmente Brasil, Chile e Estados Unidos) em busca de melhores oportunidades de vida. Nesse sentido, eles podem ser considerados mediadores culturais, pois trouxeram múltiplas visões políticas e sociais⁷, idealiza-

- 5 Pedro de Chapuis, *Reflexões sobre a Carta de Ley de sua Magestade Fidelíssima o Senhor Rei D. João VI de 15 de Novembro de 1825, e Sobre os Seus Decretos de 15, e 19 do Mesmo Mez e Anno*, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1826.
- 6 Segundo Patrick Puigmal, o êxodo dos bonapartistas franceses teve como principal destino a América. O Brasil recebeu um grande número, principalmente de militares, os quais tiveram atuações importantes na política e no círculo militar brasileiro (Cf. Patrick Puigmal, “Brasil Bajo Influencia Napoleónica y Francesa. Los Mensajeros de la Independencia: Militares, Libreros y Periodistas”, *História*, n. 46, pp. 113-151, jan.-jun. 2013; Patrick Puigmal e Raúl Nunez Muñoz, “La Imagen de Chile y de los Chilenos a través de los Escritos de la Oficialidad Napoleónica Durante la Independencia: 1817-1830: ‘De Mujeres Hermosas y Bondadosas a Indios Salvajes y Sin Virtudes’”, *Alpha*, n. 31, pp. 243-255, dez. 2010).
- 7 Após a queda de Napoleão, existiu na França a fase do “Terror Branco”, momento no qual os antigos bonapartistas foram perseguidos e prejudicados pelos novos *estabelecidos*. Cf. Lília Moritz Schwarcz, “Espelho de Projeções: Os Franceses no Brasil”, *Revista USP*, n. 70, pp. 54-69, set.-nov. 2008; Elaine Dias, “A Representação da Realeza no Brasil...”

ram sistemas políticos inexistentes na Europa⁸ e entraram em conflito com os diferentes projetos aqui presentes.

1. As forças políticas de 1826

Como mostramos nos capítulos anteriores, o fim de 1824 e o ano de 1825 foi um período no qual a cena pública fluminense foi dominada pelos áulicos. A forte atuação política do *Spectador Brasileiro*, o caráter oficioso do *Diário Fluminense* e o surgimento de dois jornais áulicos, *O Grito da Razão*⁹ e *O Triunpho da Legitimidade Contra a Facção de Anarquistas*¹⁰ só confirmaram essa hegemonia.

- 8 Patrick Puigmal e Raul Nunez Muñoz, “La Imagen de Chile y de los Chilenos...”, p. 245.
- 9 Não conseguimos identificar o redator do periódico. Marques Júnior atribuiu sua escrita à José da Silva Lisboa, porém não chegamos à mesma conclusão, seja pela localização do periódico e sua mudança da Bahia para o Rio de Janeiro, seja pela linguagem do mesmo. O que sabemos é que ele foi iniciado na Bahia, mas após a Revolta dos Periquitos migrou para o Rio de Janeiro. Não obtendo sucesso com seu novo periódico – extremamente relacionado a notícias baianas e com reflexões políticas de “má qualidade” – encerrou sua publicação. Como era composto quase exclusivamente por notícias referentes à Bahia, não se relacionar diretamente com os jornais fluminenses e ter sido escrito no início de 1825, esse periódico não teve relação com o debate por nós analisado nessa pesquisa e, mesmo em sua singularidade, não trouxe grandes contribuições para a linguagem política áulica. Por isso ele não foi tratado como uma fonte a ser analisada.
- 10 Esse jornal era escrito por José da Silva Lisboa, atual barão de Cairu e futuro Visconde de Cairu. Tinha como objetivo, quase que exclusiva-

Coincidência ou não, a viagem de D. Pedro à Bahia em fevereiro de 1826 foi seguida do surgimento de jornais “oposicionistas” no Rio de Janeiro. Surgiu o *Atalaia da Liberdade*, escrito pelo português João Maria da Costa, foi publicado pela Tipografia Nacional o panfleto supracitado de Chapuis e posteriormente seu jornal *O Verdadeiro Liberal*. Essas publicações modificaram a cena pública fluminense, e até o fim de maio de 1826, quatro jornais políticos foram impressos regularmente¹¹ no Rio de Janeiro.

QUADRO 8. Jornais Existentes na Primeira Metade de 1826 no Rio de Janeiro.

| Jornal | Ano de Criação | Redator |
|---------------------------------------|----------------|----------------------|
| <i>Spectador Brasileiro</i> | 1824 | Plancher |
| <i>Triumpho da Legitimidade [...]</i> | 1825 | José da Silva Lisboa |
| <i>Atalaia da Liberdade</i> | 1826 | João Maria da Costa |
| <i>O Verdadeiro Liberal</i> | 1826 | Chapuis |

Fonte: Todos se encontram disponíveis no site da Biblioteca Nacional Digital. Foram citados apenas os jornais que tiveram mais de um número e com objetivos propriamente políticos.

mente, responder as acusações do jornal argentino *Argos*. Nesse debate acabou contribuindo para a construção e fortalecimento da linguagem política áulica. Caiu também foi reconhecido e contestado pelos liberais, além da sua participação no debate através de seu panfleto. Por isso ele é um dos autores centrais do universo áulico.

- 11 Também existiu o *Despertador Constitucional*, que, publicado no Rio de Janeiro por Domingos Alves Branco Muniz Barreto, secundariamente tratou de assuntos políticos. Contudo, seu jornal não foi regular e não houve relação direta com os outros jornais analisados.

A publicação do panfleto *Reflexões Sobre a Carta de Ley...* de Chapuis – onde o francês criticou o tratado de independência – causou agitação nos espaços públicos fluminense. Em resposta, os áulicos se organizaram, e Silva Lisboa, futuro Visconde de Cairu, publicou seu panfleto *Inviolabilidade da Independência e Glória do Império do Brasil [...]*¹² sendo apoiado por frei Sampaio que, por meio de suas cartas enviadas ao *Diário Fluminense* e do panfleto *Contradicta à Chapuis*¹³, também atuou na cena pública. Esses dois, somados ao jornal de Plancher, sustentaram o projeto político áulico, defendendo-o dos ataques de Chapuis e João Maria. Para isso, esses redatores alteraram e cunharam novos significados para conceitos então discutidos na imprensa brasileira, como *liberdade, soberania, república, ordem e monarquia*.

Juntos, os áulicos buscaram consolidar uma *linguagem política pedrina*¹⁴, que cunhada ainda durante o processo de inde-

12 José da Silva Lisboa, *Inviolabilidade da Independência e Glória do Império do Brasil Sustentada Apezar da Carta de Ley: Reflexoens Contra as Reflexoens de M. Chapuis*, Rio de Janeiro, Imperial Typographia de Plancher, 1826.

13 O autor não se identificou no panfleto, porém através de sua escrita e dos assuntos tratados é possível identificar que se trata de frei Sampaio. Francisco de Sampaio, *Contradicta à Mr. Chapuis*, Rio de Janeiro, Typographia Imperial e Nacional, 1826.

14 Para se consolidar, um amplo vocabulário político foi formado e pode ser identificado – com pequenos graus de variação – em autores anteriores e posteriores aos áulicos por nós analisados. Todos tinham em comum a defesa de um governo forte pautado na centralização do poder em D. Pedro I. Sobre linguagens políticas secundárias (John G.

pendência, teve que ser reformulada e reforçada para sustentar o governo do Imperador. Por outro lado, João Maria e Chapuis formaram o grupo dos “liberais”. Através de seus jornais, *Atalaia da Liberdade* e *O Verdadeiro Liberal*, além do panfleto *Reflexões sobre a Carta de Ley*, de Chapuis, participaram ativamente na constituição e redefinição do contexto linguístico brasileiro no ano de 1826, trazendo novos assuntos para a discussão como o *federalismo*, e modificando outros, como *soberania* e *liberdade*. Formaram grupos políticos heterogêneos e desconexos, mas com características e vocabulários políticos em comum. Reconheciam-se como aliados¹⁵ e se diferenciavam uns dos outros através de apelidos pejorativos. Eram verdadeiras *forças políticas*¹⁶, que em menos de quatro meses atuaram no Rio de Janeiro, agitaram a imprensa e desapareceram.

Pocock, *Linguagens do Ideário Político*, São Paulo, Edusp, 2003, especialmente os dois primeiros capítulos).

- 15 Já em seu primeiro número, o *Verdadeiro Liberal* trouxe um resumo dos jornais publicados no Rio de Janeiro. Nesse resumo, dividiu os periódicos em categorias: “Liberais”, nos quais eram incluídos o *Atalaia da Liberdade* e o *Despertador Constitucional*, e os jornais “servis”, onde estavam o *Triunpho da Legitimidade* e o *Spectador Brasileiro*. Por sua vez, o *Spectador* publicou uma série de cartas de *Hum Servil* que chamava os periódicos *Verdadeiro Liberal* e *Atalaia da Liberdade* de “Liberais, aliás jacobinos” e denominava os defensores de governo “servil” (*O Verdadeiro Liberal*, n. 01, 02 mar. 1826; *O Spectador Brasileiro*, n. 257, 10 abr. 1826).
- 16 Júlio Bentivoglio, “Cultura Política e Consciência Histórica no Brasil: Uma Contribuição ao Debate Historiográfico sobre a Formação dos Partidos Políticos no Império”, *Diálogos*, vol. 14, n. 13, pp. 535-556, 2010.

Nesse combate impresso, Chapuis e Plancher foram os “líderes” de seus grupos, como analisaremos nos tópicos subsequentes. Ambos tiveram atuações intensas e marcantes, se envolvendo em todas as discussões – ainda que de maneira genérica em algumas – e protagonizando as acusações de anarquismo e servilismo. Por outro lado, Cairu e frei Sampaio se limitaram a responder a Chapuis através de seus panfletos e cartas, ou a denegrir a forma de governo republicano. Já João Maria, acabou ficando na sombra de seu aliado não tendo atuação tão destacada quanto a de Chapuis.

A análise dos grupos em conjunto só foi possível quanto aos seus projetos políticos. Isso se deu por constatarmos que os liberais não tiveram visão homogênea sobre questões sociais e econômicas. O caráter e os objetivos pontuais das publicações dos áulicos Cairu e Frei Sampaio entre os anos de 1825 e 1826, também dificultou a análise conjunta dos áulicos. Dessa maneira, buscando minimizar os prejuízos da compreensão de seus vocabulários políticos, separamos a análise em assuntos pontuais, como Guerra da Cisplatina, escravidão e economia, e na análise conjunta de seus vocabulários políticos.

Por fim, destacamos que Chapuis e Plancher foram os principais atores dos espaços públicos na primeira metade de 1826. O protagonismo de ambos os jornalistas se evidenciou por tratarem mais exaustivamente de assuntos correntes na cena pública fluminense, como escravidão e economia, e por serem os

mais lembrados pelos adversários. Vindos da França, foram os protagonistas da cena pública brasileira de 1826.

2. As guerras e os comandantes da Cisplatina

Os liberais se autodenominavam jornais de “oposição”¹⁷. Constantemente criticavam as atitudes do ministério e davam publicidade a excessos de poder dos funcionários públicos. Contudo, o que deixou claro seu papel de “oposição” foram as notícias referentes à Guerra da Cisplatina.

O alto custo econômico, os insucessos militares e as pressões diplomáticas¹⁸ fizeram com que a Guerra da Cisplatina se transformasse em um dos principais pontos de crítica ao governo de D. Pedro I. Essa crítica iniciou-se já no começo do confronto, com Chapuis e João Maria na imprensa em 1826.

O ataque liberal na imprensa não passou despercebido pelos áulicos que revidaram. Preocupado em manter a boa imagem do governo pedrino, em 1825 Cairu iniciou a publicação do

17 O *Verdadeiro Liberal*, n. 3, 7 mar. 1826; *Atalaia da Liberdade*, n. 10, 10 mar. 1826.

18 A escalada do conflito, sua resolução e seus problemas foram analisados mais detidamente em: Aline Pinto Ferreira, *Domínios do Império: O Tratado de 1825 e a Guerra da Cisplatina na Construção do Estado do Brasil*, Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007, 269 f.; Gabriela Ferreira, “Conflitos no Rio da Prata’ em Keila Grinberg e Ricardo Salles”, *O Brasil Imperial*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011, vol. 1.

Triumpho da Legitimidade, mas se resumiu a justificar a guerra e debater com o periódico argentino *Argos*. Já o *Spectador* se concentrou na crítica interna dos liberais, e teve atuação destacável como defensor das ações militares brasileiras.

Para o periódico áulico *Spectador*, a guerra seria curta, pois Buenos Aires vivia em constante estado de agitação e guerra civil, o que causaria o desmembramento do país. Em 1826 chegou a anunciar que “Mendonça, e Córdova se desligaram da Confederação, e retiraram os seus contingentes” e “já não havia nem um real do derradeiro empréstimo pedido à Inglaterra”¹⁹.

O *Spectador* também defendia os comandantes brasileiros. Visconde de Laguna, comandante do 5º Regimento da Cavalaria, por exemplo, era conhecido pelos soldados como “um General tão benemérito, cujos cuidados, e desvelos para com o Exército do Sul, são bem notórios, e que lhes cumpre louvar durante a sua existência”²⁰. E a marinha cumpria com “estreiteza e bom êxito” o “bloqueio”, o que muito contribui “para o feliz resultado das disposições do nosso Gabinete”²¹.

A guerra, ao menos segundo as páginas do *Spectador*, rumava para um final feliz. Para acelerar a vitória, acreditava que deveria haver “união para haver força”, e os brasileiros deveriam

19 O *Spectador Nacional*, n. 255, 5 abr. 1826.

20 O *Spectador Nacional*, n. 250, 20 mar. 1826.

21 O *Spectador Nacional*, n. 248, 15 mar. 1826.

seguir “uma só vontade” para “acabar com os rebeldes, e salvar a Honra Nacional”²².

Os liberais foram mais pessimistas em relação à guerra. Diferente dos áulicos, que tratavam a guerra como uma agressão aos brasileiros²³, o *Atalaia* a justificava como uma defesa do direito de conquista do Brasil sobre a Cisplatina²⁴, o que desnacionalizava o conflito. Ao tratar sobre o andamento da guerra, o *Atalaia* chegou a afirmar que “as forças Patriotas [cisplatinas e argentinas] estão a ganhar efetivamente sem perderem uma só vez”. Essas notícias, segundo o periódico, não chegavam ao conhecimento do Imperador, pois os ministros temiam represálias. Argumentava também que os soldados brasileiros se preocupavam mais com “las Señoritas”, e o Conselho de Guerra nada fazia sobre isso²⁵. Dessa maneira, buscava desmerecer os soldados, que mais se destacavam por sua atitude galanteadora para com as mulheres da Cisplatina, e o Conselho por não tomar nenhuma atitude em relação ao comportamento dos soldados brasileiros.

O pessimismo do *Atalaia* quanto à Guerra da Cisplatina ficou evidente durante toda a existência do jornal. O periódico alertava os leitores sobre o desastre da marinha resultante da imperícia do “sr. Lobo” em bloquear os portos inimigos, e

22 *O Spectador Nacional*, n. 220, 4 jan. 1826.

23 *Triunpho da Legitimidade*, n. 01, 9 dez. 1825.

24 *Atalaia da Liberdade*, n. 3, 22 fev. 1826.

25 *Atalaia da Liberdade*, n. 6, 1 mar. 1826

acreditava que, enquanto ele continuasse no comando, o Brasil só sofreria derrotas. A solução seria “entregar o Comando em Chefe da Esquadra do Rio da Prata ao Ilustre Diogo Jorge de Brito²⁶”, conservando no arsenal da marinha “o experiente e honrado Pedro Antônio Nunes”²⁷.

O aparecimento dos nomes de Brito e Nunes adquire grande importância para nossa análise. A ausência, nos jornais liberais, de ligações políticas explícitas, torna suas redes de relacionamento no Rio de Janeiro uma incógnita. Diogo Jorge de Brito principalmente, foi um dos poucos, senão o único, a ser sistematicamente elogiado por Chapuis e João Maria.

O *Verdadeiro Liberal* comungava das ideias do *Atalaia*. Acusava os jornais fluminenses de parcialidade ao não publicar as verdadeiras notícias, e se propôs a imprimir suplementos com notícias extraídas dos jornais de Buenos Aires²⁸. Nas notícias transparecia o pessimismo em relação ao conflito, pois os “negócios do Sul podiam ir melhor”, mas não “estão no caso de

26 Brito foi um militar de destaque durante o Primeiro Reinado, sendo nomeado chefe de esquadra, capitão de mar e guerra, comandante dos guardas-marinha e diretor da academia da marinha. Foi Ministro da Marinha em 1828, e escreveu diversas obras oficiais relacionadas a navegação (Augusto Vitcorino Alves Sacramento Blake, *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1895, 2. vol., p. 180).

27 Pedro Antônio Nunes foi um militar brasileiro que passou pelos cargos de Chefe de Divisão e se destacou como capitão-de-mar-e-guerra durante a Independência (*Diário Fluminense*, n. 103, 9 maio 1826; *Atalaia da Liberdade*, n. 6, 1 mar. 1826).

28 O *Verdadeiro Liberal*, n. 2, 4 mar. 1826.

se perderem as esperanças”. Mesmo as vitórias que o exército brasileiro conquistava eram desmerecidas. O jornal chegou a noticiar uma batalha onde duzentos soldados inimigos morreram, enquanto apenas cinco soldados brasileiros foram mortos, entretanto,

[...] não deve admirar, pois todos sabem, que os sitiadores inteiramente descobertos devem perder muito mais gente, do que os sitiados, que estão sob o abrigo dos seus entrincheiramentos²⁹.

Também criticava duramente os comandantes. O primeiro alvo do periódico foi o comandante de armas da Cisplatina, Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho. Para ele, Magessi “não está em estado de corresponder ao que dele se espera”, tornando necessário um general “que trabalhe em pessoa, o que não fazia o General Lecor, que mandarão retirar, e não fará o General Magessi, que lá ficou”³⁰.

Outro alvo era Rodrigo Lobo. Ele seria incompetente e covarde, pois teria fugido de uma batalha contra o Almirante Brown³¹. Além do mais, Lobo não seria capaz de realizar o bloqueio, no que perguntava “porque então se obstinam em conserva-lo a testa das forças navais naqueles lugares?”. Afirmava que a esquadra necessitava de um novo chefe, “porque o que a

29 *Idem, ibidem.*

30 *O Verdadeiro Liberal*, n. 5, 11 mar. 1826.

31 *O Verdadeiro Liberal*, n. 9, 21 mar. 1826.

comanda não parece em estado de o ser”³². A resolução do problema seria, assim como para o *Atalaia*, colocar Diogo Jorge no comando da marinha. Jorge era tido o comandante necessário, corajoso e valoroso, uma vez que havia lutado “apoiado em muletas, ainda enfermo das feridas que recebera”³³.

Pari passu, o *Atalaia* e o *Verdadeiro Liberal* iniciavam as críticas contra a guerra. Segundo esses periódicos, as vitórias não vinham, a guerra se arrastava e os comandantes eram incapazes. Tornava-se necessário trocá-los, – principalmente o comandante Rodrigo Lobo – e inserir homens valorosos como Diogo Jorge Brito, para que assim o Brasil fosse capaz de vencer o conflito.

A ligação dos liberais com Brito é uma pista sobre suas relações políticas. Por mais que o militar não tenha tido atuação política destacável no Primeiro Reinado, ocupando apenas o cargo de Ministro da Marinha, a relação entre eles é confirmada com a publicação de uma carta de Brito no *Verdadeiro Liberal*, na qual ele agradecia os elogios e relatava acontecimentos da guerra³⁴.

A inclusão da guerra da Cisplatina em nossa análise se justifica por ela ter representado um dos principais pontos de oposição dos liberais na imprensa fluminense, como foi demonstrado. Essa oposição foi sistematizada na segunda metade

32 O *Verdadeiro Liberal*, n. 14, 1 abr. 1826.

33 O *Verdadeiro Liberal*, n. 9, 21 mar. 1826.

34 O *Verdadeiro Liberal*, n. 9, 21 mar. 1826; n. 16, 6 abr. 1826.

do Primeiro Reinado³⁵, mas já em 1826 Chapuis e João Maria incomodavam o governo. Eles iniciaram, portanto, as críticas que seriam retomadas e aprofundadas posteriormente e, nesse sentido, contribuíram para o desmonte da *persona* do Imperador e começaram a agitar a cena pública fluminense.

3. A escravidão e a imprensa de 1826

A assinatura do tratado de independência (1825), e, principalmente, a promessa de finalizar o tráfico de escravos, repercutiu nos periódicos³⁶. Através da análise desse tema nos impressos podemos observar como o *Spectador*, o *Atalaia* e o *Verdadeiro Liberal* apresentaram suas ideias e nos deram pistas sobre seus projetos sociais para o Brasil. Os liberais não apresentaram um programa em comum, e é em torno do debate da escravidão que transparece, de forma mais incisiva nas fontes analisadas, uma das primeiras diferenças de seus pensamentos.

A discussão em torno do tráfico de escravos, segundo Alain El Youssef, foi politizada, e em 1826, defender o fim do tráfico era defender a posição do Imperador, e ir contra, era fazer opo-

35 Iara Lis Franco Schiavianatto Carvalho Souza, *Pátria Coroada: O Brasil como Corpo Político Autônomo (1780-1831)*, São Paulo, Unesp, 1999, p. 329.

36 Uma abordagem completa sobre as opiniões dos jornalistas durante o Império foi realizada por: Alain El Youssef, *Imprensa e Escravidão: Política e Tráfico Negro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)*, Dissertação de Mestrado em História, Universidade de São Paulo, 2011, 300 f.

sição³⁷. Porém, o que percebemos nos periódicos pesquisados é diferente. Plancher, Chapuis e João Maria, mesmo em posições políticas distintas, foram contra o tráfico negreiro³⁸.

O *Spectador*, representante dos áulicos, utilizou transcrições da obra *Cours D'Écon. Polit.*, do economista, estatístico e historiador russo Heinrich Friedrich Von Storch para defender o fim do tráfico e a assinatura do tratado. Segundo o jornal, faltavam “luzes” aos brasileiros para compreender porque o ministério se comprometeu com o fim do tráfico negreiro. Explicava aos leitores que a escravidão impedia o aumento populacional de uma nação, principalmente quando são comprados em outros países³⁹. Além da dificuldade em aumentar a população, alegava que a escravidão “corrompe igualmente a alma do escravo, e do Senhor”, pois o escravo em sua condição de cativo tende a ser “preguiçoso, descuidado, ladrão, dissipador e bêbado”, o que o faz “baixo e vil”, consequência de “um coração ulcerado pela injustiça da situação”, e “logo que ele se apresenta ocasião; ele se mostra rebelde, vingativo e cruel”. Já o senhor, que “pode tudo o que quer”, às vezes quer o mal, o

37 Alain El Youssef, *Imprensa e Escravidão*, p. 87.

38 Um fragmento de pesquisa já foi apresentado sob forma de artigo. Ali estão reflexões mais profundas sobre o papel da elite intelectual e seu contato com a elite econômica fluminense quando nos referimos sobre a escravidão (Arthur Ferreira Reis, “Intelectuais e Escravidão: Discussões sobre o Fim do Tráfico Negreiro”, *Anais do 7º Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Curitiba, 2015).

39 *O Spectador Brasileiro*, n. 225, 18 jan. 1826.

que torna difícil fazê-lo se conter “dentro dos limites do justo e do honesto”. Rodeado por escravos desde criança, se acostuma com a “lisonja” e o “deleite” dos escravos, contribuindo para o desenvolvimento da imoralidade⁴⁰.

Além do prejuízo moral, existia o perigo da revolta escrava. Como a relação senhor/escravo era marcada pelo mando e desmando, existia uma desconfiança mútua. Dessa maneira, “as famílias não vivem nunca em completa segurança”, e o constante estado de alerta acaba por “prejudicar os interesses do rico”⁴¹.

Em meio a todos esses problemas, o *Spectador* defendeu que a solução seria a vinda de imigrantes. Uma “imigração bem dirigida” podia modificar a situação do Brasil, aumentando sua população e melhorando a economia⁴². O trabalho dos homens assalariados “é muito mais perfeito e vantajoso do que o de miseráveis escravos, que nenhuns interesses tomam em servir”, e o dinheiro utilizado para comprar os escravos seria melhor investido pagando o salário dos trabalhadores⁴³.

Com isso, no raciocínio de Plancher, o fim da escravidão representaria não apenas a melhora da economia, mas também o aumento da população e o desenvolvimento “moral”, pois “não haverá mais negros e negras atulhando as nossas ruas e as

40 O *Spectador Brasileiro*, n. 231, 3 fev. 1826.

41 O *Spectador Brasileiro*, n. 232, 6 fev. 1826.

42 O *Spectador Brasileiro*, n. 222, 11 jan. 1826.

43 O *Spectador Brasileiro*, n. 233, 8 fev. 1826.

nossas casas, dando mal exemplo com palavras e ações à incauta mocidade” e “envenenando os bons costumes”⁴⁴.

Se Plancher defendia o fim escravidão, Chapuis propugnava apenas pelo fim do tráfico negreiro. Para ele, esse era “um comércio abominável, que ofende tanto a Religião, quanto a Moral, e que deve ser proibido”. Todavia, a proibição devia ser gradual, caso contrário, a agricultura seria lesada. Sendo assim, acreditava que “o Governo Brasileiro, quando tratou de conceder os quatro anos, conciliou sabiamente todos os interesses”. A solução para o fim do tráfico era simples: aproveitar os escravos que aqui estavam. Por isso, alegava que os senhores deviam tratar bem os escravos “dando-lhes melhores alimentos”, cuidando das “suas enfermidades e fazendo-os adquirir amor e interesse à casa”, o que “aumentará, triplicará a sua cultura, e que sem comprar um só escravo, terá sempre tantos braços quantos lhes forem necessários”. Fazia defesa do fim do tráfico e do tratado firmado com a Inglaterra, porém, defendia a continuidade da escravidão através do método de reprodução endógena⁴⁵.

De opinião mais radical sobre a escravidão era João Maria da Costa. O redator da *Atalaia*, ao invés de justificativas econômicas, utilizou argumentos morais e religiosos. Buscava desenvolver a “empatia imaginada”⁴⁶, mostrando que os escravos

44 *Idem, ibidem.*

45 *O Verdadeiro Liberal*, n. 8, 18 mar. 1826

46 Lynn Hunt, *A Invenção dos Direitos Humanos: Uma História*, São Paulo, Companhia das Letras, 2009, p. 31.

também eram homens e que não mereciam perder sua liberdade. Apelava para desumanidade do tráfico, para a violência da escravidão e o ataque aos preceitos religiosos e morais que esse tipo de cativo atentava.

Segundo o jornalista português, o tráfico era “cruel e desumano”, praticado por “bárbaros e tiranos” que eram indiferentes para com a vida humana⁴⁷. Através da descrição da viagem em um navio negro, afirmou que só se dá “a estes desgraçados a porção de nutrimento inexatamente necessária para deixarem de morrer de fome”. Afirmava que se as pessoas conhecessem “todas as transações infames” e “todos os crimes” que produz o tráfico, elas não comprariam escravos⁴⁸. Chegou a descrever um fato, quando

Um pobre preto tento sido por esta maneira levado à força, a mãe veio oferecer pelo seu resgate uma boa soma de dinheiro; o honrado branco ficou com o dinheiro, e dois dias depois tanto a mãe como o filho tinham-se feito à vela para a América⁴⁹.

João Maria apelou para as “Leis da natureza”, segundo as quais era proibido traficar “indivíduos da sua mesma espécie: pois que os homens, e a sua liberdade não são gênero de com-

47 *Atalaia da Liberdade*, n. 8, 6 mar. 1826.

48 *Atalaia da Liberdade*, n. 11, 13 mar. 1826.

49 *Idem, ibidem*.

pra e venda”⁵⁰. Por fim, afirmou que era advogado da abolição e chamou os escravistas de “pequenos opressores da liberdade dos homens”, atribuindo ao fim da escravidão o título de “baluarte da liberdade brasileira”, pois uma nação de escravos é fraca e corrompida já que ela não é formada de iguais⁵¹.

Os argumentos de Chapuis e Plancher se aproximam muito da visão sobre os escravos vigente no Brasil do oitocentos, tema este analisado por diversos autores. Segundo Maria Emília Prado, a percepção de que o trabalho escravo contribuía de maneira decisiva para a visão negativa do trabalho dos brancos – o que podemos perceber na argumentação de Plancher – era um dos argumentos mais utilizados pelos defensores do fim do tráfico⁵². Além disso, os argumentos econômicos também podiam ser encontrados em escritores anteriores como José Bonifácio e Antônio José Gonçalves Chaves, sendo a economia o principal argumento contra a escravidão⁵³. Já o medo da revolta escrava e o caráter prejudicial que a escravidão tinha para a formação da

50 *Atalaia da Liberdade*, n. 10, 10 mar. 1826.

51 *Atalaia da Liberdade Extraordinária*, 15 fev. 1826.

52 Maria Emília da Costa Prado, “Ordem Liberal, Escravidão e Patriarcalismo: As Ambiguidades do Império do Brasil”, em Lúcia Maria Paschoal Guimarães e Maria Emília da Costa Prado, *O Liberalismo no Brasil Imperial*, Rio de Janeiro, Revan, 2001, p. 175.

53 Antônio Penalves Rocha, “Ideias Antiescravistas da Ilustração na Sociedade Escravista Brasileira”, *Revista Brasileira de História*, vol. 20, n. 39, pp. 37-68, 2000.

nação relacionam-se ao que José Murilo de Carvalho chamou de razão nacional⁵⁴.

João Maria fugiu dessa matriz e apresentou um projeto social, em relação à escravidão, mais “radical” quando comparamos com os outros jornalistas estudados. Defendia não só o fim do tráfico, como também da escravidão, através de argumentos morais e religiosos. O escravo era reconhecido como um humano, um igual. O argumento econômico era secundário e dava lugar ao argumento moral. Porém, o problema moral não se concentrava no desenvolvimento da sociedade brasileira, mas por a escravidão ser contra as leis da natureza, um atentado à vida dos homens africanos. Por isso, defender a escravidão era um ataque frontal a liberdade e a religião. Portanto, João Maria defendia ideias à frente de seu tempo⁵⁵.

Segundo Youssef, grande parte dos intelectuais brasileiros eram contra o tráfico negreiro. Para o autor, comentários favoráveis ao tráfico só se deu em momentos pontuais, como o momento de assinatura do tratado de independência. Argumenta

54 José Murilo de Carvalho, “Escravidão e Razão Nacional”, *Pontos e Bordados: Escritos de História e Política*, Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1998.

55 Segundo Marcello Basile, nem mesmo os exaltados tinham concepção uniforme sobre o assunto (Marcello Otávio Neri de Campos Basile, *Anarquistas, Rusguntos e Demagogos: Os Liberais Exaltados e a Formação da Esfera Pública na Corte Imperial (1829-1834)*, Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000, p. 86).

ainda que o debate foi politizado, e nos termos da época, defender o fim do tráfico era defender o Imperador, e ser contra era ser oposição⁵⁶. No entanto, achamos necessário relativizar a politização desse debate, tendo em vista que os três jornalistas por nós analisados, por mais que fizessem parte de grupos políticos opostos, defenderam o fim do tráfico⁵⁷.

4. A economia como política

O início do século XIX marcou a ascensão da Inglaterra como potência mundial. A ascensão inglesa fez com que o liberalismo econômico ganhasse destaque e se mostrasse ao mundo como grande promessa comercial. Essas ideias apareceram quase como unanimidade para os intelectuais brasileiros do século XIX⁵⁸. Porém, em 1826, Plancher e Chapuis trouxeram

56 Alain El Youssef, *Imprensa e Escravidão*, p. 79.

57 A relação entre a escravidão e a política vem ganhando força nos últimos anos. Para Tâmis Parron, existia uma “rede de alianças políticas e sociais costuradas em favor da estabilidade institucional da escravidão”. Essa linha interpretativa por demais rica, deve enfrentar alguns desafios, como a relação entre a escravidão e a política no Primeiro Reinado, quando essas alianças ainda não estavam consolidadas.

58 Segundo Júlio Bentivoglio, o liberalismo econômico não tinha uma compreensão uniforme pela elite brasileira. As peculiaridades brasileiras foram adicionadas ao sistema econômico clássico, gerando um liberalismo modificado pelas circunstâncias brasileiras (Júlio Cesar Bentivoglio, “Liberalismo Brasileiro no Oitocentos: Pensamento Político e Ideias Liberais nos Debates Parlamentares”, em Adriana P. Campos, Gilvan V. da Silva e Maria Beatriz Nader *et al.* (orgs.), *A Cida-*

propostas distintas para a economia, suscitando um importante debate na imprensa que opunha fisiocratas e liberais.

Para Plancher, a referência econômica que o Brasil devia ter era a Inglaterra. Ela oferecia “ao mundo um espetáculo bem digno de fixar a atenção dos homens do Estado”. Era “uma Nação elevada acima de todas as outras pelo poder de sua indústria e de seu comércio”⁵⁹. Sua elevação se devia à “liberdade das transações civis e comerciais”⁶⁰, e o comércio era “a mais abundante” força de desenvolvimento do Estado⁶¹, a “fonte da vida das Nações, de suas riquezas e de sua consideração para com os Estrangeiros”⁶². De acordo com Plancher, o desenvolvimento inglês se devia, em grande parte, a Adam Smith, o “precursor de uma época mais iluminada”, que lutava sozinho contra “os prejuízos do século”. Ele e seus seguidores eram “considerados como sonhadores, e visionários perigosos”, mas, com o sucesso econômico inglês, se transformaram em “Legisladores” e “benfeitores do gênero humano”, sendo suas obras o “Evangelho econômico de sua Pátria”⁶³.

No oposto do livre comércio inglês estava o arcaico, o supersticioso que oprime e impede o comércio, a “quem sempre

de à Prova do Tempo: Vida Cotidiana e Relações de Poder nos Ambientes Urbanos, 1. ed., Vitória, GM Gráfica e Editora, 2010, vol. 1, pp. 269-281).

59 *O Spectador Brasileiro*, n. 5, 5 jul. 1824.

60 *Idem, ibidem*.

61 *O Spectador Brasileiro*, n. 53, 3 nov. 1824.

62 *O Spectador Brasileiro*, n. 5, 5 jul. 1824.

63 *Idem, ibidem*.

teve uma aversão inextinguível”. Dentre esses países arcaicos estariam a Índia, Egito, Espanha e Roma. Do outro lado estavam os Estados modernos, como Inglaterra, Estados Unidos, Países Baixos, Prússia e Suécia⁶⁴.

Em vista disso, o periódico fazia recomendações ao Brasil. Deviam ser quebradas as “cadeias que embaraçam os progressos”, pois a liberdade de comércio era o “único fundamento da felicidade pública”. Era necessário “um sistema sábio, prudente, justo, e equitativo, um sistema libertador”, capaz de conciliar os interesses nacionais. Teria que incentivar as Associações, e melhorar o sistema de comunicação entre as províncias, para que os produtos pudessem chegar em melhores condições e serem mais competitivos no mercado europeu. Era, enfim, necessário incentivar o comércio e liberalizar a economia⁶⁵.

Chapuis tinha posição diametralmente oposta à de Plancher. Para ele, o Brasil devia se especializar na agricultura, e se afastar o quanto possível dos ingleses. Em sua visão, apenas os “estados cultivadores” contêm “um princípio de força, sempre renascente, e independente de socorros estranhos”, e, por isso, eram “sempre superiores aos estados mercantes, a quem o tráfico do comércio, e os talentos fortuitos de alguns dos seus membros” podem, temporariamente, “fazer-lhes representar o papel de potência preponderante” como a Inglaterra, mas

64 *O Spectador Brasileiro*, n. 173, 12 set. 1825.

65 Respectivamente, *O Spectador Brasileiro*, n. 220, 4 jan. 1826; n. 246, 10 mar. 1826 e n. 204, 25 nov. 1825.

“não podendo continuar no papel de potência preponderante se arruinará para o conservar”⁶⁶. Exemplo disso era a bancarrota que a Inglaterra, segundo o periódico, estava sofrendo em 1826⁶⁷. A agricultura devia ser protegida a todo o custo, e a escravidão ser mantida para sustentá-la, pois a abolição imediata destruiria toda a fonte de progresso do Estado⁶⁸.

Chapuis nutria um sentimento extremamente negativo pela Inglaterra. Para ele, lá habitavam “lobos vorazes, sequiosos de ouro, que andam envolvidos em peles de mansos cordeiros”⁶⁹. Em sua opinião, os ingleses visavam e tentavam, de toda maneira, provocar a falência do Brasil. Exemplo disso era a exigência pelo fim da escravidão, que, se escondendo atrás dos ideais de “humanidade e filantropia”, buscavam fazer prevalecer seus interesses econômicos. O que eles queriam, na verdade, era aumentar o mercado para seus produtos agrícolas, como o açúcar, o café e o algodão. Prejudicando a economia brasileira, terminando com a escravidão e isolando o país do restante do mundo, teria um concorrente a menos, pois sabiam que, quando a Europa quisesse buscar outros fornecedores, a América seria a primeira opção. Para evitar isso, a Inglaterra buscava prejudicar a economia brasileira⁷⁰.

66 *O Verdadeiro Liberal*, n. 1, 2 mar. 1826.

67 *Idem, ibidem*.

68 *O Verdadeiro Liberal*, n. 8, 18 mar. 1826

69 *O Verdadeiro Liberal*, n. 4, 9 mar. 1826

70 *O Verdadeiro Liberal*, n. 8, 18 mar. 1826.

A visão negativa que Chapuis tinha dos ingleses não foi característica exclusivamente sua. Segundo Gladys Sabina Ribeiro e Vantuil Pereira⁷¹, alguns brasileiros viam a Inglaterra de maneira negativa por causa de sua frequente intromissão em questões econômicas e políticas. A defesa do distanciamento dos ingleses e a valorização da economia agrícola fazia parte de um projeto nacionalista – por mais que ele não fosse brasileiro⁷² – que buscava a nacionalização e a independência econômica.

Além disso, Chapuis também defendia um peculiar projeto econômico para o século XIX, a fisiocracia. Tal sistema havia sido criado antes da Revolução Francesa, e não foi aplicado em nenhum lugar do mundo em sua completitude⁷³, restando apenas alguns resquícios durante os oitocentos.

71 Gladys Sabina Ribeiro e Vantuil Pereira, “O Primeiro Reinado em Revisão” em Keila Grinberg e Ricardo Salles, *O Brasil Imperial*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011, vol. 1, p. 142.

72 Esse projeto nacionalista extrapolava os limites territoriais em Chapuis e em outros oficiais bonapartistas. No caso de Chapuis, como havia lutado nas guerras napoleônicas e convivido dia a dia o calor da batalha, desenvolveu um sentimento negativo pelos ingleses, o que levou em suas viagens para outros países. Dessa maneira, seu “nacionalismo” ia além da França, pois não reconhecia a nacionalidade encerrada em fronteiras e chamava a si próprio como “Cidadão do Mundo” (Patrick Puigmal e Raul Nunez Muñoz, 2010, p. 245; Pedro de Chapuis, *Reflexões Sobre a Carta de Ley de sua Magestade Fidelissima o Senhor Rei D. João VI de 15 de novembro de 1825, e Sobre os Seus Decretos de 15, e 19 do Mesmo Mez e Anno*, 1826, p. 4).

73 Cf. Claudio Napoleoni, *Smith, Ricardo e Marx*, Rio de Janeiro, Graal, 1988.

Por outro lado, Plancher portava o projeto tradicional da elite brasileira, o liberalismo baseado em Adam Smith⁷⁴. No entanto, em detrimento do sonho liberal, a elite intelectual se chocava com a realidade brasileira, marcada pela agricultura e por uma sociedade ainda tradicional. Dormiam com Quesnay e sonhavam com Smith, pois almejavam um liberalismo que não existia e viviam em uma economia basicamente agrícola e mais próxima da fisiocracia do que desejavam⁷⁵.

74 Assim como Plancher, Visconde de Cairu também defendia as ideias liberais (Elysio de Oliveira Belchior, “A Introdução das Ideias de Adam Smith no Brasil”, *Revista Brasileira de Economia*, n. 31, pp. 21-30, jan.-mar. 1997).

75 Maiores informações sobre o liberalismo e a fisiocracia e a economia brasileira podem ser encontradas em: Arthur Ferreira Reis, “Entre Smith e Quesnay: O Debate Econômico entre Plancher e Chapuis no Rio de Janeiro (1826)”, *Revista Escritas*, vol. 7, n. 2, pp. 176-193, jun.-dez. 2015; João Antônio de Paula, Hugo E. A. da Gama Cerqueira e Eduardo da Motta e Albuquerque, “Nações e Estilos de Economia Política”, *Revista de Economia Política*, vol. 27, n. 3 (107), jul.-set. 2007, pp. 357-374; Pierre Deyon, *O Mercantilismo*, 4. ed., São Paulo, Perspectiva, 2001; Claudio Napoleoni, *Smith, Ricardo e Marx*, 1988; Rolf Nelson Kuntz, *Capitalismo e Natureza: Ensaio Sobre os Fundadores da Economia Política*, São Paulo, Brasiliense, 1982; Hugo E. A. da Gama Cerqueira, *Adam Smith e o Contexto: O Iluminismo Escocês*, Belo Horizonte, UFMG/Cedeplar, 2005, p. 20; Flávio dos Santos Oliveira, “Sobre a Origem e Função Precípua do Governo na Concepção dos Contratualistas, David Hume e Adam Smith”, *Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional*, n. 6, pp. 68-85, 2014; Ilmar R. de Mattos, *O Tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial*, 2. ed., São Paulo, Hucitec, 1990; Maria Odila Leite da Silva Dias, “A Interiorização de MetrÓpole”, *A Interiorização da MetrÓpole e Outros Estudos*, São Paulo, Alameda, 2005, p. 16; Daniel

5. Entre a América e a Inglaterra

As diferenças políticas e econômicas entre os dois franceses refletiram sobre o modo com que viam o mundo. Ordenavam a política internacional em opostos: Europa x América, Velho Mundo x Novo Mundo, ordem x liberdade, monarquias x repúblicas/federações.

O *Spectador* reforçava a ideia de que a república era o governo da anarquia, uma característica indissociável da *linguagem política pedrina* e que vinha sendo construída desde o processo de independência⁷⁶. A América seria o local de “guerrilhas Republicanas”⁷⁷, do “abuso do poder”⁷⁸ e das “mais violentas tem-

Afonso da Silva, “A Duras e Pesadas Penas: Imprensa, Identidade e Nacionalidade no Brasil Imperial”, *Topoi*, vol. 10, n. 19, p. 55-69, jul.-dez. 2009; Alcir Lenharo, *As Tropas da Moderação: O Abastecimento da Corte na Formação Política do Brasil – 1808-1842*, São Paulo, Símbolo, 1979; Lenira Menezes Martinho e Riva Gorenstein, *Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência*, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes – Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural – Divisão de Editoração, 1993.

76 Alguns jornais publicados durante o processo de independência, tais como *O Espelho*, *Reclamação do Brasil*, *O Regulador Brasileiro*, *A Atalaia*, e o já analisado *Estrela Brasileira*, partilhavam de um vocabulário político parecido. A existência de uma linguagem política áulica consistente deve ser confirmada através do estudo desses jornais, e de outros do Primeiro Reinado, em conjunto.

77 *O Spectador Brasileiro*, n. 27, 30 ago. 1824.

78 *O Spectador Brasileiro*, n. 5, 8 abr. 1824.

pestades”⁷⁹. Um local, enfim, que o Brasil não devia ter como exemplo.

Do outro lado estava a Europa. Naquele continente existia um conflito constante entre liberdade e despotismo, o qual os protagonistas eram a Inglaterra e a Santa Aliança⁸⁰. Os partidários da Santa Aliança viviam tramando contra os governos constitucionais, buscando aniquilar as constituições e as instituições legislativas, buscando “retardar as eleições” e “nomear Deputados para muito tempo” reduzindo também “as Sessões ao menor número possível”⁸¹.

Do lado oposto estavam países como Inglaterra, Prússia e Suécia, que buscavam o meio termo entre a licença e o despotismo, entre a república e o absolutismo. A Inglaterra era um governo “robusto e forte”, que não nascendo de uma revolução⁸², estava sempre em busca da “melhoria social”. Para o periódico, a vantagem da Inglaterra sobre os demais países foi ter se concentrado em seu próprio desenvolvimento através da indústria e do comércio, deixando de lado as intrigas palacianas e absolutistas nas quais a Santa Aliança se envolvia. Por isso ela marchava “com rapidez a uma nova prosperidade”, ficando cada vez mais rica e poderosa⁸³.

79 *O Spectador Brasileiro*, n. 251, 22 mar. 1826.

80 *O Spectador Brasileiro*, n. 130, 15 jun. 1825.

81 *O Spectador Brasileiro*, n. 167, 29 ago. 1825.

82 *O Spectador Brasileiro*, n. 257, 10 abr. 1826.

83 *O Spectador Brasileiro*, n. 223, 13 jan. 1826.

Dessa maneira, o *Spectador* propagava uma Europa dividida em “duas grandes Nações”: a primeira, que rejeitava “obstinadamente as ideias novas”, e agarrava-se “as antigas máximas e aos velhos usos”; e a segunda, “apressada em acolher e propagar as luzes e a indústria. Uma “pertence exclusivamente ao passado”, e a outra “apodera-se do presente para vir a ser a senhora do futuro”⁸⁴.

Enquanto a América estava envolvida em “anarquias republicanas” e parte da Europa ainda propagava o absolutismo inspirado pela Santa Aliança, os ingleses seriam o exemplo de moderação a se seguir, pois haviam encontrado o equilíbrio entre anarquia e despotismo.

O *Verdadeiro Liberal* expressou opinião diferente. Concordeava com Plancher sobre o problema da Santa Aliança na Europa, porém achava que a Inglaterra era um inimigo natural dos brasileiros e que a América, principalmente os Estados Unidos, era o exemplo para o Brasil.

Para ele, o mundo estava dividido em dois partidos: o partido “da bandeira popular”, que contava com a América, a Inglaterra, os Países Baixos, alguns espanhóis e portugueses além da “Nação Italiana, e grande massa dos Alemães e de seus governos”; e a “Santa Aliança” que contava com a Rússia, a Áustria, a Prússia e alguns espanhóis⁸⁵. Para o *Verdadeiro Liberal*, não

84 *O Spectador Brasileiro*, n. 231, 3 fev. 1826.

85 Tanto o *Spectador* quanto o *Verdadeiro Liberal* atribuíam à França uma posição dúbia. Para eles, ela ainda estava dividida entre o absolutismo

haveria uma guerra armada, mas sim uma guerra comercial e ideológica. O Brasil, obviamente, devia estar ao lado “da bandeira popular”⁸⁶.

A posição na política mundial não fazia com que o Brasil se tornasse aliado da Inglaterra. Como já mostramos, Chapuis tinha uma visão extremamente negativa dos ingleses, pois os considerava interesseiros e ambiciosos⁸⁷. Em vista disso, o *Verdadeiro Liberal* pregava uma guerra comercial à Inglaterra. O Brasil deveria, juntamente com a Europa, “adotar o sistema continental de Napoleão”⁸⁸ e, privilegiado por “sua posição geográfica” e seus “portos seguros e cômodos para toda a espécie de reparos” devia liderar os países do mundo contra o “jugo da Inglaterra”⁸⁹.

Para o *Verdadeiro Liberal*, as bases diplomática e política do Brasil deveriam estar na América, principalmente nos Estados Unidos. As constantes notícias do Congresso do Panamá⁹⁰ e o

e a modernidade.

86 O *Verdadeiro Liberal*, n. 7, 16 mar. 1826.

87 O *Verdadeiro Liberal*, n. 8, 18 mar. 1826.

88 Achamos pertinente destacar um poema impresso pelo *Spectador* em resposta aos artigos de Chapuis contra a Inglaterra: Não há que teimar / He dar tiros no ar / Os amigos para vós / São os Donos do mar (O *Spectador Brasileiro*, n. 257, 10 abr. 1826).

89 O *Verdadeiro Liberal*, n. 12, 28 mar. 1826.

90 O Congresso do Panamá é uma série de reuniões que reúne países latino americanos para discutir assuntos da região. O primeiro foi realizado em 1826 e idealizado por Simon Bolivar, que, dentre outras questões, discutiu assuntos como o fim da escravidão e alianças militares.

destaque dado aos norte-americanos eram sinais dessa aproximação necessária. O jornal noticiou o convite Congresso ao Brasil⁹¹, e o colocou como membro irrevogável do congresso continental, constituindo uma flor exótica monarquista, junto com o Paraguai, nesse continente composto por nações republicanas⁹².

As notícias davam a entender que os Estados Unidos lideravam o Congresso do Panamá, tendo enviado para lá deputados “para ajudar a América a consolidar a destruição das três escravidões, das metrópoles, exclusões e colonização”. Nas palavras do presidente norte-americano, apenas assim a “América será completamente livre”⁹³. Além do mais, o presidente “James Monroe” atribuía aos Estados Unidos o dever de proteger a América “das pretensões da Santa Aliança”, afirmando que não admitiria outro sistema se não o representativo, “como se admite o princípio que os Americanos querem ver arraigado no Continente”, e lembrava o periódico que, continuando o Brasil nesse sistema, “não tem nada que temer da nossa parte, e nós nada que recear da sua”⁹⁴.

91 De fato, o Brasil foi convidado, mas seu enviado, Theodoro José Biancardi não chegou a tempo (José Carlos Brandi Aleixo, “O Brasil e o Congresso Anfictiônico do Panamá”, *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 43, n. 2, pp. 170-191, dez. 2000).

92 *O Verdadeiro Liberal*, n. 14, 1 abr. 1826.

93 *O Verdadeiro Liberal*, n. 13, 30 mar. 1826.

94 *O Verdadeiro Liberal*, n. 4, 9 mar. 1826.

Os Estados Unidos, nas páginas do *Verdadeiro Liberal*, eram o exemplo não só para a América, mas também para a Europa. Segundo discurso do presidente norte-americano impresso no periódico, “todos os Governos da Europa tem aprendido a conhecer sucessivamente, sejam quais forem as suas Constituições, que o fim das suas instituições é a felicidade do Povo”, e os Estados Unidos seriam o melhor exemplo dessa missão⁹⁵. Dessa maneira, diferente do *Spectador*, nem Europa nem Inglaterra, o exemplo para o Brasil era os Estados Unidos, exemplo de liberdade e constitucionalismo.

Chapuis via a política internacional dividida entre América e Europa, no qual a primeira era associada à liberdade, e, normalmente, com o republicanismo ou o federalismo, sendo os Estados Unidos o principal modelo⁹⁶. Por isso, as instituições políticas americanas⁹⁷, e o “sistema americano” estavam, nas

95 *O Verdadeiro Liberal*, n. 13, 30 mar. 1826.

96 João Feres Júnior, “El Concepto de América em el Mundo Atlántico (1750-1850): Perspectivas Teóricas y Reflexiones Substantivas a Partir de una Comparación de Múltiples Casos”, em Javier Fernández Sebastián (org.), *Diccionario Político y Social del Mundo Iberoamericano*, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, pp. 62-64; João Feres Júnior e Maria Elisa Mäder, “América/Americanos”, em João Feres Júnior (org.), *Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil*, Minas Gerais, Editora UFMG, 2009, p. 25.

97 Sílvia Carla Pereira Brito Fonseca, “A América como um Conceito: Contribuição para o Estudo da Imprensa Republicana Fluminense e Pernambucana entre 1829 e 1832”, em *Cadernos do CHDD*, ano IV, número especial, Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática, 2005, p. 70.

análises deste redator, diretamente relacionadas à democracia ou, pelo menos, ao federalismo⁹⁸.

6. Os modelos do príncipe

Uma das estratégias retóricas mais utilizadas e importantes do período era a atribuição de *modelos* para ilustrar o ideal de uma pessoa ou instituição⁹⁹. Observamos que o *Spectador* e o *Verdadeiro Liberal* veicularam em seus periódicos modelos de soberanos para D. Pedro seguir, o que nos dá indícios de suas ideias sobre a missão da monarquia e do governo.

O modelo para Chapuis seria o Rei da Baviera¹⁰⁰. Segundo ele, quando subiu ao trono, o rei bávaro teve como primeira atitude “o alívio dos povos”. Para isso,

Ele tem nomeado comissões para fazer reformas, e as tem presidido com assiduidade. Seu zelo não se limita a palavras, e a promessas,

98 *Idem*, p. 69.

99 Um modelo seria a representação do ideal que uma pessoa ou instituição deveria ter. Para apresentá-lo, normalmente é utilizado um exemplo semelhante ao alvo, mas que contenha todas as qualidades e características que devem ser seguidas. Para valorizar seus *modelos*, os oradores tendem a omitir ou inventar características que possam torná-lo mais perfeito (Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, *Tratado da Argumentação: A Nova Retórica*, São Paulo, Martins Fontes, 2005).

100 Quando Chapuis publicou tais notícias, no ano de 1826, o rei bávaro era Luís I. Não sabemos se os fatos são verídicos, mas, caso não sejam, não prejudica a formação de um modelo a ser seguido por D. Pedro I.

este Príncipe dá ele mesmo o exemplo da economia. [...] Tem diminuído pensões não merecidas, ou concedidas a homens ricos; ao mesmo tempo que tem cuidadosamente conservado, e aumentado as pequenas pensões dos pobres, das viúvas, dos órfãos, e dos jovens estudantes¹⁰¹.

O rei também seria religioso, pois “A bondade natural do Príncipe é fortificada por um verdadeiro sentimento de religião”¹⁰². Nem mesmo sua debilitada condição física o impediria de trabalhar em prol dos povos, pois, como havia dito o rei, ele devia

Sacrificar a minha vida ao meu povo; mui ditoso se abreviando os meus dias abreviar os seus sofrimentos. A perda de um Rei repara-se no dia seguinte; mas são necessários longos anos para reparar os males, que uma má administração pode causar a uma nação¹⁰³.

O rei da Baviera não permitia abuso de poder por parte de seus funcionários. Consta que o rei havia dito ao Intendente Geral da Polícia que não queria que a polícia penetrasse na intimidade dos cidadãos para descobrir “segredos das famílias”. Por causa dessas atitudes preocupadas com o povo, o rei havia sido conhecido como “rei dos camponeses” e declarado que

101 O *Verdadeiro Liberal*, n. 7, 16 mar. 1826.

102 *Idem, ibidem*.

103 O *Verdadeiro Liberal*, n. 10, 23 mar. 1826.

esse era o “mais belo sobrenome, o único que ambiciono”¹⁰⁴. Com isso, o rei modelo para Chapuis seria um rei zeloso com as finanças, bondoso com os pobres e ciente de que, mais importante que a realeza, era o povo, pois a “perda de um Rei repara-se no dia seguinte”, e os males causados ao povo duravam vários anos¹⁰⁵.

Enquanto Chapuis exaltava o rei da Baviera, Plancher tinha como modelo Napoleão Bonaparte¹⁰⁶. Segundo ele, Napoleão havia sido o “Gênio Salvador da França, na formidável época da Anarquia Jacobina”¹⁰⁷. Ele havia salvado a França da anarquia quando “mil Cidadãos” eram “sacrificados por infames Demagogos”. Foi capaz de parar a revolução, fazer “entrar a França na Sociedade da Europa”, estabelecer a tranquilidade e finalizar a anarquia revolucionária¹⁰⁸. Foi ele quem

[...] mostrou o Código das leis, e a Religião, a moral, a Justiça banidas então subirão de novo sobre altares; facções incendiarias cingiam de famintos punhais os pórticos do Cidadão tranquilo, do Amigo das

104 *O Verdadeiro Liberal*, n. 13, 30 mar. 1826.

105 *O Verdadeiro Liberal*, n. 10, 23 mar. 1826.

106 Essas eram as opiniões de Plancher sobre o período napoleônico. Vale lembrar que, diferente do que se pode imaginar, Bonaparte não era uma unanimidade entre os franceses.

107 *O Spectador Brasileiro*, n. 20, 13 ago. 1824.

108 *O Spectador Brasileiro*, n. 161, 12 ago. 1825.

ciências, e das Artes; ele desembainhou a espada, e os assassinos beijarão o pó tremendo com receio da vingança¹⁰⁹.

Ambos os jornalistas propunham *modelos* de rei distintos. Chapuis preferia um rei que se preocupava com a liberdade dos cidadãos, coibindo os abusos dos funcionários públicos e se preocupando, em primeiro lugar, com a felicidade do povo. Já Plancher preferia um rei capaz de manter a ordem e que governasse de acordo com a “massa de uma Nação”. Esse rei deveria ser forte e capaz de fazer a nação entrar em conformidade com a Europa.

Suas ideias sobre os reis ideais nos dão indícios sobre o principal debate travado na época. Se Chapuis defendia um rei capaz de garantir a *liberdade* do povo, Plancher preferia um rei forte o bastante para garantir a *ordem*. Opunham-se entre a *esfera da liberdade* e a *esfera do poder*¹¹⁰, e projetavam modelos distintos. Esse debate é o que mais marcou a diferença entre áulicos e liberais, o debate sobre a abrangência da liberdade e seu conflito com o governo ou da importância da ordem e sua relação com a soberania. É em vista dele que devemos analisar seus projetos políticos em conjunto, o que será feito no próximo tópico.

109 O *Spectador Brasileiro*, n. 20, 13 ago. 1824.

110 Bernad Bailyn, *As Origens Ideológicas da Revolução Americana*, Bauru, Edusc, 2003, p. 71.

7. Liberdades e linguagens políticas

A nação brasileira, ainda em formação, passava por um momento de constante debate sobre os mais variados assuntos. Alguns deles já foram por nós destacados – federação, república, despotismo, escravidão, economia – e outros, como a soberania, são indissociáveis desse período. Porém, o conceito central do vocabulário político brasileiro era a liberdade. Uma discordância fundamental em relação ao conceito de liberdade é se ela devia ser maior qualitativamente ou quantitativamente, o que gerava uma multiplicidade de projetos políticos e modelava as linguagens políticas.

Liberais e áulicos não ficaram de fora dessa situação. Cunharam vocabulários políticos distintos e defenderam diferentes pontos de vista sobre a liberdade, imaginando, com isso, um ideal de governo para o Brasil, capaz de garantir a extensão qualitativa ou quantitativa da liberdade.

Para compreendermos esse movimento, buscamos diferenças e semelhanças nos jornais áulicos e liberais e procuramos compreender seus projetos políticos de maneira conjunta.

A Linguagem Política Pedrina

Os áulicos foram os responsáveis por defender um projeto político pautado na pessoa do Imperador. Esse projeto político estabelecia o monarca como o único meio de assegurar a ordem e desenvolvimento do Brasil, defendendo a liberdade em seu

aspecto qualitativo garantida por um governo forte e centralizado. Sua defesa se deu por meio do fortalecimento da *linguagem política pedrina*.

O crescimento da esfera do poder era necessário, pois tinham uma visão estritamente negativa da *sociedade*. Para eles, a população era formada por corpos distintos, onde os “povos ignorantes, inapercebidos” eram facilmente arrastados por impressos sediciosos e iludidos por falsas promessas¹¹¹.

Acreditavam que a “gente miúda do Povo” era violenta, e constantemente se envolvia em confusões que causavam “cabeças quebradas, e mesmo mortes”¹¹². A população devia ser educada para não cair nesses abusos, e a imprensa era um meio de desenvolver as luzes e contribuir para o progresso da instrução¹¹³.

As *repúblicas* americanas eram o exemplo da desordem popular. Segundo a visão dos áulicos, eram conturbadas politicamente¹¹⁴ e desorganizadas administrativamente¹¹⁵. A causa das desorganizações, para os áulicos, era o sistema político por eles escolhido, o sistema republicano¹¹⁶. As repúblicas eram fracas e não cumpriam nem com as doutrinas da “Cartilha Democrática”. Como exemplo, Plancher mencionou a cidade de Buenos

111 José da Silva Lisboa, *Inviolabilidade da Independência...*, pp. 5-6.

112 *O Spectador Brasileiro*, n. 241, 27 fev. 1826.

113 *O Spectador Brasileiro*, n. 180, 28 set. 1825.

114 *O Spectador Brasileiro*, n. 82, 19 jan. 1825.

115 *O Spectador Brasileiro*, n. 16, 4 ago. 1824.

116 *O Spectador Brasileiro*, n. 18, 9 ago. 1824.

Aires como um governo “acéfalo” em que o povo vivia em total “anarquia”¹¹⁷. Além disso, considerava que os governos republicanos eram curtos e passageiros, não mais do que “criaturas aéreas, que mal brilham e torneio a atmosfera como borboletas”, esperando apenas o fim de sua “existência efêmera”¹¹⁸.

Os aúlicos acusavam os republicanos de pregar a “desordem, a anarquia” e, pela guerra, estabelecer repúblicas em todo o mundo para formar uma “República Universal”¹¹⁹. Consideravam isso um perigo que devia ser enfrentado pelo Brasil, pois as repúblicas eram causadoras de desordens incompatíveis “com o estado da civilização moderna”¹²⁰. A república, para se manter, excitava as “desordens plebeias”, colocando os “pobres contra os ricos, desacreditando as autoridades, desanimando os cidadãos e acendendo a guerra civil”¹²¹.

Retratavam as repúblicas como um sistema de demagogos¹²², que são defensores da liberdade levada “aos extremos da licença”¹²³, “uma Liberdade inquieta”¹²⁴. A república, citando Rousseau, não era compatível com grandes cidades, e mesmo nas pequenas cidades “arrastaria infalivelmente as

117 *Triumpho da Legitimidade*, n. 13, 27 jan. 1826.

118 *Triumpho da Legitimidade*, n. 13, 27 jan. 1826.

119 *Triumpho da Legitimidade*, n. 10 de 14 jan. 1826.

120 *O Spectador Brasileiro*, n. 169, 2 set. 1825.

121 *O Spectador Brasileiro*, n. 12, 24 jan. 1826.

122 *O Spectador Brasileiro*, n. 14, 30 jul. 1824.

123 *O Spectador Brasileiro*, n. 6, 10 jul. 1824.

124 *O Spectador Brasileiro*, n. 251, 22 mar. 1826.

mais violentas tempestades, e os maiores perigos, se a extrema pureza dos costumes públicos e privados não se tornasse a garantia do bom uso”¹²⁵.

O governo republicano era considerado pior do que o despotismo. Citando Aristóteles, o jornal *Triumpho da Legitimidade* afirmava que “na democracia, a parte maior dos cidadãos é capaz de exercer as mais cruéis opressões sobre a menor, e mais sábia”. Nelas, as “perseguições plebeias” causam um sofrimento maior e reduzem os indivíduos à condição “mais lamentável”¹²⁶.

A republica era considerada pelos áulicos um governo irrealizável por colocar “a Liberdade senão em o mais alto grau de poder que o homem vivendo em sociedade pode tocar”. O problema é que “quanto maior o poder se dá a Cada Cidadão, menor se torna a tranquilidade de todos”, o que torna os governos republicanos “os mais expostos às revoluções”.

A solução para evitar a anarquia e a desordem popular seria aumentar a *esfera do poder*, renunciando ao “direito de se dirigir unicamente pela sua razão particular” e se submeter à lei “debaixo de uma autoridade comum”. A submissão faria com que os homens entrassem na “sociedade das leis”, perdendo um pouco de sua liberdade, mas adquirindo “maior segurança”.

Para os áulicos, a base de toda sociedade era a ordem, e a melhor legislação seria aquela em que “cada indivíduo per-

125 *O Spectador Brasileiro*, n. 251, 22 mar. 1826.

126 *Triumpho da Legitimidade*, n. 12, 24 jan. 1826.

dendo o menos possível dos seus direitos, obtivesse por isto a maior segurança”¹²⁷. O problema era encontrar a legislação perfeita, pois não existia uma fórmula, e cada nação teria circunstâncias distintas uma das outras. Para o Brasil, os áulicos indicavam uma “Monarquia dirigida por leis, moderada, e balanceada por grande riqueza hereditária, e grande nobreza hereditária da nação”¹²⁸.

Defendiam que a *monarquia* devia ser “um Governo forte”¹²⁹, assim como o “estabelecido pelo Autor da Natureza”, o poder da “Autoridade dos pais”, um “Governo Patriarcal”¹³⁰, capaz de manter seus súditos seguros e trilhar o caminho da glória, defensor “das liberdades” e “conservador das propriedades”¹³¹.

Para a direção desse “Governo Forte” não havia ninguém melhor que D. Pedro I, pois o Brasil era seu por direito. Ele era o *soberano*, e o Brasil “Sua Herança Legítima”, fazia parte de seus “Direitos Hereditários”. Apenas ele seria o portador da “Consideração das Testas coroadas”, que cooperariam com o “Estabelecimento não menos necessário, de Legítimo e Justo Império na América Meridional”¹³², pois, por seus “Legítimos

127 *O Spectador Brasileiro*, n. 240, 24 fev. 1826.

128 *Triumpho da Legitimidade*, n. 12, 24 jan. 1826.

129 *O Spectador Brasileiro*, n. 244, 6 mar. 1826.

130 *Triumpho da Legitimidade*, n. 13, 27 jan. 1826.

131 *Triumpho da Legitimidade*, n. 14, 28 jan. 1826.

132 José da Silva Lisboa, *Inviolabilidade da Independência...*, pp. 8-9.

Direitos, e ilustres vínculos de Família, [...] S. M. I. está ligado com todos os Soberanos da Europa”¹³³.

O Imperador também era visto como o herói brasileiro, pois era o responsável pelos dois fatos mais importantes do Brasil, a independência e a constituição. Ele havia “antes de ninguém, proclamado a independência do Brasil”¹³⁴. Foi o responsável por romper os laços que união o Brasil às “nefandas Cortes”¹³⁵, que defendia um “antigo sistema” portador de ideias opostas ao Brasil, o que tornava necessária “uma revolução”. Nesse momento, quando o país corria o perigo de pender para o lado de muitos “males” e “calamidades”, D. Pedro I “rompeu os laços da união”¹³⁶, transformando o Brasil em uma “Nação Livre, e Independente”¹³⁷.

Também acreditavam que a independência, realizada pelo Imperador, seria a salvação do Brasil de todos os males, e a reunião das províncias em torno do centro seria a confirmação de tal ato¹³⁸. Com isso, a *nação* deveria “dobrar o joelho, e dar graças ao Eterno Senhor dos Impérios”¹³⁹, e, “animados com a

133 *Diário do Rio de Janeiro*, n. 28, 6 fev. 1826.

134 José da Silva Lisboa, *Inviolabilidade da Independência...*, p. 7.

135 Francisco de Sampaio, *Contradicta à Mr. Chapuis*, Rio de Janeiro, Typographia Imperial e Nacional, 1826, pp. 7-8.

136 *O Spectador Brasileiro*, n. 2, 1 jul. 1824.

137 *O Spectador Brasileiro*, n. 31, 10 set. 1824.

138 *O Spectador Brasileiro*, n. 31, 10 set. 1824.

139 *Triumpho da Legitimidade*, n. 14, 28 jan. 1826.

Augusta Presença de S. M. o Imperador”, aplaudir e abraçar a declaração de independência¹⁴⁰.

O *Triumpho* afirmava que “o Imortal Pedro I nosso Defensor, nosso Pai, Nosso Amigo”, sábia, justa e magnanimamente ofereceu o “Pacto Orgânico”, e os brasileiros o juraram, consolidando o Império Brasileiro¹⁴¹. Já o *Spectador* atribuía à “Generosidade e Liberalismo do Imortal Fundador do Império”¹⁴² a criação de uma constituição que assegura o que há de “melhor nas diferentes Constituições dos mais povos civilizados”¹⁴³.

Tal constituição providenciava “tudo quanto pode concorrer para a fortuna, e prosperidade pública”, fiscalizando a “fidelidade de todos os funcionários” públicos, punindo suas faltas, surpreendendo a negligência e beneficiando a exatidão. Essa era a constituição “que nós temos na Augusta, e sempre Imortal Pessoa do Imperador”. E ele mesmo era “o primeiro Executor da Sua grande Carta de Lei”¹⁴⁴, o verdadeiro “Defensor perpetuo” dos direitos dos brasileiros¹⁴⁵, que consolida, por meio de sua pessoa e da sua constituição, “os fundamentos da tranquilidade pública” por toda parte¹⁴⁶.

140 *O Spectador Brasileiro*, n. 247, 13 mar. 1826.

141 *Triumpho da Legitimidade*, n. 10, 14 jan. 1826.

142 *O Spectador Brasileiro*, n. 241, 27 fev. 1826.

143 *O Spectador Brasileiro*, n. 14, 30 jul. 1824.

144 *O Spectador Brasileiro*, n. 159, 8 ago. 1826.

145 *O Spectador Brasileiro*, n. 3, 2 jul. 1824.

146 *O Spectador Brasileiro*, n. 95, 18 fev. 1825

Mas não apenas a presença do Imperador era suficiente. A nação devia ser unida moral e politicamente, se distanciar da licença e ser fiel ao trono imperial¹⁴⁷. As “Três Ordens do Estado”, segundo o *Triumpho*, deveriam formar um único “Corpo Político”, no qual as “dezenove províncias desde o Amazonas até o Prata” se uniriam para formar o corpo nacional¹⁴⁸.

Para Plancher, a ação do imperador em reprimir os tumultos no interior do país e suas acertadas escolhas nos novos governantes eram símbolos “da grande vantagem de viverem debaixo de um Governo paternal que não cessa de cuidar dos interesses de todos os seus súditos”¹⁴⁹. Quando “nenhuma perturbação ou desunião impedem a marcha do Governo” o país progride¹⁵⁰, e prova disso era o lento desenvolvimento do restante da América, que “só se adianta a passos lentos no meio de suas discórdias civis”¹⁵¹.

E, como não poderia ser diferente, a ordem era garantida pela presença do Imperador. A prova disso era, segundos os áulicos, que o Rio de Janeiro gozava de um estado mais desenvolvido que o restante do país, e “tudo isto se deve inteiramente à presença de S. M. I.”¹⁵². Assim como o *Triumpho*, o *Spectador* reconhecia que

147 José da Silva Lisboa, *Inviolabilidade da Independência...*, p. 40

148 *Triumpho da Legitimidade*, n. 5, 21 dez. 1825.

149 *O Spectador Brasileiro*, n. 249, 17 mar. 1826

150 *O Spectador Brasileiro*, n. 236, 15 fev. 1826

151 *O Spectador Brasileiro*, n. 251, 22 mar. 1826

152 *O Spectador Brasileiro*, n. 257, 10 abr. 1826

Fluminenses, Paulistanos, Mineiros, Baianos, Alagoenses, Pernambucanos, Paraibanos, Cearenses, Maranhenses, Paraenses todos pertencemos à mesma Família Brasileira: somos todos irmãos, todos amigos; assim como todos os Portugueses, Franceses, ingleses, Suecos, em fim todo e qualquer ente racional, que se tiver votado à Causa do Brasil é tão Brasileiro, como aquele que nasceu nestes climas, por quanto o lugar do nascimento é obra da sorte¹⁵³.

Dessa maneira, fica claro a importância de D. Pedro I para o Brasil na visão dos áulicos. Ele era o centro da *nação*, aquele que todo o brasileiro devia gratidão e obediência. Ele é “Quem está à frente da Nação”, o “primeiro proprietário do País” e possuidor dos “bens territoriais”¹⁵⁴. Para o *Spectador*, a Corte o “centro de reunião de todos os votos dos honrados e ilustres Brasileiros”¹⁵⁵, e o que restava aos brasileiros era apenas “vos reunirdes em roda de vosso Imperador”¹⁵⁶.

Conservando a liderança de D. Pedro e a união em torno de sua pessoa, seria possível conservar a ordem e aumentar a liberdade em seu aspecto qualitativo. A *esfera do poder* deveria ser ampliada em detrimento da *esfera da liberdade*, pois “um Cidadão tem menos interesse real em conservar um poder muito

153 *O Spectador Brasileiro*, n. 63, 26 nov. 1824.

154 *Triumpho da Legitimidade*, n. 14, 28 jan. 1826.

155 *O Spectador Brasileiro*, n. 178, 23 set. 1825.

156 *O Spectador Brasileiro*, n. 14, 28 jan. 1826.

extenso, mas pouco seguro, do que em obter a maior segurança no exercício do poder e dos direitos que ele conserva”¹⁵⁷.

Na *linguagem política pedrina*, o Brasil devia se importar com o risco de cair na “anarquia republicana”. A república – que no momento tinha uma forte associação com o federalismo – poderia enfraquecer o governo e causar a anarquia, pois as províncias buscariam seus próprios interesses¹⁵⁸.

No vocabulário áulico, quanto maior a *esfera da liberdade*, como ilustrado pelas repúblicas, maior a probabilidade de a *sociedade* entrar em desordem. A maneira de evitar isso seria uma monarquia moderada, um governo forte, baseado na soberania do monarca, capaz de evitar o esfacelamento da sociedade e garantir a união da nação.

Os áulicos caracterizavam-se por um pensamento conservador – mas não exclusivamente –, defendendo um governo forte o bastante para manter os cidadãos dentro das leis¹⁵⁹ e, com

157 *O Spectador Brasileiro*, n. 251, 22 mar. 1826.

158 Segundo Ivo Coser, essa era uma concepção geral dos “conservadores”. Temiam a dissolução da sociedade, pois ela não estaria pronta para se autorreger sem um governo forte, o que era impossível em uma república ou em um federalismo (Ivo Coser, *Visconde do Uruguai: Centralização e Federalismo no Brasil*, Belo Horizonte, Editora da UFMG, Rio de Janeiro, Iuperj, 2008).

159 Segundo Estilague Ferreira dos Santos, a necessidade de um governo forte para reger a sociedade acabou por determinar a própria independência, realizada para manter a ordem escravista e oligárquica. Da mesma maneira, Marcelo Basille afirma que os áulicos consideravam como função do governo “refrear as paixões e limitar as liberdades naturais

isso, garantir o progresso da nação brasileira. Estariam próximos do que José Murilo de Carvalho chamou de “conservadores puros”, que entendiam a liberdade como um valor secundário em comparação com a ordem e a unidade nacional, o que tornava a centralização a única opção viável¹⁶⁰.

8. O ataque liberal ao castelo áulico

A *linguagem política pedrina* estava sendo propagada desde o processo de independência. Se num primeiro momento encontrou a oposição dos antigos “liberais” da Corte e de Pernambuco, em 1824 e 1825 o *Spectador* foi praticamente o único jornal político impresso no Rio de Janeiro. Sua “exclusividade”, como mostramos no segundo capítulo, tornou possível a supremacia

dos indivíduos, em conformidade com o pensamento jusracionalista”. Cairu era um dos principais expoentes desse pensamento no Brasil (Estilique Ferreira dos Santos, *A Monarquia no Brasil: O Pensamento Político da Independência*, Vitória, Edufes/CEG Publicações, 1999; Marcello Basile, “Governo, Nação e Soberania no Primeiro Reinado: A Imprensa Áulica do Rio de Janeiro”, em Miriam Halpern Pereira, José Murilo de Carvalho, Maria João Vaz e Gladys Sabina Ribeiro (org.), *Linguagens e Fronteiras do Poder*, Lisboa, Centro de Estudos de História Contemporânea, Instituto Universitário de Lisboa, 2012, p. 177; Cecília Helena de Salles Oliveira, “Repercussões da Revolução: Delineamento do Império do Brasil, 1808/1831”, em Keila Grinberg e Ricardo Salles, *O Brasil Imperial*, vol. 1, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011, p. 26).

160 José Murilo de Carvalho, “Federalismo e Centralização no Império Brasileiro: História e Argumento”, *Pontos e Bordados*, p. 175.

áulica e a consolidação da linguagem política por eles defendida no Rio de Janeiro.

A chegada de João Maria e Chapuis em 1826 modificou esse cenário. Seus impressos buscaram atuar no contexto linguístico brasileiro fazendo oposição aos áulicos. Ao invés da liberdade qualitativa, defendiam a liberdade quantitativa através do aumento da *esfera da liberdade*. Para eles, através de maior liberdade o cidadão seria capaz de atuar na política e decidir os rumos que a nação deveria tomar. Evitava-se, dessa maneira, o despotismo do Estado, o que propiciava ao cidadão a possibilidade de atuar na política. Nessa tarefa, acabaram por cunhar um vocabulário político distinto dos áulicos e, se não conseguiram consolidar uma linguagem política, seus *lances*¹⁶¹ encontraram repercussão nas linguagens políticas moderadas e exaltadas.

161 Não achamos possível definir, apenas através de nossa pesquisa, a existência de uma *linguagem política* defendida pelos liberais por nós analisados. Enquanto os áulicos tinham uma linguagem política que encontrou e encontraria continuidade sólida em outros escritos, João Maria e Chapuis se destacaram mais por suas peculiaridades do que a defesa de um sólido programa político. Atuaram em seu contexto linguístico de maneira isolada, e sua aliança foi temporária. Com isso, achamos mais justo afirmar que deram *lances* e formaram *paroles*, capazes de se destacar em determinado momento, mas sem fazer grandes alterações na *langue* ou formar uma linguagem política capaz de sobreviver ao fim de seus periódicos. Sobre linguagens políticas, além do livro já citado de Pocock, conferir: Quentin Skinner, *Visões da Política: Sobre os Métodos Históricos*, Algés, Difel, 2002; Quentin Skinner, *As Fundações do Pensamento Político Moderno*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996; Marcelo Gantus Jasmin e João Feres Júnior (org.), *História*

A busca pelo aumento da liberdade passava pela redefinição da soberania. Chapuis afirmava que não havia sido o “Príncipe, quem criou o Império, mas sim a Nação” e foi “igualmente a Nação quem fez o Imperador”, e não seus direitos hereditários como defendiam os áulicos. Pedro havia sido escolhido não por ser um Bragança, mas sim “por unânime Aclamação dos Povos”, ou seja, foi criado, assim como o Império, pela nação¹⁶².

Para Chapuis, se, de fato, D. Pedro I tivesse criado a independência, ele teria cometido “um ato de rebelião contra Seu Augusto Pai”. Por isso, sendo a proclamação feita exclusivamente pela Nação¹⁶³ e sendo aclamado por “unânime, e espontânea vontade” dos brasileiros¹⁶⁴, a independência era legítima, e Pedro, “forçado pelas circunstâncias a unir os seus interesses aos da Nação”, era inocente¹⁶⁵. Diferente dos áulicos, os liberais acreditavam que Pedro não havia formado o Brasil, mas havia se unido ao Brasil. Por isso a soberania estava na nação, e não no Imperador.

Para firmar de vez suas bases como uma nação livre, a constituição era fundamental. Ela havia sido “submetida à medita-

dos Conceitos: Debates e Perspectivas, Rio de Janeiro, PUC-Rio, Loyola, Iuperj, 2006; Richard Tuck, “História do Pensamento Político”, em Peter Burke (org.), *A Escrita da História: Novas Perspectivas*, São Paulo, Unesp, 2011.

162 Pedro de Chapuis, *Reflexões Sobre a Carta Ley...*, p. 6.

163 *O Verdadeiro Liberal*, n. 2, 4 mar. 1826.

164 *O Verdadeiro Liberal*, n. 5, 11 mar. 1826.

165 *O Verdadeiro Liberal*, n. 2, 4 mar. 1826.

ção dos povos” e “a seu pedido foi solenemente jurada [por D. Pedro I]”¹⁶⁶. A constituição era vista por Chapuis e João Maria como a base da formação e liberdade do Brasil. Ela devia ser revestida “de toda a sua majestade” pois apenas ela garantiria um governo “durável e venturoso”¹⁶⁷.

Ela era considerada a “protetora de todos os nossos direitos”, a estrada segura que garantiria “um futuro sem nuvens”¹⁶⁸, a “única taboa que pode salvar os Brasileiros dos males das revoluções, e das guerras”¹⁶⁹. Ela estabelece “com firmeza o governo” e “faz o monarca mais amado e os súditos mais felizes”. Por isso, um rei não deveria “reinar se não por meio das leis”¹⁷⁰.

A divisão dos poderes, as reponsabilidades dos ministros e a vigilância sobre todos os empregados deveriam ser executados perfeitamente¹⁷¹, o que seria garantido pela convocação do “Corpo Legislativo”¹⁷². Ele seria o responsável por fazer valer a constituição, prevenindo e atalhando “os abusos, e infrações”¹⁷³. A instalação do legislativo tornava-se fundamental para a execução da constituição, e “a Assembleia Geral, Conselhos de Província, e Câmaras Constitucionais” davam publicidade aos

166 *O Verdadeiro Liberal*, n. 13, 30 mar. 1826.

167 *Atalaia da Liberdade*, n. 6, 1 mar. 1826.

168 *O Verdadeiro Liberal*, n. 6, 14 mar. 1826.

169 *O Verdadeiro Liberal*, n. 4, 9 mar. 1826.

170 *O Verdadeiro Liberal*, n. 9, 21 mar. 1826.

171 *Atalaia da Liberdade*, n. 12, 15 mar. 1825.

172 *Atalaia da Liberdade*, n. 12, 15 mar. 1826.

173 *O Verdadeiro Liberal*, n. 4, 9 mar. 1826.

problemas e características do governo em suas mais distantes jurisdições¹⁷⁴. Essas instituições garantiriam a estabilidade do “Governo Constitucional, onde rege a lei e não a vontade”, única “garantia suficiente”¹⁷⁵. A instalação dessas instituições após a conturbada dissolução de 1823 marcaria um dia histórico, um dia “verdadeiramente nosso, dirão os netos dos nossos netos, porque nele se consolidou a nossa liberdade, sem a qual não seria tão brilhante a nossa Independência e o nosso Império”¹⁷⁶.

Além do corpo legislativo e da constituição, outra maneira de garantir a liberdade e coibir os abusos de autoridade era a opinião pública. Eles viam a opinião pública como um local de debate político, onde a vontade da maioria era refletida¹⁷⁷. Por isso, era através dela que o governo poderia conhecer os desejos dos cidadãos¹⁷⁸.

Por meio da opinião pública, a nação, que “é o juiz dos juízes”, pode escrever e pronunciar suas opiniões. É através da opinião pública que sociedade e administração se comunicam, dando ao governo a segurança de, seguindo os desejos da so-

174 *O Verdadeiro Liberal*, n. 12, 28 mar. 1826.

175 *O Verdadeiro Liberal*, n. 1, 2 mar. 1826.

176 *O Verdadeiro Liberal*, n. 13, 30 mar. 1826.

177 Marco Morel, “La Génesis de la Opinión Pública Moderna y el Proceso de Independencia (Rio de Janeiro, 1820-1840)”, em François-Xavier Guerra e Annick Lempérière *et al. Los Espacios Públicos en Iberoamérica: Ambigüedades y problemas, Siglos XVII-XIX*, México, Fondo de Cultura Económica/Centro Francés de Estudios Mexicanos y Centroamericanos, 1998, p. 310.

178 *Atalaia da Liberdade*, n. 8, 6 mar. 1826.

cidade, “marchar segura e por caminhos direitos, e limpos” só assim “fazendo a verdadeira felicidade da Nação”¹⁷⁹. Dessa maneira, é obrigação do governo “conhecer até os menores interesses dos seus Administrados”¹⁸⁰, pois qualquer tentativa de “conter a opinião pública” está fadada ao insucesso¹⁸¹.

Os impressos, por causa da importância da opinião pública, teriam um papel pedagógico, combatendo, dessa maneira, “a ignorância, os abusos, e os prejuízos, em qualquer parte onde eles se escubram [sic]”¹⁸². Os periódicos, especialmente, têm a função de conduzir a estabilidade do Brasil, “fazendo conhecer ao Povo os seus deveres, e os seus direitos”¹⁸³.

A sociedade também era vista de maneira distinta dos áulicos. Ela era formada por pessoas que pensam diferente, atuam de jeitos diferentes e tem objetivos diferentes. Dessa maneira, a discussão pública pode ajudar aos cidadãos se entender e levar a frente o país da melhor maneira possível, admitindo até mesmo a oposição¹⁸⁴.

Mas, mesmo com as diferenças, a nação devia estar unida, “pois o interesse, firmeza e permanência da mesma sociedade é – união íntima, perfeita e segura de todos os indivíduos que

179 Pedro de Chapuis, *Reflexões Sobre a Carta Ley*, p. 26.

180 *Idem*, p. 25.

181 *O Verdadeiro Liberal*, n. 2, 4 mar. 1826.

182 *Atalaia da Liberdade Extraordinário*, 4 fev. 1826.

183 *O Verdadeiro Liberal*, n. 13, 30 mar. 1826.

184 *Atalaia da Liberdade*, n. 3, 22 fev. 1826.

a compõe”¹⁸⁵. Deveriam ser todos “bons Brasileiros”, segundo o mote de “união, união para sempre”¹⁸⁶. A separação em corpos também não deveria existir, e todos devem ser considerados como iguais, “sem lhes importar o que cada um foi, mas o que é, e o que pode ser”¹⁸⁷. Entretanto, era necessário compreender o tipo de igualdade que estavam falando. Não acreditavam que a igualdade excessiva era a solução, mas apenas a igualdade jurídica¹⁸⁸.

Os liberais defendiam, para resolver o problema da soberania e da participação popular, o federalismo. O *Atalaia* afirmava que “cada sociedade tem seus diferentes interesses”¹⁸⁹, mas todas deveriam “cooperar para o fim comum da prosperidade geral”¹⁹⁰.

O *Verdadeiro Liberal* utilizava-se de notícias do Congresso do Panamá¹⁹¹ para defender o sistema federativo como capaz de garantir a estabilidade interna e externa nas américas¹⁹². Destacamos que o governo do Brasil, mesmo sendo convidado a participar do Congresso, não o fez, assim como o Paraguai. Provavelmente pela característica republicana e federalista, D.

185 *Atalaia da Liberdade Extraordinário*, 4 fev. 1826.

186 *O Verdadeiro Liberal*, n. 6, 14 mar. 1826.

187 *Atalaia da Liberdade Extraordinário*, 4 fev. 1826.

188 *Idem, ibidem*.

189 *Atalaia da Liberdade*, n. 3, 22 fev. 1826.

190 *Atalaia da Liberdade Extraordinário*, 04 fev. 1826.

191 *O Verdadeiro Liberal*, n. 10, 13, 14 e 16.

192 *O Verdadeiro Liberal*, n. 10, 23 mar. 1826.

Pedro I preferiu postergar a resposta até que fosse concluído o Congresso. Atento a isso, Chapuis trouxe em seu jornal atualizações sobre a situação do Congresso, sempre encorajando a participação do Brasil, e, por vezes, aproveitando para fazer propaganda do federalismo. Reconhecia, entretanto, as dificuldades para o estabelecimento de uma federação “estreita, íntima, como a dos Estados Unidos” em toda a América¹⁹³, pois nenhuma nação abriria mão de sua soberania¹⁹⁴.

Em outra oportunidade, fez um elogio implícito ao sistema federativo quando elogiou a iniciativa do Visconde de Barbacena, que consultou “os Presidentes das Províncias antes que tomasse qualquer medida”. Barbacena se diferenciava do centralizador D. Rodrigo, que, “de infeliz memória”, tudo que vinha

193 *O Verdadeiro Liberal*, n. 14, 1 abr. 1826.

194 Nesse momento ainda se confundia federação com confederação. A federação/confederação era uma das soluções à excessiva centralização de alguns governos, considerada também uma maneira de se evitar a usurpação da liberdade dos indivíduos pelo governo central. Para maiores informações, bem como as diferentes percepções do federalismo no Brasil e na França (Carole Leal Curiel, “Federalismo”, em Javier Fernández Sebastián (org.), *Diccionario Político y Social del Mundo Iberoamericano*, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009; Leonardo Grão Velloso Damato Oliveira, *Momento Federalista: Projetos Políticos no Alvorecer do Império Brasileiro*, Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Espírito Santo, 2013; Ivo Coser, “O Conceito de Federalismo e a Ideia de Interesse no Brasil do Século XIX”, *Dados*, vol. 51, n. 4, pp. 941-981, 2008; José Murilo de Carvalho, “Federalismo e Centralização no Império Brasileiro: História e Argumento”, *Pontos e Bordados*).

à cabeça “ou lhe encasquetavam nela”, fazia sem consultar os governantes locais¹⁹⁵.

A atuação forte da opinião pública, a manutenção da constituição e a soberania da nação seriam capazes de assegurar, na visão dos liberais, a liberdade aos cidadãos. Para eles, a *esfera da liberdade* deveria sobrepujar a *esfera do poder*, dando a cada indivíduo maior importância no seio da sociedade. Entretanto, a esfera da liberdade que Chapuis e João Maria propugnavam para a sociedade era diferente.

Para o *Atalaia* o “governo de muito arrastava grandes estorvos; resoluções tardias e execução difícil”, além do excesso de “partidos, facções” e a consequente “dissolução do vínculo social”. De outro lado, o “governo de um Só”, que seria portador de “maior prontidão”, pecava por cair no despotismo, “que depois da anarquia é o maior dos flagelos”.

Lembrava que o homem não era totalmente livre, pois a liberdade diminuiu quando o homem entrou em sociedade, porque “quanto mais são as relações, mais os deveres, ou obrigações: e quanto mais deveres menos liberdade”. Logo, “a liberdade absoluta é uma quimera”, e “nem Deus, nem a Natureza criou o homem absolutamente livre; mas preso a suas relações, e a seus deveres”¹⁹⁶.

Já sobre a igualdade, afirmava que mesmo nascendo “todos igualmente livres por disposição da Natureza”, e tendo “iguais

195 *O Verdadeiro Liberal*, n. 4, 9 mar. 1826.

196 *Atalaia da Liberdade*, n. 4, 24 fev. 1826.

direitos”, a igualdade devia ser melhor analisada. A igualdade defendida pelo *Atalaia* seria a “mesma faculdade de adquirir, conservar”, é “a igualdade de direitos, e não igualdade de circunstâncias”, pois “assim como não há liberdade absoluta, também não haveria igualdade absoluta”¹⁹⁷.

Diferente de seu aliado, o *Verdadeiro Liberal* defendia maior liberdade. Caracterizava o absolutismo como um governo onde o poder provém de

[...] um poder usurpado dos Povos com mais ou menos astucia, atribuindo a um só Homem que nada pode, e exercido sem regra alguma fixa, mas dividido e subdividido quase sem fim desde poucos homens que muito pilham até um grandíssimo número de beaguins que com pouco se contentam, e sem esta partilha, que produz uma mui ramificada serie de entes a um tempo absolutos e absolutizados¹⁹⁸.

Esse era, ao seu ver, o pior tipo de governo. Através de um discurso do presidente norte-americano, afirmava que a liberdade “é a força”, e

[...] a Nação que goza da maior porção de liberdade deve ser a mais poderosa do mundo; o homem revestido do poder não o recebeu para

197 *Idem, ibidem.*

198 *O Verdadeiro Liberal*, n. 12, 28 mar. 1826.

cumprir os desígnios da providencia se não com a condição de servir-se dele unicamente para melhorar a condição dos seus semelhantes¹⁹⁹.

A liberdade era um bem tão valioso, que justificava até a revolta. Certa vez, o *Verdadeiro Liberal* publicou uma notícia na qual, após ter capturado navios corsários argentinos, alguns escravos se rebelaram após ver sua liberdade ser negada²⁰⁰. Chapuis deixou bem claro que “a esperança da bem merecida liberdade” talvez fosse um crime para os “que tomam tudo pela parte do arrocho”, mas que a justiça, guiada “pela bem entendida liberalidade do Governo” não os puniria²⁰¹.

A mesma liberdade era louvada pelos espanhóis que, segundo o periódico, estavam sob o jugo do absolutismo. Certa vez, uma peça ensoborceu o público que começou a gritar as palavras “Pátria, e Liberdade”, no que foram logo sufocados pela polícia espanhola²⁰². Para Chapuis, a liberdade estaria “em toda a parte levantando os seus Estandartes”²⁰³.

Para ambos, a solução e o plano de governo deveriam ser guiados pela estrita observância da constituição e a manutenção do corpo legislativo, sem o qual “não nos podemos chamar

199 O *Verdadeiro Liberal*, n. 13, 30 mar. 1826.

200 Segundo o jornal, era lei no Brasil que o escravo que colaborasse na guerra deveria ser libertado.

201 O *Verdadeiro Liberal*, n. 2, 4 mar. 1826.

202 *Idem*, *ibidem*.

203 O *Verdadeiro Liberal*, n. 15, 4 abr. 1826.

Constitucionais”²⁰⁴. O Brasil devia ser regido por uma “Monarquia Constitucional Representativa”²⁰⁵ para João Maria, ou por um “sistema representativo” para Chapuis – não excluindo a república em momento algum, mas também não à proprondo²⁰⁶. Acreditavam que somente através da representatividade o governo seria estável e seria possível desenvolver as virtudes dos cidadãos, aumentando, com isso, a prosperidade da nação. Esse seria o resultado das reflexões referentes aos problemas da anarquia e do despotismo, e seria o melhor sistema possível para o Brasil²⁰⁷.

Mesmo com ideias distintas, ambos defendiam a liberdade de maneira quantitativa em detrimento da qualitativa, dando a eles um caráter mais igualitário do que os áulicos.

9. Apelidos pejorativos e políticos

O debate político e o aquecimento da rivalidade entre os grupos geraram alcunhas para seus integrantes. A tentativa de desvalorizar os adversários fez-se através da associação deles à correntes políticas mal vistas pela sociedade, como o despotismo e a anarquia. Destarte, ao buscar estigmatizar seus adversários,

204 *O Verdadeiro Liberal*, n. 4, 9 mar. 1826.

205 *Atalaia da Liberdade*, n. 12, 15 mar. 1826.

206 *O Verdadeiro Liberal*, n. 4, 9 mar. 1826.

207 *Atalaia da Liberdade*, n. 12, 15 mar. 1826; *O Verdadeiro Liberal*, n. 5, 11 mar. 1826.

áulicos e liberais forjaram epítetos que ultrapassaram o nível cotidiano e alcançaram importância política. Esses apelidos, utilizados também por predecessores e sucessores dos jornalistas estudados, são relevantes para a reconstituição da prática política.²⁰⁸

Tendo isso em mente, as discussões mais ríspidas e a linguagem virulenta de nossos impressos tornaram-se fundamentais para melhor compreender a atuação deles nos espaços públicos. No caso dos áulicos, eles recorrem aos termos “jacobino” e “anarquista” para criticar os liberais, e os liberais se utilizaram do termo “servil” para criticar os áulicos.

Os “anarquistas” e “jacobinos”

As acusações de “anarquistas” feitas pelos áulicos aos liberais foram muito eficazes, o que fica comprovado na obra de Varnhagem, para quem Chapuis seria um “demagogo”²⁰⁹. Segundo frei Sampaio, Chapuis seria “um novo emissário [...] da seita revolucionária” que, banido de sua pátria por propagar “princípios anárquicos”, passou pela Espanha e por Portugal, fazendo parte da “revolução daquele Reino”²¹⁰. O mesmo autor acusou

208 Exercício semelhante foi feito em trabalhos como: LUSTOSA, 2000; BASILE, 2000; MOREL, Marco. *Animais, monstros e disformidades: a “zoologia política” no processo de construção do Império do Brasil*. Revista Estudos Históricos, v. 13, n. 24, 1999.

209 Francisco Adolfo de Varnhagen, *História da Independência do Brasil*, Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, 1917, p. 388.

210 *Diário do Rio de Janeiro*, n. 26, 3 fev. 1826.

Chapuis, em seu panfleto *Contradicta*, de querer afetar “a aura popular e com sua extravasada bÍlis” propagar “o contagio do pior que febre amarela dos Estados de outro Credo PolÍtico”²¹¹.

Segundo o *Spectador*, quando D. Pedro I partiu para a viagem na Bahia, organizou-se no Rio de Janeiro “clubes anarquizadores” e surgiram “folhas incendiÁrias”²¹². Essas folhas seriam o *Verdadeiro Liberal* e o *Atalaia da Liberdade*, Únicos jornais que surgiram no perÍodo. JoÁo Maria, redator do *Atalaia*, era acusado de ser “agente dos anarquistas, ou CarbonÁrios”. Ele seria “atacado das cataratas, pelos muitos estudos a que se aplicou em Paris” e portador de “Óculos de quatro vidros”²¹³.

JÁ Chapuis era o mais atacado pelo *Spectador*. Ele havia sido um “Plebeu em França” e “Sans Culote em Madrid”, que “Escrevendo contra os Reis em Lisboa”, tentou-se fazer “Fidalgo no Rio de Janeiro”²¹⁴. Mas, na verdade, ele era um “acÉrrimo inimigo” dos “direitos do Povo Brasileiro”, que pregava a “desordem” e a “anarquia”²¹⁵. Ele seria um “Ultra-Liberal”, que levava consigo a heranÇa dos “Tamoyos, Sentinellas, e Correios”²¹⁶, pre-

211 JosÉ da Silva Lisboa, *Inviolabilidade da Independência...*, p. 2.

212 *O Spectador Brasileiro*, n. 244, 6 mar. 1826.

213 *O Spectador Brasileiro*, n. 243, 3 mar. 1826.

214 *O Spectador Brasileiro*, n. 248, 15 mar. 1826.

215 *O Spectador Brasileiro*, n. 253, 31 mar. 1826.

216 Os trÊs jornais foram publicados durante o processo de independência ou durante a Constituinte. O *Correio do Rio de Janeiro* era escrito por JoÁo Soares Lisboa, que chegou a defender a república, sendo exilado na BonifÁcia e morto lutando pela ConfederaÇÁo do Equador. O *Tamoyo* foi um periÓdico escrito pelos irmÃos Andradas apÓs a demissÃo

gando “doutrinas equivocadas e incendiárias” e buscando “acender nos corações o facho da discórdia e da sedição”²¹⁷.

Segundo carta publicada no *Spectador*, juntos, o *Atalaia* e o *Verdadeiro Liberal* eram os “Liberais, aliás Jacobinos”, pois “as palavras Liberal e Jacobino são agora sinônimas em todas as línguas da Europa”. Mesmo porque,

[...] todo Liberal é Jacobino, inimigo jurado no Trono e do Altar; este facto é provadíssimo pela conduta dos Liberais por toda a parte; porem o Liberal Americano, além de ser Republicano, tem outra má qualidade, a qual é esse ódio diabólico e injusto, que nutre no seu coração contra os seus Irmãos Europeus: embora se finjam escandalizados quando são tratados de Republicanos; a sua pretendida adoração do Imperador é igual àquela que ofereceram os Judeus a N. S. assentado na pedra fria: e em quanto a sua boa-fé e amizade para com os seus pacíficos Irmãos Europeus, a conduta dos Carvalhistas, e dos outros Liberais ou Jacobinos das Províncias do Norte belamente tem mostrado, que tal ela é²¹⁸.

de José Bonifácio do Ministério. Serviu de porta-voz da oposição na constituinte até sua dissolução e exílio dos andradas. Já o *Sentinela* foi uma série de jornais escritos por Cipriano Barata durante todo Primeiro Reinado e início da Regência. Portador de uma linguagem política extremamente radical – talvez o mais radical do Brasil –, Barata atazanou os áulicos e os moderados.

217 *O Spectador Brasileiro*, n. 253, 31 mar. 1826.

218 *O Spectador Brasileiro*, n. 256, 7 abr. 1826.

Os liberais João Maria e Chapuis foram, dessa maneira, acusados de jacobinos²¹⁹, anarquistas, ultraliberais e etc. Os áulicos os acusavam de ser republicanos, inimigos dos reis e da igreja. Eram comparados aos “Tamoyos” e “Sentinelas”, jornais que incomodaram e incomodavam os áulicos durante o Primeiro Reinado.

Os “servis”

Se os áulicos acusavam os liberais de serem jacobinos buscando deslegitimar suas ideias, os liberais acusavam os áulicos de serem “servis”. Dentre os três áulicos por nós destacados, apenas Cairu era relativamente respeitado pelos liberais. Ele era conhecido por Chapuis como “um sábio”, mas tratava de assuntos que “não são deste mundo, nem deste século”²²⁰.

Já Frei Sampaio era chamado de Padre Mestre²²¹, conhecido por fazer uso de “cinquenta mil autores”. Era acusado de escrever cartas ou panfletos em troca de dinheiro ou “a troca de livros”²²², sendo, segundo o *Verdadeiro Liberal*, um vendido, que escrevia “só para defender os interesses do Governo”²²³. O Ata-

219 Os “jacobinos” foram os membros de um grupo político francês. Para mais informações, ver: Josemar Machado de Oliveira, “Os Jacobinismos (1789-1794)”, *Dimensões*, n. 19, pp. 189-205, 2007.

220 O *Verdadeiro Liberal*, n. 1, 2 mar. 1826.

221 “Padre Mestre” é o nome dado a um sacerdote que também é professor ou lidera uma turma de missionários.

222 *Atalaia da Liberdade*, n. 3, 22 fev. 1826.

223 O *Verdadeiro Liberal*, n. 3, 7 mar. 1826.

laia chegou mesmo a espalhar a notícia de que Sampaio havia sido excomungado, pois “havendo servido de Irmão Orador em um Clube Carbonário²²⁴, recitara um discurso atacando a Religião Católica Romana”²²⁵, no que foi prontamente desmentido pelo *Spectador*²²⁶.

Plancher, por sua vez, era acusado de ser um “instrumento regular do servilismo civil e religioso”, que lutava contra “as ideias, que apresentam aqueles que trabalham incessantemente para estabelecer, e segurar a justa Independência Nacional”²²⁷. O *Verdadeiro Liberal* o acusava de ser um “cãozinho que lambe os pés dos que governam”, que movido pela sede de poder fazia guerra impressa sem boa-fé²²⁸. Chegou a publicar um poema criticando o *Spectador*, onde afirmava que

Especular e vender é o meu trabalho;
Mentir, caluniar é um puro prazer,
Disso eu ganho apenas uma pequena comissão;
Mais por denunciar!! Viva Plancher²²⁹.

224 Frei Sampaio havia atuado ativamente na maçonaria através do Grande Oriente e no clube secreto Apostolado. As acusações de João Maria, provavelmente, provem da atuação do frade em um desses dois clubes.

225 *Atalaia da Liberdade*, n. 4, 24 fev. 1826.

226 *O Spectador Brasileiro*, n. 250, 20 mar. 1826.

227 *Atalaia da Liberdade*, n. 4, 24 fev. 1826.

228 *O Verdadeiro Liberal*, n. 3, 7 mar. 1826.

229 Tradução livre: “Spéculer et vendre c’est la mon métier; / Mentir calomnier, c’est un pur badinage, / J’en retire à peine un modeste courta-ge, / Mais pour dénoncer!! ma foi vive Plancher”, *O Spectador Brasileiro*,

Por causa de seu servilismo, o *Spectador* estaria “às moscas; porque escritos servis só os servis é que os tem, e destes felizmente há um pequeno número entre nós”²³⁰.

Juntos, Plancher e Sampaio, segundo Chapuis, lideravam os “redatores [que] tinham arvorado o pendão do servilismo, e sem uma única reflexão, deixavam passar fatos escandalosos dos empregos públicos, prodigalizando louvores a cousas triviais, e até várias injustiças praticadas nas Províncias”. Quem lesse apenas eles, acreditaria “que a sociedade Brasileira era composta de Arcanjos, visto que nela não havia um empregado” que “não cumprisse à risca as suas obrigações e complicados deveres”²³¹. Os servis eram tidos como portadores de doenças como “raquitismo, pedantismo, tetanismo, corcundice, pararvilhici, tartufice, sandice, insulsez, hipocrisia, jesuitismo, ronha de cachação, e as pintas do verdadeiro tétano”²³². Eram, enfim, tidos como advogados da “vil causa do absolutismo”²³³.

Se os liberais, na visão dos áulicos, eram portadores das ideias republicanas e jacobinas e queriam causar no Brasil a desordem, os áulicos, para os liberais, eram homens interessados apenas no próprio ganho, que defendendo o governo, seriam beneficiados economicamente. Esses apelidos pejorativos rela-

14 mar. 1826.

230 *Atalaia da Liberdade*, n. 7, 3 mar. 1826.

231 *O Verdadeiro Liberal*, n. 10, 23 mar. 1826.

232 *Atalaia da Liberdade*, n. 10, 10 mar. 1826.

233 *O Verdadeiro Liberal*, n. 10, 23 mar. 1826.

cionavam-se diretamente com o que cada grupo mais ojerizava: a desordem para os áulicos e o despotismo para os liberais.

Por mais que essas alcunhas atingissem diretamente a honra²³⁴ dos jornalistas, é interessante notar que eles não davam muita importância. Os liberais se engrandeciam por serem os “liberais” da Corte, e João Maria chegou a elogiar os carbonários italianos pelas conquistas constitucionalistas²³⁵. Já os áulicos viam-se como um grupo, que, segundo as cartas de *Hum Servil* impressas pelo *Spectador*, defendiam o rei e eram amigos do governo. Se isso fosse ser servil, defendia o autor, teria a honra de sê-lo²³⁶.

10. O radicalismo em questão: algumas conclusões

Diante das acusações de “jacobinos” e “anarquistas” por parte dos áulicos, podemos nos perguntar se João Maria e Chapuis eram mesmo portadores de projetos políticos radicais. Se as acusações de jacobinismo e anarquismo eram exageradas, a

234 A honra, segundo Judy Bieber, representava um elemento central na cena pública. Um ataque bem-sucedido poderia representar o fim do redator ou do político, e, por isso, ela devia ser constantemente defendida (Judy Bieber, “A ‘Visão do Sertão’: Party Identity and Political Honor in Late-Imperial Minas Gerais, Brazil”, *Hispanic American Historical Review*, vol. 81, n. 2, pp. 309-342, 2001).

235 *Atalaia da Liberdade*, n. 13, 17 mar. 1826.

236 *O Spectador Brasileiro*, n. 257, 10 abr. 1826.

nosso ver, eles eram portadores de um projeto liberal radical, baseado no federalismo e na soberania nação.

Defensores da soberania da nação e da participação direta da sociedade na política nacional, ambos se aproximavam da compreensão de liberdade “francesa”²³⁷, a qual, segundo Mona Ozouf²³⁸, defendia que a liberdade repousava na participação do cidadão na vida política. Tal participação se daria através do sistema representativo, no qual os cidadãos elegeriam os deputados para o corpo legislativo.

Para reforçar a participação dos cidadãos e evitar o despotismo do governo central, os liberais defendiam, implicitamente, um sistema federativo. João Maria defendia a importância dos interesses regionais e Chapuis tinha como exemplo o federalismo norte-americano, a terra da liberdade.

Além da defesa de um sistema político federalista, eles também se destacavam por seus projetos sociais. O emancipacionismo escravista típico dos intelectuais brasileiros dava lugar, no jornal de João Maria, a abolição imediata da escravidão.

237 Por mais que a autora diferencie a liberdade francesa da “liberdade inglesa”, Skinner mostrou que a Inglaterra teve outra concepção de liberdade, o ideal “neo-romano”, que desapareceu após a ascensão do liberalismo. A liberdade neo-romana também se aproxima muito do pensamento de Chapuis e João Maria, uma liberdade baseada na atuação política, única maneira de garantir a independência individual e coletiva (Quentin Skinner, *Liberdade Antes do Liberalismo*, 1999).

238 Mona Ozouf, “Liberdade”, em François Furet e Mona Ozouf (orgs.), *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989, p. 778.

A compreensão de que esse tipo de trabalho se tratava de uma prática imoral e desumana, que deveria ser encerrada imediatamente, dá a João Maria um pensamento social atípico entre os jornalistas do Primeiro Reinado²³⁹.

Já Chapuis não se destacou pela crítica à escravidão, mas sim por outras questões sociais. Primeiro, destacamos seu projeto econômico “nacionalista” em relação à Inglaterra, pregando um bloqueio econômico e a deflagração de uma guerra comercial. Além disso, entendia que a sociedade deveria ser formada por uma população livre, uma liberdade estendida até o seu último grau, pois, segundo frase do presidente dos Estados Unidos publicada no periódico, a nação mais livre é a mais poderosa do mundo²⁴⁰. Para garanti-la até mesmo a sublevação era legítima, como noticiou através da revolta dos escravos contra seu senhor.

Embora os jornais liberais sejam curtos e os argumentos *ad personam* tenham marcado seus impressos de forma mais contundente do que teorias políticas, eles tiveram muita importân-

239 Vale lembrar que nem mesmo o grupo exaltado defendia a abolição imediata da escravidão, sendo essa a bandeira de apenas alguns jornais como a *Nova Luz Brasileira* (Marcello Basile, *Anarquistas, Rusuquentos e Demagogos*, p. 96).

240 Se a liberdade era garantida pela participação na política, e se ela devia ser expandida ao máximo, não achamos irreal defender que Chapuis simpatizava com a democracia. Infelizmente o período que o autor escreveu e a pouca quantidade de números do seu periódico no Brasil nos impediu de analisar esse tema mais a fundo.

cia na cena pública do Primeiro Reinado. Diante de suas ideias não podemos defini-los, indiscutivelmente, como republicanos, mas sim como federalistas. Suas ideias os aproximavam do que seriam os “liberais brasileiros” de Gildo Brandão, aqueles que lutariam pelo “maior progresso da sociedade pela maior expansão da liberdade individual”²⁴¹. Ainda que discutível em alguns pontos, principalmente ao fato de não fazerem defesa explícita do republicanismo, a radicalidade de seus projetos ficava por conta de suas defesas da federação, do amplo projeto social – no caso de João Maria – e na sua concepção quantitativa da liberdade – no caso de Chapuis. Eram portadores de um pensamento político e social incomum para o contexto em que escreveram e, parte de seus planos abandonavam medidas moderadas. Eram radicais tanto no modo de agir como em suas ideias, tanto na ação quanto na teoria.

11. A repressão como regra

O conflito entre áulicos e liberais não terminou bem. A repressão à imprensa, iniciada em 1823, como exposto no primeiro capítulo, continuou na primeira metade de 1826. Por isso, tanto o *Atalaia* quanto o *Verdadeiro Liberal* foram encerrados de maneira abrupta.

241 Gildo Marçal Brandão, *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*, São Paulo, Aderaldo & Rothschild, 2007, p. 48.

No ano de 1826 ainda não existia uma lei sobre a liberdade de imprensa. A falta de limites claros sobre o que podia ou não ser dito nos impressos fez com que ambos os lados recorressem à justiça para prejudicar seus opositores. Chapuis, por exemplo, esteve marcado pela intolerância desde sua chegada ao Brasil. Seu passado problemático na Europa e principalmente em Portugal e a publicação de seu panfleto sobre o tratado de independência atraiu a desconfiança do governo sobre suas intenções. Desde então, os panfletos de Cairu e Frei Sampaio alertavam para o perigo das ideias de Chapuis, chegando frei Sampaio a clamar por atitudes do censor. Nesse momento, João Maria, que já publicava o *Atalaia*, acusou os “servis que parecem estar de mãos dadas” a se oporem à Chapuis, chegando a “ameaçá-lo com a excomunhão”²⁴².

O início do jornal do *Verdadeiro Liberal* causou ainda mais confusão. Assustado com a formação de um grupo político oposto, Plancher começou a revirar a vida de João Maria e Chapuis atrás de informações que o ajudassem a tirá-los da cena pública. Porém, o primeiro golpe veio de João Maria, que se sentindo insultado com um artigo impresso no *Spectador* número 243, no qual foi chamado de republicano e anarquista, anunciou que processaria Plancher²⁴³, no que foi apoiado por Chapuis²⁴⁴. Após dois dias do anúncio do processo, Plancher

242 *Atalaia da Liberdade Extraordinário*, 15 fev. 1826.

243 *Atalaia da Liberdade*, n. 8, 6 mar. 1826.

244 *O Verdadeiro Liberal*, n. 2, 4 mar. 1826.

publicou em seu jornal que o *Atalaia* sairia de circulação, e convidava seus assinantes “para o seu enterro”, afirmando que o periódico havia sido “morto pelo *Verdadeiro Liberal*”²⁴⁵. Essa afirmação misteriosa marcou o início da ofensiva áulica contra seus opositores.

No dia 13 de março, o *Atalaia* alegou estar sob a ameaça de alguns oficiais da marinha, e, prevenindo as autoridades, lembrou do ataque físico a Luís Augusto May, redator do periódico *A Malagueta* em 1823²⁴⁶. Quatro dias depois o periódico anunciou seu fim “pelos motivos conhecidos”, noticiando que João Maria iria para a Inglaterra redigir outro jornal e que as assinaturas seriam transferidas para seu futuro periódico²⁴⁷.

Finalizado o *Atalaia*, era a vez do *Verdadeiro Liberal*. As pesquisas de Plancher sobre o passado de Chapuis renderam frutos. Ele descobriu que seu compatriota, durante sua passagem por Portugal, havia publicado um panfleto intitulado *Du Portugal*, onde fez duros ataques à D. Pedro I e à independência do Brasil. Publicou em seu periódico parte da obra em que Chapuis chamava os brasileiros de “Insurgentes do Brasil” e D. Pedro I de “Verdadeiro Usurpador”²⁴⁸. Mesmo Chapuis se desculpando e pedindo a compreensão dos brasileiros ao afir-

245 *O Spectador Brasileiro*, n. 246, 10 mar. 1826.

246 *Atalaia da Liberdade*, n. 11, 13 mar. 1826.

247 *Atalaia da Liberdade*, n. 13, 17 mar. 1826.

248 *O Spectador Brasileiro*, n. 246, 10 mar. 1826.

mar que não conhecia o real estado do Brasil quando publicou a obra²⁴⁹, essa descoberta causou grande constrangimento.

Para piorar, incompreensivelmente²⁵⁰, Chapuis publicou em seu jornal uma carta do *Filho de Apollo*, onde os brasileiros eram chamados de “povos selváticos” e o Brasil de “terra de macacos”²⁵¹. Junto com a obra *Du Portugal*, essa carta foi o fim de uma carreira. Rapidamente o *Spectador* se aproveitou da situação, pediu a expulsão de Chapuis do Brasil²⁵² e afirmou, através de carta do *Anti-Incendiário*, que o periódico havia incorrido em crime de Lesa-majestade. No mesmo jornal noticiou que “Mr. de Chapuis que se alegrou tanto, quando se dizia que o *Spectador* tinha sido chamado a Jurados, também vai ter algumas relações com a Sra. Justiça”, falando-se de até “três processos em o mesmo tempo”²⁵³.

249 *O Verdadeiro Liberal*, n. 5, 11 mar. 1826.

250 Essa atitude de Chapuis não é compreensível. Durante o processo de independência existiu um tenso conflito entre brasileiros e portugueses, nos quais os segundos chamavam os brasileiros de “macacos” e o Brasil de “incivilizado”, o que causava o furor dos brasileiros. Nesse momento, Chapuis estava em Portugal e participava ativamente do debate. Dessa maneira, ele sabia que tais epítetos causariam a ira dos brasileiros contra seu jornal. Sobre os conflitos entre brasileiros e portugueses (Gladys Sabina Ribeiro, *A Liberdade em Construção: Identidade Nacional e Conflitos Antilusitanos no Primeiro Reinado*, Tese de Doutorado em História, Universidade de Campinas, 2001, 1997, 550 f.).

251 *O Verdadeiro Liberal*, n. 8, 18 mar. 1826.

252 *O Spectador Brasileiro*, n. 251, 22 mar. 1826.

253 *O Spectador Brasileiro*, n. 253, 31 mar. 1826.

A chegada de D. Pedro I de sua viagem à Bahia no dia 2 de abril²⁵⁴ acelerou o processo. Como os jornalistas anteriores, Chapuis não foi julgado, sendo exilado por ordem do Intendente da Polícia apenas dezoito dias²⁵⁵ após a chegada do Imperador. A campanha feita pelos áulicos liderados por Plancher deu certo, e os dois jornais que haviam incomodado durante a viagem do imperador foram expelidos da cena pública em menos de três meses.

A repressão aos liberais não fez com que os áulicos se des-cuidassem da opinião pública. O *Spectador* e o *Diário* buscaram justificar o fim dos jornais opositores, afirmando que o governo não havia feito nada de errado. Sobre o fim do *Atalaia*, o *Spectador* deixou bem claro a “retirada do sr. João Maria tem muitos motivos; e sabemos com evidência, que o Governo não tem a menor parte na sua desapareição”²⁵⁶.

Sobre Chapuis a campanha foi mais intensa. Dois dias após sua partida, saiu no *Diário Fluminense* um artigo que justificava sua expulsão do Brasil. Ela afirmava que sua estadia no Brasil “se tornava suspeitosa”, e que o governo, com essa ação, só buscava cuidar do “bem ser da Nação”. Chapuis era acusado de republicano, anarquista, que “se jactava de ser o homem dos exaltados”, “inimigo da moderação” dentre outras acusações²⁵⁷.

254 *O Verdadeiro Liberal*, n. 15, 4 abr. 1826.

255 *Diário Fluminense*, n. 85, 17 abr. 1826.

256 *O Spectador Brasileiro*, n. 250, 20 mar. 1826.

257 *Diário Fluminense*, n. 88, 20 abr. 1826.

Sua fama se estendeu até o Maranhão, onde o *Censor Maranhense*²⁵⁸ repetiu as acusações, o chamou de “Dom Quixote”²⁵⁹ e pediu para a população não ler seus impressos²⁶⁰.

Porém, suas rápidas carreiras no Brasil não foram insignificantes. Chapuis principalmente marcou profundamente a elite intelectual brasileira, e os jornais moderados relembrou sua passagem pelo Brasil.

Esses jornais revelam que a partida de Chapuis havia sido autoritária, pois havia sido “preso, quando menos o esperava, em sua própria morada e metido em uma fortaleza, de onde foi mandado sair do Império”²⁶¹. O deputado Lino Coutinho confirmou esses fatos em uma fala na Câmara dos Deputados em 1830, afirmando que Chapuis foi “mandado agarrar, e metido num navio e deportado”. A *Aurora* dizia que com seu exílio se pensava que “tinham para sempre exilado a Liberdade de Imprensa do Rio de Janeiro”²⁶². Com menor intensidade outros

258 Jornal publicado por Antônio Garcia de Abranches no Maranhão. Abranches inicialmente defendeu a continuidade da união entre Brasil e Portugal, mas após a independência passou a defender o governo de D. Pedro I. Era mais um áulico, só que do Maranhão.

259 A vida aventureira de Chapuis e suas polêmicas passagens por mais de cinco países até então, fez com que ele fosse associado ao mítico personagem de Miguel de Cervantes, um cavaleiro alucinado que lutava com inimigos frutos de sua mente.

260 *O Censor Maranhense*, n. 15, 13 mai. 1826.

261 *Aurora Fluminense*, n. 6, 7 jan. 1828.

262 *Aurora Fluminense*, n. 15, 8 fev. 1828.

jornais também comentaram seu exílio²⁶³, o que prova a importância de seu jornal entre os intelectuais brasileiros.

12. Epílogo

O fim dos jornais liberais deu aos áulicos a esperança de dias tranquilos. Responsáveis por amparar as críticas relacionadas ao Imperador, parecia que em 1826 sua missão estava completa. Porém, com a abertura da Assembleia em maio do mesmo ano e o surgimento de novos jornais, novamente a cena pública ficou tumultuada. Diferente do que ocorreu na primeira metade do ano, os áulicos por nós analisados não se envolveram ativamente na política através dos espaços públicos. Cairu passou a se preocupar mais com suas aparições no Senado, frei Sampaio interrompeu sua vida política e Plancher finalizou a primeira fase do *Spectador* ao final de abril, retornando apenas em janeiro de 1827, mas limitando-se a anúncios e descrições de festas públicas²⁶⁴.

263 *O Farol Paulistano* afirmou que Chapuis havia escolhido um momento ruim para iniciar a publicação do seu jornal por não haver corpo legislativo reunido no Rio de Janeiro. Também afirmou que seu exílio havia sido ilegal (*O Farol Paulistano*, n. 21, 20 jun. 1827 e n. 138, 13 ago. 1828). *O Malagueta* atribuiu ao “Português Aragão, e pelos seus” o exílio de Chapuis (*A Malagueta*, n. 140, 16 fev. 1832). *O Universal* também comentou sobre seu exílio e o ataque à liberdade de imprensa no Rio de Janeiro (*O Universal*, n. 107, 19 mar. 1828).

264 Essa segunda fase do *Spectador* serviu de teste para a criação do *Jornal do Commercio*, periódico que enriqueceu e tornou Plancher conhecido

Com o desaparecimento do *Spectador*, o jornal áulico responsável por defender o governo foi a *Gazeta do Brazil*, iniciada em maio de 1827. Ironicamente, o redator do periódico era João Maria, o ex-redator do *Atalaia da Liberdade* que tanto havia discutido com aqueles que agora defendia. Todavia, apenas um ano após o início do jornal, João Maria anunciou seu fim²⁶⁵.

Já Chapuis perambulou pelo mundo e deu continuidade a sua vida aventureira. Após rápida passagem pelos Estados Unidos, ele foi para a França onde reuniu uma série de artistas e professores, dentre eles Claudio Gay, famoso por suas obras cartográficas. Foi para o Chile, onde se empenhou na formação de um colégio²⁶⁶, mas não obteve sucesso, pois os professores por ele levados se incorporaram ao sistema educacional chileno²⁶⁷. Malfadado seu projeto, Chapuis deu continuidade ao seu jornal, agora chamado *El Verdadero Liberal*. Lá contou que foi desterrado do Rio de Janeiro e que, desde então, tinha como objetivo ir para Buenos Aires e lá “oferecer meus serviços contra o bom Pedro”²⁶⁸. Entretanto, novos acontecimentos forçavam sua permanência em Santiago.

em todo o Brasil.

265 *Senhores Subscritores da Gazeta*, 9 jan. 1828.

266 Diego Barros Arana, *História General de Chile*, Santiago, Editora Universitária, 2000, p. 97.

267 Ruth Aedo-Richmond, *La Educación Privada en Chile: Un Estudio Histórico-Analítico desde el Período Colonial hasta 1990*, Santiago, Ril, 2000, p. 37.

268 *El Verdadero Liberal*, n. 1, 4 jan. 1827.

Durante seu período no Chile, pregou abertamente contra D. Pedro I. Chegou mesmo a propor uma aliança americana contra “o formidável império que se eleva” no meio dela. Esse império seria uma “anomalia” que “tem um pé na Europa e outro na América e por suas relações políticas ameaçara continuamente a independência dos novos Estados”. A guerra que a “República Argentina” levava contra o Brasil era tratada como uma “luta da liberdade contra o despotismo”²⁶⁹.

Por causa de seu envolvimento na guerra civil chilena de 1829-1830 – na qual participou ativamente das batalhas – ao lado dos *Pipiolos*, se exilou após a derrota de seu bando. Cartas de oficiais franceses atestam que ele chegou a ser preso por ter escrito panfletos incentivando uma nova rebelião liberal em Coquimbo, no Chile. Teria ido para o Peru dar continuidade ao seu periódico, e depois sido secretário de Bolívar, com quem

269 Citação direta: “Los diferentes Estados de America, no pueden ver con indiferencia, acrecentarse el formidable imperio que se eleva en medio de ellos. Prediquemos una cruzada patriótica contra ste imperio, anomalía la mas singular en el estado actual del nuevo continente. Prediquemos una cruzada contra este coloso que debe precisamente ser abatido ó abatiirlo todo; contra ese coloso que tiene un pie en Europa y otro en America y por sus relaciones políticas amenzará continuamente la independencia de los nuevos Estados. La Republica Argentina sostiene una guerra verdaderamente patriótica contra este mismo coloso, esta guerra interesa á la America entera, y sin embargo, una Republica la sostiene sola, sola hace frente à todo, sola se sacrifica para la seguridad de todas ¿Por qué pues no intervendrían los demás Estados en esa lucha de la libertad contra el despotismo?” (*El Verdadero*, n. 1, 04 jan. 1827).

teve desavenças e, enfim, retornado para a França, onde ocupou o cargo de diretor do serviço de correio no Departamento do Norte em 1866.

No Brasil, a abertura da Assembleia em 1826 propiciou o surgimento de grupos políticos mais coesos do que aqueles existentes na primeira Assembleia. A segunda metade do Primeiro Reinado (1826-1831) acompanhou a formação de *exaltados* e *moderados*, além da tentativa de reação áulica. O confronto entre esses grupos deu continuidade ao debate dos assuntos aventados por nossos jornalistas em 1826 – como federação, soberania, república e escravidão –, mas de maneira sistematizada. Se moderados, exaltados e caramurus solidificaram o debate, os jornalistas por nós estudados ajudaram a introduzir esses temas.

Com isso, se os jornalistas liberais e áulicos estudados nessa dissertação não estiveram presentes no momento de maior agitação política, suas *paroles* contribuíram, certamente, para a construção de linguagens políticas opostas, e suas figuras, de uma maneira ou de outra, foram lembradas por seus sucessores.

Conclusão

O caráter repressivo da primeira metade do Primeiro Reinado desferiu duros golpes aos espaços públicos brasileiros. A repressão constante de jornalistas e políticos, seja por meio de coerção física ou judicial, causou uma contração no desenvolvimento do debate político através de jornais e panfletos entre 1824 e 1826.

Nesse período de aridez, a cena pública fluminense ficou dominada pelo grupo áulico que, como defensores da *linguagem política pedrina*, visavam consolidar a autoridade de D. Pedro I no Brasil. Nessa pesquisa, um dos objetivos foi colaborar para a compreensão desse grupo político do Primeiro Reinado através da análise do jornal e da tipografia de Plancher.

A análise da tipografia mostrou que o grupo áulico era formado, principalmente, por militares e altos burocratas. Ligados por vínculos profissionais e políticos ao governo, podemos perceber também que parte desses homens foi condecorada com títulos nobiliárquicos. Através do jornal o *Spectador Brasileiro*, podemos compreender melhor a atuação dos áulicos por meio da imprensa. Durante de 1825 ele foi o único periódico que durou mais de dois meses no Rio de Janeiro – com exceção dos jornais de anúncios. Por ser o único jornal regular da Corte, o *Spectador* passou sua visão dos acontecimentos e, sem concorrentes, contribuiu para o fortalecimento da *linguagem política pedrina*. Ademais, o periódico também encontrou repercussão em outras províncias, como Minas Gerais e São Pedro do Rio Grande do Sul.

O domínio áulico foi ameaçado apenas em 1826. Nesse ano, dois novos periódicos, o *Atalaia da Liberdade* e *O Verdadeiro Liberal*, surgiram no Rio de Janeiro e confrontaram os áulicos. Liberais, ou “jacobinos”, e áulicos, ou “servis”, formaram grupos políticos efêmeros, mas importantes para a compreensão desse período de “passagem” do Primeiro Reinado.

De um lado, os áulicos buscaram consolidar a *linguagem política pedrina*. Sua visão negativa da sociedade, vista como disposta a tumultos e desordens, além de sua concepção desigual da sociedade, fez com que eles defendessem um governo forte capaz de manter os cidadãos dentro da ordem. A liberdade, para eles, só poderia ser garantida com a soberania do

monarca, pois a soberania popular poderia acarretar em anarquia. Tal compreensão de liberdade os levou a defender uma Monarquia Constitucional centralizada na pessoa do Imperador.

Por outro lado, os liberais achavam que a soberania deveria estar no povo, e não no monarca. Através de um sistema representativo capaz de garantir aos cidadãos a participação política, de uma constituição que garantisse os direitos individuais e de um legislativo forte e atuante, buscavam o respeito aos direitos individuais e a melhoria social para a população. Para isso, a expansão da liberdade e a retração do espaço de atuação do governo eram essenciais.

O embate entre esses grupos deu a tônica da política na primeira metade de 1826. A defesa de seus projetos políticos cunhou novos significados para termos até então pouco discutidos, e o Rio de Janeiro viu a formação de dois vocabulários políticos distintos.

Além do debate sobre a soberania, outros assuntos como a escravidão, a economia e a Guerra da Cisplatina perpassaram pelos periódicos. Cada um apresentou suas ideias, que iam desde o estabelecimento de um bloqueio continental contra a Inglaterra, até a abolição imediata da escravidão.

Ademais, a atuação dos áulicos na imprensa em defesa do governo de D. Pedro I mostra que, mesmo com toda a repressão do governo sobre os jornalistas opositores, os espaços públicos não perderam sua importância. A existência

dos jornais áulicos que defendiam e propagavam a *linguagem política pedrina* demonstra, claramente, que os governistas reconheciam a importância dos espaços públicos como local de legitimação política. Por mais que, entre 1824 e 1826, não houvesse parlamento ou um grande movimento oposicionista, o governo ainda lutava por sua afirmação entre a sociedade brasileira, e a imprensa era um dos locais de luta. Governistas e opositores sabiam que a imprensa era um dos espaços mais importantes da disputa política, e D. Pedro I tinha ela como um dos *freios* do seu poder.

Nossa hipótese inicial sobre o radicalismo de Chapuis, a nosso ver, foi parcialmente confirmada. A efemeridade de seu periódico e o período no qual ele escreveu o impediu de ser ainda mais radical do que poderia, mas sua coragem, assim como a de João Maria, e suas opiniões políticas e sociais os credenciam como radicais. O radicalismo como definição historiográfica, ou seja, um movimento heterogêneo de ideias que desconsidera ações moderadas pode ser visto em ambos. Entretanto, achamos que o radicalismo brasileiro do Primeiro Reinado deve ser mais bem analisado e definido, objetivo para o qual, infelizmente, nossas fontes não foram suficientes.

Por fim, atentamos para a importância do significado da liberdade para esses homens. Defendemos que todo o debate se deu por interpretações distintas do ideal de liberdade, e os projetos políticos, sociais e econômicos se relacionavam diretamente com sua compreensão. Aliás, consideramos que

a *liberdade* foi um conceito fundamental na disputa política do Primeiro Reinado, e uma pesquisa que abranja o período em sua integridade pode ajudar a compreender melhor questões fulcrais do debate político brasileiro, como o radicalismo, o despotismo, a escravidão e o próprio liberalismo.

Anexos

N. 1.

O VERDADEIRO LIBERAL

PERIODICO POLITICO LITTERARIO.

QUINTA FEIRA 2 DE MARÇO.

Anno: Fifth, vol. segundo, volume 1.

13-1

BIBLIOTECA NACIONAL

QUE ardua he a tarefa de escriptor publico! Que reflexões não são necessarias antes que se decida a raeiocinar sobre interesses publicos! Com as mais puras intenções estará certo de se vér calumniado, e insultado por esses entes, que, como já disse nas minhas reflexões, fazem da calumnia profissão e negocio. Hoje terá de combater hum doutor, á manha hum *padre mestre, que do silencio dos tumulos, anda até rodando nos livros dos illustres auctores, lhe lançará á frente tantas citações, quantas puder apunhar: se ao menos esse padre mestre se contentasse com citações!* Mas não; novo Brazillo, elle diz a quem o emprega — A calumnia: doutor, a calumnia, pois nada ha melho — e o mais he que o prová. Deixemos com tudo esse pobre padre mestre, que, dizem, ter sido excomungado por Sua Santidade, chorar os seus peccados, e sobre tudo a cegueira, que o fez recitar o seu famoso sermão de 15 de Setembro de 1821, e digamos, que nas circumstancias presentes he hum sacrificio digno de chegar á posteridade, e confiar, por assim dizer, a sua vida e os seus escriptos á baixa polemica de todos esses acrys, enclausurados, e investidos cortiços, que em cada passo se encontrão neste bello paiz. Hama unica reflexio com tudo me dá animo, e faz com que eu prosign. Vivemos sob a protecção do *Hum Governo Constitucional, onde rege a lei e não a costade*; eis huma garantia sufficiente, e he quanto me basta.

Nada prometto, porque de todas essas bellas promessas, que são feitas, muitas vezes com firme tempo de se cumprir, só resulta, na mais das vezes, fumo. O *VERDADEIRO LIBERAL* não desmentirá o titulo: he quanto posso dizer; assim entro em campo, e primeiro que tudo vou tornar a apresentar aos olhos dos Srs. Funcionarios publicos grandes e pequenos a portaria seguinte, rogando-lhes que sobre ella meditem, pois que vale a pena; he hum dos mais bellos resultados do espirito do visgo-lo no Brazil, ella salvará o nome do Ministro, que a assignou da obscuridade, em que os seus actos anteriores, e posteriores aνεσquevia deixal-o profundamente sepultado. Direi pois que merecia ser impresso em letras d'ouro, ainda quando fosse por meio da huma subscripção, (porque conhecendo a pobreza e intieira dos Srs. Funcionarios, não me atreveria a propor-lhes tal despesa, a fim de ser offendida nos seus gabinetes e servi-lhes de norte o que em France se chama un *guid' d'ac*.

PORTARIA.

Foi presente a S. M. o Imperador o Officio do Presidente interino da Provincia do Maranhão, de 4 de Junho deste anno, em que refere o procedimento que tivera com João Antonio Garcia de Abreanches, Redactor do Periodico intitulado — O Censor — fazendo-o pur fim embarcar violentamente para Lisboa: e não podendo justificar-se tão incompetente, e absoluta medida pelo exposto no referido Officio, sobre a natureza das doutrinas publicadas naquella Periodico, bem que se indalquem tendentes a destruir a ordem estabelecida, e ainda menos pelo extravagante motivo allegado de ter o dito Redactor atestado a *condemnação de Marabão*.

Anexo 1. O Verdadeiro Liberal, n. 1, 1826, Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Atalaia da Liberdade.

O que he melhor regida he melhor sempre.

RIO DE JANEIRO: SABBADO 4 DE FEVEREIRO, 1826.

(EXTRAORDINARIO = GRATIS.)

TODOS podem communisar as suas pen-
samentos por palavras, escriptos, e publica-
los pela Imprensa, sem dependencia de ou-
tra; cõs tanto que hajão de responder
pelo abuso, que commetterem no exercicio
deste Direito, nos casos, e pela forma,
que a Ley determinar. — Const. do Imp.
do Bra. Tít. 8.º Art. 179 §. 4.º

1.º Nenhuma escriptura, de qualquer qua-
lidade, volume, ou denominação, são su-
jeitos a censura, nem antes, nem depois
de impressão.

2.º He por tanto livre a qualquer pes-
soa imprimir, publicar, vender, e comprar
os livros, e escriptos de toda a qualidade,
sem responsabilidade alguma fóra dos casos
declarados nesta Ley. — Ley da Lib. da
Imprensa Art. 1.º e 2.º

Instrução.

Instruir recreando, he o desempenho
mais completo dos esforços do genio do
homem, que se dedica a servir as suas se-
melhanças, communicando-lhes seus senti-
mentos. Este desigmo occupa os trabalhos
dos escriptos periodicos, porque elles tem
humã preferença marcada, para realizarem
aquelles fins: A variedade dos assumptos; a
rapidez, com que são tratados os estrutu-
ros da novidade, que chamão, e precedem
a attenção; os encontros usados do estilo, se
elle corresponde ao assumpto; a facilidade
de se obterem estes escriptos, e a brevidade
com que se lem, são outros tantos in-
citementos, que convidão a aproveitar estes
meios de esculhar entre os Cidadãos as ideias
necessarias, úteis, e agradaveis servindo-se
ao mesmo tempo a moral, a politica, as
artes, e a civilização, sem custo das pessoas,
que, buscando muitas vezes somente o que
se pode distrair, encontram pouca instruc-
ção, e as regras de virtuosa conducta. Se

por huma parte estas verdades são reconha-
cidas; por outra são atacadas, confundin-
do-se a obra com o auctor, e decidindo-
se pelo abuso, ou pelo interesse particular
das venturas, que podem surgir de dois
bem fundados estabelecimentos. Previen-
te as melhores instituições, e sem por isso
ellas podem, ou devem proporcionar-se. Os pe-
riodicos servem em sua extensão para todos
os fins assignados. Se se transportar, he o
mal das povoadas, e não da obra; e sempre
será mais feliz e mais illustrada a nação,
em que a leitura dos periodicos generalizar
a instrução publica, combatendo a igno-
rancia, os abusos, e os prejuizos, em qual-
quer parte onde elles se descobrirem; e con-
sagrando a causa da razão as letras e os tra-
balhos dos homens instruidos. Se por ven-
tura se digesse, que os periodicos não en-
tre nós em demandado numero, neste caso
tornar-se-hia inutil a nossa tentativa; por-
reia o que eu observo ha, que por esta par-
te estamos em bom intervel estudo, e que
deixe poucos momentos que existo; alguns se
desviam dos principios, que devem dirigir as
applicções d'apelle, que he dedicada á utili-
dade, e á instrução dos seus concidadãos.
O escriptor publico deve ter sobre a sua
humã o livro da Ley, e ao alargo desta, evitar
livremente as suas ideias, sem contrapuncto
algum, porque nós vemos muitas vezes que
os costumes se zepreheção, descoberta e sua
corrupção; os vícios, que prevalecem; a
hypocrisia, e o fanatismo, que os dividem;
e os estragos, que elles tem commetido; he
na vez, que os crimes, e não as penas são
offerecidas a censura, e a execução publica,
e que não se observe o decore, e a decen-
cia, que devem constantemente dirigir a
pena de hum escripto digno. Além de que
a diversidade dos planos, que cada jornalista
estabelece na composição dos seus perio-
dicos conserva a separação, e a independen-

Anexo 3. O *Triumpho da Legitimidade*, n. 1, 1825, Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Lista de gráficos e quadros

Gráfico 1. *Jornais no Rio de Janeiro de 1808-1824* 101

Quadro 1. *Jornais criados em 1821 no Brasil* 49

Quadro 2. *Jornais criados em 1822 no Rio de Janeiro* 54

Quadro 3. *Jornais existentes no ano de 1823 no Rio de Janeiro* 60

Quadro 4. *Jornais existentes no ano de 1824 no Rio de Janeiro* 100

Quadro 5. *Jornais existentes no ano de 1825 no Rio de Janeiro* 108

Quadro 6. *Obras sem autoria publicadas na Tipografia de Plancher* 118

Quadro 7. *Biografia dos autores que publicaram na*

Tipografia de Plancher 123

Quadro 8. *Jornais existentes na primeira metade*

de 1826 no Rio de Janeiro 191

Referências bibliográficas

Documentos

A MALAGUETA. Rio de Janeiro, Typographia de Torres, 1824.

ALMANACK do Rio de Janeiro para o ano de 1825. Rio de Janeiro, Imprensa Imperial e Nacional, 1825.

ÁSTREA. Rio de Janeiro, Typographia Mercantil, 1826.

ATALAIA da Liberdade. Rio de Janeiro, Typographia da Imprensa Imperial e Nacional, 1826.

AURORA Fluminense. Rio de Janeiro, Typographia do Diário, 1827.

BLAKE, Augusto Vitcorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1895, 7 vols.

CHAPUIS, Pedro de. *Reflexões Sobre a Carta de Ley de sua Magestade Fidelissima o Senhor Rei D. João VI de 15 de Novembro de 1825, e sobre*

Anarquistas e servís

os seus Decretos de 15, e 19 do Mesmo Mez e Anno. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1826.

CORREIO do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Oficina de Silva e Porto, 1822.

DIÁRIO do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Typographia da Imprensa Imperial e Nacional, 1826.

EL VERDADERO Liberal. Santiago, Imprenta de la Biblioteca, 1827.

A ESTRELLA Brasileira. Rio de Janeiro, Typographia de Silva e Porto.

GOVERNO do Império do Brasil. Collecção das Decisões do Império do Brazil de 1822. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1887.

JORNAL do Commercio. Rio de Janeiro, Typographia de Emile Seignot-Plancher e Comp., 1828.

LISBOA, José da Silva. *Extratos das Obras Políticas e Econômicas do grande Edmund Burke.* Lisboa, Nova Impressão da Viúva Neves e Filhos, 1822.

LISBOA, José da Silva. *História dos Principaes Sucessos Politicos do Império do Brasil Dedicada ao Senhor D. Pedro I.* Rio de Janeiro, Typographia Imperial e Nacional, 1825.

LISBOA, José da Silva. *Inviolabilidade da Independência e Gloria do Império do Brasil Sustentada Apezar da Carta de Ley: Reflexoens Contra as Reflexoens de M. Chapuis.* Rio de Janeiro, Imperial Typographia de Plancher, 1826.

O CENSOR Maranhense. São Luís, Typographia Nacional, 1826.

O FAROL Paulistano. São Paulo, Typographia de Rôa e C.A., 1827.

O SPECTADOR Brasileiro. Rio de Janeiro, Imperial Typographia de Plancher, 1824-1826.

- O *UNIVERSAL*. Ouro Preto, Officina Patricia de Barboza, e C.^a, 1825-1828.
- O *VERDADEIRO Liberal*. Rio de Janeiro, Typographia Imperial e Nacional, 1826.
- RELAÇÃO dos Públicos Festejos pelo Feliz Regresso de SS.MM.II. e A.I.* Rio de Janeiro, Imperial Typographia de Plancher, 1826.
- REQUERIMENTO de Honório Joaquim de Bastos Teixeira, Herdeiro de Anastácio Feliciano de Bastos Teixeira*. Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, 1823.
- SAMPAIO, Francisco de. *Contradicta à Mr. Chapuis*. Rio de Janeiro, Typographia Imperial e Nacional, 1826.
- SENHORES Subscritores da Gazeta*. Rio de Janeiro, Imperial Typographia de Plancher, 1827.
- TRIUMPHO da Legitimidade*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1825-1826.

Bibliografia

- AEDO-RICHMOND, Ruth. *La Educación Privada en Chile: Un Estudio Histórico-Analítico Desde el Período Colonial Hasta 1990*. Santiago, Ril, 2000.
- ALARCÃO, Janine Pereira de Sousa. *O Saber e o Fazer: República, Federalismo e Separatismo na Confederação do Equador*. Dissertação de Mestrado em História, Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas, UnB, Brasília, 2006.

- ALEIXO, José Carlos Brandi. “O Brasil e o Congresso Anfictiônico do Panamá”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 43, n. 2, pp. 170-191, dez. 2000. Brasília.
- ALEXANDRE, Valentim. “A Desagregação do Império: Portugal e o Reconhecimento do Estado Brasileiro (1824-1826)”. *Análise Social*, vol. XXVIII, n. 121, pp. 309-351, 1993. Lisboa.
- AMORIM, Deolindo. “O Panamericanismo e o Reconhecimento da Independência do Brasil”. *Revista de História de América*. n. 57-58, pp. 146-162, 1964. México.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.
- ARANA, Diego Barros. *História General de Chile*. Santiago, Editora Universitária, 2000.
- ARAÚJO, Maria Marta. “Uma Janela para o Mundo”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. 46, n. 1, pp. 51-64, jan.-jun. 2010. Belo Horizonte.
- ARMITAGE, João. *História do Brasil: Desde a Chegada da Real Família de Bragança em 1808, até a Abdicação do Imperador D. Pedro I, em 1831*. Rio de Janeiro, Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1837.
- BAILYN, Bernad. *As Origens Ideológicas da Revolução Americana*. Bauru, Edusc, 2003.
- BAKER, Keith Michael. *The French Revolution and the Creation of Modern Political Culture*. Oxford, Pergamon Press, 1987.
- BARATA, Alexandre Mansur. “Do Secreto ao Público: Espaços de Sociabilidade na Província de Minas Gerais (1822-1840)”. In: CARVALHO,

- José Murilo de & NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Repensando o Brasil do Oitocentos: Cidadania, Política e Liberdade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.
- _____. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada & Independência do Brasil (1790-1822)*. Juiz de Fora, Ed. UFJF, 2006.
- BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *Anarquistas, Rusgientos e Demagogos: Os Liberais Exaltados e a Formação da Esfera Pública na Corte Imperial (1829-1834)*. Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- _____. “Governo, Nação e Soberania no Primeiro Reinado: A Imprensa Áulica do Rio de Janeiro”. In: PEREIRA, Miriam Halpern; CARVALHO, José Murilo de; VAZ, Maria João & RIBEEIRO, Gladys Sabina (org.). *Linguagens e Fronteiras do Poder*. Centro de Estudos de História Contemporânea, Instituto Universitário de Lisboa, 2012.
- _____. “Império Brasileiro: Panorama Político”. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro, Campus, 2000.
- _____. *O Império em Construção: Projetos de Brasil e Ação Política na Corte Regencial*. Tese de Doutorado em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.
- _____. “O Radicalismo Exaltado: Definições e Controvérsias”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das & FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz (org.). *Dimensões Políticas do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2012.

- BELCHIOR, Elysio de Oliveira. "A Introdução das Ideias de Adam Smith no Brasil". *Revista Brasileira de Economia*. n. 31, pp. 21-30, jan.-mar. 1997. Rio de Janeiro.
- BENTIVOGLIO, Júlio Cesar. "Cultura Política e Consciência Histórica no Brasil: Uma Contribuição ao Debate Historiográfico sobre a Formação dos Partidos Políticos no Império". *Diálogos*, vol. 14, n. 3, pp. 535-556, 2010. Vitória.
- _____. "Liberalismo Brasileiro no Oitocentos: Pensamento Político e Ideias Liberais nos Debates Parlamentares". In: CAMPOS, Adriana Pereira; SILVA, Gilvan V. da; NADER, Maria Beatriz *et al.* (org.). *A Cidade à Prova do Tempo: Vida Cotidiana e Relações de Poder nos Ambientes Urbanos*. Vitória, GM Gráfica e Editora, 2010.
- BERNADES, Denis Antônio de Mendonça. *O Patriotismo Constitucional: Pernambuco (1820-1822)*. São Paulo, Hucitec, 2006.
- _____. "Pacto Social e Constitucionalismo em Frei Caneca". *Estudos Avançados*, vol. 11, n. 29, pp. 155-168, jan.-abr. 1997. São Paulo.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. "Formas de Tratamento e Estruturas Sociais". *Alfa*, n. 18-19, pp. 339-382, 1972-1973. São Paulo.
- BIEBER, Judy. "A 'Visão do Sertão': Party Identity and Political Honor in Late-Imperial Minas Gerais, Brazil". *Hispanic American Historical Review*, vol. 81, n. 2, pp. 309-342, 2001. Carolina do Norte.
- BIERSACK, Martin. "'Ser y Parecer': La Nobleza Española y el Saber Culto en el Siglo XVI". *Congreso Internacional Imagem y Apariencia*. Murcia, 2009.

- BLUTEAU, Raphael. *Diccionario da Língua Portuguesa, Composto pelo Padre D. Raphael Bluteau, Reformado e Acrescentado por Antônio de Moraes e Silva*. Lisboa, Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1789.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*. São Paulo, Aderaldo & Rothschild, 2007.
- BURKE, Edmund. *Reflexões Sobre a Revolução em França*. Brasília, UnB, 1992.
- BURKE, Peter. *A Fabricação do Rei: A Construção da Imagem Pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.
- BUSINO, Giovanni. “Les Théories des Élités: Problèmes et Perspectives”. *Revue Européene des Sciences Sociales*, vol. 25, n. 76, 1987. Suíça.
- CALLCOTT, Maria. *Escorço Biográfico de Dom Pedro I*. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, 2010.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial / O Teatro das Sombras*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- _____. “História Intelectual no Brasil: A Retórica como Chave de Leitura”. *Topoi*, vol. 1, n. 1, pp. 123-152, dez. 2000. Rio de Janeiro.
- _____. *Pontos e Bordados: Escritos de História e Política*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1998.
- CARVALHO, Kátia de. “Imprensa e Informação no Brasil, Século XIX”. *Ciência da Informação*, vol. 25, n. 3, 1996. Brasília.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. “A ‘República dos Afogados’: A Volta dos Liberais após a Confederação do Equador”. Simpósio Nacional de História, 1999, Florianópolis. *Anais...* São Paulo, Humanitas, 1999.

- _____. “Cavalcantis e Cavalgados: A Formação das Alianças Políticas em Pernambuco, 1817-1824”. *Revista Brasileira de História*, vol. 18, n. 36, 1998. São Paulo.
- CAVALCANTI JUNIOR, Manoel Nunes. “O Herói da Confederação do Equador Volta do Exílio: Manoel de Carvalho Paes de Andrade e as Lutas Políticas Regenciais (Pernambuco, 1831-1835)”. *Saeculum – Revista de História*, n. 33, jul.-dez. 2015. João Pessoa.
- CERQUEIRA, Hugo E. A. da Gama. *Adam Smith e o Contexto: O Iluminismo Escocês*. Belo Horizonte, UFMG/Cedeplar, 2005.
- COLOMBO, Arturo. “Radicalismo”. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de Política*. Brasília, Editora UnB, 1998.
- CONSTANT, Benjamin. *Escritos de Política*. São Paulo, Martins Fontes, 2005.
- COSER, Ivo. “O Conceito de Federalismo e a Ideia de Interesse no Brasil no Século XIX”. *Dados*, vol. 51, n. 4, pp. 941-981, 2008. Rio de Janeiro, Iesp-Uerj.
- _____. *Visconde do Uruguai: Centralização e Federalismo no Brasil*. Belo Horizonte/ Rio de Janeiro, Editora da UFMG/Iuperj, 2008.
- CURIEL, Carole Leal. “Federalismo”. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández (org.). *Diccionario Político y Social del Mundo Iberoamericano*. Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009.
- DELMAS, Ana Carolina Galante. “Elogios Impressos: Dedicatórias no Brasil de D. João VI”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das (org.). *Livros e Impressos: Retratos do Setecentos e do Oitocentos*. Rio de Janeiro, Eduerj, 2009.

- DEVEZA, Guilherme. *Um Precursor do Comércio Francês no Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976.
- DEYON, Pierre. *O Mercantilismo*. São Paulo, Perspectiva, 2001.
- DIAS, Elaine. “A Representação da Realeza no Brasil – Uma Análise dos Retratos de D. João VI e D. Pedro I, de Jean-Baptiste Debret”. *Anais do Museu Paulista*, vol. 14, n. 1, pp. 243-261, jan.-jun. 2006. São Paulo.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “A Interiorização de MetrÓpole”. In: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A Interiorização da MetrÓpole e Outros Estudos*. São Paulo, Alameda, 2005.
- DOHLNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: Origens do Federalismo no Brasil*. São Paulo, Globo, 2005.
- ENGLUND, Steven. *Napoleão: Uma Biografia Política*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2005.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. São Paulo, Globo, 2012.
- FARINHA, Augusto Sanches de Baena. *Dicionário Aristocrático*. Lisboa, Typographia do Panorama, 1967.
- FELDMAN, Ariel. *Espaço Público e Formação do Estado Nacional Brasileiro: A Atuação Política do Padre Carapeuceiro*. Tese de Doutorado em História, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.
- FERRAZ, Socorro. “O Rastro da Independência”. *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*, n. 20, pp. 121-132, 2002. Recife.

- FERREIRA, Aline Pinto. *Domínios do Império: O Tratado de 1825 e a Guerra da Cisplatina na Construção do Estado do Brasil*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007.
- FERREIRA, Gabriela. “Conflitos no Rio da Prata”. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011, vol. 1.
- FERREIRA, Maria de Fatima Sá e Melo. “O Conceito de Revolução no Portugal de Oitocentos”. In: CARVALHO, José Murilo de; RIBEIRO, G. S.; PEREIRA, Miriam Halpern & VAZ, Maria João (org.). *Linguagens e Fronteiras do Poder*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2011.
- FERES JÚNIOR, João. “El Concepto de América em el Mundo Atlántico (1750-1850): Perspectivas Teóricas y Reflexiones Substantivas a Partir de una Comparación de Múltiples Casos”. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández (org.). *Diccionario Político y Social del Mundo Iberoamericano*. Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009.
- _____. & MÄDER, Maria Elisa. “América/Americanos”. In: FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil*. Minas Gerais, Editora UFMG, 2009.
- FONSECA, Silvia Carla P. de Brito. “A América como um Conceito: Contribuição para o Estudo da Imprensa Republicana Fluminense e Pernambucana entre 1829 e 1832”. *Cadernos do CHDD*. Rio de Janeiro, Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.
- _____. “Abolicionismo e Conflitos no Rio da Prata: O Periódico Atalaia da Liberdade Como um Estudo de Caso (1826)”. In:

- FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito & CORRÊA, Maria Letícia (orgs.). *200 Anos de Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2009.
- GALVES, Marcelo Cheche. “O Maranhão e a Transição Constitucional no Mundo Luso-Brasileiro (1821-1825)”. In: RIBEIRO, Gladys Sabina & FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz (org.). *Linguagens e Práticas da Cidadania no Século XIX*. São Paulo, Alameda, 2010.
- _____. “Pedro José da Costa Barros e a Aclamação de D. Pedro no Maranhão”. *VI Simpósio Nacional Estado e Poder*. São Cristóvão, 2010.
- GAY, Peter. *A Experiência Burguesa da Rainha Vitória a Freud*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e Independencias: Ensayos sobre las Revoluciones Hispánicas*. México, Mapfre, 2001.
- _____. “‘Voces del Pueblo’: Redes de Comunicación y Orígenes de la Opinión en el Mundo Hispánico (1808-1814)”. *Revista de Índias*, vol. 67, n. 225, pp. 357-384, 2002. Madrid.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. *Estudos Históricos*, n. 1, pp. 5-27, 1988. Rio de Janeiro.

- HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública: Investigações Quanto a uma Categoria da Sociedade Burguesa*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2003.
- HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: Sua História*. 2. ed. São Paulo, Edusp, 2005.
- HERNANDES, Santiago Martinez. “Memoria Aristocrática y Cultura Letrada: Usos de la Escritura Nobiliária em la Corte de los Austrias”. *Cultura Escrita & Sociedad*, n. 3, 2006. Madrid.
- HILL, Christopher. *O Mundo de Ponta-Cabeça: Ideias Radicais Durante a Revolução Inglesa de 1640*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1970.
- HORÁCIO, Heiberle Hirsberg. “Apontamentos Sobre a Imprensa Liberal Mineira no Primeiro Reinado”. *Teoria e Cultura*, vol. 5, n. 1-2, pp. 57-63, 2010. Juiz de Fora.
- HUNT, Lynn. *A Invenção dos Direitos Humanos: Uma História*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.
- JANCSO, István & PIMENTA, João Paulo. “Peças de um Mosaico (Ou Apontamentos para o Estudo da Emergência da Identidade Nacional Brasileira)”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta: A Experiência Brasileira 1500-2000*. São Paulo, Senac, 2000.
- JASMIN, Marcelo Gantus & FERES JÚNIOR, João (org.). *História dos Conceitos: Debates e Perspectivas*. Rio de Janeiro, PUC-Rio/Loyola/Iuperj, 2006.

- KRAAY, Hendrik. “Definindo Nação e Estado: Rituais Cívicos na Bahia Pós-Independência (1823-1850)”. *Topoi*, n. 3, pp. 63-90, set. 2001. Rio de Janeiro, 7 Letras.
- _____. “Em Outra Coisa não Falavam os Pardos, Cabras e Crioulos: O “Recrutamento” de Escravos na Guerra da Independência na Bahia”. *Revista Brasileira de História*, vol. 22, n. 43, pp. 109-126, 2002. São Paulo.
- KUNTZ, Rolf Nelson. *Capitalismo e Natureza: Ensaio Sobre os Fundadores da Economia Política*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- LEITE, Renato Lopes. *Republicanos e Libertários: Pensadores Radicais no Rio de Janeiro (1822)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: O Abastecimento da Corte na Formação Política do Brasil (1808-1842)*. São Paulo, Símbolo, 1979.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista: Minas Gerais no Século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- LIMA, João Manuel de Oliveira. *O Movimento de Independência, 1821-1822*. Rio de Janeiro, Top Books, 1997.
- LOCKE, John. *Segundo Tratado Sobre o Governo*. São Paulo, Martim Claret, 2011.
- LUSTOSA, Isabel. “Correio Braziliense (1808-1822): A Imprensa Brasileira Nasceu Inglesa e Liberal”. In: DUTRA, Eliana de Freitas & MOLLIER, Jean-Yves (org.). *Política, Nação e Edição: O Lugar dos Impressos na Construção da Vida Política no Brasil, Europa e Américas nos Séculos XVIII-XX*. São Paulo, Annablume, 2006.
- _____. *Insultos Impressos: A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

- _____. “O Macaco Brasileiro: Um Jornal Popular na Independência”.
Revista USP, n. 58, pp. 92-103, jun.-ago. 2003.
- _____. *O Nascimento da Imprensa Brasileira*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.
- MALERBA, Jurandir. *A Corte no Exílio: Civilização e Poder no Brasil às Vésperas da Independência (1808 a 1821)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- MANIN, Bernard. “Rousseau”. In: FURET, François & OZOUF, Mona (orgs.). *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989.
- MARIZ, Vasco. “Lorde Cochrane, o Turbulento Marquês do Maranhão”. *Revista Navigator*, vol. 8, n. 16, pp. 11-20, 2012. Rio de Janeiro.
- MARQUES JÚNIOR, Nelson Ferreira. *Os Verdadeiros Constitucionais, Amigos do Rei e da Nação: Áulicos, Ideias e Soberania na Corte Fluminense (1824-1826)*. Dissertação de Mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.
- MARTINHO, Lenira Menezes & GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência*. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.
- MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial*. São Paulo, Hucitec, 1990.
- MELLO, Evaldo Cabral. *A Outra Independência: O Federalismo Pernambucano de 1817 e 1824*. São Paulo, Editora 34, 2004.

- MONTEIRO, Tobias do Rêgo. *História do Império*. Rio de Janeiro, F. Briguiet & Cia., 1927.
- MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Barão de. *Do Espírito das Leis*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2012, vol. 1.
- MOREL, Marco. *As Transformações dos Espaços Públicos: Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo, Hucitec, 2005.
- _____. “Da Gazeta Tradicional aos Impressos de Opinião: Metamorfoses da Imprensa Periódica no Brasil”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das (org.). *Livros e Impressos: Retratos do Setecentos e do Oitocentos*. Rio de Janeiro, Eduerj, 2009.
- _____. “La Génesis de la Opinión Pública Moderna y el Proceso de Independencia (Rio de Janeiro, 1820-1840)”. In: GUERRA, François-Xavier & LEMPÉRIÈRE, Annick *et al.* *Los Espacios Públicos en Iberoamérica: Ambigüedades y Problemas. Siglos XVII-XIX*. México, Fondo de Cultura Económica-Centro Francés de Estudios Mexicanos y Centroamericanos, 1998.
- _____. “Os Primeiros Passos da Palavra Impressa”. In: MARTINS, Ana Luíza & LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2013.
- _____. & BARROS, M. M. *Palavra, Imagem e Poder: O Surgimento da Imprensa no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.
- MOTA, Antônia da Silva. “Famílias de Elite no Maranhão Pombalino: Tecendo Redes de Solidariedade e Poder”. *Anais do XXV Simpósio Nacional de História - História e Ética*. Fortaleza, Anpuh, 2009.

NAPOLEONI, Claudio. *Smith, Ricardo e Marx*. Rio de Janeiro, Graal, 1988.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. “A Guerra das Penas: Os Impresses Políticos e a Independência do Brasil”. *Revista Tempo*, vol. 4, n. 8, pp. 41-65, 1999. Rio de Janeiro.

_____. “Cidadania e Participação Política na Época da Independência do Brasil”. *Caderno Cedes*, vol. 22, n. 58, pp. 47-64, 2002. Campinas.

_____. “Constituição: Usos Antigos e Novos de um Conceito no Império do Brasil (1821-1860)”. In: CARVALHO, José Murilo & NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das (org.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: Cidadania, Política e Liberdade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.

_____. *Corcundas e Constitucionais: A Cultura Política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro, Revan/Faperj, 2003.

_____. “Dos ‘Avisos’ de Jornais às Resenhas como Espaços de Consagração (1808-1836)”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das (org.). *Livros e Impresses: Retratos do Setecentos e do Oitocentos*. Rio de Janeiro, Eduerj, 2009.

_____. “Estado e Política na Independência”. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial (1808-1831)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.

_____. & NEVES, Guilherme Paulo Castagnoli Pereira das. “Constituição”. In: FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014.

- _____. “Imagens de Napoleão Bonaparte na Óptica dos Impres-
sos Luso-Brasileiros”. In: DUTRA, Eliana de Freitas & MOLLIER,
Jean-Yves (org.). *Política, Nação e Edição: O Lugar dos Impresos na
Construção da Vida Política no Brasil, Europa e Américas nos Séculos
XVIII-XX*. São Paulo, Annablume, 2006.
- _____. *Napoleão Bonaparte: Imaginário e Política em Portugal (1808-
1810)*. São Paulo, Alameda, 2008.
- _____. “Portugal Durante a Ausência do Rei”. *Revista USP*, n. 79,
set.-nov. 2008.
- NUNES, Tássia Toffoli. *Liberdade de Imprensa no Império Brasileiro: Os
Debates Parlamentares (1820-1840)*. Dissertação de Mestrado em
História, Programa de Pós-Graduação em História Social da Fa-
culdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade
de São Paulo, 2010.
- OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini Salles de. *A Astúcia Liberal: Re-
lações de Mercado e Projetos Políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*.
São Paulo, Edusf/Íncone, 1999.
- _____. “Repercussões da Revolução: Delineamento do Império do
Brasil, 1808/1831”. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo. *O Bra-
sil Imperial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011, vol.1.
- OLIVEIRA, Flávio dos Santos. “Sobre a Origem e Função Precípua do
Governo na Concepção dos Contratualistas, David Hume e Adam
Smith”. *Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional*, vol. 6,
n. 10, pp. 69-85, jan.-jun. 2014. Curitiba.
- OLIVEIRA, Josemar Machado de. “Os Jacobinismos (1789-1794)”. *Di-
mensões*, n. 19, pp. 189-205, 2007. Vitória.

- OLIVEIRA, Leonardo Grão Velloso Damato. *Momento Federalista: Projetos Políticos no Alvorecer do Império Brasileiro*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Espírito Santo, 2013.
- OLIVEIRA, Marina Garcia de. *Entre Nobres Lusitanos e Titulados Brasileiros: Práticas, Políticas e Significados dos Títulos Nobiliárquicos entre o Período Joanino e o Alvorecer do Segundo Reinado*. Dissertação de Mestrado em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.
- OLIVEIRA, Ricardo. “Entre Reis e Rainhas: Valimentos, Favoritismos e Disputas Políticas na Europa do Século XVII”. *Dimensões*, vol. 26, pp. 216-238, 2011. Vitória.
- OZOUF, Mona. “Liberdade”. In: FURET, François & OZOUF, Mona (orgs.). *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989.
- PACHECO, Felix. *Hum Francez Brasileiro: Pedro Plancher*. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., 1917.
- PANDOLFI, Fernanda Cláudia. *A Abdicação de D. Pedro I: Espaço Público da Política e Opinião Pública no Final do Primeiro Reinado*. Tese de Doutorado em História, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2007.
- _____. “A Viagem de D. Pedro I a Minas Gerais em 1831: Embates Políticos na Formação da Monarquia Constitucional no Brasil”. *Revista Brasileira de História*, vol. 36, n. 71, 2016. São Paulo.

- _____. “O Papel da Imprensa na Política no Final do Primeiro Reinado: Uma Análise do Jornal *Tribuna do Povo*”. *História e Cultura*, vol. 3, pp. 325-343, 2014. São Paulo.
- _____. “Política, Imprensa e a Participação dos Militares na Abdição de Dom Pedro I”. *História Unisinos*, vol. 16, pp. 283-293, 2012. São Paulo.
- _____. “Rumores e Política no Rio de Janeiro e em Minas Gerais no final do Primeiro Reinado”. *Revista Brasileira de História*, vol. 33, n. 2, pp. 309-315, 2014. São Paulo.
- PAULA, João Antônio de; CERQUEIRA, Hugo E. A. da Gama & ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta e. “Nações e Estilos de Economia Política”. *Revista de Economia Política*, vol. 27, n. 3, pp. 357-374, jul.-set. 2007. São Paulo.
- PERELMAN, Chaïm & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação: A Nova Retórica*. São Paulo, Martins Fontes, 2005.
- PIMENTA, João Paulo Garrido. *Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos do Prata (1808-18280)*. São Paulo, Hucitec, 2006.
- _____. “Portugueses, Americanos, Brasileiros: Identidades Políticas na Crise do Antigo Regime Luso Americano”. *Almanack Brasileiro*, n. 3, pp. 69-80, maio 2006. São Paulo.
- PINTO, Luiz Maria da Silva. *Dicionário da Língua Brasileira, Composto por Luiz Maria da Silva Pinto*. Ouro Preto, Tipografia de Silva, 1832.
- POCOCK, John G. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo, Edusp, 2003.

- PRADO, Maria Emília da Costa. “Ordem Liberal, Escravidão e Patriarcalismo: As ambiguidades do Império do Brasil”. In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal & PRADO, Maria Emília da Costa. *O Liberalismo No Brasil Imperial*. Rio de Janeiro, Revan, 2001.
- PUIGMAL, Patrick. “Brasil Bajo Influencia Napoleónica y Francesa. Los Mensajeros de la Independencia: Militares, Libreros y Periodistas”. *História*, n. 46, pp. 113-151, jan.-jun. 2013. Santiago.
- _____. & NUNEZ MUÑOZ, Raúl. “La Imagen de Chile y de los Chilenos a Través de los Escritos de la Oficialidad Napoleónica Durante la Independencia: 1817-1830: ‘De Mujeres Hermosas y Bondadosas a Indios Salvajes y Sin Virtudes’”. *Alpha*, n. 31, pp. 243-255, dez. 2010. Osorno.
- REIS, Arthur Ferreira. “Entre Smith e Quesnay: O Debate Econômico entre Plancher e Chapuis no Rio de Janeiro (1826)”. *Revista Escritas*, vol. 7, n. 2, pp. 176-193, jun.-dez. 2015. Tocantins.
- REIS, Arthur Ferreira. “Intelectuais e Escravidão: Discussões Sobre o Fim do Tráfico Negro”. *Anais do 7º Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba, 2015.
- REIS, João José. “A Elite Baiana Face os Movimentos Sociais: Bahia (1824-1840)”. *Revista de História*, vol. 54, n. 108, pp. 341-384, 1976. São Paulo.
- _____. & KRAAY, Hendrik. “‘The Tyrant Is Dead!’ The Revolt of the Periquitos in Bahia”. *Hispanic American Historical Review*, vol. 89, n. 3, pp. 399-434, 2009. Carolina do Norte.

- RIBEIRO, Elise de Moura. “Desconstruindo uma Trajetória para a Independência: Bahia (1808-1823)”. *Anais do 2º Encontro de Novos Pesquisadores em História*. Salvador, 2010.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *A Liberdade em Construção: Identidade Nacional e Conflitos Antilusitanos no Primeiro Reinado*. Tese de Doutorado em História, Universidade de Campinas, Campinas, 2001.
- _____. “A Radicalidade dos Exaltados em Questão: Jornais e Panfletos no Período de 1831 a 1834”. *Anais do XXV Simpósio Nacional de História, História e Ética*. Fortaleza, Fortaleza Editora, 2009.
- _____. & PEREIRA, Vantuil. “O Primeiro Reinado em Revisão”. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011, vol. 1.
- RIBEIRO, Renato Janine. *A Etiqueta no Antigo Regime: Do Sangue à Doce Vida*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- ROCHA, Antônio Penalves. “Ideias Antiescravistas da Ilustração na Sociedade Escravista Brasileira”. *Revista Brasileira de História*, vol. 20, n. 39, pp. 37-68, 2000. São Paulo.
- RODRIGUES, Thamara de Oliveira. “‘Restauração’, ‘Decadência’ e ‘Progresso’: Uma Análise de Conceitos Fundamentais na Cultura História Portuguesa (1808-1840)”. *Revista Eletrônica Cadernos de História*, vol. 8, n. 1, pp. 93-112, jul. 2013. Ouro Preto.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso Sobre a Origem da Desigualdade*. Edição Eletrônica, Editora Ridendo Castigat Mores, 2011.
- _____. *Do Contrato Social: Princípios de Direito Político*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2011.

- SANI, Giacomo. “Cultura Política”. In: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília, UnB, 1995.
- SANTOS, Estilague Ferreira dos. *A Monarquia no Brasil: O Pensamento Político da Independência*. Vitória, Edufes/CEG Publicações, 1999.
- SCHIEFLER, Felipe Riccio. “Rotas da Política: A Circulação dos Impressos no Período da Independência (1823-1825)”. *Anais III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política*. Curitiba, 2013.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Espelho de Projeções: Os Franceses no Brasil”. *Revista USP*, n. 70, pp. 54-69, set.-nov. 2008.
- SEBASTIÁN, Javier Fernández (org.). *Diccionario Político y Social del Mundo Iberoamericano*. Madrid, Ministério de Cultura, 2009.
- SILVA, Ana Clochet da. “De Comunidades a Nação. Regionalização do Poder, Localismos e Construções Identitárias em Minas Gerais (1821-1831)”. *Almanack Braziliense*, n. 2, pp. 43-63, nov. 2005. São Paulo.
- SILVA, Daniel Afonso da. “A Duras e Pesadas Penas: Imprensa, Identidade e Nacionalidade no Brasil Imperial”. *Topoi*, vol. 10, n. 19, pp. 55-69, jul.-dez. 2009. Rio de Janeiro.
- SILVA, Firmino Rodrigues da. *A Dissolução do Gabinete de 5 de Maio ou a Fação Áulica*. Rio de Janeiro, Typ. Imp. de Francisco de Paula e Brito, 1847.
- SILVA, Luiz Geraldo. “‘Pernambucanos, Sois Portugueses!’ Natureza e Modelos Políticos das Revoluções de 1817 e 1824”. *Almanack Braziliense*, n. 1, pp. 67-79, maio 2006. São Paulo.

- _____. “Um Projeto para a Nação: Tensões e Intensões Políticas nas “Províncias do Norte” (1817-1824)”. *Revista de História*, n. 158, pp. 199-216, set. 2008. São Paulo.
- SILVA, Wellington Barbosa da. *Entre a Liturgia e o Salário: A Formação dos Aparatos Policiais no Recife do Século XIX (1830-1850)*. Jundiaí (SP), 2014.
- SILVA, Wlamir. “A Abelha Sinalagmática e Hiperbólica: O Periódico Mineiro *Abelha do Itaculuny* (1824-1825)”. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*. Rio Grande do Norte, 2013.
- _____. *Liberais e Povo: A Construção da Hegemonia Liberal-Moderada na Província de Minas Gerais*. São Paulo, Martins Fontes, 2009.
- _____. “Princípios Substanciais, Circunstancias Acidentais: Da Gênese do Liberalismo Moderado na Imprensa Mineira do Primeiro Reinado (1825-1831)”. In: FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito; CORRÊA, Maria Leticia (org.). *200 Anos de Imprensa no Brasil*. São Paulo, Contra Capa, 2010.
- SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- _____. *Liberdade Antes do Liberalismo*. São Paulo, Editora da Unesp, 1999.
- _____. *Visões da Política: Sobre os Métodos Históricos*. Algés, Difel, 2002.
- SLEMIAN, Andréa. “Delegados do Chefe da Nação’: A Função dos Presidentes de Província na Formação do Império do Brasil (1823-1834)”. *Almanack Braziliense*, n. 6, pp. 20-38, nov. 2007. São Paulo.

- _____. *Sob o Império das Leis: Constituição e Unidade Nacional na Formação do Brasil (1822-1834)*. Tese de Doutorado em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad, 1999.
- SOUZA, Iara Lis Franco Schiavianatto Carvalho. *Pátria Coroada: O Brasil Como Corpo Político Autônomo (1780-1831)*. São Paulo, Editora Unesp, 1999.
- STOIANI, Raquel. “Uma Guerra Sem Soldados e Sem Canhões: A Função Bélica e Ideológica da *Gazeta do Rio de Janeiro* Durante as Guerras Napoleônicas”. *Revista USP*, n. 79, pp. 70-81, set.-nov. 2008.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. *Independência do Brasil na Bahia*. Salvador, Edufba, 2005.
- TUCK, Richard. “História do Pensamento Político”. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo, Editora Unesp, 2011.
- TULLARD, Jean. *Napoleão: O Mito do Salvador*. Rio de Janeiro, Casa Jorge Editorial, 1996.
- VARELLA, Flávia Florentino. “Repensando a História do Brasil: Apontamentos Sobre John Armitage e Sua Obra”. *Almanack Brasileiro*, n. 8, pp. 117-126, nov. 2008. São Paulo.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História da Independência do Brasil*. Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, 1917.

- VIANNA, Jorge Vinícius Monteiro. *Imaginando a Nação: O Vocabulário Político da Imprensa Fluminense no Processo de Independência do Brasil (1821-1824)*. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro, ICHS, UFRRF, 2011.
- VILLALTA, Luiz Carlos. “Os Livreiros, os ‘Livros Proibidos’ e as Livrarias em Portugal sob o Olhar do Antigo Regime (1753-1807)”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das (org.). *Livros e Impressos: Retratos do Setecentos e do Oitocentos*. Rio de Janeiro, Eduerj, 2009.
- _____. “Pernambuco, 1817, Encruzilhada de Desencontros do Império Luso-Brasileiro: Notas Sobre as Ideias de Pátria, País e Nação”. *Revista USP*, n. 58, pp. 58-91, jun.-ago. 2003.
- WOLOCH, Isser. *Napoleão e seus Colaboradores*. Rio de Janeiro, Record, 2008.
- YOUSSEF, Alain El. *Imprensa e Escravidão: Política e Tráfico Negro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade de São Paulo, 2011.

| | |
|------------------------------|---|
| <i>Título</i> | <i>Anarquistas e Servis: Uma Análise dos Projetos Políticos do Rio de Janeiro (1824-1826)</i> |
| <i>Autor</i> | Arthur Ferreira Reis |
| <i>Editor</i> | Plínio Martins Filho |
| <i>Preparação</i> | Isabelle Costa Silva, Letícia Pinheiro e Camila de Souza Gonçalves |
| <i>Revisão</i> | Plínio Martins Filho e Millena Santana |
| <i>Capa</i> | Estúdio Arquivo |
| <i>Projeto gráfico</i> | Estúdio Arquivo |
| <i>Editoração eletrônica</i> | Camyle Cosentino, Mirela de Andrade Cavalcante e Amanda Fujii |
| <i>Formato</i> | 14 x 21 cm |
| <i>Tipologia</i> | Spectral |
| <i>Papel do miolo</i> | Avena 80 g/m ² |
| <i>Número de páginas</i> | 304 |
| <i>Gráfica</i> | Marquinhos Artes Gráficas Ltda |

